



MINEMOSINE

REVISTA

ISSN 2237-3217

VOLUME 14, N. 2, JUL/DEZ 2023

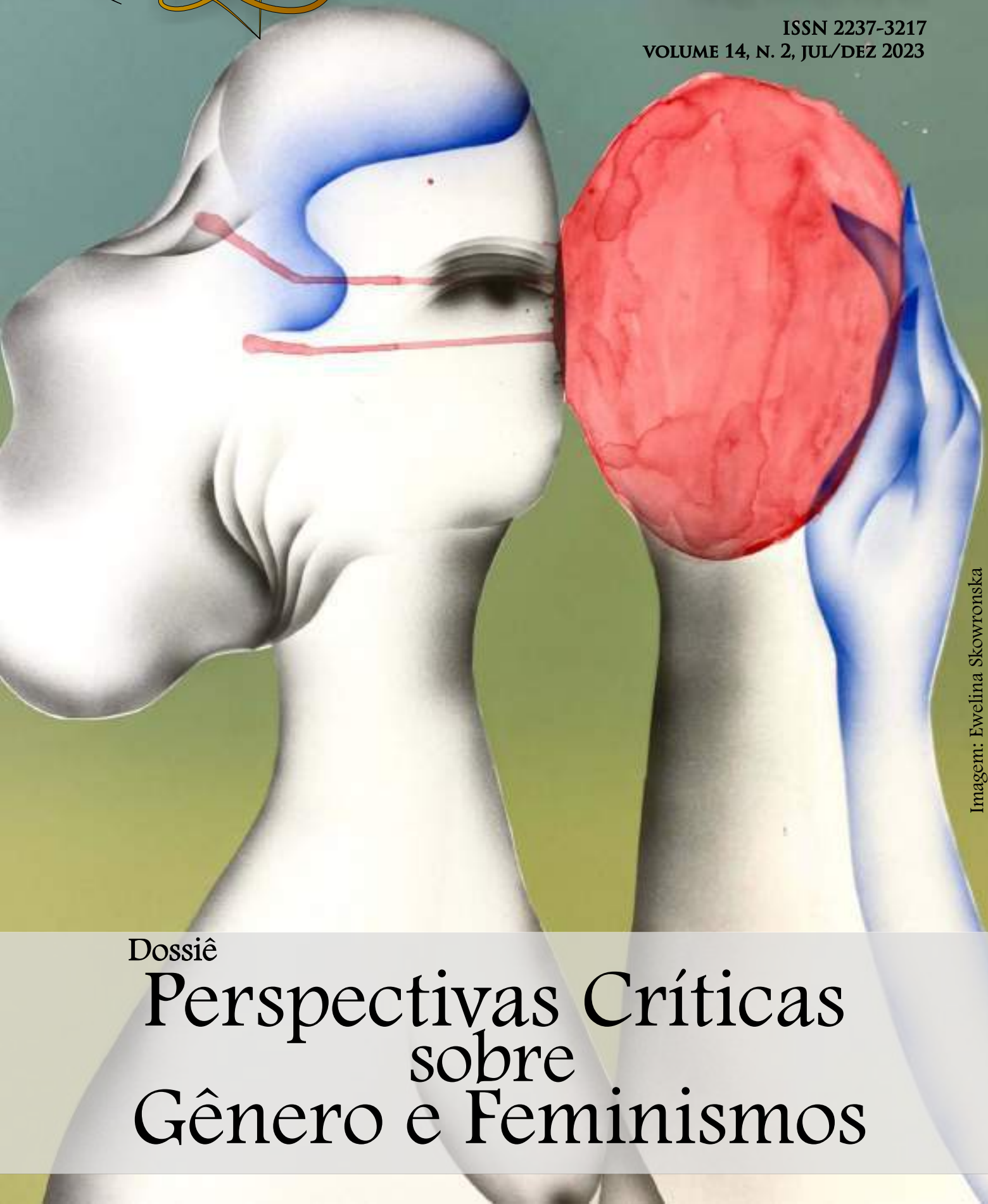


Imagem: Ewelina Skowronska

Dossiê

Perspectivas Críticas sobre Gênero e Feminismos



MNE MOSINE REVISTA

ISSN: 2237.3217

DOSSIÊ DE DOCUMENTAÇÃO

Perspectivas Críticas sobre Gênero e Feminismos

Coordenação do dossiê
Prof. Fábio Ronaldo da Silva

MNE MOSINE REVISTA / Programa de Pós-Graduação em
História. Centro de Humanidades
Universidade Federal de Campina Grande. V. 14 n.2 (2023).
Campina Grande: CH / UFCG, 2022 - Semestral
ISSN 2237-3217

1. História I. Universidade Federal de Campina Grande.
Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em
História

CDD 900

Rua Aprígio Veloso, 822, Bodocongó
58.439-900 – Campina Grande – PB – Brasil
e-mail: mne mosinerevista@gmail.com

Edição de Texto:
Helder Moraes Mendes Barros

Edição de Arte:
Ewelina Skowrońska – what's lost, and can never be found
Helder Moraes Mendes Barros

EDITORA CHEFE

Juciene Ricarte Cardoso (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

EDITOR CHEFE ADJUNTO

José Otávio Aguiar Editor-Adjunto (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

Helder Moraes Mendes Barros (Campina Grande – PB – Brasil)

Mara Karinne Lopes Veriato Barros (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

EQUIPE TÉCNICA

Helder Moraes Mendes Barros (Campina Grande – PB – Brasil)

Mara Karinne Lopes Veriato Barros (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

COORDENAÇÃO DO DOSSIÊ

Fábio Ronaldo da Silva (Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Juaziero – BA - Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Gomes Ferreira, Faculdade de Educação, Universidade de Coimbra, PORTUGAL

Cristian Wick, Lecturer for European and Atlantic History, University of the West Indies, TRINIDAD E TOBAGO

Dinaldo Barbosa da Silva Junior (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)

Elizeth Payne Iglesias, Escola de História/CIHAC, Universidad de Costa Rica, COSTA RICA

Iranilson Oliveira Buriti, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Jean-Frédéric Schaub, L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, FRANÇA

Joanildo Albuquerque Burity, Pesquisador Sênior, Fundação Joaquim Nabuco, BRASIL

João Marcos Leitão Santos - Universidade Federal de Campina Grande

José Otávio Aguiar, Universidade Federal de Campina Grande

Martin Norberto Dreher, Professor Emérito de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, BRASIL

Paulo Donizeti Siepierski, Professor Titular de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, BRASIL

Regina Coelli Gomes Nascimento, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Ronald P. Morgan, Professor of History, Abilene Christian University, Abilene/TX, UNITED STATES

CONSELHO CONSULTIVO

André Figueiredo Rodrigues, Universidade Estadual Paulista/Assis, São Paulo, BRASIL

Ângela Maria Vieira Domingues, Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL

Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL

Antônio Torres Montenegro, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Brigitte Thierion, Universidade da Sorbonne, Paris 3, França

Carla Mary S. Oliveira , Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Carmem Margarida Oliveira Alveal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Dinaldo Barbosa da Silva Junior (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)

Dilton Cândido Santos Maynard, Universidade Federal de Sergipe, BRASIL

Durval Muniz de Albuquerque Junior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, BRASIL

Edson Hely Silva, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Eduardo França Paiva, Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL

Elizabeth Christina de Andrade Lima, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Iris Kantor, Universidade de São Paulo, Brasil

Juan Marchena, Universidade Pablo Olavide, Espanha

Marcos Fábio F. Montysuma, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, BRASIL

Maria Adelina Amirim, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Mary Catherine Karasch, Oakland University, Rochester/MI UNITED STATES

Patrícia Cristina Aragão, Universidade Estadual da Paraíba, BRASIL

Pedro Cardim, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Paulo Knauss de Mendonça - UFF

Regina Celestino de Almeida, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Regina Célia Gonçalves, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB)

APOIO

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades da UFCG

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB)

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

CONTATO

Programa de Pós-Graduação em História

Rua Aprígio Veloso, 822, Bloco CH, 5º Andar, Sala 506 Bairro: Universitário

CEP 58 429-900 - Campina Grande/PB – BRASIL - Telefone: (83) 2101-1495

<http://www.mnemosinerevista.com>

mnemosinerevista@gmail.com

MISSÃO

A Mnemosine Revista se constitui em um espaço facultado a todos os campos disciplinares, especialidades, temporalidades e problemáticas históricas, esforço expresso a cada número, tem oferecido ao público geral e especializado a diversidade de abordagens em seus dossiês temáticos, especialmente.

EDITORA CHEFE

Juciene Ricarte Cardoso (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

EDITOR CHEFE ADJUNTO

José Otávio Aguiar Editor-Adjunto (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

Helder Moraes Mendes Barros (Campina Grande – PB – Brasil)

Mara Karinne Lopes Veriato Barros (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

EQUIPE TÉCNICA

Helder Moraes Mendes Barros (Campina Grande – PB – Brasil)

Mara Karinne Lopes Veriato Barros (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

COORDENAÇÃO DO DOSSIÊ

Fábio Ronaldo da Silva (Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Salvador – BA - Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Gomes Ferreira, Faculdade de Educação, Universidade de Coimbra, PORTUGAL

Cristian Wick, Lecturer for European and Atlantic History, University of the West Indies, TRINIDAD E TOBAGO

Dinaldo Barbosa da Silva Junior (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)

Elizeth Payne Iglesias, Escola de História/CIHAC, Universidad de Costa Rica, COSTA RICA

Iranilson Oliveira Buriti, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Jean-Frédéric Schaub, L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, FRANÇA

Joanildo Albuquerque Burity, Pesquisador Sênior, Fundação Joaquim Nabuco, BRASIL

João Marcos Leitão Santos - Universidade Federal de Campina Grande

José Otávio Aguiar, Universidade Federal de Campina Grande

Martin Norberto Dreher, Professor Emérito de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, BRASIL

Paulo Donizeti Siepierski, Professor Titular de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, BRASIL

Regina Coelli Gomes Nascimento, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Ronald P. Morgan, Professor of History, Abilene Christian University, Abilene/TX, UNITED STATES

CONSELHO CONSULTIVO

André Figueiredo Rodrigues, Universidade Estadual Paulista/Assis, São Paulo, BRASIL

Ângela Maria Vieira Domingues, Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL

Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL

Antônio Torres Montenegro, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Brigitte Thierion, Universidade da Sorbonne, Paris 3, França

Carla Mary S. Oliveira , Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Carmem Margarida Oliveira Alveal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Dinaldo Barbosa da Silva Junior (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)

Dilton Cândido Santos Maynard, Universidade Federal de Sergipe, BRASIL

Durval Muniz de Albuquerque Junior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, BRASIL

Edson Hely Silva, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Eduardo França Paiva, Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL

Elizabeth Christina de Andrade Lima, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Iris Kantor, Universidade de São Paulo, Brasil

Juan Marchena, Universidade Pablo Olavide, Espanha

Marcos Fábio F. Montysuma, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, BRASIL

Maria Adelina Amirim, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Mary Catherine Karasch, Oakland University, Rochester/MI UNITED STATES

Patrícia Cristina Aragão, Universidade Estadual da Paraíba, BRASIL

Pedro Cardim, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Paulo Knauss de Mendonça - UFF

Regina Celestino de Almeida, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Regina Célia Gonçalves, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB)

APOIO

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades da UFCG

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB)

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

CONTATO

Programa de Pós-Graduação em História

Rua Aprígio Veloso, 822, Bloco CH, 5º Andar, Sala 506 Bairro: Universitário

CEP 58 429-900 - Campina Grande/PB – BRASIL - Telefone: (83) 2101-1495

<http://www.mnemosinerevista.com>

mnemosinerevista@gmail.com

MISSÃO

A Mnemosine Revista se constitui em um espaço facultado a todos os campos disciplinares, especialidades, temporalidades e problemáticas históricas, esforço expresso a cada número, tem oferecido ao público geral e especializado a diversidade de abordagens em seus dossiês temáticos, especialmente.

SUMÁRIO

Apresentação **07 - 08**

ARTIGOS DO DOSSIÊ

O que se fala do Fim do Mundo?: Colonialidade, Epistemologia e a Ficção da Heterossexualidade em Perspectiva Histórica

Luiz Gervazio Lopes Junior & Joedna Reis de Menezes **09 - 28**

Dos estudos feministas para os estudos de Gênero: Reflexões Necessárias

Liliann Rose Pereira de Feires & Rosilene Dias Montenegro **29 - 43**

A estrutura do patriarcado e Azaleia na luta pela terra

Cláudia Delboni **44 - 61**

Mulheres Cientistas em Destaque: Reflexão sobre a Produção das Mulheres Docentes no curso de Engenharia de Pesca da UFRPE entre 2019 e 2021

José Matheus Melo de Souza & Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão **62 - 75**

As Mulheres e o Trabalho do Cuidado: Sobrecarga, Amor ou uma Problemática Invisível?

Raquel da Silva Guedes, Sabrina Rafael Bezerra & Fábio Ronaldo da Silva **76 - 90**

ARTIGOS CORRENTES

Entrevista com Moema Soares de Castro Barbosa **91 - 101**

Entre a Cordilheira do Atlas e o Maciço dos Pirineus: A Etnografia como prática e gênese do aparelho conceitual de Pierre Bourdieu.

Josélio dos Santos Sales & Marina Prado Santiago **102 - 116**

As Influências hegelianas no pensamento orientalista do Imperador D, Pedro II e o Conde Arthur de Gobineau.

Bárbara Ribeiro Arruda & José Otávio Aguiar **117 - 125**

APRESENTAÇÃO

Por que o gênero é relevante? Qual é a necessidade ou importância de publicar dossiês ou conduzir pesquisas sobre gênero e diversidade sexual no Brasil? Qual é a urgência em debater o gênero nas escolas? Estas são algumas das dezenas de perguntas frequentemente ouvidas por pesquisadores/as de gênero e diversidade sexual. Há várias maneiras de responder a essas perguntas, e uma delas é apresentar dados que ajudam a dirimir essa “ignorância”.

Anualmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulga o *Atlas da Violência* com os dados de violência no Brasil. No relatório com os dados correspondentes ao ano de 2023, é possível perceber o aumento de casos de feminicídio no país em apenas um ano, totalizando 3.858 mulheres mortas, tornando-as um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana. Ao analisarmos essas estatísticas, considerando a questão da raça, chegamos ao resultado de 2.601 mulheres negras assassinadas, o que representa 67,4%. Já o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que em 2023 divulgou a quarta edição da pesquisa *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, mostra que quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022. Se buscarmos os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) e os registros administrativos nacionais, ficamos sabendo que, a cada ano, há pelo menos 822 mil casos de estupro no país, sendo que apenas 8,2% desses casos chegam ao conhecimento das instituições de segurança pública ou de saúde e apoio a vítima de violência sexual.

Em relação aos dados sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero e mais), de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga Organização Não Governamental LGBT da América Latina e que há mais de 40 anos conduz pesquisas sobre mortes causadas por homotransfobia, no ano de 2023, 257 LGBTQIA+ foram vítimas de morte violenta no país, sendo pessoas travestis e transexuais as maiores vítimas (127), em seguida, gays (118), lésbicas (9) e bissexuais (3), o que faz do Brasil o país mais perigoso para quem é sexualmente dissidente e desafia a norma heterossexual.

Este dossiê, além de buscar contribuir para a redução das diversas formas de violência contra mulheres e LGBTQIA+ brancos/as e não-brancos/as, apresenta também reflexões que possibilitam pensar o gênero e as sexualidades em vários âmbitos da pesquisa científica e em instâncias como a mídia, a escola, entre outros espaços. Isso só se torna possível devido aos feminismos.

O surgimento dos estudos feministas no cenário brasileiro propiciou a criação de um campo analítico, epistemológico e político que se apresenta de maneira bastante inovadora e abrangente para as investigações nas Ciências Humanas. Comprometidos com a formulação de indagações acerca dos modos de produção da desigualdade e de suas estratégias de normalização em relação aos corpos, identidades e sexualidades, os estudos de gênero fornecem bases empíricas e epistêmicas que, no âmbito da pesquisa na historiografia, abrangem desde a percepção dos fenômenos até a construção teórica e metodológica.

A ampliação do escopo de interesses impulsionou um movimento substancial em direção aos estudos das sexualidades e aos estudos *queer*, os quais, em abordagem interdisciplinar, têm contribuído com propostas relevantes para a compreensão dos processos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos marcados por questões de gênero, cada vez mais entrelaçados com outras vias identitárias, como raça, classe e territorialidade.

Tais impactos se manifestam em diferentes contextos, incluindo: a) o aumento do número de disciplinas incorporadas nos currículos de cursos de graduação e pós-graduação na área, abordando essas temáticas de forma central ou periféricamente; b) o desenvolvimento de projetos e grupos de pesquisa e extensão liderados por pesquisador/as/es que se concentram em gêneros e sexualidades em sua interseção com a História, refletindo um notável aumento de pesquisas nessas temáticas, presentes em monografias, dissertações e teses; c) a criação e implementação de grupos de trabalho em congressos e encontros na área

de História; e d) dossiês temáticos em diversos periódicos, evidenciando a pluralidade e diversidade de pesquisas sobre os gêneros e as sexualidades.

Com base nessas considerações, apresentamos o Dossiê sobre Gênero publicado pela **Mnemosine Revista**. O primeiro, intitulado *Mulheres nas Ciências, Carreiras Docentes e Espaços de Poder*, organizado pela pesquisadora Dra. Rosilene Dias Montenegro, trouxe reflexões relevantes sobre as práticas que dificultam o acesso das mulheres aos espaços de prestígio nas instituições científicas e universidades. Este dossiê (2023.2), *Perspectivas Críticas sobre Gênero e Feminismos*, propõe um debate abrangente sobre outras questões que permeiam a experiência das mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

Em sua abordagem crítica e reflexiva, este dossiê busca ampliar o diálogo acadêmico, contribuindo para o entendimento mais abrangente sobre as complexidades inerentes às questões de gênero e feminismos.

Prof. Dr. Fábio Ronaldo da Silva

Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O QUE SE FALA DO FIM DO MUNDO?: COLONIALIDADE, EPISTEMOLOGIA E A FICÇÃO DA HETEROSEXUALIDADE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.

¿QUÉ SE DICE DEL FIN DEL MUNDO?: COLONIALIDAD, EPISTEMOLOGÍA Y LA FICCIÓN DE LA HETEROSEXUALIDAD EN PERSPECTIVA HISTÓRICA..

WHAT IS SPEAKED BEING ON THE END OF THE WORLD?: COLONIALITY, EPISTEMOLOGY AND FICTION OF HETEROSEXUALITY IN HISTORICAL PERSPECTIVE.

LOPES JUNIOR, LUIZ GERVAZIO

Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Graduado em Pedagogia pelo Cruzeiro do Sul (2002) e Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

E-mail: luizgljr@gmail.com

MENEZES, JOEDNA REIS DE

Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba, Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Professora Associada Nível "D" da Universidade Estadual da Paraíba.

E-mail: joedna8@gmail.com

RESUMO

Este texto toma como ponto de partida as discussões a respeito daquilo que temos chamado de Estudos Queer e Estudos Decoloniais a fim de problematizar os discursos que atravessaram e atravessam diretamente a produção de intelectuais das áreas estudadas, mas também de subjetividade de sujeitos fora da norma de gênero e sexualidade ao mesmo tempo que estão em territórios sob efeito de subalternidade, ou seja, pontos de imbricação e distanciamento. Em um primeiro momento do texto é proposta uma torção epistemológica que possibilite perceber a emergência desses sujeitos abjetos no seio do Sistema moderno-colonial e, em um segundo momento é problematizado, a partir de uma revisão de literatura, como as identidades sexuais ditas “normais” e “patológicas” aparecem dentro do regime de poder-saber cientificista, médico e jurídico do século XIX por meio de práticas disciplinares do corpo. Do controle nas ruas aos tratamentos para cura do homossexualismo com terapias de convulsão ou choque, passando pela criminologia, área responsável por atribuir os traços de degeneração e perversidade aos homossexuais. Por fim, compreendo que esse conjunto de saberes se apoiaram no epistemicídio eurocêntrico e na Colonialidade do Gênero como modo de perpetuar as múltiplas formas de violência que marcaram e marcam o corpo de sujeitos desviantes a norma de inteligibilidade cisgênera, heterossexual, branca e geolocalizados em territórios ditos de terceiro-mundo.

PALAVRAS-CHAVE: : Epistemologia; Sexualidade; Raça.

RESUMEN

Este texto toma como punto de partida las discusiones en torno a lo que hemos llamado Estudios Queer y Estudios Decoloniales con el fin de problematizar los discursos que permean directamente la producción de intelectuales en las áreas estudiadas, pero también la subjetividad de sujetos fuera de la norma de género y sexualidad. al mismo tiempo que se encuentran en territorios bajo el efecto de la subalternidad, es decir, puntos de superposición y distanciamiento. En un primer momento del texto, se propone un giro epistemológico que permite percibir el surgimiento de estos sujetos abyectos dentro del (cis)sistema moderno-colonial y, en un segundo momento, se problematiza, a partir de una revisión de la literatura. , cómo las identidades sexuales llamadas “normales” y “patológicas” aparecen dentro del régimen de poder-conocimiento científico, médico y legal del siglo XIX a través de prácticas disciplinarias corporales. Desde el control en la calle hasta los tratamientos para curar la homosexualidad con terapias de convulsión o shock, pasando por la criminología, área encargada de atribuir los rasgos de degeneración y perversidad a los homosexuales. Finalmente, entiendo que este conjunto de saberes fue sustentado por el epistemicidio eurocéntrico y la colonialidad de género como una forma de perpetuar las múltiples formas de violencia que marcaron y aún marcan el cuerpo de sujetos desviados de la norma de inteligibilidad cisgénero, heterosexual, blanca y geolocalizados en territorios refranes del tercer mundo

PALABRAS CLAVES: Epistemología; Sexualidad; Carrera.

ABSTRACT

This text takes as its starting point the discussions regarding what we have called Queer Studies and Decolonial Studies in order to problematize the discourses that directly permeate the production of intellectuals in the areas studied, but also the subjectivity of subjects outside the norm of gender and sexuality at the same time that they are in territories under the effect of subalternity, that is, points of overlap and distance. In the first moment of the text, an epistemological twist is proposed that makes it possible to perceive the emergence of these abject subjects within the modern-colonial (cis)ystem and, in a second moment, it is problematized, based on a literature review, how the so-called “normal” and “pathological” sexual identities appear within the scientific, medical and legal power-knowledge regime of the 19th century by through body disciplinary practices. From control on the streets to treatments to cure homosexuality with convulsion or shock therapies, passing through criminology, the area responsible for attributing the traits of degeneration and perversity to homosexuals. Finally, I understand that this set of knowledge was supported by Eurocentric epistemicide and Gender Coloniality as a way of perpetuating the multiple forms of violence that marked and still mark the body of subjects deviating from the norm of cisgender, heterosexual, white intelligibility and geolocated in territories third-world sayings.

KEYWORDS: Epistemology; Sexuality; Race.



UMA UTOPIA DA FALHA DO GÊNERO

“Eu sou a falha do gênero”, diz a artista, negra e travesti Lina Pereira, também conhecida como Linn da Quebrada, no Big Brother Brasil (BBB), programa com maior audiência do país. Linn critica o projeto colonial histórico que construiu, impôs e envenenou gênero àqueles que em Abya Yalaⁱ viviam. Retomo o conceito fundamental de colonialidade do poder desenvolvido por Anibal Quijano em 1989 como “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p.126).

A meu ver se faz necessário uma breve descrição e historicização ao que hoje tem se convencionado chamar, não sem resistência, de *Estudos Decoloniais* ou *Decolonialidade*. Para isso, em um primeiro momento para fins didáticos delinerei historicamente o pensamento decolonial, antecipando que não há um caráter de exaurir tal debate, muito pelo contrário; já em um segundo momento, apresento o movimento teórico/político que vem se autoafirmando como feminismo decolonial a partir da sua crítica ao feminismo branco *mainstream*; em um terceiro momento problematizo como essa torção epistemológica possibilita enxergar formas de resistências, astúcias, táticas, estratégias, falhas e organizações de sujeitos atravessados pelos efeitos da política de subalternidade.

Assim, em um primeiro momento retomo uma discussão epistêmica a respeito daquilo que chamarei de “torção epistemológica”, ao meu ver, ferramenta necessária na análise de sujeitos dissidente sexuais e de gênero, hoje LGBTQIAPN+ ⁱⁱ a partir de atravessamentos, aproximações e distanciamentos que possam racializar os estudos críticos à heterossexualidade, ao passo que projeta a crítica iconoclástica à heterossexualidade como regime de poder dentro das formulações anti-pós-des-decolonial.

Já em um segundo momento me atento numa revisão de literatura no desejo de problematizar: quem é ou quais são os sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade que essa multiplicidade discursiva produziuⁱⁱⁱ. Ou seja, no seio da Colonialidade do saber, do Poder, do Ser e do Gênero, em um movimento que se retroalimenta, como os personagens “heterossexual” e “homossexual” emergem na historiografia e vão perpetuar um regime de controle e dominação colonial.

O GIRO DECOLONIAL É UMA DESMUNHECADA?

A crítica ao poder colonial e resistência perceptivelmente existe já desde a empreitada das Grandes Navegações em 1492 e da chegada dos primeiros colonizadores, porém como área de conhecimento esse fenômeno se dá a partir dos estudos pós-colônias (HOLANDA, 2020).

O processo de descolonização a partir da metade do século XX ocorrido no chamado nacionalismo de “terceiro mundo”, especialmente na Ásia e África, referente à emancipação desse povo da administração neocolonial será nomeado de “pós-colonialismo”, como afirma a feminista decolonial, dominicana, Ochy Curiel “o pós colonialismo, em sua acepção temporal, começa em 1947, com a independência da Índia do império britânico e com o fim da Segunda Guerra Mundial. (CURIEL, 2020, p. 122). O termo também denomina um conjunto teórico que emerge a partir dos anos de 1980 em universidades da Inglaterra e Estados Unidos (BALESTRIN, 2013, p. 90). Nesse momento se destacam acadêmicos/as/es indianos como Spivak, Bhabha e Mohanty (CURIEL, 2020).

Como consequência do próprio processo de descolonização, Grosfoguel (2012) diz que os estudos ditos estudos “pós-coloniais” carregam consigo a colonialidade, pois o tomam como balizado pelos séculos XVIII e XIX, assim caindo na armadilha da modernidade o lado mais escuro da colonialidade (MIGNOLO, 2017),

nota-se que nem todas as situações de opressão são consequências do colonialismo – veja-se a história do patriarcado e da escravidão –, ainda que possam ser reforçadas ou ser indiretamente reproduzidas por ele. Em suma, ainda que não haja colonialismo sem exploração ou opressão, o inverso nem sempre é verdadeiro. (BALESTRIN, 2013, p. 90)



Completa Ochy Curiel no texto *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*, apresentado em junho de 2014

para Grosfóguel, como para outrxs pensadorxs latino-americanxs decoloniais, a experiência colonial começa em 1492, trezentos anos antes – um tempo de partida fundamental, porque é a partir desse momento que se concretiza a relação modernidade colonialidade que produz a superioridade epistêmica e política do Ocidente sobre o resto do mundo. (CURIEL, 2020, p. 123)

Foi um caloroso debate comprometido com desenvolver táticas e epistemologias livres da relação de colonização. O turco Alik Dirlik denuncia o uso do conjunto das formulações teórica dos estudos pós-coloniais como uma espécie de aproveitamento, por parte dos intelectuais saídos do Terceiro Mundo, que passam a produzir nos grandes centros como Estados Unidos (CURIEL, 2020).

Sob uma visão do passado quatro obras sepulcrais da famosa “tríade francesa”: Aimé Césaire com *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (1947), Albert Memmi em *Discurso sobre o colonialismo*, Franz Fanon com *Os condenados da terra* (1961) (BALESTRIN, 2013) e o clássico de Edward Said, *Orientalismo* (1978) (CURIEL, 2020).

Na década de 70 do século XX se articulava o Grupo de Estudos Subalternos, localizado no sul asiático, sob a liderança de Ranajit Guha, marxista indiano. “O termo ‘subalterno’ fora tomado emprestado de Antonio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação” (BALESTRIN, 2013, p. 92-93). O artigo da indiana Gayatrik Spivak publicado em 1985 citado anteriormente, intitulado *Pode a subalterna falar?* É uma profunda crítica à produção de saber ocidentalizada que ao tentar dar voz a essas mulheres causavam ainda mais invisibilização e culpabilização dos homens negros, reiterando a lógica colonial do negro agressivo, em outras palavras, “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2014, p. 119), ou ainda “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico” (ALMEIDA, 2010, p. 12).

Inspirado no grupo asiático é formado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Dizia Santiago Castro – Gómez em seu *Manifiesto Inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o consequente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998, p. 70).

Segundo afirma Balestrin (2013), o Manifesto foi publicado numa coletânea em 1988, intitulada *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate*. Ainda segundo a autora, Walter Mignolo, já em seu artigo publicado na mesma coletânea, defendia que os conceitos do grupo sul asiático não deveriam ser apenas traduzidos para a realidade latino-americana. Para Mignolo, o esquema colonial/moderno na América dita latina possui suas devidas especificidades. Em 1988 o grupo se desintegra e formam o Grupo Modernidade/Colonialidade a qual citei no início. Esse caminho exposto me parece importante por dois motivos: 1) mostra a multiplicidade e diversidade de pensamentos que orbitam e poluam aquilo que hoje chamamos de *Pensamento Decolonial ou Estudos Decoloniais*; e 2) historiciza não apenas os conceitos, mas o caminho epistemológico, o que torna possível não cristalizar categorias de pensamento ou romantização de um possível retorno à essência anterior à colonização.

Apesar de alguns autores apontarem para a existência de pesquisador/a/e e/ou teórico/a/e brasileiro/a/e no Grupo Modernidade/Colonialidade (CURIEL, 2020), outras/es/os denunciam o apagamento da realidade brasileira e da colonização portuguesa que por sua vez foi a mais duradoura, em detrimento da colonização espanhola (BALESTRIN, 2013). Se por um lado, não temos completa certeza da atuação de brasileiros/as/es no Grupo Modernidade/Colonialidade, por outro, ainda em 1988, a historiadora, feminista, negra, brasileira Lélia Gonzalez publica o seu hoje clássico artigo *Por um feminismo afro-latino-americano*.



Digo “hoje clássico” porque na memória, o complexo epistemicídio dos saberes de sujeitos subalternos, invisibilizou a produção intelectual de Lélia, mas não inviabilizou sua luta, sendo marcada pela fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e aprofundamento das relações coloniais e consequentemente racistas no Brasil. Criticou e expôs o mito da democracia racial. Nesse mesmo ano a historiadora define o conceito de amefricanidade no trabalho A categoria político-cultural da amefricanidade, pondo em questão a constituição da língua e nossa enquanto sujeitos a partir da imbricada relação entre gênero, raça, classe e colonialidade, pois “a América, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Retomo aqui a historicização que tenho feito do Grupo Modernidade/Colonialidade e reitero que esse caminho cronológico é usado estrategicamente para fins didáticos, não havendo um caminho evolutivo. Esse movimento não deve suprimir ou invisibilizar organizações, grupos de estudos e outras epistemologias geopolíticas sob efeitos de subalternidade. Esse caminho também não tem pretensão de encontrar um foco de irradiação ou de criar um mito fundador, antes disso, desejo localizar uma produção de pensamento no tempo, assim como é possível com qualquer outra.

Citando Escobar, Alessandra Balestrin (2013) resume que a genealogia do pensamento do grupo inclui influências do pensamento latino-americano do século XX como: Teologia da Libertação; teoria da dependência; Debate sobre modernidade e pós-modernidade; o grupo latino-americano de estudos subalternos; a teoria feminista chicana; a teoria pós-colonial; e a filosofia africana.

O Grupo Modernidade/Colonialidade é também considerado como “um programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, p. 53) ou “projeto decolonial” (CURIEL, 2020, p. 126) por intelectuais e ativistas. Do grupo de intelectuais após o rompimento do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos a minoria dos intelectuais acompanhou Mignolo (BALESTRIN, 2013). O grupo foi paulatinamente passando por seminários, publicações coletivas, congressos internacionais, simpósios e se estruturando epistemologicamente.

Intelectuais e ativistas latino-americanos alocados em grandes centros de produção de conhecimento como a Universidade do Estado de Nova York (SUNY) ou na Universidade de Duke e em instituições espalhadas pela América-Latina formaram o grupo.

Em 2008, o filósofo decolonial Nelson Maldonado-Torres, no artigo *La descolonización y el giro des-colonial*, propõe pensar acerca da “a globalização continua funcionando em parte como uma expansão de ideais truncados de humanidade e subjetividade, bem como de poder e conhecimento.” (MALDONADO TORRES, 2008, p. 64, tradução nossa). O termo “giro” não tem relação com o giro linguístico ou outros giros, visto que,

O giro des-colonial refere-se, antes de mais nada, à percepção de que as formas modernas de poder produziram e ocultaram a criação de tecnologias de morte que afetam de modos diferentes comunidades e sujeitos. Isto também se refere ao reconhecimento de que as formas coloniais de poder são múltiplas e que tanto o conhecimento como a experiência vivida dos sujeitos que foram mais marcados pelo projeto moderno de morte e desumanização são altamente relevantes para a compreensão das formas modernas de poder e para fornecer alternativas para eles mesmos (MALDONADO TORRES, 2008, p. 66, tradução nossa).

O conceito de giro decolonial então está apoiado numa diferença elementar para os estudos decoloniais: a diferença entre o conceito de colonialismo e de colonialidade. Ao desenvolver o conceito de *Colonialidade do Poder* Quijano (2005) propõe que o colonialismo existiu em um dado momento do tempo enquanto uma prática política, econômica e cultural e que seu fim aqui no Brasil, por exemplo, se processa numa ruptura como consequência das Guerras Napoleônicas e da vinda da Família Real para o Brasil, instaurando um Império. Já a Colonialidade, também definida por Mignolo (2017) como *Matriz Colonial de Poder (MCP)*, é a continuidade das relações de dominações e subalternização de territórios geopolíticas ancorados em ficções como raça e gênero para manutenção do capitalismo global internacional.

É inspirado nas teorias pós-coloniais, nos clássicos da “tríade francesa”, nos conceitos decoloniais do Grupo M/C e nas experiências das feministas autônomas, dos movimentos populares de mulheres como a Marcha Mundial da Mulher (MMM), na Marcha das Margaridas, no feminismo *chicano* e outras experiências, que o que chamamos de *Feminismo Decolonial* se organiza.



Começo o texto com uma citação da artista Lina Pereira sobre ser a falha do gênero no *reality show* e organizei essa subseção denominada *O giro decolonial é uma desmunhecada?* no sentido de mostrar que esse conceito articulado estrategicamente a outros, permitirá mostrar como se construíram as ficções de gênero e raça, o empobrecimento e a heterossexualidade compulsória. Aliado ao conceito do sistema-mundo moderno/colonial de gênero permitirá compreender como o gênero ocidental foi imposto na relação colonizador/colono, em alguns casos com o apoio e cooptação dos machos e como o conceito de gênero desenvolvido pelo feminismo, branco e ocidental invisibilizou ou pior, impossibilitou e apagou análises de realidades organizadas a partir de outras categorias (OYEWUMI, 2020; LUGONES, 2020);

CISTEMA MODERNO-COLONIAL DE GÊNERO

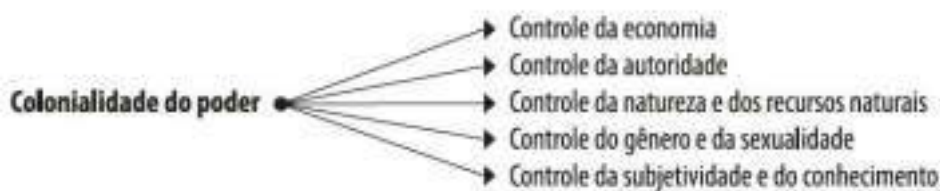
Citando uma densa pesquisa feita pela crítica literária Paula Gunn Allen sobre os Cheroquis (tribo indígena norte americana), Lugones (2020) cita outras tribos como

os quehannas, hurões, iroqueses, pueblos, navajos, narragansettes, algonquinos da Costam montagnais. Todas tribos ginocêntricas. Algumas também reconheciam práticas não heterossexuais ^{iv}de maneira positiva como “os apaches, navajos, winnebagos cheyennes, pimas, crows, shoshonis, paiutes, osages, acomas, zunis, siouxies, pawnees, choctaws, creeks, yumas, astecas, tlingites, maias, naskapis, poncãs, maricopas, lamaths, quinaults, yukis, chilulas, kamias. Vinte dessas tribos tinham referências específicas ao lesbianismo [a autora faz uma nota ao termo lesbianismo] (LUGONES, 2020,p. 71)

Julieta Paredes Carval (2020), feminista decolonial, boliviana, integrante do grupo de feministas autônomas *Mujeres Creando*, no artigo *Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental*, retoma o conceito de *chacha-warmi* (homem-mulher) que “ainda que de modo confuso e machista, nos propõe um par complementar, mas um par machista de complementaridade hierárquica e vertical” (CARVAL, 2020, p. 198). A ativista propõe um modelo de complementaridade que não tenha como foco o modelo cisheteronormativo compulsório, assim inverte o conceito para *warmi-chacha* (mulher-homem) e gira a relação hierárquica e vertical para horizontal, podendo também o *warmi-chacha* significar diferentes corpos. Apesar de um conceito um tanto essencialista e biologizante do gênero, o que quero mostrar aqui é como o sistema-mundo colonial de gênero se estruturou sob o signo de modernidade.

A psicóloga Luciana Balestrin, seguindo o conceito de Walter Mignolo da *Matriz Colonial de Poder (MCP)*, que depois será chamado de *Colonialidade do Poder*, desenvolve um quadro explicativo como exposto por Mignolo. A *imagem 1* corresponde ao gráfico publicado no importante artigo *América Latina e Giro Decolonial*, publicado na Revista Brasileira de Ciência Política em 2013. Como podemos observar ao analisar a imagem, a relação do que chamarei de *dobras da Colonialidade do Poder*, parece não ser de constituição mútua, muito pelo contrário. A colonialidade do gênero especificamente e que me será mais útil, por exemplo, é considerada apenas como produto da Colonialidade do Poder.

Imagem 1: Organograma da Colonialidade do Poder e seus demais controles



Fonte: (BALESTRIN, 2013, p. 100)

Esse quadro que esboço de início nesse tópico me serve como ponto de partida e de chegada. Como fundamento teórico e estratégia política. Lugones (2020) propõe complexificar o conceito de Colonialidade do Poder de Quijano a partir do

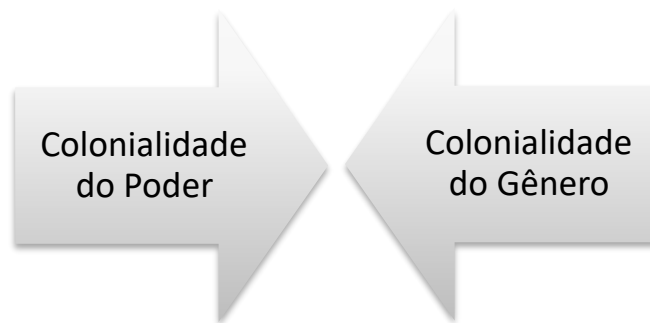


sistema de gênero, pois não apenas a “raça”^v é uma ficção colonial, como o “gênero” também é. “A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder. Nesse sentido, não existe uma separação de raça/gênero no padrão de Quijano.” (LUGONES, 2020, p. 60). Em outro trecho do artigo a autora escreve “é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma a esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de formação mútua” (LUGONES, 2020, p. 72).

Assim, seguindo a crítica proposta por Lugones e outras feministas, me parece que o quadro precisa ser alterado como na *imagem 2*,

“quijano entende que o poder este estruturado em relações de dominação, exploração, e conflito entre atores sociais que disputam o controle de ‘quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos’ (LUGONES, 2020, p. 55)

Imagem 2: A Colonialidade do Poder se retroalimenta junto a Colonialidade do Gênero



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

ou seja, vetores que se retroalimentam e se produzem à medida que coexistem. É nessa “co”incidência que parte dos *Estudos Feministas e LGBTQIAPN+ Decoloniais* vão apoiar suas críticas.

Caminhando no mesmo sentido a pesquisadora, professora, feminista decolonial nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí em sua densa crítica ao sistema colonial de gênero que resultou em sua tese intitulada *A invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, expõe o sentido ficcional do gênero criado e implantado pelo ocidente nas violências e violações da colonização e como essa matriz de pensamento da colonialidade envenenou historicamente análises de sociedade africanas baseadas na categoria de gênero.

Para a pesquisadora, as feministas ocidentais produzem conhecimento a partir da epistemologia do modelo de família nuclear, essa característica constrói um modelo de família generificada e heterossexual, “a família nuclear é uma família generificada por excelência [...], a mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos” (Oyěwùmí, 2020, p. 88). Gênero como categoria de análise desenvolvida pelo feminismo branco, dito de segunda onda, do norte global, possui uma arquitetura e mobiliário que derivam majoritariamente dessa corrente epistemológica, servindo então como categoria colonial, como aponta a feminista negra lésbica Yuderkys Espinosa Miñoso, ou o que ela vai chamar de *colonialidade da razão feminista* (MIÑOSO, 2020).

Assim, proponho uma torção, não é uma quebra. Comunicando com esse movimento crítico, apontando o caráter ficcional do sexo, que eu havia lido no início da graduação no livro *História da Sexualidade – A vontade de saber* do filósofo, branco, gay, francês, Michel Foucault. Naquele momento não conseguia entender como o dispositivo da sexualidade produziu discursos diversos e multidirecionados, institucionais ou não, no sentido de produzir controle biopolítico.



A torção teórica que aponto é o uso estratégico da geopolítica de produção de efeitos de subalternidade incorporando uma crítica local das epistemologias de sexualidades do *cu do mundo*. Ou seja, a heterossexualidade é mais do que uma sexualidade, é um regime de verdade, uma norma, um padrão, regido pelo dispositivo da sexualidade a fim de controle biopolítico, da população. A heterossexualidade é parte constituinte do sistema moderno-colonial de gênero, visto que, para Lugones “o sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva” (LUGONES, 2021, p. 78). Para Miñoso, “la (hetero)sexualidad, al igual que el género, la raza, la etnia... no son más que regímenes de poder-saber asentados en la producción de subjetividad y de tipos de sujetos con fines materiales de opresión” (2017, p. 266).

Segui esse movimento de retomar notas da emergência não dos Estudos de Gênero, mas daqueles que orbitam o conceito de Colonialidade de Gênero, não para pensar as produções de saber de dentro dos grupos organizados que passam a se institucionalizar nas ONGs, Universidades e grupos de pesquisa de gênero e sexualidade, mas pra montar um cenário político, social e cultural de que desemboca na autoafirmação, no orgulho e na organização desses sujeitos homossexuais subalternizados.

Teóricas latino americanas importantes como Norma Mogrovejo (2020), no artigo *O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala*, ou como Yuderkys Espinosa Miñoso em *Lá Política Sexual Radical Autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual*, criticam a chegada dos estudos *queer* à América Latina por serem traduzidos a partir de conceitos norte estadunidenses, promovendo uma política radical de desestabilização das identidades como futuro e modernidade, sendo que em Abya Yala já temos experiências de sociabilização para além do modelo de gênero colonial/moderno, ou seja, criticam que as ferramentas locais sejam suprimidas por ferramentas muitas vezes coloniais.

Ainda no seu texto, Yuderkys (2020) desenvolve uma análise sobre o feminismo com base no método genealógico foucaultiano para pensar o feminismo autônomo latino americano. Miñoso ao propor uma genealogia das formas de atuação dos movimentos feministas e por diversidade sexual tece críticas à atuação política de grupos assimilacionistas à heterossexualidade, que buscam alargar o conceito de norma para que caibam. Nesse ponto, a *Teoria Queer*, como uma teoria abjeta, que vem do *cu* como alguns teóricos/as/es propõem, também formula uma crítica profunda a fixidez das identidades e a articulação de pautas, estratégias e táticas que tenham como foco a normalização.

O feminismo autônomo, na afirmação da categoria mulheres, acaba por reiterar uma lógica do dimorfismo biológico sexual que ficou intrínseco na análise da *Colonialidade do Poder* de Quijano e que Lugones faz questão de projetar ênfase. O grupo do feminismo autônomo carrega historicamente “la producción del mito de la autonomía violenta y transfóbica” (MIÑOSO, 2017, p. 270). Nessa torção teórica, para a pesquisadora, mesmo criticando a Teoria Queer, “quizás ambas críticas deberán ser escuchadas por aquellas a las que compete.” (MIÑOSO, 2017, p. 271). Essa citação para mim é chave pra não cairmos na fixidez de produções teóricas.

A antropóloga brasileira Larissa Pelúcio, ainda quanto a essa torção teórica que venho desenvolvendo, afirma que “temos enfrentado antropofagicamente esse desafio de pensar a realidade local a partir de uma produção própria, não sectária, que não recusa o que vem de fora, mas devora” (PELUCIO, 2021, p. 294). Ela propõe que a tradução do *queer* para o Brasil deve “pensar a partir de outras categorias e, por que não, de outros órgãos, como forma de desestabilizar o lugar da cabeça como metonímia para a razão ocidental.” (PELUCIO, 2021, p. 298). Assim, o *cu* seria o órgão pensante. O órgão que por si leva a merda todo o sistema colonial-moderno de gênero. O órgão privatizado de prazer, alvo do desejo, do lascivo desejo, da carne, da proposta, do engolir antropofágico que caga para às normas, para a colonialidade.

O QUE DIZEMOS QUANDO FALAMOS DAS BORDAS DO MUNDO?

“Das bordas” aqui tem duplo sentido. Podemos falar das bordas enquanto um sujeito, enquanto referência a ser analisada, enquanto sujeito da minha oração; mas também podemos interpretar “das bordas” enquanto um espaço geopolítico, produzido a partir de uma noção de centro. Parece-me que as duas produzem epistemologias distintas, mas que dialogam. Os *Estudos Decoloniais* têm se preocupado em definir o conceito de *Modernidade* para expor que em seu lado obscuro (MIGNOLO, 2017) está a *Colonialidade* e o conceito de *eurocentrismo* como consequência da Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber, Colonialidade do Ser e Colonialidade do Gênero. A Europa como centro e, sobretudo após o período Pós-Guerra os Estados Unidos da América como centro, têm reiterado a lógica de dominação colonial e



subjetivado sujeitos como menos desenvolvidos intelectualmente, sobretudo terceiro-mundistas, em desenvolvimento, apontados para o cone norte global como “norte”, como referência.

Quando Larissa Pelúcio propõe as bordas a se abrirem e engolirem num movimento antropofágico, o esforço de romper com o padrão da *Colonialidade* é um convite a radicalidade epistêmica. Apesar de a origem da *Teoria Queer* está geolocalizada num espaço de privilégio epistêmico, para a antropóloga,

os estudos queer se constituíram como um saber marginal que procurava desafiar as ciências canônicas, assim como colocar em xeque o próprio movimento de gays e lésbicas que, na crítica queer, estava se tornando assimilacionista e reiterador da ordem hegemônica [...]. Nasceu como resposta atrevida das pessoas marginalizadas por uma ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e assim também das subjetividades. (PELÚCIO, 2020, p. 293-294).

Como propõe a artista e performance Pedra Costa em seu *periferiacentroperiferia* “jamais serei Judith Butler, mas sendo mais próximo de Nízia Floresta me contento com a tradução cultural que posso fazer da Butler e de suas teorias, numa infidelidade criativa que me surpreende e cria algo novo.”^{vi} Assim, me abro ao risco de errar, de promover distintas conexões. Como complementa a performer “os periféricos não necessitam da aprovação dos centros”.

O PROBLEMA DA HETROSSEXUALIDADE

Parece-me, com o desenvolvido no tópico acima, que contar a história da organização social e política de sujeitos que sentem desejo por outros sujeitos considerados do mesmo sexo no regime de verdade produzido sob o desenrolar da colonialidade do poder, do gênero e do saber, é também descolonizar nosso padrão de pensamento heterossexual (e consequentemente ocidental, branco e masculino).

Segundo o dicionário Aurélio o termo *Orgulho* significa “sentimento de satisfação com os seus próprios feitos e qualidades, ou com as realizações de outra pessoa”, ainda segundo o Aurélio, na segunda definição, “excesso de admiração que o indivíduo tem em relação a si próprio, baseado em suas próprias características, qualidades ou ações; arrogância”.

Quando pesquisado por “Orgulho LGBT” o dicionário não possui uma definição, aponta para o significado de orgulho e para o significado da sigla LGBT. A primeira noção de orgulho apontada pelo dicionário talvez dê de conta, inicialmente, ao argumento que tenho construído. Porém, o “sentimento de satisfação com seus próprios feitos e qualidades” será potencializado e pensado a partir da noção de heterossexualidade compulsória (WITTIG, 1980; RICH, 1993), do mito da heterossexualidade e da complementaridade do sexo/gênero entre homens e mulheres (GUASCH, 2007) e da heterossexualidade enquanto invenção no século XIX (KATZ, 1996), ou seja, no regime de verdade criado pelo dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2020) se instituiu políticas do corpo designando formas de ser, de parecer e de se portar que instituíram a heterossexualidade como forma única de experiência da sexualidade seguindo a falsa congruência colonial de gênero.

A segunda definição do dicionário diz respeito ao campo da arrogância, soberba, desdém e estes não serão aqui tratados, pois, mesmo que utilizados e apropriados pela cultura das dissidências sexuais e de gênero, o significado não seria o mesmo. A arrogância, a soberba e o desdém à cultura heterossexual poderia estar relacionada no máximo à expressão da iconoclastia, a quebra de signos e padrões heterossexuais (VIDARTE, 2019). Assim, não seriam sentimentos pensados a partir das noções de cultura dos grupos tidos como universais (sobretudo heterossexual e cisgênero), mas como ferramentas e táticas políticas de resistência à dada cultura que visa disciplinarizar nossos corpos.

Lendo e estudando pesquisas que se deram no período do neodesenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores nas primeiras décadas do século XXI parecia que os/as/es pesquisadores/as enxergavam com otimismo as ondas de “direitos” que pessoas LGBTQIAP+ vinham conquistando fruto sobretudo do *lobby* dos movimentos organizados que podemos chamar hoje de Movimento LGBTQIAP+ (mesmo fazendo a crítica ao assimilacionismo à heterossexualidade que desenvolverei mais à frente). O reconhecimento do direito à união homoafetiva em 2011, do direito ao casamento civil em 2013, o direito de adoção pro casais homossexuais, que, aliás, colocaram no centro das discussões o conceito de família tão caro a heterossexualidade e ao projeto colonial, o direito de pessoas trans*^{vii} como o acesso facilitado a retificação de documentos em cartórios de registro civil.



O golpe político, judiciário e midiático impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, significou um aprofundamento da política conservadora, fascista, LGBTQIAP+fóbica, racista e machista de extrema-direita. Não por acaso, Michel Temer, seu vice, deu início a implementação de reformas políticas que tiveram como centro a precarização dos postos de trabalho, a pobreza, a fome... O Brasil cai em um buraco cada vez maior de abismo social e desigualdades. O Conselho LGBT, importante ferramenta de orientação para políticas públicas no Brasil foi desmantelado, o conservadorismo e a polarização entre vida e morte ficou cada vez mais evidente.

O Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo. O grupo Gay da Bahia há 40 anos desenvolve pesquisas e relatórios com base nos noticiários da mídia, ou seja, os dados coletados são apenas a ponta de uma profunda raiz de ódio e perseguição sofridos por pessoas dissidentes. Em 2021 houve uma morte a cada 29 horas. Foram 300 casos de morte violenta no Brasil, 8% a mais que no ano anterior. Desses 300, 276 foram homicídio (92%) e 24 suicídios (8%)^{viii}.

Os dados analisados também apontam o Nordeste como a “região onde mais LGBT tiveram mortes violentas, 35% dos casos” (DOMINGOS; MOTT, 2022, p. 2). Nessas quatro décadas, com exceção do ano de 2020 quando pela única e primeira vez pessoas trans* ultrapassou, o número de gays que sofreram mortes violentas tem sido “termos absolutos”. Racializando esses número, 28%, ou seja, a maioria são pessoas brancas, 25% pardas, 16% pretas e uma indígena. Apesar de trabalhar com essas categorias separadas, considerando pretos e pardos o número sobe vertiginosamente para 41%, sendo quase metade do contingente. Outro aspecto metodológico dessa pesquisa é que está limitada ao esforço voluntário de seus organizadores de organizar e centralizar todos os casos ocorridos no país com base nos noticiários. Esse detalhe pode revelar muito, visto que devido o racismo institucional e estrutural os ataques a pessoas brancas, sobretudo de classes abastadas, são o centro das manchetes. Atravessando e classificando com base no etarismo, a morte violenta de uma pessoa mais velha foi contra um gay de 76 anos, enquanto a pessoa mais jovem foi uma menina travesti de 13 anos. A Paraíba está em 16º lugar no triste ranking de casos de mortes violentas a pessoas LGBTQIAP+ com 6 casos, equivalente a 2% do total nacional.

Os dados fazem emergir um conjunto de sensações e revoltas, mostra que a masculinidade violenta característica da nordestinidade faz dezenas de vítimas quase que diariamente. Esses dados também corroboram com a afirmação de que a heterossexualidade está longe de ser apenas uma sexualidade como a homossexualidade, mais do que isso, é um regime de poder colonial que mata aqueles que ousam não caber na norma.

Pentear a contrapelo o lado visível da colonialidade do gênero. Para Lugones (2020) “o sistema de gênero tem um lado visível/iluminado e um oculto/obscuro. O lado visível iluminado constrói hegemonicamente o gênero e as relações de gênero” (p. 78), assim dão sentido as categorias coloniais homem/mulher. A Teoria Queer também tem proposto um novo olhar sob aquilo que possivelmente não teria história, os longos traços do biológico e consequentemente natural e imutável. Um projeto que retorne o olhar, uma torção epistemológica promovida por bichas que historicamente foram perguntadas de onde vieram, como alienígenas pisando em terrenos estranhos.

Isso não significa uma longa história da sexualidade passando das práticas da antiguidade clássica até os dias de hoje, mas sim para problematizar o caráter histórico da heterossexualidade. Assim, em um primeiro momento delinheio a emergência de categorias centrais para essa pesquisa a heterossexualidade e da homossexualidade nos múltiplos discursos médico-legais do século XIX, como esses discursos produziram a heterossexualidade enquanto norma e prática saudável do corpo e, em contraposição, a homossexualidade como degeneração para todo o corpo biológico e social; e, em um segundo momento, problematizo como essas categorias inventaram políticas do corpo, identidades múltiplas que desafiam sua própria rigidez e fixidez. Essa mobília, a meu ver, é fundamental para construir o cenário em que emergem forças e vozes de resistência organizada.

MATERNIDADE COLONIAL: O NASCIMENTO DAS CATEGORIAS HETEROSSEXUAL E HOMOSSEXUAL

Pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? (MOMBAÇA, 2015, p. 7)

“destacar somente aqueles processos que resultaram historicamente na formação da homossexualidade significa implicar que a heterossexualidade é, de alguma forma, a construção mais autoevidente, natural ou estável”, (JAGOSE, 1996, p. 16 [tradução minha]).

Dialogo com teóricas/os/es, artistas e experiências que respiram um novo projeto político de organização social coletiva, de (des)estrutura do sistema mundo moderno-colonial de gênero. Venho defendendo nesse desenrolar de problematizações o uso estratégico de conceitos caros para aquilo que chamamos de Teoria Queer e Teorias Decoloniais.



Esta relação que não parece óbvia reitera, na superfície da cisheterossexualidade, as engrenagens da colonialidade de saber sendo retroalimentada pela colonialidade do poder e pela colonialidade do gênero.

Expor uma breve genealogia da atual instituição biopolítica da heterossexualidade permite criar estranheza no natural, quebrar a falsa congruência do “sexo”, “gênero”, “desejo” e “prática sexual” apontada por Butler (2020) na inteligibilidade dos corpos ditos normais, saudáveis, reprodutores não apenas da “espécie”, mas dos valores morais que sustentam a ficção desse regime de verdade.

Os estudos gays e lésbicos, que posteriormente darão origem (não de forma evolutiva) aos estudos *queer* no período da eclosão da epidemia de HIV/AIDS, vem desde a década de 1970 tomando lugar em departamentos, grupos de pesquisa e na historiografia, porém a universidade continua sendo um espaço de exclusão, como afirma J. Mombaça no artigo *Pode um cu mestiço falar?: “a academia, mais do que um espaço neutro de produção de conhecimento científico, deve ser compreendida como espaço de violência e exclusão”* (MOMBAÇA, 2015, p. 10). Essa afirmação de Mombaça parece óbvia em um primeiro momento, mas possui teor profundo de historicidade que desenvolverei nessa sessão.

A “maternidade colonial” ao qual me refiro nesse subtítulo é um jogo de palavras. Problematiza a “maternidade” em seu sentido restrito e institucional, de fazer nascer, de revelar o menino ou menina aos propósitos das ansiedades dos pais (homem e mulher) que já planejaram ou certamente planejarão a cor do quarto, os elementos que o compõe, as roupas e todos os múltiplos discursos que se materializam no fazer gênero da criança; uso o termo “maternidade colonial” também para me referir ao caráter histórico da emergência das categorias de heterossexualidade e homossexualidade, ambas nas pesquisas médico-legais.

Aqui me refiro ao nascimento dessas categorias em clínicas médicas em um sentido amplo, produzidas pela colonialidade do poder, saber e gênero que se movimentam tanto numa proporção molecular, quanto com grandes abalos de placas tectônicas. É a colonialidade do saber e o privilégio epistêmico de homens, heterossexuais, brancos, europeus e cisgêneros que reitera o poder da heterossexualidade em medicalizar e patologizar sujeitos outros no processo de produção das diferenças, daquilo que é normal e do anormal e por isso degenerado.

A engrenagem biopolítica que mantém a congruência sexo/gênero/desejo/prática sexual se mostra como natural e conseqüentemente sem história. Existe desde que o mundo é mundo, ou seja, homens, que nascem com a genitália dita masculina, o pênis, que se identificam como homens (não poder haver arestas da problemática disforia) e gostam de mulheres (naturalmente heterossexuais) e, por outro lado, mulheres, que nascem com a genitália oposta ao do homem^{ix}, a vagina, que se identificam como mulheres e que gostam de homens. Percebe-se que esse sistema ao passo que constrói a norma, cria hierarquias múltiplas e reitera, em seu seio, a opressão e subalternização de mulheres numa lógica hipotética da heterossexualidade eterna.

Para Jonathan Ned Kats,

A heterossexualidade não é análoga ao ato sexual reprodutivo dos sexos; não é o mesmo que as diferenças sexuais; não é igual ao erotismo de mulheres e homens. Eu argumento que a heterossexualidade significa um arranjo histórico particular dos sexos e se seus prazeres. (1996, p. 14)

A tempo, como investiga teóricos/as/es e ativistas *queer*, nos perguntamos e produzimos saber sobre sujeitos/as/es que sentem o desejo de se vestirem com a roupa do sexo oposto, mas dificilmente ou quase nunca, nos perguntamos sobre pessoas que sentem o desejo de se vestirem com as roupas do próprio sexo. No mesmo andar tem havido produções de discursos e saberes diversos que estudam as pessoas trans* e crescido um movimento de teorização da cisgeneridade enquanto categoria analítica como Viviane Vergueiro, J. Mombaça, Letícia Nascimento e tantas/os/es outras/os/es.

As ferramentas decoloniais nos apontam a imposição do mobiliário de gênero no processo de colonização como desenvolvi no tópico anterior, porém, é com o desenvolvimento das *sciencia sexuales* (FOUCAULT, 2020), no ocidente, que estudos de sexólogos, psiquiatras, psicólogos, criminalistas e outros discursos fizeram emergir saberes que refletiam a ordem colonial de poder.

O filósofo, francês, branco e homossexual Michel Foucault em A história da Sexualidade a vontade de saber reitera,



na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso (FOUCAULT, 2020, p. 114)

e completa,

essa mutação se situa na passagem do século VIII para o século XIX, [...] A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX (FOUCAULT, 2020, p. 128)

A formulação clássica do personagem homossexual vai se caracterizar na transição do sujeito sodomita, ou seja, sujeito que é efeito de sua prática sexual pecaminosa, para paulatinamente, o sujeito com determinadas características natas ou inatas de perversão. Karl-Heinrich Ulrichs, jurista alemão e homem que sentia desejo por outro homem, desenvolve o termo *uranista* para nomear homens que sentem atração por outros homens. Para o jurista o uranista era um *terceiro sexo*. Ele desenvolve uma descrição completa dos uranistas em doze livros publicados entre 1864 e 1879. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 38)

O termo homossexual surge da jornalista húngara trans* Károli Maria Kertbeny em folhetos contra a punição da sodomia masculina na Prússia (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Porém é no livro *A invenção da heterossexualidade* do historiador Jonathan Ned Kats que o termo homossexual e heterossexual vão ganhar devida projeção e luz sofre suas fiações que os criaram, sustentaram e sustentam. O historiador aponta que nem sempre o uso do termo “heterossexual” esteve relacionado diretamente ao normal, bom e saudável. Seu “primeiro uso conhecido da palavra heterossexual nos Estados Unidos ocorreu em um artigo do Dr. James G. Kiernan, publicado em um jornal de medicina de Chicago em maio de 1882” (KATS, 1996, p. 31).

O sujeito dito heterossexual de Kiernan estava ligado a “manifestações anormais do apetite sexual” (KATS, 1996, p. 31). O prefixo hetero para Kiernan não significava o desejo sexual pela pessoa do sexo oposto, mas a uma espécie de *hermafroditismo psíquico*, ao desejo por dois sexos diferentes. Essa teoria presumia que os sentimentos tinham e advinham de um sexo biológico. Esses heterossexuais também eram culpados pelos métodos anormais de ter prazer que não reproduziam a espécie ao mesmo tempo que também apresentavam o desejo normal pelo sexo^x.

Nesse mesmo artigo, Kiernan também designa o termo homossexual como “pessoas com um estado geral do sexo oposto” (KATS, 1996, p. 31), eram invertidos, contrários ao seu gênero, a própria masculinidade e feminilidade. Assim, este artigo também estreou o uso do termo “homossexual” na modernidade.

A velha norma reprodutiva do heterossexual e do homossexual de Kiernan passa a dar lugar a um *instinto sexual* reprodutivo no interior das subjetividades. Esse novo hetero-sexual, separado com hífen, emerge em 1893 com a publicação de *Psycopathia Sexualis, with Especial Reference to Contrary Sexual Instinct: a Medico-Legal Study* [Psycopathia Sexualis, com referência especial ao instinto sexual contrário: um estudo médico-legal] do professor de Psiquiatria e Neurologia, heterossexual, branco e europeu, Richard von Krafft-Ebing. Para o autor o hetero-sexual possui um *instinto sexual* enquanto seu oposto teria o instinto sexual patológico ou o instinto sexual contrário.

O termo hetero-sexual, de Krafft-Ebing, não faz qualquer referência explícita à reprodução, embora implicitamente sempre incluía o desejo reprodutivo. Por isso, significa da mesma forma uma normalidade erótica. Seu termo gêmeo, homo-sexual, sempre significa um desejo pelo mesmo sexo, patológico porque não é reprodutivo. (KATS, 1996, p. 34)

Essa divisão entre a forma de enxergar a heterossexualidade entres Kiernan e Krafft-Ebing também não é tão simples, visto que para esse último, a heterossexualidade permanece no escopo da estratégia de natalidade, ligada a um desvio não reprodutivo, ou seja, biopolítico.



O livro *Psycoopathia Sexualis* é um ponto chave no desenrolar da heterossexualidade. O professor de psiquiatria o desenvolve a partir de pesquisas clínicas que visavam a “cura” do sentimento homossexual. Em seu desenvolvimento dois conceitos são importantes: 1) *perversão sexual congênita*, “uma distinção entre atos supostamente causados por uma anormalidade inata, biológica”; e 2) *perversão sexual adquirida*, “atos voluntários que constituem uma perversão” (KATS, 1996, p. 40). Esse movimento projeta uma moral biológica, uma escolha dos sujeitos não apenas de seus atos, mas do desejo de muda-los, “essa bioética determinista afirma [no século XX] que a heterossexualidade é um fato imutável da natureza, uma norma estabelecida naturalmente” (KATS, 1996, p. 40). Essa distinção delinea o invertido verdadeiro, congênito, de causas inatas e aqueles pervertidos que praticam por escolha. (SIMÕES; FACCHINI, 2009)

Para desenvolver seu estudo, Krafft-Ebing cita diversos casos de homens que o procuraram por estarem sentindo desejo por outros homens, por sonharem com outros homens, por acharem que são pervertidos por ainda não terem casado, inclusive o casamento é um aspecto fundamental naquilo que o pesquisador vai apontar como a “cura” desses pacientes. Nesse momento terapias como sonambulismo, a hidroterapia, a faradização (terapia de choque) e hipnose com sugestões como

1. eu tenho horror ao onanismo [...],
2. Não tenho interesse pelos homens; porque o amor pelos homens é contra a religião, a natureza e a lei.
- 3 eu me sinto atraído pelas mulheres; porque a mulher é encantadora, desejável e criada para os homens (KATS, 1996, p. 37).

Essas teorias articularam uma variedade de expressões da vida humana, da sexualidade e das constituições biológicas dos corpos, “elas se orientavam por um conjunto de preocupações políticas e morais voltadas a identificar toda sorte de anomalias, perversões ou ameaças na esfera da sexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 37) e da identidade de gênero.

A partir da decolonialidade não posso dizer que a prática do desejo, relação, cosmogonia e prática sexual de homens que sentem atração por outros homens surgiu apenas no século XIX, visto que, como aponta as feministas decoloniais, o gênero foi envenenado nos territórios colonizados. Muito menos posso afirmar que os sujeitos homossexuais e heterossexuais foram ali, na clínica, inventados, visto que esses pesquisadores buscavam, na classificação, compreender o fenômeno visível da existência de sujeitos que fugiam a norma. Esse movimento colonial e violento (parece pleonasma, mas merece ser reiterado) lançou saberes que viriam a ser novas identidades sexuais, sociais e culturais. Ao passo que a heterossexualidade foi se desenvolvendo como norma institucional do sistema moderno-colonial de gênero, a homossexualidade, seu lado oculto, passa a ser produzido pela chancela da verdade científica.

Outros pesquisadores como o próprio Ulrichs, que citei anteriormente, disputarão o sentido do termo homossexual no sentido de livrá-los da perseguição legal e moral. Como o filósofo britânico Edward Carpenter e o médico Magnus Hirschfeld, sendo este último o fundador do Comitê Humanitário Científico, em 1887, proclamando o *terceiro sexo* (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Outra contribuição foi do médico britânico Havelock Ellis que para livrar homossexuais da vala da degeneração faz uma lista de homossexuais que contribuiriam positivamente para a sociedade. Figuram nessa lista “Erasmus de Roterdã, Leonardo da Vinci, Michelangelo, Alexander von Humboldt, Lord Byron, Oscar Wilde, Walt Whitman, Paul Verlaine e Safo de Lesbos” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 40).

Esses diversos discursos científicos eurocentrados serão irradiados para todo o restante do planeta quase que como as naus europeias. As novas classificações do homossexual delinquente, degenerado e patológico coexistirão com o sodomita pecador a nível global, afinal se esses corpos são perseguidos nos territórios europeus, o imperialismo heterossexual permanecerá violentando ainda mais corpos localizados em geopolíticas de subalternidade como desenvolvo sobre o Brasil no próximo tópico.

NÃO HÁ PECADO NO SUL DO EQUADOR?

Não é um pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma malformação interna, a diagnosticar, reconhecer e obviar ou corrigir. Não religião ou direito, que nada tem que fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez [...] (Estácio de Lima)^{xii}.



Walter Mignolo (2017) descreve a Matriz Colonial de Poder (MCP) em seu fundamento histórico como um monstro de quatro cabeças, sendo essas cabeças âmbitos de controle e administração da ordem mundial e duas pernas, sendo uma o fundamento racial e a outra o fundamento patriarcal do conhecimento. Para o autor a colonialidade ocupa o lado escuro e não visível da modernidade. Quijano (2000) declara que o eurocentrismo é mais profundo que uma localização geográfica, é antes de tudo uma localização e um privilégio epistêmico. Esse eurocentrismo que implementou nas Américas a noção de gênero durante o colonialismo, implementa reiteradamente seus esforços na manutenção desse sistema a partir de múltiplos discursos. Digo isso porque a tradição intelectual brasileira se apoiou e ainda se apoia em grande escala (e devido à colonialidade do poder e do saber) nas produções teóricas da Europa e posteriormente dos Estados Unidos.

As teorias europeias que sugeriam comportamentos sociais desviantes como desequilíbrios hormonais congênitos passam a ocupar território das universidades brasileiras principalmente a partir dos estudos dos professores Leonídio Ribeiro, professor da disciplina de Medicina Legal e Criminologia na Escola Médica Fluminense, publicou a pesquisa *Homossexualismo e Endocrinologia*; Edmur de Aguiar Whitaker, médico, psiquiatra do Serviço de Identificação da Polícia e professor da Polícia de São Paulo, com a pesquisa *Manual de psicologia e psicopatologia judicial*; Antonio Carlos Pacheco e Silva, Professor do curso de Psiquiatria Clínica na Universidade de São Paulo (USP) com o seu *Psiquiatria clínica e forense*; Viriato Fernandes Nunes e outros tantos pesquisadores empenhados em estudar o exótico, o diferente e anormal.

No processo de desenvolvimento da pesquisa me deparei com algumas perguntas: se a medicina e a criminologia à brasileira importaram essas categorias de análise tão importantes para compreender a epistemologia de sujeitos/as/es contemporâneos/as e manutenção do poder colonial, como se portou a Faculdade de Medicina do Recife fundada em 1920? Quais os saberes foram produzidos aqui no nordeste? Ou melhor: foram produzidas pesquisas sobre homossexuais ligando a prática com a degeneração? Como essas pesquisas foram feitas? Havia clínica de “cura” ou reversão da perversão inata aqui na Paraíba? Quem são esses sujeitos? Como se dá o atravessamento com o processo de endocolonização que passou o nordeste brasileiro? Como e se esses saberes foram atingidos pela nordestinidade?

Para pensar as formas pelos quais sujeitos sodomitas e não sodomitas brasileiros foram constituídos e atribuídos pelo modo de subjetivação das identidades coloniais, eurocêntricas e importadas, aqui falo da “heterossexualidade” e “homossexualidade”, e conseqüentemente a produção de diferença, me uso da mola propulsora que foi a tese de doutorado do Historiador James N. Green intitulada *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*.

Nela o pesquisador define seu campo de pesquisa nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro e descreve o longo processo de busca nos arquivos ainda não organizados e catalogados, sobretudo quando a palavra-chave da pesquisa era termo como homossexual, por exemplo.

O critério então de viabilidade dessa pesquisa que desenvolvo criou limites nas respostas dessas perguntas, visto que numa pesquisa online não encontrei um levantamento ou arquivo virtual dessas teses, dissertações, monografias e afins, bem como o tempo para planejamento e execução do levantamento desse material.

No mais, para atender aos objetivos dessa pesquisa de analisar as condições de emergência do movimento de homens e mulheres que sentiam atração pelo mesmo sexo, na Paraíba da abertura política (1981), a partir das próprias fontes do grupo, me parece que esses discursos médico-legais das capitais São Paulo e Rio de Janeiro dão conta, inicialmente, de um panorama político, social e cultural do ser diferente. Essas novas perguntas direcionarão possivelmente meus futuros trabalhos e certamente me levarão a outras perguntas.

Retomando quanto aos discursos científicos médico-legais “a tradição positivista no Brasil, que enfatizava a ‘ciência’ aplicada como mola propulsora do progresso social e mantenedora da ordem social, respaldava a intervenção do Estado para resolver os males da sociedade” (GREEN, 2019, p. 202). Essa forma de subjetivação vai buscar a manutenção da ordem social brasileira nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo devido as constantes movimentações pelas quais passava a conjuntura política brasileira.

Em 1906, o médico clínico Dr. Pires de Almeida publica em um dos primeiros trabalhos que tratarão do tema da homossexualidade no Brasil, intitulado: *Homossexualismo/A libertinagem no Rio de Janeiro*. Pires está preocupado com a libertinagem, a ordenação social da virada do século XIX para o século XX. O homossexualismo deveria ser punido por ser antinatural visando à higiene e à moral, numa pedagogia do controle e condenação dos excessos de um Estado ordenador e modernizador, pois



O homossexualismo, com relação às suas consequências imediatas ou remotas, tanto afeta individualmente ao perverso quanto à sociedade.

Neste último ponto de vista, sobretudo, se não acirrado as opiniões no tocante aos meios de sanear a atmosfera social: querem uns capitular tais anomalias como crimes passíveis das penalidades relativas às condições de cada indivíduo – outros opinam que tais anomalias, constituindo exclusivamente um estado patológico, devem ser eliminadas como qualquer moléstia, não sendo, portanto, os pacientes passíveis de penas.

A questão, pois, se resume em duas palavras: prisão, aconselham os primeiros – hospital, os segundos. Acertam e erram uns e outros, vindo o erro do exclusivismo a que ambos se aferram: nem todos os casos são de hospital, como nem todos de cadeia. (PEREIRA apud PIRES, 1994, p. 105).

A industrialização, a modernização, a urbanização e conseqüentemente os problemas decorridos desses três. Após 1930 a Grande Depressão, as greves gerais de trabalhadores, as transformações do papel das mulheres na sociedade, o surgimento do da União da República Socialista Soviética (URSS) em 1917 e dos regimes nazifascistas na Europa, a chegada de Getúlio Vargas ao poder são alguns dos elementos que compõem o cenário histórico. Ao propor cura à degeneração do homossexualismo se propunha também cura e controle do tecido social doente e fraco. “Até onde muitos dos doutores e advogados de classe média e alta podiam conceber, comunistas, fascistas, criminosos, negros degenerados, imigrantes e homossexuais deveriam ser contidos, controlados e, no caso destes últimos, se possível, curados” (GREEN, 2019, p. 2003). Nessa citação acredito haver um erro por parte de Green, pois fascistas não foram necessariamente controlados, mas estavam muitas vezes em posição de controle, por exemplo, o professor de Psiquiatria Pacheco e Silva no qual citei anteriormente era líder da Liga da Higiene Mental, uma das mais importantes sociedades eugênicas no Brasil. No capítulo *Direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30*, publicado em 1994 no livro *A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*, o antropólogo Carlos Alberto Messeder Pedreira acrescenta “ao que tudo indica, a discussão em torno do gênero, nessa hora, parece ser uma dimensão chave da nova ‘ordenação nacional’ que a implementação do paradigma moderno implicava” (1994, p.89).

Uma das cabeças da MCP apontada por Quijano e sustentada pelas pernas do racismo e do patriarcalismo (ou do que as feministas decoloniais vão desenvolver como sistema moderno-colonial de gênero ou mais colonialidade do gênero) são assim fundamentais na execução do projeto científico brasileiro de progresso linear e evolutivo baseado, sobretudo nas tendências positivistas. Essa linearidade caminharia para a ordenação do corpo social, pois, “quando este universo de categorias é acionado pela medicina legal dos anos 30, o ponto problemático fundamental revela-se como aquele referente à necessidade de uma ‘correta ordenação’, de uma ‘correta arrumação’” (GREEN, 2019, p. 211).

A criação da identidade de trabalho após 1930, no governo de Getúlio Vargas, ajudará a perseguir, identificar e rastrear qualquer tipo de mudança na norma “agitadores anarquistas e socialistas, empregados relapsos e vagabundos” (GREEN, 2019, p. 212). Os estudos sobre tipos sanguíneos também corroboraram para a análise baseada em intelectuais como Lombroso e Gegório Marañón^{xii} quanto da criminalidade ligada a traços de raça.

A partir de 1930 e 1940, aqui no Brasil, haverá um movimento de transição da figura do homossexual degenerado, praticante de um crime nitidamente tipificado, para o doente, medicalizado, anormal e conseqüentemente alvo do tratamento e da jurisdição médica. Gregório Marañón no prefácio do livro *Homossexualismo e endocrinologia* do brasileiro Leonídio Ribeiro reitera: “[...] o homossexual não deve ser tratado, a priori, como um delinquente. Um homossexual é um anormal [...]” (PEREIRA Apud MARAÑÓN, 1994, p. 93.) Essas discussões estarão no interior da Medicina que naquele momento era fortemente influenciada pela combinação de caráter biológico-organicista e pela psicanálise freudiana. Reitera o médico Leonídio Ribeiro ao demarcar o papel da medicina

as práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número de casos, de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. (...) A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria da humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelas quais não podiam ser responsáveis. (PEREIRA apud RIBEIRO, 1994, p. 118)

A medicina, imbuída do dever social de atingir o lado escuro, de explicar a degeneração, de acessar o exótico e doente para curar o leproso homossexual doente. Causas orgânicas como



a encefalite, sífilis, meningite e traumatismos cranianos, podem provocar, em certos casos, o aparecimento de tendências homossexuais. A epilepsia, paralisia geral, mania e demência senil [...] delírios, com alucinações de formas as mais variadas, especialmente delírios de perseguição, em cuja gênese os psicanalistas fazem intervir os sentimentos de natureza homossexual recalçados no subconsciente. (RIBEIRO, 2010, p. 501)

Dois conceitos importantes aparecerão nesse momento e serão apoderados por Leonídio Ribeiro, o primeiro é de *interssexualismo*, interpretado das teorias de Goldsmidt e Marañón, em que o indivíduo é portador dos dois sexos, o masculino e o feminino, porém um deles pesaria mais na balança e ganharia proeminência. Se apoderando desse conceito, o médico brasileiro Afranio Peixoto desenvolverá o conceito de *missexuais*, pois haveria uma mistura desse estado interssexual, sendo essa mistura entre o “macho viril e a fêmea materna” resultante de uma escala percentual, por exemplo “um invertido que tem filhos e amantes, uma lésbica que tem marido e filhos, estarão na zona média dos ‘missexuais’, as imediações dos 50%.”, e completa o médico que a “diferenciação sexual jamais será perfeit[a]; será sempre relativo, de 1 a 99%” (RIBEIRO, 2010, p. 502).

Como apontei anteriormente, há alguns problemas metodológicos nas pesquisas desses médicos, no geral eles usavam como fonte para análise homossexuais que haviam sido presos em delegacias, ou seja, o recorte do que é homossexual já está implicitamente exposto, àqueles sujeitos que não eram afeminados passaram batidos da polícia e conseqüentemente dos estudos “esses indivíduos foram todos detidos em casa de prostituição, algumas exclusivamente masculina, pelo Delegado dr. Dulvidio Gonçalves, a quem aqui agradecemos o valioso concurso prestado à nossas verificações” (RIBEIRO, 2010, p. 506). Outro aspecto pode dizer respeito aos marcadores de raça e de classe, visto que, tomando a pesquisa de Ribeiro como exemplo, a maioria desses sujeitos foram classificados como negros ou pardos e de profissões populares como trabalhos domésticos, comércio, operários, alfaiates e outros. Outro problema metodológico está no levantamento dos dados. Como aqueles sujeitos já estavam detidos por serem homossexuais (mesmo não havendo crime específico por ser homossexual), o pesquisador analisa seus traços biológicos, seu biótipo, hipotensão arterial, distribuição de pelos no corpo, na região pubiana ou se estavam depilados, a ginecomastia (tamanho dos seios), o formato da bacia e outros dados a fim de perceber características em comum nesses sujeitos.

Ribeiro propunha também um tratamento médico-pedagógico para solucionar o “problema essencial” com dois possíveis tratamentos: “em primeiro lugar, educação e criação apropriadas – e, se isso se provar ineficaz, transplante de testículos” (GREEN, 2019, p. 225).

Assim, o pecado nefando da sodomia vai convivendo com outros atravessamentos e dispositivos de poder. Passa pelo poder de regulação desses corpos, de aprisionamento, para o poder médico-legal biopolítico. Esse movimento não significa de forma alguma o fim de uma forma de poder e substituição por outra, muito pelo contrário, até os dias atuais percebemos a convivência de todos esses discursos.

Os atos libidinosos, entre indivíduos do sexo masculino, serão reprimidos quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenção de até um ano. Punir-se-á somente o sujeito ativo e a pena será a de prisão: (I) – por um a três anos, quando por violência ou ameaça grave, tiver constrangido o outro participante a tolerar o ato, ou este, por deficiência física, permanente ou transitória, acidental ou congênita, for incapaz de resistir a esta situação; (II) – por dois a seis anos, quando a vítima for menor de 14 anos, caso em que, para punição, se prescinde do escândalo público. Parágrafo único: Tratando-se de anormais, por causa patológica ou degenerativa, poderá o Juiz, baseado em perícia médica, substituir a pena por medida de segurança adequada às circunstâncias (RIBEIRO, 2010, p. 509-510)

Para Green (2019) essa foi a primeira vez, desde que o pecado da sodomia foi descriminalizado, em que estava explícita a criminalização da homossexualidade. Esse projeto no Código Penal foi lido com bons olhos pelos médicos e juristas, pois “constitui um passo à frente na solução do problema, pois prevê a hipótese da perícia médica, a fim de permitir ao Juiz a substituição da prisão pela internação, mostrando assim o grau de cultura de seus autores”.

Esse artigo mostra a superfície de uma discussão entre aqueles intelectuais que divergiam no binário cultura e natureza, patologia e crime, nato ou inato. O artigo foi vetado da lista de propostas para o Código de 1940. Durante o Estado Novo Vargas dissolve o Congresso e aprova o novo Código por decreto. “Os juízes não contaram com o poder legal



extraordinário para sentenciar homossexuais à reclusão em instituições mentais como queria Ribeiro. No entanto, os precedentes já estavam firmemente estabelecidos para permitir aos membros das famílias de homossexuais, justamente com médicos e psiquiatras, solicitar o confinamento de parentes envolvidos em atividades sexuais perversas em hospícios.” (GREEN, 2019, p. 230).

CLOSES: FECHANDO IDEIAS

A política do corpo da primeira metade do século XX rapidamente descrita continuará se desenrolando em múltiplos e difusos discursos. Os asilos, instituições mentais, hospitais psiquiátricos e afins legitimarão a exclusão desses sujeitos, a limpeza e retirada de desviantes das ruas, confinando transgressores morais. Os tratamentos de choque a base da *convulsoterapia*, injeções de insulina. Esses tratamentos não chegaram à cura, obviamente, porém, por outro lado, serviram como controle social, pairando uma nuvem de terror e medo nos homossexuais.

No fim da década de 1930 para 1940 esses intelectuais aos poucos abandonarão à tona desses tipos de pesquisa, pois passarão a ser mal vistas, sobretudo por que estavam relacionadas às sociedades higienistas no contexto de Segunda Guerra Mundial. Porém esses discursos passarão a ocupar manuais sexuais mais simples, o que popularizou parte dessas ideias de degeneração, criminalidade e patologia. “A ênfase passou a recair sobre a imagem positiva e saudável da sociedade brasileira” (GREEN, 2019, p. 247).

Como mostrei, se para esses teóricos europeus o homossexualismo estava no ato do desejo por outro do mesmo sexo, nas suas fantasias ou práticas, seja com características natas ou inatas, aqui no Brasil, a relação com a homossexualidade está no papel de gênero desempenhado, assim o homossexual masculino seria aquele homossexual passivo, afeminado, com práticas anais no sexo. Essa ideia desenvolvida na primeira metade do século passado permeará as subjetividades da sociedade em geral e as práticas sexuais de homossexuais até pelo menos os anos 1970.

O complexo projeto de *epistemicídio*, ou seja, de perseguição não apenas a sujeitos desviantes da norma, mas aquilo que historicamente foi produzido como conhecimento desses grupos subalternizados, ligado ao regime de soberania do saber nas academias ligadas ao eurocentrismo, do norte global, serviram para a manutenção das formas de opressão e privilégio epistêmico. É preciso torcer as epistemologias, rever os desejos, estranhar as teorias e leituras apressadas da realidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. “Prefácio”, in: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BALLESTRIN, L. *América latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013. p. 89 – 117.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAMARGOS, M. L. O surgimento das paradas LGBT no Brasil. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- CARVAL, Julieta P. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 194-205.
- COLLINS, P. H. *Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”*: Onde está o poder? Signs.V.22, n. 2, 1997.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.



- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. *Revista Tabula Rasa*, 2003, n. 1, p. 58-86.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX*; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GONZÁLEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*. Nº 1, vol 31, 2016. p. 25-49.
- GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Revista Contemporânea*. v. 2, n. 2, jul. – dez. 2012. p. 337 – 362
- GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. (1998). “Manifiesto inaugural”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). Teorías sin disciplina: *latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa.
- GUASH, Ò. *La crisis de la heterosexualidad*. – 2. Ed. Novembro, 2007. Laertes, S.A. de Ediciones. C/ Virtur, 8, baixa – Barcelona.
- HOLLANDA, H, B. “Introdução”. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 10-37.
- JAGOSE, A. *Queer Theory. An introduction*. Nova York: New York University Press, 1996.
- KATZ, J. N. *A invenção da heterossexualidade*; tradução Clara Fernandes. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- LISBÔA, F. M. O dispositivo colonial: entre a arqueogenealogia de michel Foucault e os estudos decoloniais. *Revista Moara/Estudos Linguísticos*, ed. 57, vol. 2/jan -jul (2021). p. 33-51.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista de estudos feministas*, v. 22 n. 3 (2014), p. 935 -952.
- _____. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-84.
- MALDONADO-TORRES, N. A descolonização e o grio des-colonial. *Revista Tábula Rasa*, Bogotá-Colombia, n. 9, jul-dez 2008, p. 61-72.
- MIÑOSO, Y. E. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-119.
- MIÑOSO, Y. E. *La política sexual radical autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual*. In: CÁRCAMO, Mirna P. et al. (Orgs.). *Mujeres intelectuales: feminismos y liberación em América Latina y el Caribe*. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 259 – 273.
- MIGNOLO, W D. Colonialidade o lado mais escuro da modernidade. Traduzido por Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n 94, vol 32, 2017. p. 1-18.
- MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- MOGROVEJO, N. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 33 – 58.



MOMBAÇA, J. *Pode um cu mestiço falar?* Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>> Acesso em: 20 jun. 2022

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OYEWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-96.

PELÚCIO, L. História do cu do mundo: o que há de queer nas bordas?. In: HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 287 – 302.

PEREIRA, C. A. M. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 88 – 129.

QUIJANO, A. *Colonialidade, eurocentrismo e América Latina*, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, 2000. p. 342-386.

RIBEIRO, L. Homossexualismo e endocrinologia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 13, n. 3, 2010. p. 498 – 511.

RIBEIRO, R. J. *A política dos costumes*. Disponível em: <<https://artepensamento.ims.com.br/item/a-politica-dos-costumes/>>, acessado em 03/09/2022.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, n. 05, 1993, p. 17 – 44.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu* (28), Campinas, janeiro-junho de 2007:19-54.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R.. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. – 4ª ed. Ver., atual. E amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

VERAS, E. F.; PEDRO, J. M. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

VIDARTE, P. *Ética bixa – proclamações libertárias para uma militância LGBTQ*. Traduzido por Pablo Cardellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. 1ª ed. São Paulo: n-1edições, 2019

WITTIG, M. *O Pensamento Hetero*. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20%20pensamento%20Hetero%20pdf.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021



NOTAS

ⁱ “ABYA YALA, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América”. Ver mais detalhes em <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>.

ⁱⁱ Aqui me utilizo da sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Pessoas Não-Binárias) para pensar as dissidências sexuais e de gênero e suas articulações na subcultura. Nesse sentido, em alguns momentos, o uso político da sigla permitirá o deslocamento de cada sigla ou apenas o uso do termo guarda-chuva LGBT para me referir às possibilidades de sexualidades não circunscritas na sociedade cisheteronormativa

ⁱⁱⁱ Este artigo é fruto do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado defendida no PPGH – UFCG

^{iv} Chamarei de práticas heterossexuais as práticas de sujeitos/as/es cisgêneros que obedecem a falsa congruência do sistema sexo/gênero, para citar Rubin (VER CITAÇÃO). As práticas homossexuais poderão ser chamadas de práticas homossexuais sendo não necessariamente inversas as consideradas heterossexuais ou chamadas de sodomia ou sodomita aludindo seu regime de historicidade.

^v Quijano usa aspas pra expressar o caráter ficcional da raça.

^{vi} Ver performance completa em <https://frescuss.noblogs.org/pedro-costa/>

^{vii} Uso o Trans* com (*) em alguns momentos com base no livro Transfeminismo de Láticia Nascimento em que usa como termo-guarda chuva para se referir as identidades de pessoas transgeneras, transexuais e travestis. Aqui não incluo as pessoas não-binárias ou que se identificam fora do binário exatamente porque os direitos de pessoas LGBTQIAP+ tem sido ancorados na política de identidades na qual outras identidades projetam luz e provocam profundas fissuras.

^{viii} Ver Relatório Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil no link: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>, acessado em: 28/08/2022.

^{ix} A cisheterossexualidade presume não apenas o binário, mas a complementaridade do homem e mulher (GUASH, 2007).

^x É anacronismo chamarmos essa prática ao que hoje conhecemos como bissexualidade.

^{xi} Prefácio escrito pelo médico baiano Afrânio Peixoto para o livro *A inversão dos sexos* de Estácio de Lima em 1935.

^{xii} Professor da Universidade de Madri, autor de *La Evolución de la Sexualidad y los Estados Intersexuales* em 1929.



DOS ESTUDOS FEMINISTAS PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

DE LOS ESTUDIOS FEMINISTAS A LOS ESTUDIOS DE GÉNERO: REFLEXIONES NECESARIAS.

FROM FEMINIST STUDIES TO GENDER STUDIES: NECESSARY REFLECTIONS

FREITAS, LILIANN ROSE PEREIRA DE

Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2002) e Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

E-mail: liliannrosepf@gmail.com

MONTENEGRO, ROSILENE DIAS

Doutora em História (UNICAMP) Professora Titular da Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: rosilene.dias@professor.ufcg.edu.br; rosilenemontenegro@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre os caminhos percorridos nos Estudos de Gênero, seus desdobramentos epistemológicos e de como essa discussão é tensionada no campo acadêmico brasileiro. Apesar da vasta produção científica e multidisciplinar sobre o tema, é necessário lembrar, (re)contar e (re)fazer esse trajeto considerando que ainda persistem distorções e desconhecimento sobre gênero. Dessa forma, optamos por realizar uma revisão bibliográfica, com escolhas teóricas aportadas em recortes temporais, no intuito de poder sistematizar os caminhos pelos quais permearam os estudos de gênero. Sob essa perspectiva, baseamos nossa abordagem epistemológica nas discussões de Holanda (2019); Pedro (2005); Piscitelli (2002;2008); Rago (1995;1996); Correia (2001); Hooks (2017); Butlher (2003). Cientes de que novas contribuições estão surgindo e de que essas discussões atravessam um período de amadurecimento teórico, compreendemos que nunca é demais (re)conhecer quais travessias foram e são feitas e, principalmente para as novas gerações, os efeitos políticos e sociais neste campo do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: : Estudos de Gênero; Estudos Feministas; Produção Científica e Historiográfica.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los caminos recorridos en los Estudios de Género, sus desdoblamiento epistemológicos y cómo esta discusión se tensiona en el campo académico brasileño. A pesar de la vasta producción científica y multidisciplinaria sobre el tema, es necesario recordar, (re)contar y (re)hacer este trayecto considerando que aún persisten distorsiones y desconocimiento sobre el género. De esta manera, optamos por realizar una revisión bibliográfica, con elecciones teóricas respaldadas en recortes temporales, con el fin de poder sistematizar los caminos por los cuales permearon los estudios de género. Desde esta perspectiva, basamos nuestro enfoque epistemológico en las discusiones de Holanda (2019); Pedro (2005); Piscitelli (2002; 2008); Rago (1995; 1996); Correia (2001); Hooks (2017); Butlher (2003). Conscientes de que nuevas contribuciones están surgiendo y de que estas discusiones atraviesan un período de madurez teórica, comprendemos que nunca es demasiado (re)conocer qué travesías fueron y son hechas y, especialmente para las nuevas generaciones, los efectos políticos y sociales en este campo del conocimiento.

PALABRAS CLAVES: Estudios de Género; Estudios Feministas; Producción Científica e Historiográfica.

ABSTRACT

This article aims to reflect about the paths take non Gender Studies, their epistemological developments, and how this discussion is contested in the Brazilian academic field. Despite the extensive scientific and multidisciplinary production on the subject , it is necessary to remembre, (re)Count, and (re)constructo this trajectory considering that distortions and ignorance about gender still persist. Therefore, we chose to conduct a literature review, with theoretical choices based on temporal frameworks, in order to systematize the paths that permeated gender studies. From this perspective, our epistemological approach is based on the discussions of Holanda (2019), Pedro (2005), Piscitelli (2002;2008), Rago (1995;1996), Correia (2001); Hooks (2017); Butlher (2003). Aware that the new contributions are emerging and these discussions are going through a period of theoretical maturity, we understand that is never too much to (re)acknowledge which crossings have been and are made, especially for the new Generation, considering the political and social effects in this field of knowledge.

KEYWORDS: Gender Studies, Feminist Studies, Scientific and Historiographical Production.



INTRODUÇÃO

De forma desafiadora, os estudos de gênero abriram caminho para novas problematizações, desnaturalizando modelos universalizantes e, em consequência, apresentando teorizações mais sofisticadas no tocante as diferenças sexuais. Consequentemente, o pensamento tradicional foi sendo desestabilizado e dando lugar a outras configurações teóricas.

Assim como, tem tomado corpo em vários campos do conhecimento e as inúmeras pesquisas relacionadas ao tema tem amplificado as indagações teóricas e possibilitado incursões conceituais importantes. Sem sombra de dúvidas, é inegável o alcance dessas discussões e como elas impactam a produção acadêmica no Brasil e fora dele. Esse cenário é evidenciado na formação de grupos de estudo, na proposição de seminários, simpósios, conferências e até mesmo na produção de conteúdos digitais.

Contudo, sabemos que a travessia que iniciou-se com os estudos feministas e se desdobrou nos estudos de gênero não ocorreu de forma simplista, tampouco unilateral. Por isso, há a importância de se entender que todas as lutas, discussões e mudanças nos foram bastante caras. Mas, será que a sociedade tem ciência da história desse percurso? Ou será mesmo que tudo já foi dito? Ela ainda precisa ser contada, esmiuçada e indagada?

Problematizando essas interrogações, a feminista Constância Lima Duarte considera que em se tratando da História do Feminismo, por exemplo, esta é pouco conhecida pelas novas gerações e que isso “deve-se também ao fato de ser pouco contada” (DUARTE, 2019, p. 26). Não diferentemente isso também ocorre com os estudos de gênero. Não seria demasiado perigoso supor que, pelo tanto que já se escreveu sobre essa história, não importaria mais ela ser lembrada? As novas gerações, mesmo as mais ativistas, conhecem essa trajetória e as pioneiras(os) dessa jornada?

Talvez resida aí a necessária contextualização histórica sobre o tema, com vistas ao seu entendimento, visibilidade e a sua intersecção com outros elementos que também se constituem em marcadores de diferença, como raça e classe, pois “ao lado do engajamento do historiador com o presente e a transitoriedade do conhecimento, há a diversidade de interpretações possíveis, a multiplicidade de perspectivas analíticas, que são constantemente refeitas junto aos parâmetros e categorias” (MATOS, 1998, p. 73).

Dessa forma, objetivamos realçar como discussões, estratégias e alcances não foram processados de forma homogênea. Há variabilidades que abarcam o conceito de gênero, num contínuo fluído de questionamentos, seja na perspectiva decolonial, seja numa analítica interseccional. A relevância de situar o tema dentro de um contexto histórico, requer esforço considerável para refletirmos sobre em quais cenários e sujeitos sociais se dinamiza.

Iniciamos nossa discussão com as “dobras e desdobramentos epistemológicos”, identificando e contextualizando as passagens que foram atravessadas desde os estudos sobre as mulheres até os estudos de gênero.

Dada a tenacidade e alcance das posições teóricas e das produções científicas, os “caminhos, curvas e desvios” procuram contextualizar como essas discussões seguem outros fluxos, com a chegada das primeiras publicações e debates no campo acadêmico brasileiro, como molas propulsoras que levaram a outras problematizações e cenários nos quais esse tema toma potência e que nunca é demais ser lembrado e (re) contado.

Gênero: entre dobras e desdobramentos.

As questões de gênero logram, já nos anos 20 do século XXI, estigmas e distorções discursivas, além de toda sorte de desinformações e tabus, que desqualificam sua história. Citemos, a título de exemplo, a associação que se faz, no Brasil, entre ideologia e gênero. Desde o final da primeira década deste novo século, se popularizou uma noção de que tratar questões de gênero significaria, em última instância, estimular a sexualização precoce de crianças, sobretudo na escola, estimulando a “torná-las” gays, como se isso fosse possível. Tais desinformações são incongruências sérias que repercutem diretamente na sociedade, gerando distanciamentos às lutas pelos direitos civis e as discussões inoculadas sobre questões relevantes que requerem uma analítica mais sensível e aprofundada.

Mas, neste momento, não se trata de discutir sobre questões relacionadas a chamada “ideologia de gênero”. Interessamos, portanto, contextualizar de que forma os caminhos, curvas e desvios foram atravessando as discussões sobre



gênero, até se tornar um conceito relevante em várias áreas do conhecimento, como objeto de investigação e problematização.

Talvez, o ponto de partida não seja os primórdios dos anos 1960 e 1970, que marcaram a pulverização das discussões sobre gênero, mas o que ocorreu bem antes. Costumamos eleger períodos emblemáticos para pontuar nossas análises, mas entender o processo, nesse caso, é igualmente importante.

Nesse contexto, o passado é necessário para garantir a construção de nossa identidade, fundando nossas tradições, enraizando-as no tempo e no espaço, definindo raízes. Uma referência histórica, uma garantia psicológica e um porto seguro emocional, a partir da construção de uma linha de continuidade, que nos localiza no tempo. (RAGO, 1995, p. 14).

Com essa perspectiva, tomaremos emprestado a problematização de Piscitelli (2020), quando questiona “qual a origem da subordinação feminina?”

Nosso caminho seguirá a partir do final do século XIX, mais precisamente com as lutas das sufragistas, mulheres da classe média urbana, que reivindicavam o reconhecimento político através do direito de participação no processo decisório. Em sua grande maioria, essas mulheres não preconizavam profundas mudanças na ordem privada, pois muitas delas, majoritariamente brancas, ainda viam a estrutura familiar patriarcal como um alicerce necessário à manutenção da tradição cristã ocidental. Dito de outra forma, as relações na vida privada eram mantidas e asseguradas por essa estrutura patriarcal. Porém, é nesse momento que se dá o pontapé inicial para algo que, seguramente, mais adiante tomaria força.

Convém ainda destacar que “por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura” (DAVIS, 2016, p. 18). Isso significa dizer que a luta das mulheres, substantivo ainda lido no singular e no universal, não abarcava todas as realidades. As experiências vividas por mulheres negras e brancas demarcava, também, um hiato entre elas. Dessa maneira, as formas de opressão não operavam, nem as atravessavam, igualmente, tampouco eram similares.

Ainda enquanto discurso, “mulher’ era um critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino” (DAVIS, 2016, p. 146). Porém, e não podemos negar, a luta pelo sufrágio feminino surgia, nesse momento, para muitas mulheres operárias como importante arma na luta de classes. De fato, os anos 1910 e 1920 abalizaram a fomentação da ação pelo sufrágio feminino, estendendo-a para as relações de classe, contando com a influência do movimento socialista europeu. Mas, o racismo operava de forma potente no interior do movimento sufragista estadunidense. Ao contrário do que ocorria com as mulheres brancas, o movimento era indiferente à participação de mulheres negras ou de cor e de suas lideranças.

Partindo desse contexto, Ângela Davis, em “Mulheres, Raça e Classe”, demonstra como a lógica colonial escravista ainda se fazia presente, com suas formas de opressão, nos Estados Unidos, pois “depois da aguardada vitória do sufrágio feminino, as mulheres negras do Sul foram violentamente impedidas de exercer seu direito recentemente adquirido (DAVIS, 2016, p. 153).

Assim, vão se perpetuando papéis sociais demarcados para as mulheres, sob a ótica do patriarcado que se incidia na história delas e se inscrevia em seus próprios corpos. A luta por cidadania e igualdade de direitos assinalava um ponto interessante na história do pensamento ocidental e dos estudos feministas já nos anos seguintes: “se a subordinação da mulher não é justa nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2002, p. 09).

Descortinando essa indagação, impossível não pensar no quanto o livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir (1980), impactou e elevou o pensamento feminista a outro patamar após seu lançamento em 1949. Com a célebre frase “a mulher não nasce mulher, torna-se mulher”, o debate sobre as origens da subordinação feminina alcançou o espaço privado das relações cotidianas e das experiências históricas e culturais, nas quais foram cunhadas seu lugar social. Assim, “o privado é político” e podia-se, então, entender que a compreensão, por parte das mulheres, da não naturalização desses lugares, poderia reverter a forma com que as próprias se viam e eram subjugadas.

A partir dessa ótica, “o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades” (PISCITELLI, 2002, p. 09). Mas, é preciso lembrar que ao tempo em que se procurava elementos que pudessem explicar as origens da subordinação feminina,



ainda se colocava na mesma balança todas as mulheres, sem que houvesse distinção de lugar, etnia ou classe social. No rastro dessas excitações, Bell Hooks nos mostra a determinação das mulheres negras em trilhar um caminho reativo, buscando um pensamento crítico não hegemônico, pois segundo a autora, isso só ocorrerá

Concomitantemente, os esforços das mulheres negras e de cor para desafiar e desconstruir a categoria “mulher” – a insistência em reconhecer que o sexo não é o único fator que determina as construções da feminilidade – foram uma intervenção crítica que produziu uma revolução profunda no pensamento feminista e realmente questionou e perturbou a teoria feminista hegemônica produzida principalmente por acadêmicas, brancas em sua maioria. (HOOKS, 2017, p. 88).

Ao fundamentar a argumentação de que as bases da opressão se justificariam só pelo fato de se ter nascido mulher (concepção defendida, sobretudo, pelo feminismo radical) estava-se, na verdade, dando abrigo à ideia de que essa opressão ocorreria desde o nascimento, quando as normas comportamentais, que atravessavam condutas e corpos femininos, seriam estabelecidas. Isso derivaria inicialmente da figura paterna, e teria continuidade com as presenças do marido e do patrão, ou seja, as formas masculinas de onde o poder se estabelece. No entanto, não se tinha, apenas, a compreensão de que a luta pela igualdade quebraria os ciclos de poder e subjugação feminina exercido pelo patriarcado, mas que essa luta englobaria todos as mulheres, assim sendo,

as teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares perguntando-se como seriam diferentes se elas – história, antropologia, ciência política etc. – , tivessem considerado relevante considerar o ponto de vista feminino. [...] os conceitos existentes foram confrontados e alguns adquiriram outros conceitos. (PISCITELLI, 2002, p. 14).

Nota-se que a inclusão das mulheres, enquanto agentes da História nas discussões, pesquisas e produções acadêmicas, possibilitou a elaboração de propostas analíticas, objetos de pesquisa e metodologias até então não exploradas (ARRUDA, 2019). Ou seja, cotidiano, experiências, contextos e lugares ocupados pelas mulheres passaram a ser discutidos não pela lógica patriarcal, mas do ponto de vista da construção cultural das relações. Contudo, “com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como essência” (PISCITELLI, 2002, p. 15).

Por outro lado, não significa dizer que o fato de se pesquisar, dialogar e problematizar sobre algo esvazie o objeto de crítica. O patriarcado ainda se fazia presente, mas por si só não dava conta de todas as respostas. Na medida em que os estudos feministas avançavam, outras problematizações emergiam. De maneira especial, o amadurecimento dessas discussões viabilizou outros olhares sobre relações experienciadas por mulheres. Porém, na contramão dos acontecimentos, a desnaturalização do que estava posto e o reposicionamento da mulher na centralidade das pesquisas, contrariava também os contextos normativos que perduravam na academia (ARRUDA, 2019).

De fato, gradativamente se foi buscando hipóteses explicativas que transcendessem a lógica da dominação ancorada unicamente na diferenciação física. A emergência de argumentos mais refinados envolveria elementos complexos que não estariam necessariamente na relação sexista, homem x mulher, mas nas dimensões simbólicas dessas relações sociais.

No entanto, deve-se lembrar que bem antes dessa perspectiva mais relacional e “cultural” a “categoria usada na época era ‘mulher’”. Esta, pensada em contraposição à palavra ‘homem, considerada universal” (PEDRO, 2005, p. 80). Como consequência, havia um temor entre as feministas ativistas de que as teorizações sobre gênero despolitizassem o movimento, na medida em que a aproximação com a academia poderia implicar no distanciamento das pautas do feminismo. Daí a dificuldade de se chegar num consenso no seio do próprio movimento feminista.

Sem dúvida, a segundo movimento do feminismo (anos 1960-70) trilharia caminhos teórico mais subversivos. Entretanto, nos anos subsequentes, e mesmo com um processo de crítica encabeçado, sobretudo, pelo feminismo negro, as pesquisas e grupos de discussão ainda se concentrava no sujeito único - “mulher”. Sintetizando as experiências femininas, o que se pode notar é que havia certa resistência em considerar outras nuances nos estudos de gênero. Nesse sentido, mulheres negras ativistas, em menor número em relação as acadêmicas anglo-saxãs, uniram esforços



numa tentativa de desconstruir essa perspectiva universalizante, propondo uma reanálise dessa visão que secundarizava, dentre outras coisas, a raça e a classe como marcadores importantes da diferença nos estudos feministas (HOOKS, 2017).

Nota-se que as críticas que fundamentavam a opressão do patriarcado ainda eram vistas, nesse período, sob a ótica da supremacia branca. Embora houvesse o feminismo negro, crescendo dentro e fora da academia, o cânone acadêmico e os estudos sobre a mulher eram, ainda, protagonizados pelas feministas brancas. A experiência da mulher negra não era vista na centralidade das discussões acadêmicas e nem no próprio movimento feminista. Inclusive, este espaço foi tensionado por vários embates.

De maneira especial, além do alcance dessas discussões sobre gênero no campo acadêmico, possibilitaram reconhecer as singularidades existentes dentro do próprio movimento feminista. A “mulher”, enquanto substantivo lido no singular, começou a ser compreendido a partir de suas complexidades e especificidades, emergindo em sua forma plural – “Mulheres” –, sendo protagonizadas pelas feministas negras. As feministas passaram a questionar a utilidade da análise que tem por objeto e sujeito uma mulher universal, que desconhece a variedade de experiências das mulheres de todos os quadrantes. (ARRUDA, 2019, 339).

Houve, sem dúvida, uma série de intervenções em grupos de discussão e nas disciplinas que chamavam a atenção para os preconceitos e para a visão racista que atravessam os estudos acadêmicos sobre as experiências das mulheres negras e de cor. Sobre esse contexto, Bell Hooks, nos chama a atenção para o fato de que:

Embora essa estratégia fosse necessária para que fôssemos ouvidas, por causa dela nós não concentrávamos nossa energia em criar um clima em que pudéssemos enfocar intensamente a criação de uma produção acadêmica que examinasse a experiência negra desde um ponto de vista feminista. [...] A grande maioria das feministas brancas não via com bons olhos nosso questionamento dos paradigmas feministas que elas buscavam institucionalizar; e, por outro lado, muitos negros viam nosso envolvimento com a política feminista como um gesto de traição e desconsideravam nosso trabalho. (HOOKS, 2017, p. 165).

Trata-se, então, de refletir sobre as formas modulares de resistência que emergiam no bojo dessas discussões e como elas tomavam corpo. Nesse entremeio entre lutas e negociações, os estudos acadêmicos feministas foram se alargando em direção a um pensamento mais crítico e plural, onde as experiências das mulheres negras pudessem, também, ocupar espaços, pois era crível reconhecer questões singulares da vida da mulher negra e isso incluiria importantes marcadores, como sexualidade e classe. Situando nessa interface, Bell Hooks, afirma que,

As acadêmicas brancas geralmente aceitavam as mulheres negras que fizessem crítica literária com enfoque em gênero ou fazendo referência ao feminismo, mas ainda consideravam a esfera da teoria feminista como seu domínio crítico e particular”. (HOOKS, 2017, p. 169).

As mulheres negras reivindicavam que as teorias feministas fossem vistas a partir de suas vivências, pois, do ponto de vista da produção acadêmica, esse lugar ainda era um espaço privilegiado das mulheres brancas. Verifica-se que, paulatinamente, os debates vão se complexificando, ao mesmo tempo em que já se expressa uma dissociação da opressão feminina unicamente pela lógica do patriarcado.

As instabilidades teóricas nos estudos feministas ficam evidentes quando Gayle Rubin lançou, em 1975, "O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo", tomando como referências conceituais, para tecer suas críticas, os trabalhos de outros pensadores como Claude Lévi-Strauss, Sigmund Freud e Jacques Lacan. Houve, de certa forma, um reposicionamento no pensamento sobre as causas que legitimavam a opressão feminina, colocando em pauta a instituição econômica como uma questão interveniente nos papéis sociais que mulheres e homens assumiam. “Rubin propôs um trânsito entre natureza e cultura, especialmente no espaço da sexualidade e da procriação” (PISCITELLI, 2002, p. 15).

É curioso observar que as contribuições de Rubin, para os estudos feministas, desalojam o entendimento de que toda forma de opressão é unicamente masculina. Para ela, portanto, são as formas de parentesco e construção cultural,



estabelecidas em cada sociedade, que determinam a subordinação feminina em relação aos homens, especialmente na divisão social do trabalho. Ou, melhor dizendo, o poder se estabelecia na relação sexo/gênero.

Segundo Holanda (2019), foram nos anos 1980-90 que os estudos na área “Women’s Studies” e os temas que envolviam a sexualidade se multiplicaram em seu caráter multidisciplinar e transversal. A visibilidade que esses estudos tiveram denotou em importantes debates em torno dos comportamentos heteronormativos e de intersecções teóricas que começaram a ser feitas no intuito de desconstruir objetos e temas universalizantes. Esse processo ocorreu de forma incisiva sob o pensamento feminista estadunidense e europeu. Paralelamente a esse processo, Pedro (2005, p. 86) nos lembra que,

assim como, no movimento feminista, foi no interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre a história das mulheres que a categoria ‘gênero’ passou a ser utilizada.

Movida por esse momento, a historiadora estadunidense Joan Scott (1990), em sua seminal obra “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, delinea relevante trajeto no intuito de demonstrar como gênero pode ser pensado a partir de um processo socialmente construído que demarca as diferenciações binárias. Ou seja, ela apresenta o conceito de gênero de forma não biologizante, propondo uma noção baseada na construção social e histórica do gênero, e de seus significados, que se modifica no tempo e no espaço.

Para Scott (1990), gênero surge como uma categoria analítica, historicizada, um caminho necessário para se compreender, por meio das hierarquias sociais, como se processam as relações de poder entre mulheres e homens e a subjetivação do corpo. “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p. 14). Logo, não podemos desvincular os estudos de gênero dos de sexualidade e de como essa questão se engendra nas políticas do corpo e nas práticas cotidianas.

[...] O que motivava esta autora, ao teorizar sobre “gênero”, era a mesma coisa que motivava o movimento feminista e as historiadoras feministas a escreverem a história das mulheres. [...] Scott apoia-se nos pós- estruturalistas, que se preocupam com o significado, pois enfatizam a variedade e a natureza política destes. (PEDRO, 2005. P. 87).

Pedro (2005) ainda nos lembra que o termo “gênero” foi empregado em 1968 pelo médico estadunidense Robert Stoller¹, autor da obra “Sex and Gender”. Após realizar várias intervenções cirúrgicas, ele concluiu que o que é determinante na identidade sexual não residia na genitália, fosse ela feminina ou masculina, mas na forma como os indivíduos sentiam seus corpos. Para Stoller, as características anatômicas eram plásticas, “neste caso, o ‘gênero’ não coincidia com o sexo, pois pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens e vice-versa” (PEDRO, 2005, p. 79).

De modo singular, observa-se, nas discussões de gênero, um desdobramento discursivo nos estudos sobre a(s) “Mulher(es)”. No entanto, se de um lado a perspectiva apresentada por Scott (1990) possibilitou entendermos gênero como uma construção cultural, por outro Judith Butler (2003, 2009) tece críticas a concepção do médico por entender que sua teoria não incorpora indivíduos que não se adequam as normas sociosexuais como gays, lésbicas, transsexuais, entre outros, que contradizem, em sua existência, a visão de diferença sexual.

Nessa arena de reações e críticas, o terceiro movimento de luta feminista (1990-2000) marca o avanço dos estudos pós identitários, iniciados por Tereza de Lauretis, em “A Tecnologia do Gênero”, e por Donna Haraway, no “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, ambos lançados nos anos 1980. Essas discussões são retomados e subvertidas por Judit Butler, onde a “vivência das mulheres trans, das travestis e das pessoas não binárias e toda uma multiplicidade de fatores que se conjugam na conformação das identidades” emergiam como questões a serem interpretadas e problematizadas (HOLANDA, 2019, p. 19).

Para autora, “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER 2003, p. 26). Afirma, ainda, que gênero inclui a constituição subjetiva



da e na cultura, considerando que o corpo em si configura uma construção. Sendo assim, a identidade de gênero é fluída, passível de mudanças. É temporal e, por isso, flexível, onde os sujeitos podem assumir diferentes identidade, pois “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2003; p. 24).

Para a autora, é fulcral fazer uma releitura crítica sobre gênero, tanto como performático e fabricado por sinais, quanto pelos discursos que influenciam na identidade de gênero. Tenaz defensora da Teoria *Queer*, Butler compreende a heteronormatividade como uma imposição social que opera enquanto discurso normativo, por vezes naturalizado, desconsiderando as múltiplas identidades (performances). “Assim como a categoria gênero procurou desconstruir a categoria identidade, a categoria queer caminha na direção da desconstrução do sexo biológico” (HOLANDA, 2019, p. 19).

Seguindo esse fio, não devemos esquecer a forte influência que os estudos foucaultianos irão ter sob os novos desdobramentos epistemológicos nos estudos de gênero. Em *História da Sexualidade I – Vontade de Saber*, essa compreensão se evidencia quando se apresenta o desvio do caminho binário homem/mulher na visão meramente biológica. A sexualidade é, então, o caminho para se experimentar a subjetivação do desejo, sendo este um sistema que nos leva a refletir sobre o que e por que somos e como desejamos.

Nesse movimento, os estudos foucaultianos representaram, e ainda representam, inquietante e desafiadora forma de produção do conhecimento, pois ao invés de pensar o sujeito como objeto central da investigação, apresentou-se uma nova proposta desse processo histórico que significou, sobretudo, a possibilidade de se compreender como o conjunto de práticas discursivas e os regimes de verdade são responsáveis pela fabricação desse sujeito social. Considerando esse contexto, Margareth Rago nos coloca que:

Trabalhar com produções culturais e não objetos naturais na perspectiva foucaultiana significou repensar radicalmente os procedimentos historiográficos, já que se tratava não mais de buscar as formas de manifestação de um fenômeno ao longo da história, de partir do objeto ou do sujeito plenamente constituído, para ver como havia se manifestado em diferentes formações sociais. (RAGO, 1995, p.75).

Ocorrer que, em que pese os avanços e multiplicidade de interpretações, que desvinculava gênero como consequência do sexo, outras questões teóricas que também foram, outrora, secundarizadas, tomaram força após os estudos de Butler (2003) no

reconhecimento de que gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades construídas discursivamente – raciais, de classe, étnicas, sexuais, motivo que torna impossível separar gênero das interseções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. (PISCITELLI, 2002, p. 28).

As fronteiras que o conceito de gênero ultrapassou nos oferecem um panorama enriquecedor no tocante às pesquisas acadêmicas, do ativismo e da percepção pós-estruturalista, sobre as dissidências sexuais. Demonstram também, um quadro diversificado de categorizações que diferencia e distância as concepções de gênero engendradas pelo sexo. Dentre essas interpretações e críticas, percebemos caminhos que apontam para outras direções, destoando cada vez mais de uma visão monolítica. Novos fluxos circulam pelas questões de gênero e nos levam a outras materialidades.

Dessa forma, as representações e construções sociais dão sentido às relações do indivíduo com seu próprio corpo, sendo a sexualidade o eixo principal da identidade. Embora com conceitos distintos e justapostos, sobre a questão da identidade de gênero, compreende-se que eles estão imbricados e se relacionam nos processos de (auto)constituição e (auto)reconhecimento dos sujeitos sociais e das relações de poder.

Em que pese todos esses avanços epistemológicos, quando consideramos a relação poder-saber, ou seja, quem fala e de que lugar fala de gênero, ou de como essas questões foram sendo mapeadas quando remetidas a vivências, vejamos que Heilborn e Sorj (1999, p. 13) afirmam que “há determinadas posições teóricas que questionam a pertinência de um uso generalizado do conceito, sobretudo quando ele é estendido às sociedades e aos processos de construção de pessoas não ocidentais”. Por outro lado, no tocante aos estudos de gênero, o contexto histórico latino-americano



partilha do mesmo campo cultural e intelectual do estudos feitos nos Estados Unidos e na Europa, redefinindo outros trajetos no tocante a essa discussão.

Logicamente, tais problematizações não desqualificam todo o campo de conhecimento construído ao longo do tempo, mas demonstram que as questões de gênero ainda são passíveis de novos questionamentos e análises, principalmente quando apontamos para a perspectiva decolonial, a partir da teoria *queer*, na América Latina.

O movimento feminista lésbico tem se configurado fazendo um contraponto substancial ao rejeitar de forma veemente a heterossexualidade como padrão normativo. A lesbianidade possui suas dobras, desloca-se para outra direção, inverte o sentido, e como consequência nega e desmantela engrenagens normativas. Esses posicionamentos destoantes nos permite embarcar questões sobre a sexualidade e sobre as abordagens transdisciplinares do ativismo LGBTQIA+. Holanda (2020, p. 15) analisa que,

a reação mais contundente a respeito da experiência queer na América latina, como era de se esperar, se dá pelos grupos lésbicos autônomos que sempre se dedicaram a desestabilização dos sistemas binários de gênero e sua articulação com fatores raciais e de classe, densidade que não reconhecem nas políticas performáticas do Norte. Provavelmente por isso, algumas pensadoras feministas latino-americanas rejeitam este rótulo, preferindo se automearem feministas lésbicas antirracistas.

Por outro lado, para Norma Mogrovejo (2020, p. 39) “a produção epistêmica dos departamentos de gênero nas universidades está marcada pela colonialidade discursiva. Em “O *queer*, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yalao”, a autora cita a pesquisa realizada por Gioconda Herrera em cinco países andinos, sobre estudos de gênero, e acrescenta:

Lamentavelmente, estes estudos, seguindo os eixos de preocupação, estratégias e conceitualizações legitimados nos países centrais, se voltam primordialmente para o estudo das sexualidades dissidentes e da identidade de gênero, sem conseguir dar conta do irremediável entrecruzamento destas ordens (da produção, do desejo e do gênero) com da raça e da classe; nem mesmo da maneira como o estatuto do sujeito da identidade sexual e de gênero dos Estados-nação-latino-americanos, em contextos de herança colonial e colonização discursiva. (MOGROVEJO, 2020, p. 39).

A autora resente-se de os estudos de gênero, que desembarcaram na América Latina, não darem conta da diversidade, das singularidades e das práticas culturais de diversos povos, traduzidos em sua geografia e história. Povos esses, que foram colonizados, escravizados e subalternizados.

E, não é só isso, pois temos que ressaltar que dentro desse universo há uma diversidade de identidades sexuais que abrigam corpos drags, trans, gays, travestis, ou seja, corpos em movimento. Corpos que também são políticos, que transgredem, divergem, e que, dentro dos lugares fabricados, abrigam o não lugar, pois são vistos como corpos dissidentes. Sob esses corpos germinam discriminações, exclusões, e na tentativa de fazê-los “deixar de ser” o que prediz a norma, ainda sim, transitam, resistem e se diferenciam no mundo dos “iguais”, “o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente e fronteira (LOURO, 2020, p. 188).

Esse debate traz suas provocações, se coaduna com questões profundas, e que se juntam a outras. Diante do exposto, não podemos mais superficializar os debates que envolvem as questões de gênero, tampouco podemos vê-las separadas ou de forma hierarquizada por outros marcadores de diferença, como raça e classe. E, não menos importante, não podemos visibilizar as identidades sexuais sem que antes reconheçamos os mecanismos de poder que operam e se movimentam estrategicamente de forma a domesticar comportamentos vistos como “anormais” que, conseqüentemente, provocam silenciamentos. Esses mecanismos, e seus aparatos, inscrevem em nossos corpos aquilo que devemos ser e aquilo que não devemos ser.

Logo, gênero assume caráter transversal. Nesse recorte, as relações operam de forma caleidoscópica e captam aspetos relevantes que funcionam como construtos morais, éticos e religiosos na sociedade. Como valores, esses construtos são apreendidos e, por conseqüente, os papéis são legitimados com o intuito de que a norma não seja desarticulada.



Caminhos, curvas e desvios: os Estudos de gênero no Brasil

O campo teórico tem aberto vastas possibilidades de diálogo e de imersão em significativos objetos de pesquisas. São vozes e contextos que se expandem, demonstrando a forma multifacetada e plural de novos objetos de pesquisa. Como já mencionado, a inclusão de gênero, enquanto campo de conhecimento, só converge com os estudos feministas em fins dos anos 1970, sobretudo entre as feministas estadunidenses.

A partir daí é possível observar que gênero adentra nos debates e produções acadêmicas sob uma ótica desconstrutivista, desnaturalizando oposições binárias. A questão fundamental é que gênero se constituiu num divisor de águas dentro e fora do movimento feminista. Enquanto teoria, abarcou não só os estudos feministas, como ditou outro tom, mediante diferentes experiências e vivências sexuais, e permitindo um processo reflexivo sobre as diferentes identidades sexuais.

Tivemos, nos últimos anos, crescente número de publicações (dissertações e teses) envolvendo questões sobre gênero e diversidade sexual, principalmente nas ciências sociais. No intuito de pesquisar como esses estudos chegaram ao Brasil, e como repercutiram em estudos acadêmicos nacionais, realizamos buscas com o intuito de traçar uma linha cronológica, para historicizar e problematizar os caminhos trilhados, suas curvas e desvios, que possibilitaram as primeiras publicações em estudos de gênero.

E é preciso dizer que este não foi um caminho fácil, posto que o processo de investigação, iniciado no Banco de Teses e Dissertações da Capes, e posteriormente nos periódicos, não precisávamos com exatidão desde o início. Com isso, algumas leituras nos foram sinalizando importantes pistas e, conseqüentemente, autoras que, na medida do possível, pontuaram significativos eventos que demarcam as primeiras publicações acadêmicas de estudos de gênero no Brasil.

Nessas buscas, identificamos produções entre o final do anos 1960 e o início dos anos 1970. Dois trabalhos destacam-se nesse cenário. Em 1967, temos a tese de livre docência de Heleieth Saffioti, “A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade”, que, dentre outras coisas, problematizou sobre o papel da mulher na sociedade de classe a partir de um olhar sociológico. Já em 1972, a socióloga Eva Blay apresentou sua tese de doutorado: “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista” (HOLANDA, 2019).

Em ambos os trabalhos, as temáticas circulam em torno de dois pontos: os estudos de gênero, ainda com foco na questão da “mulher”, e as experiências vivenciadas por elas na luta pela equidade de gênero. Fortemente influenciados pelo marxismo, os trabalhos dão relevo as questões de classe. De forma emblemática, Holanda (2029, p. 13) afirma que “Heleieth, enfática, se recusava a identificar-se com o feminismo. Era apenas uma mulher de esquerda fortemente interessada na condição feminina”. No entanto, estes trabalhos são marcos teóricos importantes dos estudos de gênero na academia, pois abriram portas para os debates feministas, tratando de como as discussões no âmbito internacional repercutiam nas produções acadêmicas brasileiras.

Merece, ainda, atenção o processo discursivo crescente nos anos 1960, que circulou em campos do saber como sociologia, antropologia e psicologia. Já na ciência política, área crítica à representação das mulheres nas pesquisas etnográficas, não se vê produções sobre estudos de gênero. O fato é que toda essa circularização de discussões e diálogos, com outras áreas do saber, possibilitou uma autocrítica dos estudos feministas, objetivando o combate das elaborações culturais a partir de modelos sexistas, socialmente construídos.

Ao contrário do que ocorreu, por exemplo, com as pesquisadoras estadunidenses, as primeiras produções acadêmicas brasileiras foram fomentadas por grupos de discussões, geralmente ligados à militância dos partidos de esquerda, entre os anos 1960 e 1970. Embalados pela crítica a ditadura militar, que imperava no país, se trazia para o centro dos debates questões relativas à condição das mulheres na sociedade de classes.

Helôisa Buarque de Holanda, em *Pensamento Feminista Brasileiro* (2019, p. 10), afirma que “nesses encontros, segundo relatos, eram discutidas questões profissionais, domésticas, políticas, e lidos textos trazidos por feministas que voltavam dos exílios ou temporadas em países estrangeiros”. Para Heilborn e Sorj (1999), o teor analítico que se desenvolveu nas primeiras gerações de pesquisadoras, demonstra seu entrelaçamento com as questões ideológicas e políticas, e como estas eram incorporadas ao seu campo de estudo.

Importa assinalar que a partir do momento em que gênero passou a ser compreendido como categoria de análise, todo um construto da vida social, especialmente da relação da mulher no mundo do trabalho, foi foco de grandes debates e embates. Nessa senda, não podemos esquecer a precisa influência do marxismo, como aporte dessas análises, uma vez



que as relações sociais não só circulavam na família, mas que houve a necessidade de inter cruzar essa discussão ao cenário político, em consequência das relações de classe. (HEILBORN; SORJ, 1999).

Foi a partir desse contexto que os primeiros núcleos de estudos surgem em universidades brasileiras, com intuito de proliferar as discussões e pesquisas acadêmicas, o que possibilitou, também, a criação de disciplinas e o fomento de temas de pesquisas voltados para as questões de gênero. De forma significativa, professores(as) e alunos(as) foram alargando o campo de estudo de gênero, demonstrando seu caráter transversal, fazendo incursões em temas mais específicos, como a sexualidade, a exemplo do Grupo Somos e do Jornal Lâmpião da Esquina, em 1978 (CORREA, 2001).

Assim como as críticas reativas a separação dos sistemas sexo-gênero, a obra de Rubin, “O Tráfico de mulheres” (1975), proporcionou um conjunto de reflexões no meio acadêmico de como a condição sexual foi culturalmente construída, pautada na estruturação e significados diferenciados aos dois sexos e como estes foram inscritos em seus corpos. Para Heilborn e Sorj (1999, p. 13), “o argumento central à ideia de sistemas de gênero-sexo é a transformação da diferença sexual operada pela cultura numa relação de opressão”, (denominada por Rubin de domesticação da mulher).

Outro aspecto relevante, que adentra a academia, diz respeito ao apoio financeiro e institucional de agências como Fundação Ford, Fundação Carlos Chagasⁱⁱ, CEBRAP, IUPERJ, USP, interessados em pesquisas mais amplas que articulassem o trabalho acadêmico numa rede de intervenção com foco em políticas públicas de combate à desigualdade social. “Estes e outros apoios que se seguiram à vários programas e pesquisadores foram decisivos para legitimar projetos de pesquisa e resultados científicos” (HEIBORN; SORJ, 2008, p. 05). Entre os anos 1980-90 verifica-se um desdobramento dessas discussões,

o desenvolvimento do campo de estudos de gênero a partir da década de 1990 vai articular diversos objetos e abordagens, entre os quais os estudos sobre masculinidades e LGBTQI – sexualidades e identidades fora da heteronormatividade e do binarismo sexual: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queers e intersexos. (CARVALHO, 2017, p. 97).

A experiência brasileira de produções acadêmicas sobre estudos feministas, assim como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, antecedeu as discussões sobre questões de gênero como categoria analítica. Estas, inclusive, surgiram do movimento que reivindicava a decomposição do cânone acadêmico e do saber científico masculino, como expressão maior do saber universal, especificamente nas disciplinas de Ciências Sociais (HOLANDA, 2019). Esse movimento vem, também, da visibilidade que essas discussões teóricas passam a ter sobre temas relacionados a sexualidade, causando grande impacto sobre a noção heteronormativa e interseccional.

Nos chama à atenção que, no tocante a sexualidade, ainda se tinha, como afirma Holanda (2019, p. 15), um “assunto estrategicamente evitado fora dos grupos de reflexão”. Destaque-se que as temáticas envolvendo corpo e sexualidade ainda eram, em sua maioria, sob a perspectiva da mulher, com destaque para a obra de Rose Marie Muraro,ⁱⁱⁱ “Sexualidade da Mulher Brasileira”, lançada em 1983, que mostra, de forma interessante, como a luta da emancipação perpassava também pela luta de classes (HOLANDA, 2019).

O tema da sexualidade, quando se refere a homossexualidade, assume outros contornos nas pesquisas acadêmicas, Louro ao afirmar que,

no Brasil (de forma mais visível em 1980), a temática passa a constituir como questão acadêmica, na medida em que, em algumas universidades e grupos de pesquisa, vem a ser discutida, principalmente como apoio das teorizações de Michel Foucault. (LOURO, 2020, p. 191).

Ainda na década de 1980, as temáticas acadêmicas sobre estudos de gênero alinhavam-se às experiências da mulher e suas interseções sociais, com o mundo do trabalho, com as reações entre o público e o privado, e, sobretudo, como estas questões eram teorizadas na academia.

Sublinha-se, nesse contexto, o trabalho de Mariza Corrêa^{iv}, de 1984, publicada no GT Família e Sociedade da ANPOCS, “Mulher e Política”, em que a autora tece críticas importantes sobre a ênfase que se dava as pesquisas nas ciências sociais em detrimento das dinâmicas de resistência que se estabeleciam pelas mulheres no mercado de trabalho e no seu cotidiano familiar.



Os estudos de gênero, na academia, avançaram bastante nas décadas subsequentes, não só no Brasil, mas também internacionalmente. Vemos o reconhecimento de novas formas plurais de existência dos sujeitos, enquanto identidade e orientação sexual. Trabalhos significativos, buscando contextualizar e historicizar lugares, além de pôr em xeque estruturas heteronormativas, sobretudo no que tange as políticas do corpo, proporcionaram uma crítica epistemológica relevante em contraposição aos discursos sexistas, biologizantes e excludentes, principalmente na sociologia, antropologia e psicologia, com forte inserção dos estudos de Foucault, Lacan e Freud.

A passagem dos “Estudo sobre a Mulher” para os estudos de gênero trouxe complexidades e questionamentos, sobre se a amplitude do termo despolitizaria os estudos sobre a mulher, especialmente para teóricas estadunidenses. Porém, na contramão dos acontecimentos, no Brasil essa passagem foi menos problemática. O próprio termo “mulher” já não comportava a multiplicidade de vivências que atravessavam a história das mulheres negras, indígenas, lésbicas, brancas, entre outras, pois as mais diversas “mulheres” reivindicavam discussões que respeitassem suas múltiplas diferenças.

Joana Maria Pedro^v, em seu artigo “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, nos mostra que

foi desta forma que também nos trabalhos acadêmicos, e entre eles os da História, inicialmente a categoria de análise mais usada foi justamente “mulher”. Foi com esta categoria que as historiadoras e historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história, a presença das mulheres. Foi também buscando mostrar a diferença no interior da categoria “mulher” que passaram a utilizar a palavra “mulheres”. (PEDRO, 2005, p. 83).

Ao analisar a trajetória dos estudos de gênero, no Brasil, entre 1975 e 1995, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj identificaram que a adoção do conceito de gênero na academia surgiu como um grande guarda-chuva que viria a abarcar as pluralidades embutidas no próprio discurso:

No melhor dos casos “gênero” foi adotado de uma maneira consensual, no pior dos casos optou-se por um compromisso simbolizado pela adoção de ambos termos, mulher e gênero, separados agora por uma barra. (HEIBORN; SORJ, 2008, p. 05).

Com o deslocamento teórico/discursivo do sistema sexo/gênero, enquanto políticas identitárias, publicações importantes começaram a traçar um outro caminho epistemológico nas pesquisas sobre gênero em universidades brasileiras. É o caso da questão *Queer*, que possibilitou uma série de novos campos de investigação, multiplicando as análises para além do binário e heterogênero.

Dentre esses trabalhos, resalte-se os estudos de Guacira Lopes Louro^{vi}, que segundo Holanda, (2020, p. 18) “[...] foi a primeira pensadora a escrever sobre o tema no Brasil”. Ancoradas em estudos culturais e pós-estruturalistas, suas pesquisas contribuíram para a sedimentação de importantes caminhos para o campo das representações na educação e como estes são sistematizados nas políticas de controle do corpo e da sexualidade, disciplinadas social e politicamente. Sua análise rompe com a visão biologizante do gênero, fazendo-o percorrer processos históricos e culturais sob os quais o corpo é construído. Miskolci (2011, p. 58), afirma que:

Em nosso país, a incorporação da Teoria Queer provavelmente se iniciou no final da década de 1990, dentro das disciplinas das Ciências Sociais, em particular na área dos estudos de gênero e sexualidade. O marco de nossa recepção queer pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na Revista Estudos Feministas, o artigo “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação.

Esses estudos acadêmicos confluíram com o surgimento da Revista de Estudos Feministas, em 1992, e com os Cadernos Pagu, em 1993, fundamentais para a divulgação dos estudos feministas e para um certo desvio dos temas de investigação, pautados na desconstrução do binarismo nos sistemas sexo/gênero. Dadas as circunstâncias, talvez esse



processo acadêmico tenha convergido para a recepção, nos anos 1990, das primeiras leituras de autoras como Judith Butler, Theresa De Lauretis, Donna Haraway, e Monique Wittgen.

Assim, importa dizer que, acompanhando esse movimento, com a imersão em novos objetos de pesquisa, foram construídas diferentes narrativas e vivências cada vez mais plurais. Nesse cenário multifacetado, em que os sujeitos se relacionam com diferentes experiências, contextos e lugares sociais diversos, os estudos de gênero contribuem para dilatar o campo investigativo e promover o diálogo com outros saberes, sem contar que, atualmente, eles vêm trilhando significativos desdobramentos e (re)definições no campo teórico.

Situando nessa interface, pontuamos pesquisas acadêmicas, realizadas no Brasil, por Adriana Pisticelli que dá conta de interseccionar gênero com outros marcadores de diferença. Para Pisticelli, em “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”, importa que os estudos interseccionais não venham a ratificar, mesmo que de forma subliminar, um marcador social da diferença em detrimento a outro. Ao considerar que as experiências sociais são múltiplas temos, em consequência, a preocupação central em identificar e problematizar como as formas de poder e suas ações geram opressão e desigualdade. Com efeito, Pisticelli defende que

o debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. Diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas elas variam em função de como são pensados diferença e poder. Essas abordagens divergem também em termos das margens de agência (agency) concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente. (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Por ser um termo elástico, penso ser importante analisar como esses marcadores de diferença produzem, ao se imbricarem, não só desigualdades, como repercutem na forma como os sujeitos se constituem. Quando não se compreende que tais marcadores traduzem a singularidade das vivências, muitas delas atravessadas por diversas opressões e violências, nos distanciamos de um saber crítico que ratifica o pensamento único, enviesado pela desigualdade.

Diante do exposto, somando-se às produções mencionadas, as pesquisas sobre a temática de gênero, foram se diversificando, não só internacionalmente, tanto nos movimentos feministas quanto nas universidades brasileiras. Mesmo assim, essas pesquisas dão expressiva contribuição para o campo historiográfico e para que se entenda mais e melhor nossa própria realidade, até porque elas se referenciam, além de dialogar, nas escolhas das fontes de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da produção historiográfica dos estudos de gênero tem possibilitado a abertura de novos debates e problematizações do próprio gênero como categoria de análise. É inquestionável a abrangência que essa temática vem tomando, com novos olhares e novas perspectivas teóricas.

Contudo, percebemos que na medida em que muito já foi dito e produzido, muitas dessas discussões ainda se restringem à academia mesmo que, timidamente, possam chegar a outros espaços de formação como, por exemplo, a educação básica. Mesmo em se tratando do espaço acadêmico, refletimos se as novas gerações tem conhecimento sobre o trajeto trilhado pelos estudos de gênero, suas protagonistas e histórias. Munidos dessas inquietações, que abriram as discussões desse texto, procuramos demonstrar a importância de descortinar e (re)contar esse trajeto.

Embora tenhamos um volume de contribuições científicas que abrangem o tema, a realidade nos demonstra que no universo das relações ainda convivemos com formas hierarquizantes e normativas de se ver e perceber a diversidade. Como pesquisadoras(es) ainda travamos uma cruzada epistemológica no sentido de poder desenvolver um pensamento mais flexível, acessível, e com novas perspectivas teóricas e metodológicas direcionadas aos estudos de gênero.

Portanto, compreendemos que tornar visível as mudanças e resistências, de como sujeitas e sujeitos construíram e constroem suas experiências individuais e coletivas em torno dos estudos de gênero, contribui para o não esquecimento, pois são nos silêncios e nos vazios que muitas vezes as “verdades” são forjadas e distorcidas. Ademais,



como historiadoras (os) entendemos a importância de se mediar um diálogo constante entre a contemporaneidade e o passado, dentro de suas subjetividades e interpretações, para que sejam revelados e ampliados.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Feminismo, gênero e representações sociais. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. Desfazendo Gênero. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero e sexualidade como campos de produção de conhecimento educacional. ROSA, Katemari Diogo da; CAETANO Márcio; CASTRO, Paula Almeida de, (Org). In: Gênero e Sexualidade: Intersecções necessárias à produção de conhecimento. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwnk9dsd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de mar. 2022.

CORRÊA, Mariza. Mulher & Política: um Debate sobre a Literatura Recente. BIB, no 18, Rio de Janeiro, 2º Semestre 1984, pp.27/44. Disponível: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-18/364-mulher-politica-um-debate-sobre-a-literatura-recente/file> . Acesso: 13 de mar. 2022.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil (1975-1995). In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221. Disponível: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf. Acesso em: 19 de mar. 2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOBS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática para liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação. In.: Pensamento Feminista Hoje: sexualidades no Sul global. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MATOS, Maria Izilda de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea(1998). Cadernos Pagu. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998\(11\)/Matos.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998(11)/Matos.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.

MISKOLCI, Richard. Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: Souza, Luiz Antônio Francisco de; Sabatine, Thiago Teixeira e Magalhães, Boris Ribeiro de. (Org.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. 1ed.Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2011, v. 1, p. 47-68.

MOGROVEJO, Norma. O Queer, as mulheres e as lésbicas na academia no ativismo em Abya Yala. In.: Pensamento Feminista Hoje: sexualidades no Sul global. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História (São Paulo) [online]. 2005, v. 24, n. pp. 77-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>>. Epub 23 Set 2010. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.



PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>. Acesso: 23 de nov. 2021.

PISCITELLI, Adriana. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade E Cultura, 11(2). <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 13 de mar. 2022.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil. Cadernos do arquivo Edgar Leuenroth, Campinas, n.3/4, p.11-43, 1995/1996. Disponível em: [https://www.academia.edu/3493543/ADEUS_AO_FEMINISMO_FEMINISMO_E_P%C3%93S_MODERNIDADE_NO_BRASIL_IL_Margareth_Rago_](https://www.academia.edu/3493543/ADEUS_AO_FEMINISMO_FEMINISMO_E_P%C3%93S_MODERNIDADE_NO_BRASIL_Margareth_Rago_). Acesso em 28 Jan 2022.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na Historiografia brasileira. Tempo Social; Revista de Sociologia. USP. São Paulo, pg. 67-82. outubro 1995. Disponível: <https://www.scielo.br/jjts/a/Bn67fyfwtQfrMvhqN8VnXXQ/?format=pdf>. Acesso em: 07 de out. 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

NOTAS

¹ Stoller foi professor de psiquiatria na Faculdade de Medicina e pesquisador da Clínica de Identidade de Gênero da UCLA. Faleceu em 06\09\1991 em Los Angeles, Estados Unidos.

² Em 1977 a Fundação Carlos Chagas recebeu o apoio da Fundação Ford para lançar o Programa de Dotação para Pesquisa sobre as Mulheres e Relações de Gênero, que contou com o alcance de 170 projetos em pesquisas voltadas para os estudos de gênero. Cabe salientar que a Fundação Ford atua no Brasil desde 1962.

³ Escritora, intelectual e feminista brasileira. Foi fortemente combatida por setores mais conservadores da Igreja Católica, sendo expulsa da editora Vozes por ordem do Vaticano. Em 1994 foi eleita a “Intelectual do Ano”, pela União Brasileira de Escritores.

⁴ Como professora, lecionou no Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp É pesquisadora do Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da mesma Universidade, no qual coordena um Projeto Temático da Fapesp sobre gênero e corporalidade.

⁵ Foi professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentou-se em 2019. Atualmente é membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É também pesquisadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero.

⁶ Professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero). Publicou trabalhos com foco em gênero, sexualidade e teoria queer, articuladas à Educação.



A ESTRUTURA DO PATRIARCADO E AZALEIA NA LUTA PELA TERRA

LA ESTRUCTURA DEL PATRIARCADO Y AZALEIA EN LA LUCHA POR LA TIERRA

THE STRUCTURE OF PATRIARCHY AND AZALEIA IN THE FIGHT FOR LAND

DELBONI, CLÁUDIA

Doutora em História, docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Rede pública da Educação Básica/MS
E-mail: claudiadelboni50@gmail.com

RESUMO

Este trabalho examina a trajetória de Azaleia, estabelecida no Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Sidrolândia, durante o ano de 2007. Ao longo de doze anos, ela se engajou na busca por conquistas sociais garantidas pela Constituição, tais como terra, trabalho, moradia, educação, transporte, saúde e equidade nas relações de poder entre homens e mulheres. Azaleia adotou diversas estratégias de resistência e enfrentou as ações de diferentes mediadores comprometidos com a defesa da reforma agrária. Ao longo do trabalho, procuramos analisar o significado do acampamento em sua trajetória, além de compreender as incertezas vivenciadas no lote para assegurar a consolidação da subsistência, enfrentando encontros e desencontros ao longo do caminho. Durante suas mobilizações, Azaleia se envolveu com o movimento social liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que resultou em conflitos em seu casamento. A pesquisa foi conduzida utilizando a História Oral de Vida como procedimento metodológico. Na tessitura do trabalho de pesquisa, a narrativa de Azaleia foi considerada como um indicativo de emoções e expressões de mulheres que enfrentam a luta pela terra e carregam as marcas dos contextos sociais nos quais estão inseridas. Sua narrativa desempenhou um papel fundamental como fonte privilegiada para a compreensão dos avanços e retrocessos nas relações de gênero ao longo da história da luta pela terra nos últimos sessenta anos no Estado. PALAVRAS-CHAVE: : memória; mulher assentada; relações de gênero; acampamento.

RESUMEN

Este trabajo examina la trayectoria de Azaleia, establecida en el Estado de Mato Grosso do Sul, en el municipio de Sidrolândia, durante el año 2007. A lo largo de doce años, estuvo comprometida en la búsqueda de conquistas sociales garantizadas por la Constitución, como la tierra, el trabajo, la vivienda, la educación, el transporte, la salud y la equidad en las relaciones de poder entre hombres y mujeres. Azaleia adoptó diferentes estrategias de resistencia y enfrentó el accionar de distintos mediadores comprometidos con la defensa de la reforma agraria. A lo largo del trabajo, buscamos analizar el significado del campamento en su trayectoria, además de comprender las incertidumbres vividas en el lote para asegurar la consolidación de la subsistencia, enfrentando encuentros y desacuerdos en el camino. Durante sus movilizaciones, Azaleia se involucró con el movimiento social liderado por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), lo que generó conflictos en su matrimonio. La investigación se realizó utilizando como procedimiento metodológico la Historia de Vida Oral. En el tejido del trabajo de investigación, la narrativa de Azaleia fue considerada como un indicio de emociones y expresiones de mujeres que enfrentan la lucha por la tierra y llevan las marcas de los contextos sociales en los que están insertas. Su narrativa jugó un papel fundamental como fuente privilegiada para comprender los avances y retrocesos en las relaciones de género a lo largo de la historia de la lucha por la tierra en los últimos sesenta años en el Estado.

PALABRAS CLAVES: memoria; de mujer asentada; relaciones de género; cámping.

ABSTRACT

This work examines the trajectory of Azaleia, established in the State of Mato Grosso do Sul, in the municipality of Sidrolândia, during the year 2007. Over the course of twelve years, she was engaged in the search for social achievements guaranteed by the Constitution, such as land, work, housing, education, transport, health and equity in power relations between men and women. Azaleia adopted different resistance strategies and faced the actions of different mediators committed to defending agrarian reform. Throughout the work, we sought to analyze the meaning of the camp in its trajectory, in addition to understanding the uncertainties experienced in the lot to ensure the consolidation of subsistence, facing encounters and disagreements along the way. During her mobilizations, Azaleia became involved with the social movement led by the Landless Rural Workers Movement (MST), which resulted in conflicts in her marriage. The research was conducted using Oral Life History as a methodological procedure. In the fabric of the research work, Azaleia's narrative was considered as an indication of emotions and expressions of women who face the struggle for land and carry the marks of the social contexts in which they are inserted. Her narrative played a fundamental role as a privileged source for understanding the advances and setbacks in gender relations throughout the history of the struggle for land in the last sixty years in the State.

KEYWORDS: memory; seated woman; gender; camp.



INTRODUÇÃO

O artigo constitui-se num recorte da pesquisa de doutorado desenvolvida entre os anos de 2013 e 2017, quando realizei a análise da história oral de vida de nove mulheres assentadas no município de Sidrolândia, no Estado do Mato Grosso do Sul. A opção teórico metodológica da história oral de vida resultou em narrativas de mulheres que vivenciaram a experiência de acampamento, de maneira que suas memórias serviram de indícios para pensarmos a maneira pela qual a participação feminina se fez presente na luta pela terra. Do conjunto das memórias coletadas, escolhi a trajetória de Azaleia pela força da narrativa, que trouxe as relações de gênero na construção da sua história de vida. Através da luta pela terra ela se desvencilhou de uma situação de vulnerabilidade no matrimônio, conquistou um lote no assentamento João Batista, localizado em Sidrolândia/MS e ainda ingressou na Universidade.

Azaleia na Universidade Federal da Grande Dourados



Figura 1 – Autora Cláudia Delboni – Arquivo pessoal

O conceito de gênero

Joan Scott (1995, p. 75), historiadora estadunidense, traz reflexões relevantes à discussão acerca do gênero, sendo, aliás, uma referência recorrente nos trabalhos da área. Fazendo um panorama das discussões sobre o assunto, da forma como é tratado ao longo da História, a autora revela que o termo “gênero” leva consigo a mesma carga semântica que “mulheres”. O termo, no entanto, foi aderido na tentativa de atribuir maior erudição e seriedade aos trabalhos, pois a expressão “mulheres” pode ser relacionada à luta feminista, que era vista com desagrado pela Academia majoritariamente masculina:

Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo "gênero" constitui

um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80 (Scott, 1995, p. 75).

Em outra colocação, Scott destaca que “gênero” serve, inclusive, para efetuar a inclusão masculina na discussão, de modo a reforçar que as informações a respeito das mulheres são concernentes aos homens da mesma forma. É relevante pontuar que esse fato implica a existência do mundo das mulheres como parte do mundo dos homens, e, ademais, “que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (Ibid., p. 75). A autora também coloca que essa abordagem confronta diretamente as tentativas de isolar as duas experiências, como se uma, em nada, tivesse relação com a outra.

Scott define *gênero* dividindo-o em duas partes, sendo, então, introduzidas por axiomas no início de cada discussão. A primeira expõe que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre o sexo” (Ibid., p. 86). A partir de tal afirmação, ela destaca quatro elementos que destrincham sua teoria: o primeiro se refere às representações advindas dos símbolos culturais, especialmente ligados à religião, como Maria e Eva, constituindo a imagem da mulher, além de outras caracterizações positivas e negativas, envolvendo mitos. Scott afirma que o essencial a ser analisado refere-se a qual representação é utilizada, mas, principalmente, o contexto do uso.

O segundo direciona-se aos “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (Ibid., p. 86). Para a autora, eles estão presentes em diferentes esferas, seja política, científica, jurídica ou religiosa. De qualquer modo, Scott reitera que tais aspectos se utilizam de uma *oposição binária fixa*, a qual “afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino” (Ibid., p. 86). A respeito disso, uma observação da autora revela-se pertinente, haja vista a sua exposição sobre a presença desses elementos normativos, no que tange à equivocada ideia de que são formadas pelo consenso e não pelo conflito. Scott explica:

Um exemplo desse tipo de história é dado por aqueles que tratam a ideologia vitoriana da domesticidade como se ela tivesse sido criada em bloco, e tivesse sido contestada apenas depois disso, invés de ser o objeto constante de grandes diferenças de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais, que querem ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel “tradicional” das mulheres, supostamente mais autêntico, embora, na realidade, haja poucos antecedentes históricos que testemunhem a existência incontestada de um tal papel (Ibid., p. 87).

O terceiro aspecto refere-se ao aprofundamento das análises, adicionando uma visão que considere as questões políticas, bem como as organizações sociais e as instituições que têm relação com essa normatividade, pois, dessa forma, será possível encontrar a origem da repressão, que desencadeou nessa repressão binária de gênero. Nesse sentido, Scott faz ressalvas a teóricos que restringem a sua análise às relações de parentesco, pois deve-se ir além, analisar

o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero) (Ibid., p. 87).

A autora, nesse sentido, reitera que o gênero se forma por intermédio das relações de parentesco, mas também se estende à organização política e econômica, configurando um processo ainda mais complexo e profundo. O quarto e último elemento dessa primeira parte está relacionado à identidade subjetiva. Scott leva em consideração a importância da psicanálise para entender esse processo de reprodução das representações simbólicas do gênero, de modo que haja uma mutação na sexualidade, ao mesmo tempo em que ocorre uma enculturação. A limitação desse viés diz respeito à universalidade da teoria e à desconsideração da História nesse processo.

As relações não se concretizam invariavelmente, tendo em vista que “os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas”



(Ibid., p. 88). O trabalho a ser feito é analisar a conjuntura dos fatos, as especificidades que rodeiam o objeto. Para a autora, os melhores resultados desse método se deram pelas biografias, apesar de ser possível fazer uma reflexão com uma abordagem coletiva – mas não universal.

A segunda parte da teoria de Scott revela ainda mais particularidades da temática: “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Ibid., p. 88). Nesse caso, a autora faz questão de destacar que o gênero não se caracteriza como o único campo no qual o poder se manifesta, ao passo que é um ambiente de expressiva recorrência, em se tratando da representação do poder, especialmente em sociedades que seguem tradições islâmicas e judaico-cristãs. Uma observação de Maurice Godelier (1981), citada por Scott, mostra-se pertinente na composição do debate, pois realçam ainda mais o que foi dito até aqui:

(...) não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar (Scott, 1995, p. 89).

Pode-se perceber que tais apontamentos teóricos acerca do gênero estão ligados à condição da mulher na sociedade e ao modo como as construções simbólicas interferem nas relações sociais. Em especial, nas relações de trabalho, como profissionais acadêmicas, objeto desta pesquisa. Há espaços onde a presença da mulher é considerada estranha ou praticamente proibida, meramente por uma construção social, pois a capacidade de executar tarefas independe do gênero. Para esclarecer de forma satisfatória tais proposições, serão detalhadas as experiências da mulher pesquisadora e professora universitária, e como as relações de gênero se comportam durante sua vida.

Os estudos de Pierre Bourdieu foram fundamentais para refletir sobre os poderes simbólicos, uma espécie de *cercos invisíveis* que operam nas relações de gênero, assim definido pelo autor:

Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de *cercos invisíveis* (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares políticos (Bourdieu, 2020, p.39).

Na economia das trocas simbólicas que *encerram* os sujeitos em papéis a serem desempenhados socialmente, as mulheres são partícipes de um sistema de relações que as deslegitima no protagonismo de suas histórias e, em contrapartida, reconhece o papel da virilidade atribuída aos homens, cuja força resulta na tutela dos seus caminhos, bem como na superioridade masculina, nas hierarquias de poderes. O mundo social que constrói corpos masculinos e femininos.

A partir desse viés, tomei as relações de gênero como categoria de análise que apontou para tensões nas relações entre homens e mulheres, resultado das assimetrias de poderes, na qual o espaço tradicional da ação política é socialmente reservado aos homens. Contudo, faz-se necessário salientar que a dominação masculina é consequência de um trabalho de construção social reconhecido tanto pelos dominantes quanto pelos dominados, assim como é construída por processos históricos, que são responsáveis pela naturalização da história.

Este esquema representativo da organização social encontrou os alicerces explicativos na biologia, particularmente, na diferença anatômica entre os órgãos sexuais que serviram como justificativa para naturalizar as diferenças socialmente construídas. Estas mantêm as mulheres em condições subalternas, principalmente, no que concerne a divisão social do trabalho, que designou aos homens a produção do espaço público, local das relações econômicas e políticas, e às mulheres para a produção da vida doméstica enquanto espaço dos afetos, vistas como intrínsecas a natureza feminina e, por isso, desprovida de valor econômico:



Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus traços e suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada* (Bourdieu, 2010, p.32-33).

Portanto, as estruturas de poderes que naturalizam o espaço público para os homens e o privado para as mulheres são históricas, resultados de investimentos sociais sistemáticos, que ratificam a dominação masculina, como ordem natural da história. De maneira que impõem a dominação por meio da coerção física, tal como através de operações simbólicas, além de contar com apoio de diversas instituições como Igreja, Estado, Escola, Família etc. Nesse sentido, as histórias das assentadas iluminaram os processos históricos, feitos por homens e mulheres, que são simultaneamente sujeitos e objetos de estruturas de dominação que, muitas vezes, organizam e determinam escolhas e trajetórias individuais.

As relações de gênero permitiram o acesso ao espaço privado das relações sociais, uma vez que este foi o espaço “reservado” para a atuação feminina. A partir desse viés, busquei identificar a persistência valores sociais que permanecem como tradições, quase imunes à passagem do tempo, bem como compreender as resistências que as mulheres teceram ao longo de suas trajetórias de vidas, que resultaram em transformações sociais.

No processo análise da história de vida de Azaleia, utilizei-me do conceito de *Habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu, o qual defendeu que a internalização de valores, costumes e gostos pelos indivíduos ocorrem num movimento de duplo sentido. Ao mesmo tempo em que o sujeito assimila a tradição do coletivo, ele também modifica a determinação das estruturas. Na perspectiva do autor, o sujeito é o ator social que por meio de práticas sociais, contraditoriamente, ratifica e modifica as tradições sociais. A reprodução das diferenças hierárquicas de poder não se perpetua automaticamente pela inércia, mas exige esforços sociais para transmiti-las de geração a geração.

Para proceder a análise da história de vida de Azaleia caminhei na perspectiva dos eixos estruturantes que delineiam a sociedade no viés de Heleieth Saffioti,

Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história. Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potencialização de contradições. Como tal, merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas (Saffioti, 2015, p.83).

O “nó” mencionado pela autora foi utilizado como eixo estruturante para compreensão da sua narrativa, na medida em que considerei, especialmente, a classe e o gênero na elucidação do processo histórico na qual estavam inseridas as assentadas. No cruzamento das duas categorias de análises encontramos as contradições sociais em sua máxima potência.

O registro da história oral de vida possibilitou a comparação e a conexão de histórias isoladas, numa trama densa de acontecimentos. A análise das histórias de vidas serviu-nos de indício para pensarmos a trajetória das mulheres assentadas enquanto uma comunidade que conquistou a terra por meio do ingresso no barraco de lona, e enfatizaram essa etapa em suas recordações.

Em busca de um lugar: a infância de Azaleia de “déu-em-déu”

Azaleia nasceu na região pantaneira no antigo Estado de Mato Grosso no ano de 1967. Trouxe uma memória marcada por silêncios, uma vez que resumiu em poucas palavras. A partir da expressão popular “*De déu-em-déu*”, ela expressou a ausência de endereço fixo, uma infância vivida de lugar em lugar. Azaleia narrou lembranças que apontaram para uma história repleta de migrações, foram inúmeras mudanças realizadas *de fazenda em fazenda*, quando a família participou do trabalho de abertura dos pastos e ao término da empreitada partiam em busca de outra jornada.



Azaleia não recordou o curso das migrações realizadas na infância. Mesmo fazendo esforço de puxar o fio da memória ela não conseguiu listar o percurso das mudanças até chegar à cidade. Assim, buscamos os indícios da cronologia das migrações a partir da presença das datas na memória do trabalho e da escola, para compreender as mudanças que acompanharam sua trajetória de vida.

Na *perambulação* pelas fazendas não teve acesso à escolarização. Aos sete anos acompanhou a família para a realização de diversos trabalhos como trabalhadores temporários na zona rural de Aquidauana. No período de uma década de permanência na região lembrou apenas da fazenda Cachoeirão como referência de morada. A impossibilidade de compreender o percurso das migrações remeteu a produção do sociólogo Maurice Halbwachs sobre a memória das crianças na infância:

Um ser como a criancinha, reduzido a suas percepções, guardará de tais espetáculos apenas uma lembrança frágil de pouca duração. Para que atinja a realidade histórica atrás da imagem, ela terá de sair de si mesma, terá de ser posta no ponto de vista do grupo, para que possa ver como tal ato marca uma data – porque entrou no círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Mas nesse momento o fato deixa de se confundir com uma impressão pessoal (Halbwachs, 2006, p. 80).

À luz de Halbwachs, podemos pensar sobre a condição das lembranças de Azaleia sobre a infância, que além de estar sujeita a curta duração da memória de criança, viveu as constantes migrações, que dificultaram a constituição de uma base, sobre a qual um grupo compartilha e vivencia a prática social. Ela pertencia ao grupo de trabalhadores expropriados que migraram em busca da sobrevivência na roça em troca do sustento da família.

No fim da narrativa confidenciou em tom de vergonha, que somente aos onze anos de idade se sentou pela primeira vez numa carteira escolar. Foi quando a família partiu para Anhanduí, distrito da cidade de Campo Grande, no ano de 1978, um ano antes da cidade tornar-se capital do Estado, após emancipação do Estado de Mato Grosso.

O significado da ausência da escola remete aos possíveis fatores: primeiramente era mulher e sua não escolarização na dinâmica da família no trabalho do campo era visto como elemento fundante da condição de seus membros. Dessa maneira, o acesso a escola de Azaleia não foi percebido como prioridade, principalmente pelo pai, uma vez que fazia parte do *habitus em que* o processo de socialização das mulheres era voltado para o aprendizado da maternidade e do casamento como regra social. Além do que as sucessivas migrações pelas fazendas tornaram a frequência escolar ainda mais frágil.

Sua memória foi marcada pela narrativa da proletarização no campo intensificada nas décadas de 1970. Em difíceis condições, muitas famílias *“perambulavam”* pelas fazendas, as quais contratavam os trabalhadores em caráter temporário, até que durasse a derrubada de uma mata, a abertura de um pasto ou mesmo a colheita de uma roça. Impossibilitadas das moradas nas fazendas, as mulheres eram as que mais sentiam as inseguranças das migrações, já que eram responsáveis pela reprodução doméstica em trabalhos que não asseguravam uma de infraestrutura adequada para a sobrevivência das famílias.

A família de Azaleia não se edificou sob os alicerces da representação de uma família *“tradicional”*, na qual o homem incumbir-se-ia da produção da unidade doméstica da casa. Pelo contrário, seu pai era alcoólista e quem proveu o sustento da família foi a mãe, que conciliou o trabalho assalariado com as inúmeras gestações que totalizaram sete filhos - três homens e quatro mulheres.

As condições de vida da mãe de Azaleia faziam parte da realidade vivida por uma parcela significativa das mulheres pertencentes à classe trabalhadora, que na produção da vida doméstica ocupavam um lugar de pouca interferência no curso das migrações, cujos acertos quase sempre eram realizados pelos maridos. Na condição de esposa elas seguiam a caminhada incumbidas da difícil tarefa da produção e reprodução da família.

Na tradicional divisão sexual do trabalho, Azaleia desde a infância participou da unidade doméstica com o trabalho na casa *dos outros*:

Às vezes a mãe dava os filhos para as famílias, para trabalharmos em troca de roupa e comida. Desde que eu me entendo por gente eu cuido de criança, de limpar a casa dos outros e nunca tive dinheiro: era sempre em troca de roupa e de comida, por que o pai e a mãe não davam conta de cuidar da gente, e por isso fazia isso com os filhos’.



O trabalho das meninas na casa é resultado da história da socialização feminina, na qual a maternidade é o destino. As histórias vividas na infância estavam entranhadas por relações de gênero. Na visão de Azaleia foi a mãe que a disponibilizou para os trabalhos domésticos assalariados, *dava os filhos para as famílias*. Na perspectiva da mãe era “natural” a mulher realizar trabalhos ligados a reprodução da família, limpar casa e cuidar de crianças: era realização de trabalhos inscritos nos *habitus sociais* como tarefa naturalmente feminina. E acrescida às relações de gênero temos a exploração de classe, no qual as relações econômicas pactuaram com a concepção de que é parte da natureza feminina cuidar da casa, por isso, pouco se remunerava pela mão de obra de uma babá: bastava um prato de comida ou roupas, muitas vezes usadas.

Ao longo da década de 1970, o crescimento da economia pecuária na região ocorreu sob a órbita da modernização agrícola, que expropriou os trabalhadores rurais do acesso à terra, bem como da morada na fazenda. As vilas que se despontaram neste contexto, eram também moradas de peões que traziam suas famílias que formavam a mão de obra temporária, estas contratadas por baixos salários, tanto pelos fazendeiros, quanto pelos moradores mais abastados do vilarejo.

A família de Azaleia foi integrada ao circuito do capital que avançou no contexto da agricultura brasileira, com a aplicação do projeto econômico de “modernização” do campo levado a cabo pelos governos militares. Restava-lhe, assim, continuar a trajetória de trabalhadora, como mão de obra, ainda mais desvalorizada, por ser menor de idade. Trabalhava nas casas *dos outros* como estratégia da economia familiar, na medida que resultou em “menos bocas” para serem alimentadas, assim como a aquisição de roupas usadas no seio de suas respectivas famílias.

A mãe de Azaleia trabalhava num restaurante do vilarejo para prover o sustento da casa e contava com a presença dos filhos maiores para os cuidados com os menores. Com a passagem do tempo representado na expressão “*ai*”, a mãe experimentou a árdua tarefa de prover o sustento na produção e reprodução da família, mas por outro lado acumulou forças para desvencilhar-se do marido que gastava nos bares o salário que recebia como assalariado da indústria de asfalto.

A ruptura do casamento dos pais ocorreu quando a mãe acumulou forças para tal empreendimento, com os filhos crescidos. Por mais de uma década ela experimentou um casamento, no qual a tradicional divisão sexual do trabalho não foi cumprida pelo cônjuge, mesmo assim sua mãe prosseguiu no seu papel de reprodução da família: foram nove gestações. Para analisar a longevidade do matrimônio jamais poderíamos perder de foco que ela era parte de uma sociedade que socializa homens e mulheres para obediência aos papéis sociais.

A mãe era herdeira de um *habitus social*, enquanto lei socialmente incorporada transmitida por uma economia simbólica, que estabelece o modelo tradicional do papel masculino e feminino a ser desempenhado socialmente. Nesta divisão as mulheres são socializadas para a criação dos filhos, tal como para o casamento, que segundo Pierre Bourdieu é um dos dispositivos sociais que não podemos desconsiderar na contabilidade dos diferenciais de poder. Segundo o autor:

Um outro fator determinante da perpetuação das diferenças é a permanência que a economia dos bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) deve à sua autonomia relativa, que permite à dominação masculina nela perpetuar-se, acima das transformações dos modos de produção econômica: isto, com o apoio permanente e explícito que a família, principal guardiã do capital simbólico, recebe das Igrejas e do Direito (Bourdieu, 2010, p.115).

Desvencilhar-se do casamento não foi tarefa fácil, ela precisou reunir as condições concretas para o empreendimento, bem como romper com os valores normativos, transmitidos pelas práticas sociais desde a infância, quando os corpos femininos são subjetivados para o matrimônio. Era por meio do casamento que se legitimava o exercício da sexualidade e do reconhecimento social perante a ordem que organiza as relações sociais.

Com quinze anos foi trabalhar em um restaurante em Anhanduí, onde a mãe trabalhava. Época que rememorou pela sua magreza, quando as pessoas diziam que um vento poderia carregá-la. Nesse contexto o tempo da escola foi substituído pelo trabalho de copeira: nele cresceu, enamorou e casou-se com Luiz, que também trabalhava no restaurante.



O casamento e o trabalho dobrado de Azaleia

A vida *difícil* não amenizou após o casamento, ela não conseguiu deixar para traz o trabalho pesado da infância e da adolescência, pois quando adulta acumulou o trabalho assalariado com as tarefas domésticas, intensificadas com a maternidade dos três filhos, que na narrativa apareceu como o lado positivo do casamento, uma *graça de Deus*.

Após quinze anos de trabalho no restaurante, o proprietário do restaurante propôs o fim da carteira assinada, em benefício de um contrato regulado pelo pagamento de diárias, que eles pagavam quando *podiam e queriam*. Azaleia não aceitou a proposta de trabalhar sem a regulamentação do trabalho, preferiu a demissão e seguir no casamento numa cidade maior. Azaleia preferiu ficar em casa, atitude logo seguida pelo marido.

O fim do matrimônio dos pais resultou em mais esforços para auxiliar na subsistência da família, uma vez que a separação foi marcada pela ausência paterna, que em nenhum momento foi mencionado após a separação. Sobre a mãe ainda mencionou:

Quando o meu pai largou da minha mãe tinha minhas irmãs pequenas, eu até levei uma para morar comigo, só que não deu certo por causa do meu marido, porque a gente quer uma coisa e o marido quer outra. Eu ficava com dó das minhas irmãs, que sofreram muito, porque a mãe ia para um lado para outro, ela não tinha juízo, não sei o que era na cabeça da minha mãe. Assim que ela se separou do meu pai mudou-se para Campo Grande, onde amigou com um rapaz e foi morar no Comodato em Iraci Coelho. A união não deu certo, ela arranhou um novo marido, que conseguiu um lote num assentamento e para lá se mudaram (Azaleia, 2014).

Percebia a mãe como desorientada, *ela não tinha juízo, não sei o que era na cabeça da minha mãe*. Azaleia não compreendia as dificuldades da mãe diante da responsabilidade de manter sozinha o sustento das filhas e o desemprego vivido no acordo do restaurante que se impôs a todos os funcionários. Era analfabeta, não tinha qualificação profissional que exigia os trabalhos nas cidades. A tentativa de outros casamentos e a partida para Campo Grande foi o caminho seguido, quando ingressou na luta pela terra e foi morar nos acampamentos que despontavam no Estado ao longo da década de 1980, levando junto as filhas que ainda estavam solteiras.

Azaleia não seguiu o destino da mãe na luta pela terra, apresentada sem detalhes na sua narrativa, apenas mencionou como época que ela *ia para um lado para outro*. Este era o cenário na qual despontava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oriundo do Sul do país, que se instalou no cenário político do recém Estado de Mato Grosso do Sul.

As mudanças nos acampamentos resultavam das dificuldades da organização de firmarem a mobilização, diante da repressão policial, tal como do incipiente apoio dos governos no avanço da reforma agrária. Na caminhada da luta, a mãe conquistou um lote destinado a reforma agrária. Sobre a trajetória do barraco de lona vivido pela mãe, Azaleia mencionou de passagem, *a minha mãe sempre foi acampada então ela dizia "Vai lá minha filha, você consegue!"*.

Nos barracos de lona a mãe encontrou a experiência de mobilizações, junto a um coletivo que se aglutinou ao longo da década de 1980 em prol do trabalho na terra. Ela ingressou na *"espiral da luta pela terra"* que se alimentava das carências sociais nas periferias das cidades: era um movimento social que investiu na formação da identidade *sem terra* para impulsionar a ação dos sujeitos para ocupações dos latifúndios improdutivos. Entretanto, Azaleia, adulta achava que aquela vida não era para ela, apesar do desejo do marido de possuir um *pedaço de terra*.

Integrar o MST na década de 1980 representou uma prática de enfrentamento que a luta desencadeava na vida dos seus integrantes. As constantes expulsões dos acampamentos resultavam em mudanças dos barracos de lona preta pelas diversas ocupações realizadas no Estado, em rodovias, praças e fazendas. Azaleia pouco rememorou sobre o percurso da sua vida matrimonial.

Talvez porque as lembranças remetessem a um período que pouco determinou o curso da sua história: estava casada, não mais sobre a influência do poder do pai, mas sob a tutela dos desejos do marido que não aceitou a presença da irmã. Sob a justificativa de que amava muito o marido, cedeu a suas exigências e caprichos.

Diante da divisão sexual do trabalho as mulheres são responsabilizadas pela ordem da família, Azaleia permaneceu atrelada ao papel da esposa submissa aos desejos do marido, mesmo contrariada. Afinal o marido era reconhecido pelo Estado como o chefe de casa, responsável pelas propriedades da família. Como poderia Azaleia contrariar o marido na defesa da irmã dentro de sua casa?



A presença da mãe no MST resultou no convite para ingressar na luta pela terra. Entretanto, Azaleia não aceitou o convite, pensava *que eu não ia dar com aquela forma de vida* de enfrentamento, marcada por despejos, repressão policial, o *vai e vem* nos acampamentos. Neste momento, a mudança para a capital do Estado pareceu-lhe como possibilidade de ascensão social, com oferta de trabalho para o casal. A mudança foi amparada por relações de parentesco, quando permaneceram *morando de favor*.

Em Campo Grande, Azaleia realizou o sonho da casa própria, construiu a família com o nascimento de três filhos e ocupou-se dos cuidados da família ao longo de duas décadas, *era sossegada, calma* em suas palavras, enquanto o marido se tornou artesão e estabeleceu um ponto na feira da cidade. Ela viveu a relação conjugal de maneira que desempenhou um papel socialmente desvalorizado, marcado pela divisão sexual do trabalho, no qual o exercício da produção doméstica, realizado no âmbito da casa, não foi computado como produtivo e não concretizou em relações monetárias: *era o trabalho dobrado* que mencionou em sua história. Os afazeres domésticos eram considerados como trabalho acessório que ajuda a família no plano simbólico, uma vez que ele não participa da produção de mercadorias, e desse modo seu trabalho era percebido como voltado para consumo. Sobre o assunto escreveu Bourdieu:

Esse trabalho doméstico passa, em sua maior parte, despercebido, ou mesmo malvisto [...] e, quando ele se impõe ao olhar, ele é desrealizado, transferindo-o ao plano da espiritualidade, da moral e do sentimento, o que facilita seu caráter lucrativo e “desinteressado”. O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiros aos membros da família, e sobretudo às crianças (Bourdieu, 2010, p.117).

Na economia de troca dos bens simbólicos o trabalho de Azaleia tornou-se menor que a atividade do marido, que ocupou o espaço público das relações sociais, consideradas produtivas perante o ordenamento que rege as práticas sociais, como um *habitus sociais*. Até que um dia o marido insatisfeito com sua “acomodação”, disse-lhe, *para você tanto faz a água correr para cima quanto para baixo*. Ela incomodou-se com tal fala e resolveu partir para a luta, na busca da valorização de seu trabalho, *eu gostava, eu amava muito ele, eu queria ajudá-lo de alguma forma*.

A memória de Azaleia ainda estava condicionada a um *habitus* social que ratificava a desvalorização do seu trabalho e legitimava sua posição de inferioridade no espaço privado da casa. Ela não reconhecia o valor da economia doméstica que desempenhou na consolidação da família, e desta maneira sancionou a superioridade do trabalho do marido no provento da família, tal como a invisibilidade do seu trabalho.

Azaleia estava entranhada pelas representações sociais construídas por relações de gênero, que constroem identidades de homens e mulheres. Os cuidados com os filhos, com a casa, com a comida e com a roupa, não foram reconhecidos como trabalhos, mas como ajuda, um papel secundário na trama do casamento. Diante da acusação do marido de ser acomodada ela sentiu-se no dever de mobilizar forças para mudar o curso do rio e fazer *a água descer para baixo*, na expectativa de fortalecer o matrimônio, afinal os esforços necessários para preservação dos laços matrimoniais são tarefas das esposas.

O ingresso nos barracos de lona: entre o amor pelo marido e a luta pela terra

O ingresso de Azaleia na luta pela terra ocorreu de maneira singular, pois ela foi movida pelo amor ao marido e pela necessidade de agradá-lo. Ela ingressou em um acampamento organizado pelo MST, contrariando seus anseios, uma vez que não tinha interesse em morar na zona rural, tampouco viver nos *barracos de lona* como viveu sua mãe. Contudo, estava disposta a realizar o anseio do marido, desse modo acessou a rede de mobilização do MST, esta marcada por relações interpessoais, laços de vizinhança e amizade que movem uma ocupação (Loera, 2006, p.42).

O acesso ao MST ocorreu através da mãe, que conquistou o lote de terra na década anterior junto às mobilizações do MST. Ela pertencia à *espiral da luta terra*, conhecia a obrigação de assentada, de alimentar os cadastros do MST, com a indicação de possíveis candidatos para reforma agrária. E, desta maneira, Azaleia narrou seu ingresso na luta pela terra, que ocorreu no ano de 2005, para compor a formação de um acampamento no Capão Seco, no município de Sidrolândia.

Neste momento, em que buscava mudanças na vida conjugal, o caminho de *Sem Terra* trilhado pela mãe serviu-lhe de exemplo. Diferente da época de recém-casada, quando sentiu *dó* das irmãs, diante da precariedade material vivida nas



ocupações pelos municípios do Estado e ainda responsabilizou a mãe pela falta de *juízo*. Não aceitou sua sugestão para adentrar na luta pela terra, *pensava que não daria com aquele jeito*, tinha casa própria, vivia a criação dos filhos e a certeza da trajetória no casamento no espaço da cidade.

Depois de quase duas décadas a situação matrimonial havia se modificado. Em tom de vergonha, ela confidenciou as incertezas vividas no casamento no trânsito para o acampamento, *A turma falava para mim que ele era muito safado, o povo falava o que a gente não vê. Quando a gente gosta muito a gente sabe das coisas, mas gente não quer enxergar*. Azaleia viveu para o casamento, dedicou-se na consolidação da família tinha consciência do papel de subalternidade na relação conjugal, *a gente sabe das coisas*, no entanto preferiu não *enxergar* as traições. Admitir a infidelidade era assumir o fracasso do matrimônio, bem como o seu desempenho enquanto esposa: a insatisfação do marido era sua responsabilidade.

Considero importante refletir sobre o consentimento de Azaleia na relação do casamento, ela percebeu as transgressões do marido, mas não admitiu perante o *povo*. Preferiu assumir a estratégia da luta pela terra para trazê-lo de volta para a unidade doméstica, pois tinha a esperança de que atendendo ao seu desejo de posse de um sítio reconquistaria sua admiração. As reflexões filosóficas da Genevieve Fraisse ajudaram a pensar as experiências vividas por Azaleia:

Los sexos no están fuera de la historia que se construye; más aún, los sexo hacen la historia, hacen también la historia. Siendo así, el argumento invocado o reivindicado del consentimiento debe tomarse muy en serio. Em su versión individualista, el argumento “es mi elección”, no tiene grandes alcances, aunque pueda parecerle suficiente a los militantes llamados “liberales”. Puede satisfacer a algunos, a algunas, pero basta con subrayar el limite de una práctica individual, fuera de contexto, social, política o histórica, para que cualquiera comprenda que así no se puede llegar mui lejos (Fraisse, 2012, p.101).

Para a autora, a construção das diferenças sexuais faz parte do processo histórico que constroem as diferenças, tal como as diferenças sexuais constroem o devir da história. Em contraposição ao ideário liberal, que atribui aos indivíduos a autonomia para realizar suas escolhas pessoais, livres das inscrições sociais, ela argumenta que para se compreender as práticas sociais faz-se necessário levar em consideração os contextos históricos, sociais, político no qual os indivíduos estão inseridos de maneira que não suprima as inscrições coletivas nas ações dos sujeitos na história.

Na perspectiva liberal questionada pela autora, Azaleia seria a única responsável pelas suas escolhas, contudo é importante analisar a atitude de Azaleia imbricada com as relações sociais, sua prática estava inserida num contexto que legitimava a dominação masculina. A liberdade de colocar fim as traições do marido, estava circunscrita pelo medo de colocar fim ao casamento, visto que era dever de mulher submeter a autoridade do marido.

Ela era um corpo feminino marcada pelas regras sociais e na esperança de salvar o casamento, optou por silenciar o adultério e seguiu numa luta que não lhe interessava. Mesmo sem vontade de viver na zona rural e *calma* com a vida de casada na cidade, mostrou-se disposta a provar para o marido que não era acomodada, conforme sua acusação.

Enquanto mulher seguiu um roteiro traçado pelas estruturas coletivas e executados por diversas mediações sociais, tais como, famílias, escolas, igreja, partidos políticos, políticas públicas, as quais enfatizam o casamento com destino e naturalizam a maternidade como essência feminina, esta dotada da capacidade de submeter-se ao adultério do marido. Todavia, o ingresso de Azaleia na luta pela terra veio acompanhado da negativa do marido de ocupar o barraco de lona, rememorada em tom de ironia:

Quando eu decidi ir, o meu marido desistiu, mas nessa altura estava decidida a continuar. Então, propus que fizéssemos um revezamento de quinze dias para cada um no acampamento, assim ele poderia mandar as coisas para mim no acampamento. Ele concordou, fomos e ficamos acampados na BR do assentamento Geraldo Garcia, no município de Sidrolândia, meu marido ficou trabalhando em Campo Grande (Azaleia, 2014).

Na negociação dos desejos do marido para prosseguir na luta pelo sítio, Azaleia partiu levando a filha de cinco anos, pois os demais filhos já estavam adultos e não aceitaram tal desafio. Apesar do combinado, o marido não cumpriu com o tratado e numa visita ao acampamento, disse-lhe que não voltaria *para aquele lugar*. Posteriormente, quando ela retornou para Campo Grande ele a pressionou, dizendo, *eu quero que você decida: você vai ficar comigo ou com as terras?* O cotidiano do acampamento respingou sobre suas certezas no matrimônio assim recordadas:



Eu fiquei muito triste, então a turma falou que logo as terras seriam cortadas, mas sempre eles falavam que estava perto de cortar e o povo ia adiando. (...) Então, eu pensei e falei, *olha eu quero os dois, quero você e as terras, mas se você não quiser vou fazer o que? Eu quero as terras!* (Azaleia, 2014).

Neste contexto, ela havia se identificado com coletivo das mobilizações, com o espaço público das negociações do MST, conforme ela afirma: *você acaba se entranhando ali dentro e se acostumando*. Paulatinamente, na luta pela terra ela recuperou a autoestima, perdida na condição do casamento, na subalternidade do trabalho doméstico e contrariou os desejos do marido na relação conjugal. Respondeu-lhe que permaneceria na ocupação, detalhe que este foi o único momento da entrevista que confidenciou o nome do então ex-marido, possivelmente porque nesta resposta estava incutida o caminho do divórcio, porque agora ela desejava a terra, mais do que o Luís.

O ingresso de Azaleia na luta pela terra não ocorreu a partir da formação em movimentos sociais que a despertaram para a injusta estrutura fundiária no país. Naquele exato momento ela entrou porque amava *muito* o marido e não porque tinha a consciência que pertencia a uma classe social injustiçada na partilha das riquezas econômicas.

Ela optou pelo acampamento porque toda família aderiu à luta pela terra: ela participou da *espiral das ocupações*, que as mobilizações engendraram com o estabelecimento dos assentamentos rurais. Conquistar um lote foi o combustível da luta, no qual a experiência de assentado serviu de modelo para parentes, vizinhos e amigos para o ingresso no MST. Assim, a mãe de Azaleia colocou à disposição das ocupações os três filhos, que imbuídos pelo sentimento de parentesco, também aceitaram o intento de participarem das construções dos barracos de lona.

A história vivida por Azaleia na trajetória do acampamento ocorreu em meio ao emaranhado de tramas: ela viveu o entrecruzamento da luta pela terra com o fim do matrimônio. Como ela optou pela luta, o marido procurou mecanismos para desestabilizá-la diante do seu interesse em permanecer no acampamento. A chegada da intimação para o divórcio, impetrada por ele e conduzida pelo oficial da justiça ao espaço do acampamento, foram concomitantes às ameaças feitas pelo marido, de que ela perderia os filhos na precária situação do barraco de lona, *neste momento o mundo desabou sob a minha cabeça!*

Depois de duas décadas dedicada a economia doméstica, Azaleia viu todos os investimentos pessoais ameaçados: o casamento, a maternidade, o patrimônio material. O anúncio do divórcio, em meio a ocupação no acampamento, tornou sua situação vulnerável. Não tinha profissão e nem escolaridade, dedicou-se para os cuidados da casa e da família, socialmente considerados como ajuda secundária.

Estava debaixo do *barraco de lona* e o anúncio do fim do matrimônio resulto desamparo econômico, já que a renda era controlada pelo ex-marido que manteve o ponto na feira, além das ferramentas utilizadas na produção dos artesanatos. Enquanto ela permaneceu com medo de não ser reconhecida perante a juíza, como capaz de exercer o papel de maternidade da filha que a acompanhou para o cotidiano do acampamento.

Diante da ameaça de perder a guarda da filha, a preocupação com a divisão dos bens patrimoniais da família pareceu-lhe menor, *queria saber dos meus direitos sobre os filhos, era única coisa que me interessava*. Todavia, a Lei do Divórcio assegurou-lhe o direito sobre o patrimônio constituído sobre o casamento, tanto que logo a Juíza, atentou para estabelecer sua renda na partilha e a necessidade de se chegar a um acordo: ela não tinha o direito somente à guarda dos filhos, mas também às posses da família.

Neste momento, as mulheres integrantes do MST serviram-lhe de amparo para Azaleia que ficou *desesperada, chorava dia e noite*, mas com o apoio das mulheres acampadas encontrou forças para prosseguir no desejo de conquistar a terra. Mesmo que as relações de gênero não fossem a tônica da organização, as mulheres estavam presentes nas mobilizações e permeadas pelos avanços nas conquistas femininas na esfera do Direito: no ano de 2003 uma portaria emitida pelo INCRA, viabilizou a propriedade do uso da terra no nome das mulheres.

A presença feminina acrescida pelo ideal de transformação social proposta pela organização propiciou a necessidade de posicionamento da comunidade, que na condição de vizinhos acompanharam-na audiência como testemunhos de seu direito de exercer a guarda da filha.

Na trajetória da ocupação desenvolviam-se diferentes relações de sociabilidades e de solidariedade que se estabeleciam entre vizinhos, parentes e lideranças. A identidade de *Sem Terra* era construída, em torno de uma comunidade diversificada, organizada para a luta e vitalizada pelo otimismo das lideranças do MST que acenava com a



vitória das mobilizações sobre as terras improdutivas, *a turma falou que logo cortaria as terras, mas sempre é assim, eles falam que está perto e você fica, só que o povo vai adiando, e não sai.*

Era estratégia da organização indicar a proximidade do fim da luta com o corte dos lotes, enquanto forma de incentivar as famílias, uma vez que a desapropriação dependia da mobilização de seus integrantes. Dessa maneira, Azaleia, apoiada pela irmã e a *turma* do acampamento, fez a escolha de estabelecer-se na luta e legalizar o divórcio.

Antes de ingressar no acampamento ela achou que não se adaptaria à realidade das mudanças, dos barracos de lona, com a convivência coletiva que as atividades exigiam. Na privacidade do casamento olhava a luta da mãe com estranhamento, os barracos de lona alinhavados pelo coletivo das mobilizações contrastavam com a intimidade da casa, na qual os desejos do marido se constituíam em trajetória da família.

Não obstante, em menos de um ano, depois de três acampamentos suas ideias se modificaram. Reuniões, passeatas e assembleias abriram-lhe os horizontes dos espaços públicos, antes ocupado pelo marido. Ela amava o marido, assim o processo de separação foi marcado por oscilações dos seus desejos, dessa maneira recordado:

Depois de muito tempo que ele viu que eu conseguiria a terra, ele ficava indo atrás de mim, ainda fiquei com ele um tempo, eu ainda gostava muito dele, até que um dia ele mandou eu ir ao salão, arrumar o meu cabelo. Ele queria que me transformasse e eu querendo agradá-lo, pinte o meu cabelo de loira. Até que um dia eu falei, *não quero enfeitar boneco para ninguém!* Ele queria ser dono de mim, dono das lutas e eu não aceitaria mais isso. [...] Então eu resolvi e falei, *ah, eu não quero mais!* Então nos afastamos, nunca mais conversamos (Azaleia, 2014).

Num período de quase dois anos ela notou a flexibilização das ações do ex-marido diante da luta, quanto este percebeu que o tempo do acampamento estava se findando, *ele ficava indo atrás de mim.* Diante disso, conciliou várias lutas: a ocupação do barraco junto com a filha; a participação no Movimento, condição necessária para a conquista do lote e conduziu o divórcio e a partilha dos bens que ocorreu em meio as discussões e ofensas perante as audiências na justiça.

A violência patrimonial vivida por Azaleia constitui-se numa manifestação da violência de gênero bastante comum nos processos de separação. Impedir a mulher do acesso a renda dificulta-lhe a realização da sua autonomia, tal como desfazer-se de um matrimônio permeado por relações assimétricas de poder. Até pintou o cabelo de loira para agradá-lo, mas paulatinamente percebeu que não queria mais *enfeitar boneco para ninguém*, e compreendeu que ele queria ser *o dono dela, o dono da luta*, e rompeu com o casamento. E a terra que ela lutou para o marido, a partir de então seria dela.

Em 2007 Azaleia tornou-se titular do lote no assentamento João Batista em Sidrolândia/MS, paulatinamente ocupou a terra conquistada, denominada de sítio. Atravessou inúmeros desafios desde a chegada ao lote definitivo, quando tratou de fazer a mudança do barraco de lona para o lugar definitivo, junto com a filha de cinco anos de idade, rememorado com um misto de alegria e tristeza pela solidão do acontecimento, mudamos “para um lugar ainda mais longe. Eu não tinha carro, não tinha dinheiro para pagar carro para levar as minhas coisas. Como eu iria? Fomos a pé e de bicicleta. Levamos cada tomo de bicicleta” (Azaleia, 2014).



Azaleia em frente a sua morada no assentamento João Batista – Sidrolândia/MS



Figura 2 - Autora: Cláudia Delboni, arquivo pessoal

Sozinha nos trabalhos do lote, precisou recorrer ao trabalho assalariado em um mercado do assentamento, enquanto retomou os estudos. Conquistou a casa de alvenaria e os recursos do Pronaf, com o qual incrementou a aquisição do rebanho, que chamava de *minhas vacas*. Aos poucos, dedicou-se aos trabalhos informais para a geração de renda e desse modo produziu doce de leite no quintal e o comercializou nas feiras de Sidrolândia, agregando valor ao leite produzido no sítio. Individualmente, ela construiu uma cadeia produtiva que perpassou pela criação do gado, a ordenha da vaca, o cozimento do leite e, por fim, a comercialização do doce. Sobre a condição de estar sozinha na luta pela terra resumiu da seguinte maneira:

Porque eu passei muito sofrimento por ser sozinha, pois o povo não respeitava a gente, porque era mulher sozinha, se você pedia para um homem fazer alguma coisa para você, ele já ia com outras intenções, porque você era sozinha, eles achavam que tinha que aceitar. É mais é nesse sentido que não foi fácil (Azaleia, 2014).

Enquanto *habitus social*, o casamento era socialmente valorizado e a sua condição de divórcio, tornava-a disponível para satisfação dos desejos masculinos, *porque você era sozinha, eles achavam que tinha que aceitar*. Em consonância com os valores do patriarcado, as mulheres eram percebidas como dependente de um homem, o qual exerceria o papel de chefia. Caso contrário, eram vistas como mulheres disponíveis para a satisfação dos desejos sexuais masculinos, *ele já ia com outras intenções*.

Responsável pela unidade doméstica e pela produção do sítio, desdobrou-se em várias frentes de trabalhos: assalariada, cozinheira, comerciante, estudante, além da produção do lote e dos quintais, especialmente na criação de gado leiteiro como as demais assentadas. Todavia, sofreu um revés na condição de assentada, quando a filha com doze anos se mudou para Campo Grande, para cuidar da neta que havia nascido e a filha sem acesso a creche, contou com ajuda da irmã para retornar ao trabalho. Este evento foi narrado com profundo sentimento de dor por Azaleia.

A saída da filha representou-lhe um golpe para o seu projeto de assentada. Primeiro o sentimento de solidão foi difícil de ser superado, ainda que permanecesse muito tempo fora do sítio, contou com a parceria da filha deste os cinco anos de idade. Logo encontrou um companheiro, também assentado, que apesar de viverem uma condição de união, cada um trabalhava no seu lote. Tinha receio de que a condição de casamento resultasse em questionamentos da comunidade da existência de uma família e a posse de dois lotes.

Por isso, ela não se apresentava como casada, poderia complicar sua trajetória de conquista no assentamento. Talvez essa seja uma dificuldade das mulheres solteiras, divorciadas e viúvas dentro da comunidade assentadas, o medo de



assumir uma nova relação de casamento com um assentado, diante da possibilidade da perda da concessão de uso da terra.

A ausência da filha abalou seu projeto para o futuro do sítio, na medida que planejou deixá-lo de herança para ela, que participou da sua luta. Era uma maneira de compensá-la pelo trabalho prestado, como um direito assegurado pela difícil luta nos acampamentos. Um dos barracos de lona foi montado no dia de seu aniversário de cinco anos, entre as lágrimas de criança, na resistência ao difícil trabalho de estar na luta pela terra.

Diante da solicitação da filha mais velha, Azaleia não encontrou argumentos para negar o seu pedido. A filha não queria ir, mas Azaleia convenceu-a devido a necessidade do momento, com o argumento de que na cidade teria mais possibilidades de estudos, além do que ficava muito tempo sozinha no barraco de lona devido a diversas tarefas que precisou desdobrar-se. Contudo, o que Azaleia não esperava é que nesta trajetória a filha se adaptasse ao mundo urbano e não se interessasse mais pelo sítio. O espaço do acampamento tornou-se pequeno para os sonhos da filha. Sobre a mudanças no comportamento da filha Azaleia lembrava com profunda tristeza:

Mas depois que ela foi para cidade não quis voltar. Então, ainda hoje eu falo para ela voltar e fazer uma faculdade como estou fazendo aqui, mas ela disse que não quer mais sítio de jeito nenhum, quer a cidade, quer shopping, esse negócio de tecnologia. Nem me visitar ela vem. Eu falo para ela, *minha filha, você se lembra da vida que levamos?* E ela responde que por isso mesmo que não quer mais, diz que sofreu muito aqui (Azaleia, 2014).

Todos os conflitos vividos no assentamento pareceram menores diante da saída da filha. Azaleia viveu as contradições intrínsecas ao espaço do assentamento, impelida pela necessidade de estabelecer-se, simultâneo ao sofrimento resultado da perda de única herdeira de sua luta. Durante o dia trabalhava no mercado e à noite retornou os estudos na escola do assentamento, desse modo sentiu-se culpada pela sua não presença no cotidiano do sítio e viu a partida da filha para a capital como estratégia para que a *situação melhorasse*.

Entretanto, o distanciamento da filha a impossibilitou na transmissão dos valores do campo, baseados nos valores de uso da terra, *o sítio é a melhor coisa*. Atraída pelos valores de consumo da cidade, a filha não se interessou mais pelo sítio, *quer shopping, esse negócio de tecnologia*. A interrupção do convívio no assentamento resultou no distanciamento do cotidiano vivido na terra, desse modo Azaleia não conseguiu assegurar para a filha a memória de sua luta, a qual foi percebida não como conquista, mas como lugar de sofrimento. Ela que apostou na possibilidade de escolarização da filha fora do assentamento contribuiu para distanciá-la dos laços identitários enquanto *Sem Terras*, desse modo a aproximou do modo de vida urbano e a desvalorização do campo.

Para compreender a saída da sua filha buscamos as reflexões antropológicas de Elisa Guaraná sobre a saída dos jovens, especialmente as mulheres, dos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro, assim escreveu sobre o assunto:

Em Eldorado “ficar” ou “sair” apresenta-se como paradoxo. Os mesmos adultos/pais que tratam como problema a “saída dos jovens” do campo por meio de expressões como *Os jovens estão indo embora!* apontam a justiça de buscarem um futuro melhor. Este discurso também é traduzido em estratégias familiares de manutenção do lote, que envolvem formas de “sair” ou de associar trabalho no lote e atividades externas. De um lado, os pais/adultos tecem críticas à falta de responsabilidade do *jovem* com o trabalho na roça e com a terra da família, e, de outro, sonham com um *futuro melhor para seus filhos* (Castro, 2006, p. 251-252).

Tal como no assentamento Eldorado, Azaleia viveu o *paradoxo* da partida da filha, ela que aceitou a sua mudança, depois estranhou seu interesse pela tecnologia, pelos shoppings e culpava-a pela falta de interesse pelo sítio. O sonho de um *futuro melhor para a filha* resultou no abandono do sítio conquistado com luta. Dessa maneira, a filha contrariou suas expectativas, deixando-a profundamente entristecida, o choro no momento da entrevista foi expressão desse paradoxo. Por fim, ela percebeu a negação dos seus anseios, uma vez que o acesso à universidade não se apresentou para a filha no cenário urbano, mas sim para ela que permaneceu na consolidação do assentamento.

A opção pela escola acompanhou a trajetória de Azaleia, ela concluiu o ensino básico na escola do assentamento, está criada a partir da luta das mulheres. Ao concluir o Ensino Médio assistiu a oferta dos cursos de licenciatura destinados a trabalhadores do campo, assim narrado:



Terminei os meus estudos e agora estou fazendo a faculdade, que não era a coisa que eu queria, meu sonho era fazer engenharia civil, mas não tive essa oportunidade. A professora Célia me incentivou dizendo que através dessa faculdade eu poderia pegar outras coisas e depois decidiria pelo que realmente queria fazer. O curso era na área de formação de professores e para mim seria bom, porque para gente conseguir alguma coisa, era necessário ter feito uma faculdade. Então, percebi que poderia ser bom para mim, já que não pagava nada, também ficaria somente quinze dias na faculdade e isso era bom por causa do meu sítio. Eu agradeço a professora Célia, porque estou gostando muito (Azaleia, 2014).

Azaleia agradeceu pelos conselhos recebidos, pois eles foram valiosos na sua trajetória no assentamento, ela passou no vestibular e estava satisfeita com o curso. Embora tenha dispendido poucas informações sobre processo de formação, ele foi fundamental para assegurar o trabalho no assentamento proporcionando-lhe maior autonomia. Tanto que antes da conclusão do curso conseguiu uma carga horária para ministrar aula na escola João Batista, quando estava cursando o último ano no curso em Licenciatura do Campo.

Azaleia realizando tarefas no curso de licenciatura do campo



Figura 3 - Autora; Cláudia Delboni - Arquivo pessoal

A trajetória de Azaleia tornou-se referência para algumas jovens e mulheres do assentamento, que durante as entrevistas mencionaram sua história como possibilidade de novos tempos. No espaço da luta pela reforma agrária ela realizou o sonho da escolarização e se consolidou como docente no assentamentoⁱⁱ.

CONCLUSÃO

Por fim, a memória da infância de Azaleia foi indício para pensar os processos migratórios estabelecidos no Estado de Mato Grosso do Sul ao longo da década de 1960/70, quando muitas famílias experimentaram a mobilidade geográfica em busca de trabalho em pleno período da Ditadura Militar que tinha como projeto econômico a “modernização” da agricultura.

Azaleia falou pouco da infância e da juventude, pareceu-me que desta fase pouco restou para ser dito. Talvez a presença dessa ausência fosse resultado de lembranças que remetiam a um período de sua vida, que a presença da estrutura do patriarcado tornou difícil seu protagonismo.

Era uma narrativa que por meio do silêncio falou-nos, por contradição, de um campo permeado pela exploração do trabalho infantil, pela impossibilidade do trabalho na terra, pela escola negada, por um contexto marcado por relações sociais estruturadas pelo patriarcado. Nas sucessivas mudanças, em diferentes regiões do Estado, ela experimentou situações semelhantes às vividas por muitas mulheres que tiveram sua força de trabalho desqualificada até o limite. Desde crianças trabalhou na casa dos *outros*, como domésticas e quase nunca recebeu salário, referentes aos serviços prestados.

Ela rememorou a fase adulta a partir do matrimônio, das tensões familiares, do desemprego, das dificuldades para a conquista de uma moradia. Sua história trouxe à tona a maneira pela qual ela interpretou o mundo, assim como construiu significados no tempo e no espaço, dando sentido à sua vida particular e, dessa maneira, encontrou interlocução na luta pela terra, a qual valorizou a sua participação e reconheceu seu protagonismo.

Em contraposição à ausência de detalhes da infância e adolescência - na medida que sua narrativa foi circunscrita ao mundo do trabalho -, ela enfatizou o contexto de adesão à luta pela terra, de maneira que explicou os motivos que conduziram ao ingresso nos acampamentos do MST. Sua narrativa sobre a ocupação da terra apareceu como uma guinada em sua vida. Assumir a *espiral da luta pela terra* significou uma postura de enfrentamento perante a sociedade de um modo geral, uma vez que assumiu a legitimidade das ocupações, e compreendeu a luta de sua mãe. Acampar no barraco de lona foi um protesto contra a concentração fundiária, contra a falta de políticas públicas voltadas aos trabalhadores do campo e da cidade. Nos barracos de lona ela participou das atividades que a despertou para a defesa dos seus direitos: ela compreendeu que poderia ser dona de um pedaço de terra, independentemente do consentimento do seu marido, assim se desvencilhou de um casamento marcado por relações assimétricas de poder, que a colocou num papel de subalternidade.

Ser titular do lote possibilitou que Azaleia se desvencilhasse da vulnerabilidade econômica, lhe proporcionou autonomia para condução de seus anseios, uma vez que pode acessar recursos públicos destinados para a realização de novos projetos. Este seria o ponto mais alto que poderia alcançar na disputa por uma equidade de gênero, uma vez que a posse da terra abriu as portas dos bancos aos financiamentos e aos créditos, necessários para a prosperidade econômica. O acesso à terra equivaleria ao empoderamento, expressão empregada por Carmen Dianna Deere e Magdalena León para explicar o poder nas mãos das mulheres:

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família (Deere:León, 2002, p. 54).

O empoderamento da mulher no campo perpassa pelo acesso a bens. A posse da terra como instrumento de emancipação feminina atravessou os movimentos sociais de luta pela terra, que pressionaram o Estado para a criação de políticas públicas que atendessem às demandas das trabalhadoras rurais. Entre 2003 e 2007, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou a Portaria Nº 981/2003 e a Instrução Normativa Nº38/2007, cujo conteúdo alterou a regulamentação da reforma agrária ao efetivar o direito das mulheres à terra e os procedimentos para a sua inclusão.

A posse da terra foi uma condição necessária para assegurar direitos básicos para garantia de sua autonomia, desse modo conquistou a escolarização e abandonou a vergonha que sentia de ter sentado num banco da escola aos onze



anos de idade, afinal ela estava cursando o ensino superior. A conquista do lote possibilitou permitiu o acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a construção da casa de alvenaria e a criação das *vaquinhas*. O assentamento era o espaço da contradição, de realizações e indefinições; era um espaço em construção, ainda por fazer.

Por fim, a maneira de fazer política das mulheres assentadas perpassou a mobilização de seus corpos e de suas vidas na luta pela escola, pela saúde e pelo transporte; estratégias nas quais suas demandas foram incluídas na pauta da luta pela terra. Desse modo, no processo da reforma agrária, a luta e a conquista da terra possibilitaram o acúmulo de forças para reorganizarem suas experiências de vida e interferirem, efetivamente, em suas histórias. A migração, o trabalho temporário, o emprego doméstico, a violação de seus corpos e de muitos de seus direitos foram por ora afastados de suas trajetórias de vidas, afinal, as lutas continuam por outras formas de existências e (re)existências.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A dominação Masculina*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução de hierarquias. In. *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2006.

DEERE, C. D. & LEÓN, M. *O Empoderamento da Mulher: Direitos terras e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002

FRAISSE, G. *Del Consentimento*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: centauro, 2006.

LOERA, N. R. *A Espiral das Ocupações de Terra*. São Paulo: Polis; Campinas, SP, UNICAMP, 2006.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

NOTAS

ⁱ ENTREVISTA, Azaleia (Áudio MP 3) Produção: Cláudia Delboni. Sidrolândia, 02/11/2014, 1h e 20 minutos.

ⁱⁱ Dois anos após a conclusão da pesquisa, no ano de 2019, recebi a notícia que sua filha havia retornado para o assentamento e com certeza aliviou o sentimento de solidão na consolidação do lote. Todavia, no ano de 2021 sua trajetória foi interrompida por um trator, que atravessou a pista MS 258 e impossibilitou seu desvio (ela trafegava de moto em direção a rodovia que conduz a cidade de Campo Grande). Azaleia tinha 53 anos e deixou uma memória repleta de exemplos de resistência que nos inspiram a luta pela autonomia feminina, diante de um mundo marcado por relações de gênero, que caracterizam a estrutura do patriarcado.



MULHERES CIENTISTAS EM DESTAQUE: REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO DAS MULHERES DOCENTES NO CURSO DE ENGENHARIA DE PESCA DA UFRPE ENTRE 2019 E 2021

MUJERES CIENTÍFICAS DESTACADAS: REFLEXIÓN SOBRE LA PRODUCCIÓN DE PROFESORAS EN LA CARRERA DE INGENIERÍA PESQUERA DE LA UFRPE ENTRE 2019 Y 2021

WOMEN SCIENTISTS HIGHLIGHTED: REFLECTION ON THE PRODUCTION OF WOMEN TEACHERS IN THE FISHERIES ENGINEERING COURSE AT UFRPE BETWEEN 2019 AND 2021

SOUZA, JOSÉ MATHEUS MELO DE

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Mestrando em Comunicação pelo PPGCom-UFPE

E-mail: matheussouzasx@gmail.com

LEITÃO, MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE

Doutora em Estudios Iberoamericanos pela Universidade Complutense de Madri; Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

E-mail: mrfaleitao@gmail.com.

RESUMO

A pesquisa propôs-se a analisar e refletir sobre a produção acadêmica de docentes mulheres, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, a partir de documentos públicos, divulgados no site dos Departamentos, e os dados públicos dos currículos incluídos na Plataforma Lattes/CNPq, para conhecer qual o lugar das mulheres no desenvolvimento científico e tecnológico, sua inclusão nas políticas públicas e nos diversos espaços acadêmicos. Trata-se de pesquisa qualitativa com coleta de dados documentais e inclusão de dados numéricos. Os pressupostos teórico-metodológicos partem da definição de gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças entre os sexos, sugerindo que este conceito seja utilizado como uma categoria útil de análise. Para o estudo qualitativo foram elaboradas categorias de análise a partir dos itens pontuados nos currículos da Plataforma Lattes do CNPq, a fim de conhecer a produção científica de docentes no curso de Engenharia de Pesca, em se tratando das suas formações e categoria docente na instituição, mas, em especial, buscamos para análise os dados de participação em publicações de artigos, da presença em bancas, grupos de pesquisa e orientações. Além disso, buscou-se a divulgação de dados relacionados a questões que envolvem as relações de gênero na história das ciências e da tecnologia, especialmente na UFRPE e divulgar uma parcela da história institucional.

PALAVRAS-CHAVE: : divisão sexual do trabalho; gênero; ensino superior; engenharia de pesca; produção científica.

RESUMEN

La investigación propuso analizar y reflexionar sobre la producción académica de profesoras en la Universidad Federal Rural de Pernambuco, a partir de documentos públicos, publicados en el sitio web de los Departamentos, y de datos públicos de los planes de estudio incluidos en la Plataforma Lattes/CNPq, para conocer el lugar de las mujeres en el desarrollo científico y tecnológico, su inclusión en las políticas públicas y en diversos espacios académicos. Se trata de una investigación cualitativa con recogida de datos documentales. Los presupuestos teórico-metodológicos parten de la definición del género como elemento constitutivo de las relaciones sociales, basado en las diferencias entre sexos, sugiriendo que este concepto sea utilizado como una categoría útil de análisis. Para el estudio cualitativo, se crearon categorías de análisis a partir de los ítems puntuados en los currículos de la Plataforma Lattes del CNPq, con el fin de comprender la producción científica de los docentes de la carrera de Ingeniería Pesquera, en términos de su formación y categoría docente en la institución, pero, en particular, buscamos datos de análisis sobre participación en publicaciones de artículos, presencia en foros, grupos de investigación y orientaciones. Además, buscamos difundir datos relacionados con cuestiones que involucran las relaciones de género en la historia de la ciencia y la tecnología, especialmente en la UFRPE, y difundir una porción de la historia institucional.

PALABRAS CLAVES: *división sexual del trabajo; género; enseñanza superior; ingeniería pesquera; producción científica.*

ABSTRACT

The research proposed to analyze and reflect on the academic production of female professors, at the Federal Rural University of Pernambuco, based on public documents, published on the Departments' website, and public data from the curricula included in the Lattes/CNPq Platform, to know the place of women in scientific and technological development, their inclusion in public policies and in various academic spaces. This is qualitative research with documentary data collection. The theoretical-methodological assumptions start from the definition of gender as a constitutive element of social relations, based on differences between the sexes, suggesting that this concept be used as a useful category of analysis. For the qualitative study, analysis categories were created based on the items scored in the CNPq Lattes Platform curricula, in order to understand the scientific production of teachers in the Fisheries Engineering course, in terms of their training and teaching category at the institution, but, in particular, we seek for analysis data on participation in article publications, presence on boards, research groups and orientations. Furthermore, we sought to disseminate data related to issues involving gender relations in the history of science and technology, especially at UFRPE, and to disseminate a portion of institutional history.

KEYWORDS: *sexual division of labor; gender; university education; fishing engineering; scientific production..*



INTRODUÇÃO

Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto retrata a sociedade brasileira do século XX em seus anos iniciais, lançando luz às incongruências políticas e sociais presentes na realidade nacional. A sátira acompanha o protagonista-título, admirador e, sobretudo, conhecedor do país em aspectos diversos, que busca, incessantemente, elementos tipicamente nacionais para compor sua existência, o que sempre acaba atraindo problemas.

Em meio a suas empreitadas, Policarpo lida com diversas pessoas que têm suas narrativas desenvolvidas com o decorrer da história, uma delas é Ismênia: uma mulher que está em uma relação há alguns anos e aguarda, ansiosamente, a concretização do matrimônio. A temática, aliás, é constante em tudo que a rodeia, pois, conforme a narrativa descreve, a criação dada pela sua família resumiu-se a uma preparação para o futuro ao lado de um marido.

Quando o noivo a abandona, fugindo para outra cidade, Ismênia enlouquece. Isso se deu pelo fato de que apenas o casamento supriria o papel designado para ela e as demais mulheres da época, em realidade ou ficção: casar-se, ser mãe e uma dona de casa simplesmente. Ou seja, o casamento e a maternidade resumiam o sentido da vida para as mulheres.

Nos anos subsequentes à época em que tal livro foi publicado, no entanto, houve avanços no país nesse sentido: o voto, o acesso a postos de trabalho e à Academia, antes destinados à figura masculina somente. É válido pontuar, acerca da situação atual, que, não obstante as conquistas da luta das mulheres por reconhecimento, o *status quo* ainda apresenta fragilidades, no que diz respeito à participação feminina em determinados âmbitos da sociedade.

A exemplo disso, destaca-se a baixa adesão de mulheres aos cursos da área de exatas, atendo-se somente às profissões que seriam especificamente destinadas a elas – uma atualização do passado, pois, se antes uma mulher deveria ser, apenas, um corpo que casa e se reproduz, na contemporaneidade o limite foi expandido, mas ainda existe. O que nos leva a problematizar, sobre quais os mecanismos de convencimento e legitimação social que as orientam nesta direção?

Para esta pesquisa, foi selecionada a área das Ciências Agrárias, mais especificamente, a Pesca. O intuito deste trabalho, nesse caso, é analisar a atuação das professoras que trabalham ativamente no curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em se tratando de suas publicações, orientações, participações em bancas, do segundo semestre de 2019 até o fim do primeiro semestre de 2021.

Este estudo consiste em um recorte de pesquisa iniciada em 2014 pelo Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência – NPAMC, que se propôs a contribuir no resgate da história das mulheres; relacionar a educação superior às relações de gênero, aportar dados a um campo temático no qual a literatura ainda é insuficiente sobre as mulheres na academia, sobretudo, quando delimitada ao ensino das ciências agrárias, ambiente ainda masculinizado.

A fim de cumprir com o objetivo traçado, a metodologia se revela imprescindível: foram utilizados, como fonte de dados, os currículos das docentes, respectivos à plataforma Lattes. No âmbito teórico, o trabalho está fundamentado em autoras concernentes à epistemologia feminista que se dedicam ao estudo da categoria de análise “gênero”, bem como da sua presença no mercado de trabalho e nas universidades, a exemplo de Scott, Schienbinger, Flontino, Lima e Silva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental, que inclui dados quantitativos obtidos na coleta de dados em site da UFRPE e dos Currículos obtidos na Plataforma Lattes, também de acesso público. O período delimitado consistiu em uma ampliação do recorte analisado em outro momento por esta pesquisa, 2014 a 2019 (primeiro semestre). Nesse caso, trata-se do segundo semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2021.

Os pressupostos teórico-metodológicos partem da teoria feminista que aborda de forma crítica a divisão sexual do trabalho, para isso partimos da abordagem de Joan W. Scott (1991), que define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças entre os sexos, sugerindo que este conceito seja utilizado como uma categoria útil de análise.

As desigualdades entre homens e mulheres impostas pelos papéis ditos femininos e masculinos, culturalmente estabelecidos pelo patriarcado, formam relações de poder desiguais que se revelam em diferenças, sutis ou não, que perpetua a desigualdade, mesmo quando a igualdade está legalmente garantida.

Buscou-se na análise documental, dos currículos Lattes, os dados das mulheres docentes do universo pesquisado observando as seguintes informações: 1) Formação; 2) Titulação do docente no ano de ingresso na UFRPE; 3) Categoria Docente (Adjuntos, Associados, Titulares); 4) Publicações; e, 5) Orientações. Após a tabulação dos dados as informações



foram sistematizadas em gráficos e das tabelas. A dissertação de mestrado de Medeiros (2019) também servirá como base documental, haja vista sua relação direta com esta pesquisa: as informações utilizadas na construção do trabalho são originárias desta pesquisa.

Este artigo, portanto, deu continuidade ao que já foi feito, mas enfatizando, principalmente, a atividade acadêmica das mulheres, especialmente no período da pandemia de covid-19. Esta ampliação está fundamentada na literatura científica¹ sobre o tema, as quais apontam a diminuição de produção científica devido ao trabalho remoto realizado em casa e a divisão do tempo com o cuidado das crianças e/ou das pessoas idosas, além das atividades domésticas que, majoritariamente, são destinadas às mulheres, ainda que estejam com seus companheiros na mesma residência.

O conceito de *gênero*

Joan Scott (1995, p. 75), historiadora estadunidense, traz reflexões relevantes à discussão acerca do gênero, sendo, aliás, uma referência recorrente nos trabalhos da área. Fazendo um panorama das discussões sobre o assunto, da forma como é tratado ao longo da História, a autora revela que o termo “gênero” leva consigo a mesma carga semântica que “mulheres”. O termo, no entanto, foi aderido na tentativa de atribuir maior erudição e seriedade aos trabalhos, pois a expressão “mulheres” pode ser relacionada à luta feminista, que era vista com desagrado pela Academia majoritariamente masculina:

Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo "gênero" constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80 (Scott, 1995, p. 75).

Em outra colocação, Scott destaca que “gênero” serve, inclusive, para efetuar a inclusão masculina na discussão, de modo a reforçar que as informações a respeito das mulheres são concernentes aos homens da mesma forma. É relevante pontuar que esse fato implica a existência do mundo das mulheres como parte do mundo dos homens, e, ademais, “que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (Ibid., p. 75). A autora também coloca que essa abordagem confronta diretamente as tentativas de isolar as duas experiências, como se uma, em nada, tivesse relação com a outra.

Scott define *gênero* dividindo-o em duas partes, sendo, então, introduzidas por axiomas no início de cada discussão. A primeira expõe que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre o sexo” (Ibid., p. 86). A partir de tal afirmação, ela destaca quatro elementos que destrincham sua teoria: o primeiro se refere às representações advindas dos símbolos culturais, especialmente ligados à religião, como Maria e Eva, constituindo a imagem da mulher, além de outras caracterizações positivas e negativas, envolvendo mitos. Scott afirma que o essencial a ser analisado refere-se a qual representação é utilizada, mas, principalmente, o contexto do uso.

O segundo direciona-se aos “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (Ibid., p. 86). Para a autora, eles estão presentes em diferentes esferas, seja política, científica, jurídica ou religiosa. De qualquer modo, Scott reitera que tais aspectos se utilizam de uma *oposição binária fixa*, a qual “afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino” (Ibid., p. 86). A respeito disso, uma observação da autora revela-se pertinente, haja vista a sua exposição sobre a presença desses elementos normativos, no que tange à equivocada ideia de que são formadas pelo consenso e não pelo conflito. Scott explica:

Um exemplo desse tipo de história é dado por aqueles que tratam a ideologia vitoriana da domesticidade como se ela tivesse sido criada em bloco, e tivesse sido contestada apenas depois disso, invés de ser o objeto constante de grandes diferenças de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais, que querem ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel "tradicional" das mulheres, supostamente mais autêntico, embora, na



realidade, haja poucos antecedentes históricos que testemunhem a existência incontestada de um tal papel (Ibid., p. 87).

O terceiro aspecto refere-se ao aprofundamento das análises, adicionando uma visão que considere as questões políticas, bem como as organizações sociais e as instituições que têm relação com essa normatividade, pois, dessa forma, será possível encontrar a origem da repressão, que desencadeou nessa repressão binária de gênero. Nesse sentido, Scott faz ressalvas a teóricos que restringem a sua análise às relações de parentesco, pois deve-se ir além, analisar

o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero) (Ibid., p. 87).

A autora, nesse sentido, reitera que o gênero se forma por intermédio das relações de parentesco, mas também se estende à organização política e econômica, configurando um processo ainda mais complexo e profundo. O quarto e último elemento dessa primeira parte está relacionado à identidade subjetiva. Scott leva em consideração a importância da psicanálise para entender esse processo de reprodução das representações simbólicas do gênero, de modo que haja uma mutação na sexualidade, ao mesmo tempo em que ocorre uma enculturação. A limitação desse viés diz respeito à universalidade da teoria e à desconsideração da História nesse processo.

As relações não se concretizam invariavelmente, tendo em vista que “os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas” (Ibid., p. 88). O trabalho a ser feito é analisar a conjuntura dos fatos, as especificidades que rodeiam o objeto. Para a autora, os melhores resultados desse método se deram pelas biografias, apesar de ser possível fazer uma reflexão com uma abordagem coletiva – mas não universal.

A segunda parte da teoria de Scott revela ainda mais particularidades da temática: “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Ibid., p. 88). Nesse caso, a autora faz questão de destacar que o gênero não se caracteriza como o único campo no qual o poder se manifesta, ao passo que é um ambiente de expressiva recorrência, em se tratando da representação do poder, especialmente em sociedades que seguem tradições islâmicas e judaico-cristãs. Uma observação de Maurice Godelier (1981), citada por Scott, mostra-se pertinente na composição do debate, pois realçam ainda mais o que foi dito até aqui:

(...) não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar (Scott, 1995, p. 89).

Pode-se perceber que tais apontamentos teóricos acerca do gênero estão ligados à condição da mulher na sociedade e ao modo como as construções simbólicas interferem nas relações sociais. Em especial, nas relações de trabalho, como profissionais acadêmicas, objeto desta pesquisa. Há espaços onde a presença da mulher é considerada estranha ou praticamente proibida, meramente por uma construção social, pois a capacidade de executar tarefas independe do gênero. Para esclarecer de forma satisfatória tais proposições, serão detalhadas as experiências da mulher pesquisadora e professora universitária, e como as relações de gênero se comportam durante sua vida.



A mulher na ciência

É necessário que se exponha, em outra colocação, as condições dadas à mulher para o exercício da sua profissão enquanto acadêmica e cientista. Flontino (2016) afirma que as mulheres, apesar de fazerem parte da ciência em termos históricos, nunca foi atribuído protagonismo na produção do conhecimento. Isso se deve ao fato de as educações destinadas a homens e mulheres serem díspares. Sobre isso, Louro (2011) observa:

Ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino – não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se constituíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos [...] são masculinos (Flontino, 2016, p. 21).

Ademais, Flontino destaca que o pensamento predominante no século XIX e XX sobre essas questões frisavam a importância de educar a mulher, mas não instruir. Em outras palavras, a sua educação estava ligada a questões morais e formação de caráter, haja vista que o futuro praticamente certo para a mulher era uma vida como esposa e mãe somente. Essa mentalidade mostrava-se tão marcante que se pode notar no exemplo literário dado anteriormente, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, pois uma personagem, Ismênia, enlouquece quando é abandonada pelo noivo e não lhe restou mais nada, já que, a ela e às mulheres, só seria reservada a possibilidade de definir suas vidas a partir do casamento.

Entretanto, mesmo com a possibilidade de estudar e receber instrução, e não somente a “educação para o lar”. encontram limitações sobre a escolha das áreas. Silva (2008, p. 4) explica detalhadamente essa situação, na qual se opõem as ciências da natureza e exatas e as humanas e sociais:

As primeiras, denominadas de “duras”, são as consideradas objetivas e, portanto, mais próximas da “verdade” e da confiabilidade no uso do seu método universal, por isso são reconhecidas como superiores e são estas as ciências que os homens “naturalmente” se ocupam. As segundas, denominadas de “moles”, tratam dos feitos humanos desde a complexidade inerente ao indivíduo àquela da dinâmica social e são mais “adequadas” às mulheres, ficando na segunda categoria.

Com isso, é possível afirmar que a divisão sexual do trabalho se torna presente, pois a profissão e a área de estudos são definidas, prioritariamente, com base no gênero, e não na capacidade intelectual e nos interesses pessoais do indivíduo.

Schienbinger (2001, p. 131) evidencia que as tentativas de deslegitimar a capacidade da mulher já foram embaçadas, inclusive, pela biologia, como algo natural, “sejam estas o calor e a secura do corpo (Aristóteles e Galeno), o tamanho do crânio (Le Bom), seleção natural e sexual (Darwin), hormônios (Edward Clarke), ou assimetrias cerebrais (Kimura)”. A autora, a partir disso, reitera que essas teorias são utilizadas para retratar uma diferenciação de gênero, reforçando uma suposta ausência de capacidade no raciocínio matemático e espacial da mulher, justificando sua inaptidão e desigualdade intelectual em relação ao homem nas áreas de engenharia e física, por exemplo.

Apesar disso, com o passar dos anos, segundo Queiroz (2001), as mulheres conquistaram espaços dentro de áreas historicamente masculinas, e, “mesmo em proporção reduzida, essa participação representa um avanço, pela possibilidade de ampliação desse pequeno ‘interstício’ aberto no território masculino” (Flontino, op. cit., p. 27). Essa transgressão de realidade, contudo, não está imune a novas dificuldades.

Para embasar tal informação, as considerações de Lima (2008) são fundamentais. A autora reforça a ideia de que a ciência é androcêntrica, pelo fato de essa posição dominante determinar o modo como se produz conhecimento. Este, nesse caso, deve ser “descorporificado”, tendo em vista que a mente é separada do corpo e é superior a qualquer outro elemento do ser humano: “A dicotomia corpo e mente operada na cultura científica também está relacionada com as representações sociais: do corpo associado ao feminino e da mente ao masculino” (Lima, 2008, p. 21). Com base nisso, a autora atesta a marginalização dos corpos e, principalmente, do feminino no exercício da ciência. Lima também afirma que a supressão da subjetividade é tida como requisito para a produção acadêmica, levando em consideração que



a objetividade associada ao masculino é a postura mais valorizada para um(a) cientista. Assim, os valores associados ao masculino, dos quais as mulheres são consideradas naturalmente desprovidas, são os adequados para produzir conhecimentos científicos (Ibid., p. 21).

Seguindo esse raciocínio, as mulheres devem afastar-se de qualquer referência à sua figura natural, aproximando-se ainda mais da figura masculina, para que, assim, as suas contribuições sejam validadas. Outro fato mencionado pela autora, relevante para a discussão, está ligado à necessidade de as mulheres mostrarem-se excepcionais em suas pesquisas e atuações profissionais, em se tratando das ciências da natureza e exatas, para que, da mesma forma, haja uma valorização de seu trabalho (p. 52).

Ainda segundo Lima, algo que está ligado diretamente a tais fatos é a existência de um “teto de vidro” no contexto das ciências naturais. Ele representa os obstáculos, não necessariamente visíveis ou regulamentados, que impedem a ascensão das mulheres em suas carreiras, principalmente relacionadas às ciências exatas. Este teto seria, portanto, a culminação das questões que foram levantadas acima – a hostilização das mulheres em seu ofício sob a justificativa de uma violência de gênero, afetando suas atividades e os espaços que podem ou não ocupar em suas vivências (p. 08).

Nesse sentido, com base no que foi falado até agora, torna-se imprescindível que tais discussões se expandam e atinjam a área do corpus escolhido: a pesca, também uma área associada comumente à figura masculina, mas com mulheres que atuam e se destacam, seja no mar ou na Academia. Assim, é fundamental entender as particularidades sociais que envolvem este campo, no intuito de compreender mais a fundo a manifestação das relações de gênero em um curso superior inserido na mesma temática.

Um breve histórico acerca da pesca a partir de um recorte de gênero

É imprescindível notar, para este novo tópico, que, predominantemente, os trabalhos que abordam a pesca e sua relação com o gênero são os únicos a atribuir à mulher pescadora um lugar de destaque. Percebe-se, na maioria das produções, exclusivamente uma figura masculina no protagonismo das comunidades pesqueiras. Isso, aliás, foi institucionalizado por várias décadas, a ponto de as mulheres pescadoras, como afirma Leitão (2019), não poderem, até o fim da década de 70, se registrar no quadro de trabalhadores das Colônias de Pescadores, que estavam sob poder da Marinha de Guerra.

Até em trabalhos da área, como o de Woortmann (1991), há questões que foram revisadas posteriormente, haja vista que, mesmo dando um espaço importante à mulher da comunidade pesqueira, ainda a tratava como coadjuvante do homem, uma complementação ao trabalho principal dele.

Nos dias atuais, há organizações de mulheres pescadoras que visam a conquista e manutenção de direitos, além de darem destaque à atuação delas dentro da pesca, desmistificando as limitações antes impostas.

De qualquer forma, o ambiente da pesca possui raízes nas quais a masculinidade é dominante, e, apesar de muitas adversidades já terem sido superadas, ainda é possível perceber o peso disso em algumas reminiscências ainda são percebidas. Sendo assim, é importante fazer um histórico do curso de Engenharia de Pesca da UFRPE acerca da presença de homens e mulheres, a partir de análise documental.

O perfil do corpo docente de Engenharia de Pesca (UFRPE)

Como pôde ser percebido, a pesca artesanal é considerada, historicamente, uma atividade masculina. Isso reflete diretamente no curso de Engenharia de Pesca, criado em 1970 como pioneiro na área, visto que é uma especialização do ofício. A participação de mulheres na docência se apresenta, até os dias de hoje, de forma minoritária. Isso ocorre porque este curso de graduação, como outros das ciências da natureza e exatas, representa um ambiente hostil às mulheres, se for analisado de uma perspectiva temporal ampla. Sobre isso, Soares (2014) relata que, durante o período



analisado, não houve colação de grau por mulheres em, pelo menos, onze semestres, inclusive em 2013, ano anterior à sua publicação.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como a maioria das universidades, foi criada a partir da concepção de mundo masculina e essa hegemonia prosseguiu durante muitos anos através do próprio corpo docente e da ocupação de seus cargos de poder, seja, reitor, pró-reitor, diretor ou coordenador. Menciona-se, com base nisso, que a primeira mulher a ocupar a reitoria foi a Profa. Dra. Maria José de Sena, em mandatos iniciados em 2012 a 2020. Exatamente um século após ser criada a célula *mater*.

Outro exemplo mais claro que Soares nos fornece em relação à Engenharia de Pesca e às mulheres é a resistência que um dos primeiros professores do curso relata possuir, no tocante à orientação de alunas, totalizando apenas três durante toda a sua atuação profissional. Para compreender essa mentalidade, deve-se transcrever uma fala do docente: “não costumo orientar mulheres pois são frágeis, emotivas (choram muito...) e ainda, mulher em barco traz azar nas pescarias” (Soares, 2014, p. 9).

Apesar disso, mesmo em minoria, as mulheres ocupam espaços, destinados, originalmente, a homens, provando que são capazes de exercer a função que escolherem, ao contrário da separação de profissões e áreas de interesse impostas institucionalmente. Algumas mulheres conseguiram superar essas barreiras e integrar, inclusive, o corpo docente de Engenharia de Pesca.

Com base em uma placa comemorativa relacionada aos cinquenta anos de curso, tornou-se possível o acesso à relação concernente a todo corpo docente, de 1970, ano de inauguração, até 2020. Durante toda a sua história, lecionaram no Departamento de Engenharia de Pesca (DEPAQ) dezoito mulheres, ao passo que a quantidade de homens é trinta e quatro.

Nesse sentido, a presença das mulheres representa 34,6% do total. Constata-se, portanto, que é um ambiente ainda masculino, apesar da gradual ocupação de mulheres, desconstruindo, assim, padrões de gênero.

Na pesquisa de Medeiros (2019), foi apurado, do período de 2014 a 2019, que o percentual de mulheres é de 25%. Esta pesquisa, aliás, serviu como base para nossas análises, pois, a partir dela, foi possível dar continuidade à discussão, direcionando o foco à produção das professoras. De modo que os trabalhos possam interligar-se adequadamente, é necessário que os dados de Medeiros sejam expostos, pois será possível compará-los com a situação atual investigada.

Atividades acadêmicas de docentes do DEPAQ-UFRPE (2014-2019)

Em outra colocação, é necessário pontuar que a dissertação de mestrado de Medeiros (2019) derivou-se desta pesquisa, referente, naquele momento, a outro recorte temporal. No entanto, seu alvo são todos os cursos que fazem parte das Ciências Agrárias na UFRPE: Agronomia, Medicina Veterinária e, nosso objeto de pesquisa, Engenharia de Pesca. Sobre os sujeitos de pesquisa a autora afirma que foram selecionados(as)

cinquenta (50) professores e vinte e oito (28) professoras dos departamentos de Agronomia, Medicina e Pesca e Aquicultura, da área das ciências agrárias da UFRPE em exercício, sem nenhum tipo de licença ou afastamento, no período de 2013 a 2018 (Medeiros, 2019, p. 39).

Em relação ao curso de Engenharia de Pesca, foram analisados os dados de quatro mulheres e oito homens. Os dados documentais deste trabalho serão essenciais para entender a situação de Pesca por um período maior, mais especificamente de 2014 ao primeiro semestre de 2019, e a análise da conjuntura atual seja adequadamente embasada.

O primeiro ponto a ser descrito refere-se às orientações. Os docentes homens realizaram cento e oitenta e quatro orientações, sendo noventa e sete de homens e oitenta e sete de mulheres. As docentes executaram setenta e duas orientações, divididas entre trinta e quatro de homens e trinta e oito de mulheres. Além disso, os professores, no período analisado, realizaram, ao todo, setenta e oito orientações de iniciação científica, sendo quarenta e sete alunos homens e trinta e uma alunas mulheres. As docentes executaram vinte e quatro orientações da mesma natureza, divididas entre catorze alunos homens e dez alunas mulheres.



Acerca da produção bibliográfica, os professores publicaram duzentos e oitenta e três artigos, duzentos e sessenta e sete resumos em anais de congressos e três trabalhos completos, estes últimos referentes a um único professor.

Já as docentes publicaram cento e oito artigos, cento e setenta e três resumos e seis trabalhos completos, estes últimos divididos entre duas professoras. Sobre o quesito das bancas, os homens somam quatrocentos e duas participações, enquanto as mulheres, cento e vinte e cinco.

A atividade das professoras do DEPAQ-UFRPE (2019-2021)

Como forma de ampliar a discussão já iniciada em anos anteriores, direcionou-se o foco à produção das professoras, de forma que todas fossem incluídas na análise, dando-lhes ainda maior visibilidade, além de abordar os dados de modo que suas minúcias sejam consideradas como parte da construção de pensamento. Nesse sentido, serão apresentadas informações referentes à atividade acadêmica das professoras pertencentes ao Departamento de Engenharia de Pesca (DEPAQ), do segundo semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2021.

Como já foi explicitado, os pontos coletados dizem respeito a publicações, participações em banca, núcleos de pesquisa e orientações. Serão analisadas todas as professoras do departamento, oito ao todo. Para simplificar a identificação das docentes, cada uma será designada por uma letra. Nesse caso, do "A" ao "H".

O primeiro ponto analisado diz respeito às orientações executadas no recorte temporal analisado, sejam elas iniciadas ou concluídas. *A*, professora titular e docente da UFRPE desde 2000, realizou dezessete orientações, as quais se dividem em cinco mestrados, sete doutorados, uma iniciação científica, uma classificada como de outra natureza e duas supervisões de pós-doutorado. Dentre os(as) docentes, estão nove mulheres e oito homens.

B, professora titular e docente da UFRPE desde 2002, iniciou ou concluiu sete orientações ao todo: dois doutorados, um mestrado, duas graduações e duas iniciações científicas. Os(as) orientandos(as) dividem-se em dois homens e uma mulherⁱⁱ. *C*, que é professora titular e docente da UFRPE desde 1989, realizou sete orientações, divididas entre três doutorados, três mestrados e um trabalho de outra natureza. São as(os) docentes quatro mulheres e três homens.

D, professora adjunta e docente da UFRPE desde 2015, não executou nenhuma orientação no período estudado. *E*, professora adjunta desde 2019, esteve à frente de catorze orientações: doze classificadas como de outra natureza, uma iniciação científica e uma graduação. Fazem parte deste grupo nove mulheres e cinco homens. *F*, docente desde 2009, realizou sete orientações: três de graduação, uma supervisão de pós-doutorado e três de outra natureza. Cinco homens e duas mulheres fazem parte deste grupo.

G, professora associada, vinculada à UFRPE desde 2006, não orientou nenhum(a) docente no recorte temporal analisado. *H*, professora adjunta e docente da UFRPE desde 2015, realizou dezesseis orientações, que se dividem entre cinco graduações, três doutorados, cinco iniciações científicas e três mestrados. Neste grupo, estão sete homens e oito mulheresⁱⁱⁱ.

Tabela 1 - Número e Categoria Acadêmica das Orientações

	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>	<i>G</i>	<i>H</i>
Mestrado	5	2	3	0	0	0	0	3
Doutorado	7	1	3	0	0	0	0	3
Pós-doc	2	0	0	0	0	1	0	0
Graduação	1	2	0	0	1	3	0	5
Iniciação científica	1	1	0	0	1	0	0	5
Outra natureza	1	0	1	0	12	3	0	0
Homens	8	2	3	0	5	5	0	7
Mulheres	9	1	4	0	9	2	0	8

Fonte: Plataforma Lattes/CNPQ, 2021. Elaboração Própria.



O próximo tópico a ser descrito refere-se às publicações. **A**, no período estudado, participou de vinte e cinco publicações, nas quais é coautora. Em nove trabalhos, a(o) primeira(o) autora/autor é um(a) de seus/suas orientandos(as), sendo oito orientações atuais e uma que foi finalizada antes da publicação. Vale destacar que, dentre os textos contabilizados, quinze são encabeçados por homens e dez, por mulheres. Outro fato que merece atenção está relacionado ao local da revista em que os artigos foram publicados: somente uma é nacional. As demais são europeias ou estadunidenses. Estes resultados demonstram resultados concretos das orientações realizadas e a inserção internacional desta produção docente e discente. Além disso, **A** publicou dois trabalhos completos em anais de congressos e vinte e cinco resumos.

B participou de três publicações: uma como primeira autora e duas como coautora, sendo, em um desses casos, sua orientanda a primeira autora. Destaca-se, nesse caso, que, em todos os textos a primeira autora é uma mulher. Em relação à nacionalidade das revistas, somente uma é brasileira também, o que, da mesma forma que os dados da docente anterior, demonstra a internacionalização da produção. **C** fez parte de oito publicações. Metade dessas tem um orientando como primeiro autor, todos homens. A outra metade também é composta quase totalmente por figuras masculinas, exceto por um texto em específico. Apenas duas, das oito publicações, foram em revistas nacionais, mantendo-se o perfil internacional da produção.

D está presente em três publicações como coautora. Dois textos foram publicados em revistas brasileiras, enquanto o restante compôs uma revista internacional. Na mesma relação proporcional, dois artigos tiveram, como primeira autora, uma mulher, e o terceiro, um homem. A produção de **E** ocorreu da mesma forma que **D**, em se tratando da quantidade de trabalhos e a participação feminina e masculina, salvo a ausência de revistas nacionais; nesse caso, apenas estrangeiras. Além disso, publicou nove resumos em anais de congressos.

F participou de três artigos publicados como coautora. Em sua totalidade, foram veiculados em revistas internacionais. Dois deles tiveram um homem como primeiro autor, e o outro, uma mulher. **G** publicou cinco vezes. Dois desses são trabalhos nos quais é a primeira autora. Nos três restantes, todos são homens. Todas as publicações foram realizadas em revistas internacionais. Além disso, publicou três resumos em anais de congressos.

H publicou oito artigos como coautora. Em três trabalhos, a(o) primeira(o) autora/autor é ou foi sua/seu orientanda(o). Esse número se repete quando se contabiliza o número de homens como primeiros autores. Duas publicações foram realizadas em revistas brasileiras, enquanto as outras são estrangeiras. Além disso, publicou nove resumos e um capítulo de livro. Um fato a ser destacado é que, somente em um trabalho, está presente mais de uma professora do DEPAQ. Trata-se, nesse caso, de **H** e **B**.

Tabela 2 - Publicações de Artigos

	A	B	C	D	E	F	G	H
Participou como autora	0	1	0	0	0	0	2	0
Participou como coautora	25	2	8	3	3	3	3	8
Orientando como primeiro autor	9	1	4	0	0	0	0	3
Revista nacional	1	1	2	2	0	0	0	2
Revista internacional	24	2	6	1	3	3	5	6

Fonte: Plataforma Lattes/CNPQ, 2021. Elaboração Própria.

Em seguida, são expostos os dados sobre a participação em bancas. **A** compôs onze bancas, sendo duas de doutorado, quatro de graduação, três de qualificação de mestrado e duas de qualificação de doutorado. **B** participou de oito bancas: três de mestrado, duas de graduação, uma qualificação de doutorado e duas qualificações de mestrado.



C fez parte de dezoito bancas, sendo oito de doutorado, seis de mestrado, duas de graduação e quatro de qualificação de doutorado. **D** não participou de nenhuma banca no período estudado. **E** compôs sete bancas: uma de mestrado, três de aperfeiçoamento e especialização, duas de graduação e uma de qualificação de mestrado.

F participou de vinte e seis bancas, sendo nove de mestrado, cinco de doutorado, seis de graduação e, também, seis de qualificação de mestrado. **G** não compôs nenhuma banca no recorte temporal pesquisado. **H** fez parte de onze bancas: duas de mestrado, duas de doutorado, quatro qualificações de doutorado e três graduações.

Tabela 3 – Participação em Bancas

	A	B	C	D	E	F	G	H
Graduação	4	2	2	0	2	6	0	3
Mestrado	0	3	6	0	1	9	0	2
Qualificação de Mestrado	3	2	0	0	1	6	0	0
Doutorado	2		8	0	0	5	0	2
Qualificação de doutorado	2	1	4	0	0	0	0	4
Aperfeiçoamento e especialização	0	0	0	0	3	0	0	0

Fonte: Plataforma Lattes/CNPQ, 2021. Elaboração Própria.

Os núcleos de pesquisa merecem, da mesma forma, destaque, pois revelam a atuação das docentes. **A** faz parte de três núcleos; **B**, igualmente; **C**, um núcleo; **D** compõe dois núcleos; **E**, três núcleos; **F**, um; **G**, da mesma forma e **H**, dois núcleos. Um fato que chamou a atenção é que, em um grupo específico, estão presentes cinco professoras do departamento: **B**, **D**, **E**, **F** e **H**, representando, assim, uma participação expressiva. Em outros dois núcleos há uma coincidência semelhante, pois, em um, **B** e **G** participam juntas, e, em outro exemplo, **H** e **B** estão juntamente inclusas – que publicaram um artigo em conjunto, como já explicitado.

Tabela 4 - Participação em Grupos de Pesquisa

Docente	Núcleo de Pesquisa	Instituição
A	Oceanografia Pesqueira	UFRPE
A	Biologia e pesca de crustáceos decápodos	IFPB
A	BIOIMPACT - Laboratório de Estudos de Impactos Antrópicos na Biodiversidade Marinha e Estuarina	UFRPE
B	Aquicultura Marinha	UFRPE
B	Maricultura sustentável	UFRPE
B	Genética e sanidade de organismos aquáticos importantes na aquicultura e pesca do Nordeste	UFRPE
C	Dinâmica de Populações e Avaliação de Estoques Marinhos - DIMAR	UFRPE
D	Maricultura sustentável	UFRPE
D	Microbiologia: diversidade e bioprospecção de microrganismos da Caatinga	UFRPE
E	Maricultura sustentável	UFRPE



<i>E</i>	Cultivo de camarões de água doce	UNESP
<i>E</i>	Pesquisas em Aquicultura e Pesca de Organismos Tropicais - PAPOT	UNIR
<i>F</i>	Maricultura sustentável	UFRPE
<i>G</i>	Aquicultura Marinha	UFRPE
<i>H</i>	Maricultura sustentável	UFRPE
<i>H</i>	Genética e sanidade de organismos aquáticos importantes na aquicultura e pesca do Nordeste	UFRPE

Fonte: Plataforma Lattes/CNPQ, 2021. Elaboração Própria.

Como pode ser observado acima, além do que já foi colocado, um ponto específico se destaca, referente a tais núcleos. Nesse caso, é a presença de três instituições pertencentes a outros estados do Brasil: Paraíba, Rondônia e São Paulo. Isso demonstra uma cooperação interinstitucional e inter-regional das professoras *A* e *E* com outras(os) pesquisadoras(es), pois fomenta o diálogo entre universidades e amplia o alcance do conhecimento.

Ponderações acerca dos dados

Sobre os dados coletados, um ponto específico chamou atenção. Se compararmos os dados de publicação, em relação à pesquisa de Medeiros (2019), especialmente quando se trata de resumos em congressos, percebe-se que o número diminuiu de forma considerável. Os que foram publicados e contabilizados nesta pesquisa relativos a quatro docentes, no entanto, referem-se ao segundo semestre de 2019 e o início de 2020. Isto é, antes da pandemia global de covid-19. Isso quer dizer que o isolamento social e o afastamento do cotidiano universitário foram empecilhos diretos para a divulgação de conhecimento em congressos, de modo que a produção deste gênero literário praticamente zerou.

Não obstante a essa redução e à emergência sanitária no mundo inteiro, a produção de artigos revelou-se ativa, pois houve a publicação de cinquenta e oito artigos em dois anos – um número expressivo, dadas as condições. Entre inícios, continuações e conclusões, é importante relatar que foram realizadas cinquenta e nove orientações, inclusive de mulheres que, em breve, como já foi dito, também farão parte do corpo docente de Pesca. A iniciação científica também fez parte da atividade das docentes, mesmo que em número reduzido, nove ao todo.

O número de bancas mostrou-se substancial, pois, em cinco anos (2014-2019) houve cento e vinte e cinco participações no total, ao passo que, em dois anos, o número alcançou a marca de oitenta e uma presenças em bancas. A comparação com os anos anteriores, deve-se dizer, é realizada com uma diferenciação de tempo crucial: três anos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a atividade acadêmica das docentes se potencializa e toma proporções ainda maiores, podendo superar, até mesmo, os dados anteriores. A igualdade com os dados dos professores homens, todavia, será concretizada quando houver uma equiparação, no que tange à quantidade de mulheres e homens no departamento.

Os núcleos de pesquisa demonstram uma possível colaboração entre as docentes, principalmente no denominado “Maricultura Sustentável”, no qual estão presentes cinco das oito professoras. A cooperação, nesse caso, pode servir como um alicerce, no tocante à ocupação de espaços hostis à presença de mulheres, como é o caso dos cursos de ciências da natureza e exatas. Sobre isso, é imprescindível retomar as definições de Silva (2008), já citada anteriormente: existem as ciências duras, referentes às da natureza e exatas, e as moles, que são as humanas e sociais. As primeiras, relacionadas diretamente à figura masculina e as segundas, à mulher.

Nesse sentido, as mulheres, ainda assim, insistem em romper com a tradição da divisão sexual do trabalho. Contudo, o ambiente de um curso de engenharia não é visto como natural pelos indivíduos conservadores, o que pode ser um problema para as mulheres. Como estão em posição minoritária, a partir do momento em que se unem, suas ações se fortalecem e se estendem a outras mulheres, a fim de que deem continuidade futuramente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, deve-se notar que, cada vez mais, as mulheres ocupam os espaços designados anteriormente com exclusividade aos homens, como é o caso das ciências exatas e da natureza. A comparação da produção entre homens e mulheres realizada por Medeiros (2019), bem como a ampliação proposta por esta pesquisa, serviram para mostrar que, apesar da desigualdade, no que tange às oportunidades de explorar seu potencial, as mulheres, na prática acadêmica, revelam que se aproximam, ainda que paulatinamente, do privilégio masculino.

A presença de mulheres como discentes do curso, tanto em graduação, mas também no mestrado e doutorado, ainda que persista em ocorrer de forma minoritária, é, ainda assim, um fato a ser levado em consideração, visto que, futuramente, podem compor o corpo docente, aumentando ainda mais a representatividade nesse âmbito.

Os dados que foram coletados e analisados revelam uma atividade das mulheres numericamente inferior à dos homens em números absolutos. Contudo, deve-se notar que uma das causas disso se refere ao fato de que DEPAQ ainda possui um ambiente masculinizado, contendo professoras de forma minoritária. No entanto, apesar de a produção dos homens ainda ser mais volumosa por tal questão quantitativa do corpo docente, as professoras demonstram uma atividade consistente que, se ocorresse em termos de igualdade no quadro de profissionais, poderia igualar ou até superar a dos homens.

Deve-se notar, no entanto, que tais diferenciações estão ligadas diretamente à reminiscência de uma histórica violência de gênero, que impediu, por muito tempo, as mulheres de seguir determinadas carreiras. Mesmo com avanços e alguns espaços ocupados, o chamado “teto de vidro” ainda impede que alcancem determinados lugares dentro das possibilidades que são ofertadas também aos homens. Como foi falado durante o artigo, as mulheres precisam mostrar certa excepcionalidade para garantir o prestígio e respeito dos pares. Isto ficou claro no caso da docente **A**, visto que a quantidade de artigos, 25, representa algo, de fato, expressivo, considerando, ainda, que o período pandêmico foi contabilizado.

Além disso, enquanto os homens ficam com as ocupações que se localizam do lado de fora da casa, as mulheres ainda precisam lidar, na maioria das vezes sozinhas, das atividades domésticas ou, em resumo, atividades de cuidado, seja do ambiente ou de pessoas. Aos homens, é permitida a existência como pessoa comum, que trabalha e volta para sua casa, mas as mulheres são niveladas como sobre-humanas, que além de trabalhar e se esforçar para alcançar uma posição de destaque, ainda precisam voltar para casa e tomar sozinhas as rédeas do domicílio.

Por fim, destaca-se que este trabalho e outros que tratam do mesmo tema devem servir para problematizar tais questões e incentivar a produção de novos conhecimentos, refletindo sobre a situação da mulher em diversos contextos, a fim de que, a partir disso, cada vez mais, haja medidas para fortalecer o combate à desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALMEDA, M. C. F. C. de. A Mulher e a Profissão Agrônoma. *Revista de Agricultura*, Diretório Acadêmico do Curso de Agronomia, v.1, n. 1, 1947. p. 53-54.
- BANDEIRA, L. *Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Brasília, CEPAL, SPM, 2005.
- CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G.; SILVA, L., B. da. Carreiras Docentes de Mulheres em Departamentos Masculinos: Mudanças Geracionais. Florianópolis, *Fazendo Gênero 10*, UFSC, 2012.
- COSTA, M. da C. Ainda Somos Poucas: Exclusão e Invisibilidade na Ciência. *Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro de 2006, pp.455-459.
- CRUZ, M. H. S. *Mapeando Diferenças de Gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe*. Aracaju, Editora UFS, 2012.



- FAUSTO-STERLING, A. *Teaching aids: Focus on Women and Science*. Course Close Up: The biology of gender. *Women's Studies Quarterly* 10 (2), 1982, pp.17-19.
- FLONTINO, S. R. D. *Profissão para homem? A escolha feminina por cursos de recrutamento majoritariamente masculino na UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- FOX, E.; LONGINO, H. (eds.) *Feminism and science*. New York, Oxford University Press, 1996, pp.264-79.
- GIBNEY, E. Women-under-represented in world's science academies. *Nature* (Online) February, 2016.
- GODELIER, M. *The Origins of Male Domination*. *New Left Review* (1981) 127:17.
- HARAWAY, D. *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York, Routledge, 1989.
- HARDING, S. *Ciência y Feminismo*. Madri, Morata, 1996.
- KELLER, E. F. *Developmental Biology as a Feminist Cause?* *Osiris*, vol. 12, 1997, pp. 16-28.
- KELLER, E. F. *Reflexiones sobre Género y Ciencia*. Tradução de Ana Sánches. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1991.
- LEITÃO, M. do R. de F. A. Memórias, mulheres e poder na presidência das colônias de pescadores/as em Pernambuco. In: *Cultura: conceito sempre em desenvolvimento*. Org: Solange Aparecida de Souza Monteiro. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
- LETA, J. *As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso*. *Estudos Avançados* 17 (49), São Paulo, 2003, pp. 271-283.
- LIMA, B. S. *Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências*. Brasília: UNB, 2008.
- LOPES, M. M. "Aventureiras" nas Ciências. In: *cadernos Pagu* (10), 1998: pp.345- 368.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MEDEIROS, G. M. da H. *Discurso de mulheres docentes das ciências agrárias na UFRPE*. Recife: UFRPE, 2019.
- QUEIROZ, D. M. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. *Caderno CRH*, nº34, p. 175 – 197, Jan/Jun, 2001 (Comunicação).
- SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.
- SILVA, E. R. da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.30, p.133-148, jun. 2008.
- SILVA, E. B. Des-construindo Gênero em Ciência e Tecnologia. In: *Cadernos Pagu* (10), 1998, pp.7-20.
- SOARES, M. do C. F. *Relações de Gênero na Engenharia de Pesca*. Recife: UFRPE, 2014.
- STANISÇUASKI, F. et al. *Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action*. Lausanne: *Frontiers in Psychology*, v. 12, 2021.
- WOORTMANN, E. F. *Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste*. Série Antropologia. Brasília, 1991.

NOTAS

ⁱ STANISÇUASKI, F. et al. *Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action*. Lausanne: *Frontiers in Psychology*, v. 12, 2021.

ⁱⁱ Esta aluna concluiu o mestrado e iniciou o doutorado em seguida.

ⁱⁱⁱ Uma aluna concluiu a graduação e ingressou no mestrado em seguida.



AS MULHERES E O TRABALHO DO CUIDADO: SOBRECARGA, AMOR OU UMA PROBLEMÁTICA INVISÍVEL?

MUJERES Y TRABAJO DE CUIDADOS: ¿SOBRECARGA, AMOR O UN PROBLEMA INVISIBLE?

WOMEN CARE WORK: OVERLOAD, LOVE OR AN INVISIBLE PROBLEM?

GUEDES, RAQUEL DA SILVA

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), doutoranda em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: raquel.silva.guedes@gmail.com

BEZERRA, SABRINA RAFAEL

Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba, graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba e Doutoranda em História pelo PPGH/UFPE na área de História e Memória.

E-mail: sabra.rb@gmail.com

SILVA, FÁBIO RONALDO DA

Professor do curso de Jornalismo da Universidade do Estado da Bahia/DCH III - Juazeiro (BA). Pós-doutorando em História pelo PPGH/UFCG. Doutor em História pelo PPGH/UFPE. Mestre em História pelo PPGH/UFCG

E-mail: fabiosilva@uneb.br

RESUMO

Frequentemente, mencionamos a sobrecarga de trabalho como a resultante da acumulação de serviços provenientes de um ou mais cargos profissionais exercidos simultaneamente, caracterizados por exigências e prazos excessivos. É sabido que essa configuração pode ocasionar problemas de saúde, como Burnout ou estafa, além de poder gerar litígios judiciais entre as partes envolvidas. Contudo, existe uma nuance do excesso de carga que é de conhecimento público, mas que carece de debate e políticas públicas eficazes no Brasil para mitigar o problema: a sobrecarga de trabalho das mulheres dentro e fora do lar. Isso acontece devido a uma construção cultural e política que atribui os cuidados maternos e domésticos/familiares como atividades de responsabilidade majoritariamente feminina. Essas atividades não possuem períodos de descanso nem férias, propiciam situações de abuso e não são adequadamente delimitadas nos projetos de lei, resultando em interrupções nas carreiras profissionais, desvalorização salarial, restrição de acesso a cargos e concursos, estresse, desemprego, falta de suporte financeiro e outras consequências. Surge, então, a indagação: como essas demandas foram se estabelecendo, qual é a sua alimentação, como estão sendo mantidas atualmente e quais são as implicações disso?

PALAVRAS-CHAVE: : Sobrecarga de mulheres; trabalhos de cuidado; invisibilidade; projetos político-sociais.

RESUMEN

Frequentemente, mencionamos la sobrecarga de trabajo como el resultado de la acumulación de servicios provenientes de uno o más cargos profesionales ejercidos simultáneamente, caracterizados por exigencias y plazos excesivos. Se sabe que esta configuración puede ocasionar problemas de salud, como el Burnout o agotamiento, además de poder generar litigios judiciales entre las partes involucradas. Sin embargo, existe una nuance del exceso de carga que es de conocimiento público, pero que carece de debate y políticas públicas efectivas en Brasil para mitigar el problema: la sobrecarga de trabajo de las mujeres dentro y fuera del hogar. Esto sucede debido a una construcción cultural y política que atribuye los cuidados maternos y domésticos/familiares como actividades de responsabilidad mayoritariamente femenina. Estas actividades no tienen períodos de descanso ni vacaciones, propician situaciones de abuso y no están adecuadamente delimitadas en los proyectos de ley, lo que resulta en interrupciones en las carreras profesionales, desvalorización salarial, restricción de acceso a cargos y concursos, estrés, desempleo, falta de apoyo financiero y otras consecuencias. Surge, entonces, la pregunta: ¿cómo se fueron estableciendo estas demandas, cuál es su alimentación, cómo se están manteniendo actualmente y cuáles son las implicaciones de esto?.

PALABRAS CLAVES: Sobrecarga de las mujeres; trabajo de cuidado; invisibilidad; proyectos político-sociales.

ABSTRACT

Often, we mention workload overload as the result of the accumulation of tasks from one or more professional positions held simultaneously, characterized by excessive demands and deadlines. It is known that this configuration can cause health problems, such as burnout or exhaustion, and may lead to legal disputes among the involved parties. However, there is a nuance of excess workload that is publicly known but lacks effective debate and public policies in Brazil to mitigate the problem: the workload overload of women both inside and outside the home. This occurs due to a cultural and political construct that attributes maternal and domestic/family care as predominantly female responsibilities. These activities have no periods of rest or holidays, foster situations of abuse, and are not adequately defined in legislation, resulting in interruptions in professional careers, salary devaluation, restricted access to positions and competitions, stress, unemployment, lack of financial support, and other consequences. The question then arises: how did these demands develop, what sustains them, how are they currently being maintained, and what are the implications of this?

KEYWORDS: Overload of women; care work; invisibility; political-social projects.



Introdução: Uma história do trabalho doméstico

Refletir sobre a sobrecarga de trabalho em suas distintas nuances demanda compreender a origem do trabalho como atividade produtiva e sua incorporação no cotidiano humano como uma necessidade vinculada a questões econômicas, as quais foram e continuam sendo moldadas por desdobramentos políticos. Nesse contexto, o trabalho institucionalizado emerge como uma categoria central que está condicionada a forças produtivas específicas, adaptando-se a características distintas em cada momento histórico e contribuindo para a formação de uma concepção mental.

Iniciando nos modelos tradicionais, sob a influência dos pensamentos tayloristas e fordistas, foram desenvolvidas técnicas de organização e modernização que culminaram no acúmulo de capital, na hierarquização de funções e na consideração das necessidades físicas dos trabalhadores dentro das empresas. Posteriormente, transitou para o modelo japonês, que focou em equipamentos e monitoramento de baixo custo, antes de chegar aos modelos psicossociais. Estes últimos refletiram na estrutura social que permeia o mundo do trabalho e na percepção do trabalhador como membro de um grupo, dotado de criticidade em relação às atividades desempenhadas e necessidade de desenvolver habilidades para lidar com situações inesperadas.

Essas transformações conduziram à criação de modelos empresariais que precisavam aderir a relações sociais capazes de estabelecer um processo de confiança e cooperação para promover o crescimento (Dias, Lima & Reis, 2021).

Diante das evoluções de pensamentos e observações, tornou-se evidente a necessidade de examinar os processos de formação do subjetivo daqueles que trabalham e o ambiente social daqueles que desempenham funções laborais sob uma perspectiva pluridisciplinar. Essa abordagem busca concentrar-se na análise indivíduo-sociedade, observando os efeitos dos meios, as relações com os outros e as singularidades dos sujeitos. Quando essas questões são aplicadas ao mundo do trabalho, surgem reflexões sobre os desafios no campo político e social. Torna-se imperativo ponderar sobre a humanização e subjetivação das experiências limites, considerando a criatividade e a sublimação. Isso ocorre dentro do contexto do trabalho como instituição, que molda hábitos e relações, bem como no significado do trabalho e na cultura que o envolve (Lhuillier, 2014).

Essas definições nos proporcionam alguns parâmetros para reflexão. O primeiro deles diz respeito à maneira como o trabalho, embora seja uma atividade existente desde os primórdios, só foi concebido como uma atividade laboral após as revoluções industriais e o crescimento fabril. Isso implica que a organização logística que integra o campo do trabalho foi moldada pelo desenvolvimento capitalista, dividindo desde o início de forma silenciosa o que deveria ser reconhecido como trabalho remunerado e trabalho servil. Isso nos leva ao segundo ponto: a desconsideração das atividades domésticas realizadas pelas mulheres como trabalho reconhecido. Isso inclui as mulheres casadas nos moldes patriarcais, aquelas que trabalhavam fora e ainda gerenciavam os lares, bem como aquelas que viviam em regimes de escravidão ou semiescravidão.

Assim, percebe-se que a concepção do trabalho como uma atividade regulamentada já apresentava claramente traços de exclusão social e exploração desde sua formação inicial. Desde os estágios primordiais, a pessoa que trabalhava não era considerada como uma peça fundamental para o desenvolvimento da função proposta, mas sim como mão de obra para uma produção em larga escala. Isso resultou no desenvolvimento do mercado de trabalho baseado na logística da exploração da jornada de trabalho e na sobrecarga de atividades, tanto dentro das fábricas quanto fora delas, nas demandas pessoais.

Nesse contexto, o próprio conceito de carga de trabalho é desafiador de definir, pois engloba diversas facetas. Por exemplo, Seligmann-Silva (1994) conceitua carga de trabalho como o conjunto de esforços empregados para atender às demandas das tarefas, abrangendo esforços físicos, cognitivos e emocionais. Por sua vez, Lima (2010, p. 2) descreve a carga de trabalho como “uma complexa função de: duração da atividade, ritmo e intensidade do esforço, tipo de tarefa, estratégias de regulação [...], ciclos e pausas”, relacionando-se a um desgaste maior ou menor do trabalhador.

Dessa forma, a sobrecarga no âmbito do trabalho ocorre muitas vezes porque o trabalho ultrapassa o prescrito, transformando-se em trabalho real – atividades adicionais não formalmente designadas e/ou não remuneradas. Além disso, as funções laborais extrapolam o espaço empresarial e invadem outros ambientes, como o lar.

Blanch (2012, p.73) destaca que a sobrecarga de trabalho pode ser quantitativa - manifestando-se no aumento da jornada de trabalho - e qualitativa - refletindo no aumento da intensidade e complexidade da tarefa - através do



“procedimento de compactar a carga e a complexidade”. Em síntese, o autor (p.74) define sobrecarga de trabalho como um estado no qual um trabalhador “se sente incapaz de satisfazer eficaz e pontualmente às demandas quantitativas e qualitativas de sua tarefa”.

Nota-se, assim, que todas as atividades realizadas fora do ambiente empresarial são desconsideradas nesse conceito. Torna-se relevante questionar as razões pelas quais o trabalho interno realizado externamente ao espaço físico da empresa não se enquadra nas definições de sobrecarga, bem como quem executa essas tarefas e quais são as implicações disso na sociedade. Isso porque a definição parece culpabilizar o trabalhador pela incapacidade, em vez de considerar o estresse e cansaço como fatores contribuintes.

Vamos agora considerar essa sobrecarga para além das responsabilidades exigidas pelo ambiente ocupacional. Nesse contexto, Márcia Leite (2023) destaca que, ao separar o trabalho reprodutivo do produtivo, o capitalismo designou às mulheres a responsabilidade pelo trabalho de cuidado doméstico e familiar, sem garantir remuneração por essas atividades. Contudo, é crucial reconhecer que essa “escolha” também foi influenciada pela estrutura do patriarcado, alimentada pelo sistema político e econômico, como aponta Lerner (2019).

Assim, torna-se evidente que houve uma divisão sexual do trabalho baseada na ideia de que as mulheres desempenhariam funções relacionadas à reprodução e aos cuidados do lar por amor. Isso explicaria a subserviência financeira e a falta de autonomia experimentada pelo escopo feminino, ao mesmo tempo em que se revela como uma estrutura que alimenta um sistema de sobrecarga, cobranças e exploração.

É conhecido que essas estruturas se solidificam e persistem por meio de diferenciações de classe. Enquanto em países europeus, a classe média podia estabelecer uma divisão de tarefas por gênero, proporcionando aos homens a oportunidade de trabalhar fora de casa e às mulheres os cuidados com os filhos e a casa, em países subdesenvolvidos, devido aos elevados índices de pobreza, as mulheres necessitavam de empregos remunerados além de gerenciar as responsabilidades de mães, donas de casa e esposas. Vale ressaltar que essa realidade era uma obrigação para mulheres negras em várias regiões do mundo.

Essa necessidade automaticamente gerou a chamada dupla jornada de trabalho. Entretanto, os debates sobre essa realidade não eram intensos, já que o conceito de dupla jornada era suavizado pelo discurso que associava o cuidado ao amor.

No Brasil, essa situação adquiriu uma expressão significativa e abrangente após o fim da abolição da escravatura. Diante do desemprego enfrentado pelas mulheres negras, a principal forma de inserção delas no mercado de trabalho foi por meio do trabalho doméstico, uma ocupação mal remunerada e carente de regulamentação legal, configurando novas formas de exploração e abuso (Leite, 2023). Dessa forma, de maneira abrangente, o Brasil passou a lidar com a exploração do trabalho feminino e com a dupla jornada exercida por mulheres de forma oficial, resultando na sobrecarga de trabalho¹.

Para Carla Bassanezi, no livro “Mulheres dos Anos Dourados”, os discursos conservadores da época viam o trabalho fora do lar como uma ameaça para as mulheres. Isso se devia ao receio de que elas pudessem se desviar de seu caminho natural, que era o casamento, e ainda corressem o risco de perder sua característica mais valorizada, a feminilidade. O trabalho feminino era percebido como uma dupla jornada, uma vez que as mulheres que buscavam emprego precisavam estar cientes de que seu trabalho principal era o lar, e delas não se poderia abdicar dessa responsabilidade.

Entre os anos 1945 e 1964, preconceitos excluíaam desse mercado muitas mulheres (várias qualificadas e com suficiente preparo educacional). Porém, a evolução do emprego feminino foi sem dúvida um dos fatores de maior influência no conjunto das transformações por que passaram as relações homem-mulher e os significados de gênero nessa época (Pinsky, 2014, p.176).

Os setores que apresentavam maior crescimento para o trabalho das mulheres estavam frequentemente vinculados ao que poderia ser associado ao lar ou à feminilidade. Esses eram cargos que designavam à mulher um papel de auxiliar, e as escolhas profissionais eram limitadas pelas noções preestabelecidas do que era considerado masculino ou feminino para determinadas carreiras.

Conforme a autora menciona, entre as décadas de 1940 e 1970, as mulheres, especialmente aquelas em idade que abrange seu período fértil, experimentaram altas taxas de participação em atividades laborais. No entanto, mesmo na



década de 1960, os salários femininos não avançaram em comparação aos salários masculinos, persistindo pouca diferença na remuneração oferecida às mulheres.

No pós-guerra, era comum que as mulheres trabalhassem, mas, ainda de acordo com a autora, aquelas pertencentes à classe média muitas vezes interrompiam suas carreiras ao se casarem. Conforme observa Pinsky (2014, p. 177), “Para a maioria esmagadora delas, o casamento está em primeiro plano e nem estudos nem profissão fazem com que ele seja adiado ou rejeitado”. Isso indica que, mesmo diante de oportunidades educacionais e profissionais, para muitas mulheres da classe média, o casamento permanecia como prioridade, levando à interrupção de suas atividades laborais.

Diante da perspectiva familiar da época, o trabalho não era considerado de grande importância para as mulheres. Os estudos eram vistos como meio de aprimorar a habilidade de cuidar dos filhos e acompanhar o marido em eventos sociais, não necessariamente para construir uma carreira. Em muitos casos, os pais ou maridos não aceitavam que as mulheres frequentassem a faculdade ou buscassem uma carreira, embora houvesse exceções a essa norma. Por exemplo, em famílias de baixa renda, o pai podia incentivar que sua filha trabalhasse para ajudar nas despesas domésticas.

O controle exercido por maridos, pais e irmãos sobre as mulheres diminuiu consideravelmente quando elas trabalham fora de casa. Contudo, ou por isso mesmo, elas devem cuidar de sua reputação comportando-se de maneira a não ‘reduzir as oportunidades para o casamento’ (grifos da autora) ou desagradar o marido (Pinsky, 2014, p.178).

A Segunda Guerra Mundial, sem dúvida, desempenhou um papel crucial em duas mudanças sociais significativas: o breve afastamento das mulheres de seus lares e seu retorno, posteriormente, com um papel mais destacado. Os preconceitos tradicionalistas persistiram por anos, continuando a proferir discursos que valorizavam o papel da mulher no lar, e buscando novas formas de vigilância sobre elas.

Silvia Federici (2021) argumenta que para compreendermos como o trabalho doméstico foi naturalizado para as mulheres, é necessário retroceder algumas décadas antes da Primeira Guerra Mundial, até a Inglaterra, durante a estabelecida Revolução Industrial. Com a revolução industrial, toda a família passou a trabalhar nas fábricas. Mulheres e crianças trabalhavam exaustivamente, assim como os homens, porém, recebiam salários mais baixos, o que tornava a sua mão de obra mais requisitada. No entanto, uma mudança começou a acontecer quando as taxas de mortalidade infantil e adulta se tornaram um problema social e de produção.

Diante da necessidade de ter pessoas saudáveis e crianças que sobrevivessem até a idade adulta para serem os futuros trabalhadores, a produtividade estava ameaçada. Por esse motivo, governantes, empresários, sindicatos e trabalhadores homens começaram a impor às mulheres o papel de cuidar do lar. A vida das mulheres nas fábricas estava ameaçando a lógica da família burguesa e o regime de produtividade. Ao não estarem em casa para manter o lar confortável e limpo, cuidar dos filhos e manter o marido longe dos vícios, as mulheres trabalhadoras eram vistas como uma ameaça à ordem social.

Assim, a ideia de que o lugar natural das mulheres era o lar começou a ser imposta, pois a imagem da mulher que trabalhava fora era associada a problemas familiares e sociais, como filhos malcuidados, alimentação inadequada e acidentes causados pela falta de supervisão. O trabalho das mulheres nas fábricas estava interferindo na concepção tradicional de família e produtividade, e a imposição do trabalho doméstico como responsabilidade exclusiva das mulheres surgiu como uma resposta a essas preocupações.

Para persuadir as mulheres a abandonarem seus empregos, autonomia, amizades e vida independente em prol do trabalho exclusivo no lar, sem remuneração, foi necessário, em primeiro lugar, conscientizar os homens de que essa mudança seria benéfica para eles. Argumentou-se que, ao as mulheres deixarem o mercado de trabalho, os salários dos homens aumentariam, permitindo-lhes prover financeiramente a família de maneira mais eficaz. Além disso, a justificativa incluía a ideia de que mulheres e crianças não competiriam mais por empregos, supostamente resolvendo problemas relacionados à oferta de trabalho. Também se prometia que essa transição acabaria com as crises na vida doméstica. Esses argumentos buscavam apresentar a mudança como vantajosa para a estabilidade econômica e social, visando convencer as mulheres a abraçarem o papel tradicional de cuidadoras e donas de casa.



Daí a expulsão gradual das mulheres e crianças das fábricas, a introdução do salário familiar, a instrução das mulheres nas virtudes da vida doméstica; em resumo, um novo regime reprodutivo em um novo “contrato social” que na época da Primeira Guerra Mundial havia se tornado norma nos países industriais. Nos Estados Unidos, tal contrato atingiu o auge na década anterior ao início da guerra, com a ascensão do fordismo, naquela que é chamada de “era progressista”

De acordo com sua lógica, o investimento na reprodução da classe trabalhadora corresponderia a uma produtividade elevada, com a dona de casa encarregada de garantir que o salário fosse bem gasto, que o trabalhador estivesse bem cuidado para ser consumido por outro dia de trabalho e que as crianças fossem bem-preparadas para seu futuro destino de trabalhadores e trabalhadoras (Federici, 2021, 166).

Conforme argumenta a autora, a distinção entre donas de casa, operárias fabris e prostitutas criou divisões nítidas de lugares designados para as mulheres ocuparem. As donas de casa recebiam respeito e admiração como uma suposta compensação por sua mão de obra explorada sem remuneração. Este “acordo”, persistiu de muitas maneiras até os anos 1960/1970, quando uma nova geração de mulheres começou a rejeitá-lo. Essa rejeição marcou o início de mudanças significativas nas percepções e expectativas em relação às mulheres e seu papel na sociedade (Federici, 2021).

Apesar dos avanços conquistados na segunda metade do século XX até os dias atuais, como o livre acesso ao ensino superior para mulheres, o direito a um ensino básico gratuito e a abertura do mercado de trabalho para mulheres profissionais ou pesquisadoras acadêmicas, o patriarcado cultural que destina às mulheres o trabalho de cuidado ainda resulta em mais de 70% do feminino enfrentando sobrecarga e adoecimento. Em uma análise comparativa, dados da Revista Forbes indicam que mais de 75% do trabalho não remunerado é realizado por mulheres, que se veem na obrigação de cuidar do lar, filhos, idosos, parentes e companheiros, totalizando até 12,5 bilhões de horas diárias. Isso destaca a persistência de desafios relacionados à equidade de gênero e à distribuição justa das responsabilidades domésticas.

No Brasil, as mulheres dedicam aproximadamente 25 horas semanais a trabalhos de cuidado, enquanto os homens investem apenas 11 horas nessa atividade. Mesmo em países mais igualitários em termos de gênero, as mulheres ainda dedicam de uma a cinco horas a mais do que os homens a essas responsabilidades. Vale notar que, após as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil após a Revolução de 1930 e a promulgação da CLT em 1943, as mulheres pobres, brancas e, principalmente, as negras, continuaram a se inserir em atividades remuneradas associadas ao trabalho de cuidado. No entanto, raramente conseguiram acessar os direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos a partir desse período, uma situação que persiste até os dias atuais (Leite, 2023).

Conforme apontado por Pazello e Fernandes (2004), metade das mulheres que alcançam a pós-graduação tendem a abandonar suas pesquisas devido às demandas da maternidade. Além disso, é possível observar diferenças de comportamento entre profissionais que estão em processo de maternidade e aquelas que não têm filhos. Esses pressupostos acarretam alterações no mercado e na vida das mulheres, sendo utilizados como base para construção de discursos por empresas, muitas vezes resultando na não contratação de mulheres e/ou na exclusão de gestantes e puérperas.

Essa situação ocorre porque foram elaboradas análises que argumentam que quanto mais bem executada uma atividade for, mais tempo ela demanda. Isso representa um desafio para a logística empresarial, que muitas vezes não está disposta a conceder o tempo necessário para mães que precisam conciliar os cuidados com os filhos e o trabalho. Essa postura resulta em demissões, desvalorização e adoecimento de algumas mulheres, devido à incompreensão e aos estigmas associados a essas circunstâncias.

Nesse contexto, a sobrecarga resultante do acúmulo de trabalhos tem ocasionado problemas físicos, como estafa e estresse, além de transtornos psicológicos como ansiedade, pânico e depressão. Esses quadros de doenças impactam diretamente na baixa autoestima e na sensação de esgotamento das mulheres. A exaustão emocional engloba sentimentos como desesperança, solidão, depressão, raiva, impaciência, irritabilidade, tensão, diminuição de empatia, sensação de baixa energia, fraqueza, preocupação, aumento da suscetibilidade para doenças, cefaleias, náuseas, tensão muscular, dor lombar ou cervical, e distúrbios do sono (Cherniss, 1980a; Organização Mundial da Saúde, 1998). Esses



sintomas são frequentemente descritos por mulheres envolvidas em atividades de cuidado, trabalho remunerado e maternidade, uma vez que estão sob a sensação de esgotamento.

Conforme Hirata (2022, p. 30), o trabalho de cuidado é definido como “trabalho material técnico e emocional moldado por relações sociais de sexo, de classe, de raça/etnia entre diferentes protagonistas: os provedores e as provedoras e os beneficiários e as beneficiárias do cuidado, assim como todos aqueles e aquelas que supervisionam ou prescrevem o trabalho”. Assim, o cuidado não se limita apenas a uma atitude atenciosa; ele engloba um conjunto de atividades materiais e relações destinadas a atender concretamente às necessidades dos outros. Pode também ser descrito “como uma relação de serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e bem-estar dos outros”.

Desse modo, esse trabalho tem o objetivo de debater os principais motivos que mantêm a estrutura do trabalho de cuidado e da sobrecarga como forma de exploração e limitação ao feminino, gerando adoecimento e a precarização da mulher no mercado. Apresentará como estruturas políticas e econômicas se valem desse mecanismo a partir do viés de leis trabalhistas e da manutenção de uma cultura de diferença que geram e impulsionam a diferença de gênero, o feminicídio e os abusos morais, sociais e sexuais. Discutirá ainda como essa problemática é invisibilizada e rentável para algumas camadas sociais, bem como impacta as mulheres, sejam elas cientistas, profissionais e/ou dos lares que se veem precarizadas pelo discurso e pelos limites do cuidado.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo debater os principais motivos que perpetuam a estrutura do trabalho de cuidado e a sobrecarga como formas de exploração e limitação das mulheres, resultando em adoecimento e na precarização da mulher no mercado de trabalho. Ele irá abordar como as estruturas políticas e econômicas se beneficiam desse mecanismo, analisando as leis trabalhistas e a manutenção de uma cultura que gera e perpetua a desigualdade de gênero, o feminicídio e os abusos morais, sociais e sexuais. Além disso, será discutido como essa problemática é invisibilizada e lucrativa para certos estratos sociais, bem como o impacto que tem sobre as mulheres, sejam elas cientistas, profissionais ou responsáveis pelo lar, que se veem precarizadas pelos discursos e pelas limitações impostas pelo trabalho de cuidado.

O trabalho doméstico tem gênero: a sobrecarga das mulheres

Discutir a construção do trabalho de cuidado é compreender as relações de gênero estabelecidas entre homens e mulheres. É crucial destacar que, desde as formações sociais iniciais, foi estabelecida uma relação de poder que colocava a mulher, enquanto aquela capaz de dar à luz, como um ser mais frágil que tinha, devido aos cuidados, a obrigação biológica de gerir, cuidar, alimentar e prover. É reconhecido que essa construção contribuiu para a vulnerabilidade sexual que incita a violência de gênero. No entanto, é igualmente importante lembrar que, com a formação dos estados nacionais e o desenvolvimento social, a perpetuação desses costumes, considerados como normais, proporcionou o respaldo para enquadrar cada setor da sociedade em um lugar específico como meio de controle das pessoas e de ganhos políticos consequentes.

Segundo Simone de Beauvoir (1980, p.10), compreender a relação de conquista, espaço e poder entre masculino e feminino demanda retroceder à formação da história e aos discursos dirigidos à mulher, pois, por muito tempo, “o homem foi o Sujeito, o absoluto; a mulher é o Outro”. O aspecto perigoso nessa relação é que ela não se baseia em solidariedade e companheirismo, mas, de acordo com Hegel (1992), quando se descobre na consciência de si uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência, o sujeito só se afirma ao se opor, ou seja, ele se estabelece como essencial e coloca o outro como objeto. Dessa forma, cria-se uma relação de alteridade a partir da diferenciação, responsável por (re)construir/(re)produzir a alteridade, por definir quem é o “outro” e torná-lo identificável, (in)visível e previsível (Hall, 1999), um mecanismo que contribuiu para a dualidade entre o masculino e o feminino.

Todas essas construções contribuíram para a consolidação do patriarcado, um sistema social no qual os homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades, estendendo-se ao domínio da família, onde o pai detém autoridade sobre as mulheres e as crianças, conforme apontado por Lerner (2019). No entanto, é importante destacar que a perpetuação desses padrões se torna uma construção cultural, marcada por raízes informativas, práticas, costumes e ideologias pensadas e implementadas na sociedade.



Apesar da crença comum de que a cultura sempre esteve presente e, portanto, seria difícil de modificar, a construção cultural é derivada de um projeto político e social imposto pela governamentalidade, conceito compreendido por Foucault como:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros-soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault 2008, p. 143- 144).

Dessa forma, o conceito de governamentalidade refere-se ao regime de poder e às características de sua tecnologia que, a partir do século XVIII, passaram a ter como foco principal a população, ou seja, a biopolítica. No entanto, apesar de estar relacionado às técnicas de governo subjacentes à formação do Estado Moderno, ao longo das obras foucaultianas, esse conceito passa a abordar também a maneira como são conduzidas as condutas dos indivíduos, abrangendo todas as relações de poder existentes. Assim, não existe estrutura cultural sem respaldo político, e a análise dessas estruturas revela que a predominância patriarcal, a divisão de trabalho, os discursos sobre os custos da maternidade criaram regimes de poder estabelecidos pela restrição ao acesso ao conhecimento e/ou pela eliminação de oportunidades igualitárias. Refletir sobre o cuidado apenas no contexto das mulheres, manter essa estrutura sem apoio e/ou remuneração, e invisibilizar essa lacuna para obter ganhos são elementos que contribuíram para a formação de marcas sociais.

Vejamos no gráfico da figura 1, as consequências dessas estruturas:

Fig 1: Percentual de mulheres que afirmam ter realizado atividades de cuidado com filho(a)s



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios continuada Anual -IPEA 2019 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/turismo/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 12/11/2023.



Conforme o IPEA (2019), aproximadamente 85% a 90% das mulheres costumam auxiliar e monitorar crianças em atividades pessoais, e cerca de 75% a 80% delas afirmam estar envolvidas em atividades educacionais, brincadeiras e transporte para outros lugares. Esses elevados índices comprovam que as atividades de cuidado são uma parte significativa da rotina de muitas mães e cuidadoras, ocupando uma parte considerável de seu tempo pessoal.

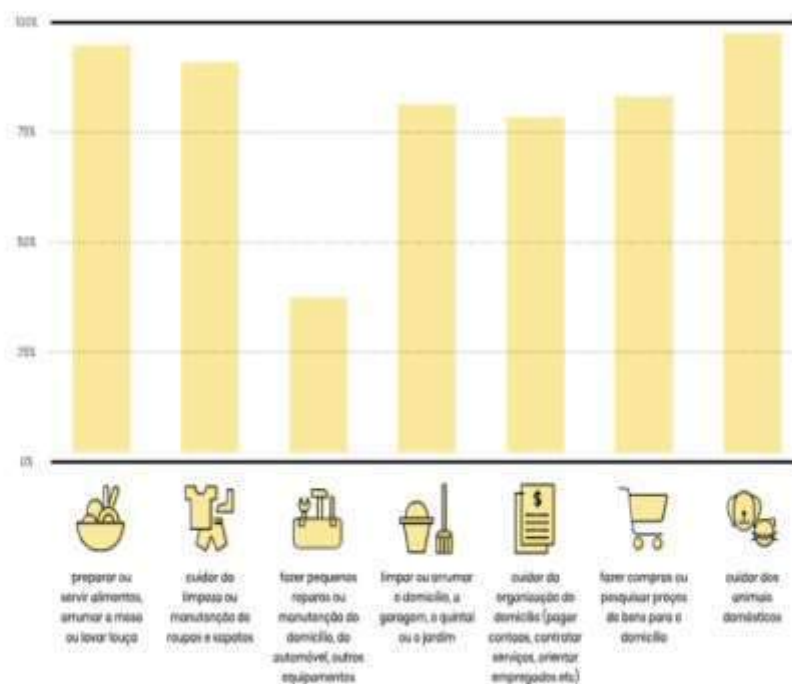
Entende-se que o trabalho de cuidado envolve atividades essenciais para a manutenção de famílias e comunidades, sendo fundamentais para a cultura, economia e organização política. Essas atividades são indispensáveis para garantir a acumulação capitalista, como destacado por Fraser (2017). Portanto, é previsto que o capitalismo encontre uma rentabilidade econômica em manter essa estrutura, explorando diretamente as mulheres.

Além disso, o gráfico apresentado mostra que, em relação aos cuidados realizados por meio de tarefas domésticas, cerca de 76% a 98% das mulheres afirmam ter a responsabilidade de preparar comida, cuidar das roupas, realizar a limpeza, organizar as contas do lar, fazer compras e cuidar de animais, sendo a participação em serviços de reparo a única área com uma baixa taxa de envolvimento.

Os números evidenciam que, por não resultar em mercadoria, o trabalho ou serviço doméstico realizado em prol do próprio grupo familiar é percebido como uma expressão de respeito, reciprocidade e obediência. No entanto, é pouco valorizado, mesmo quando contribui para liberar outros membros da família para atividades remuneradas, conforme destacado por Conceição, Bárbara e Queiroz (2021).

A divisão entre o masculino e o feminino se organizou, de acordo com Bourdieu (2014), em torno da oposição entre o interior e o exterior, ou seja, entre a casa, responsável pela educação das crianças, e o mundo do trabalho. Essa forma canônica, estabelecida pela burguesia, delinea a divisão entre o universo da empresa, voltado para o lucro, e o universo da casa, voltado para a reprodução biológica. Vejamos na figura 2, a quantidade de mulheres que afirmam realizar atividades de cuidado.

Fig. 2: Percentual de mulheres que afirmam ter realizado atividades de cuidado

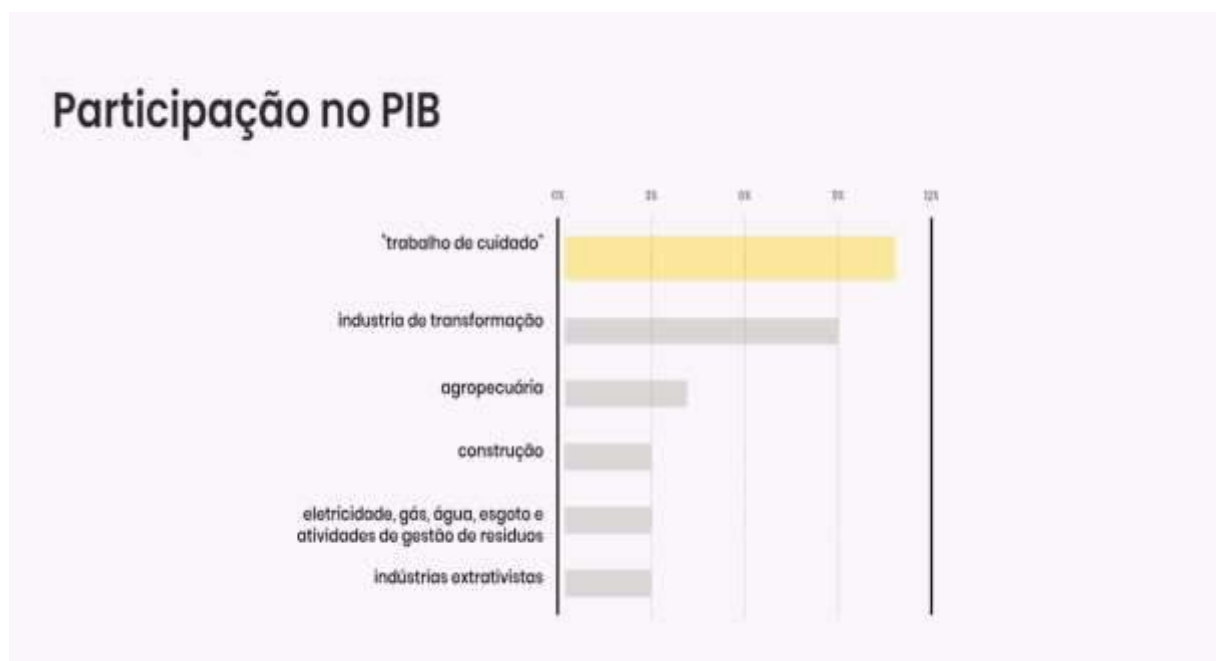


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios continuada Anual -IPEA 2019 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/turismo/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 12/11/2023.



As consequências dessas estruturas são evidenciadas por números, pois é possível visualizar, na figura 3, a rentabilidade da manutenção da exploração econômica. Os trabalhos de cuidado em regime de horas correspondem, em média, a 11% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, como mostrado na tabela abaixo. Isso significa que ter 11% das principais atividades realizadas por pessoas não remuneradas promove o redirecionamento de verbas, estabelece parâmetros econômicos, sustenta formas servis de trabalho por meio da exploração e desvaloriza quem pratica essas atividades, assim como desvaloriza a própria atividade. Segundo Perez (2001), o cuidado familiar e doméstico é tradicionalmente relegado às mulheres, colocando o cuidado pessoal em segundo plano. Enquanto Sorj (2004) alerta que a maioria das mulheres cônjuges ocupa funções no mercado informal, não tem carteira assinada, e a remuneração recebida muitas vezes não é suficiente para atender a todas as necessidades. Além disso, muitas mulheres desempregadas acabam cuidando do lar.

Fig. 3: Participação das atividades de cuidado no Produto Interno Bruto - PIB



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios continuada Anual -IPEA 2019 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/turismo/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 12/11/2023.

Ao todo, as mulheres dedicam, em média, cinco horas por dia a trabalhos não remunerados que não geram autonomia, conforme informado na figura 4, em comparação com apenas duas horas dedicadas pelos homens. Nesse sentido, há uma divisão de tempo entre a mulher profissional, a esposa e a mãe para tentar dar conta de todas as atividades dentro e fora do lar. Isso, segundo Lourenço, Ramos e Cruz (2008), gera a falta de equilíbrio nos horários designados, podendo acarretar diversos problemas na qualidade de vida e na saúde da mulher, sendo a depressãoⁱⁱ e a ansiedadeⁱⁱⁱ dois expoentes amplificados pela extensa carga horária de trabalho.

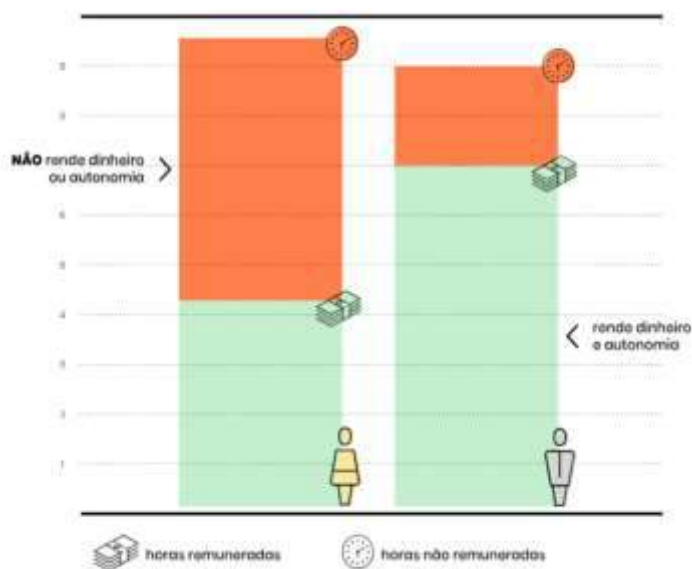
Conceição, Bárbara e Queiroz (2021) destacam que a qualidade de vida é reduzida à medida que as mulheres sacrificam horários de lazer, autocuidado, qualificação e perdem oportunidades de progressão na carreira por estarem demasiadamente envolvidas em questões domésticas. Esse cenário produz ansiedade, medo, tensão e insegurança, que podem evoluir para transtornos psicológicos. Castillo *et al.* (2000) mencionam que a distribuição de transtornos psicológicos afeta principalmente pessoas do sexo feminino, pois estão mais expostas a ambientes e têm um tempo mínimo para o lazer e cuidado pessoal. Os sintomas da depressão, de acordo com DSM-5 (2014), incluem aspectos emocionais, físicos, motivacionais e cognitivos, resultando em perda de motivação, isolamento social, desvalorização de si mesma e, em certos casos, pensamentos suicidas. Esses sintomas são observados em mulheres sobrecarregadas de trabalho e/ou sujeitas à precarização do mesmo, de acordo com pesquisas do IPEC (2019).

Nesse sentido, as mulheres profissionais acadêmicas não estão livres da dupla ou tripla jornada de trabalho, que envolve tanto as responsabilidades domésticas quanto o cuidado com os filhos. Essa obrigação atribuída às mulheres pelos



papéis de gênero não faz distinção de classe ou conhecimento. Por esse motivo, observamos no gráfico abaixo como as mulheres no Brasil têm se destacado ao ingressar em cursos superiores, sendo maioria quando jovens e solteiras. No entanto, à medida que chegam à maturidade, esses números diminuem, especialmente em cargos de poder ou na busca de doutorado e livre-docência, pois o cuidado com filhos, casa e familiares absorve parte significativa de seu tempo, impedindo uma realização profissional plena.

Fig. 4: Diferença do quantitativo de horas remuneradas e não remuneradas entre homens e mulheres

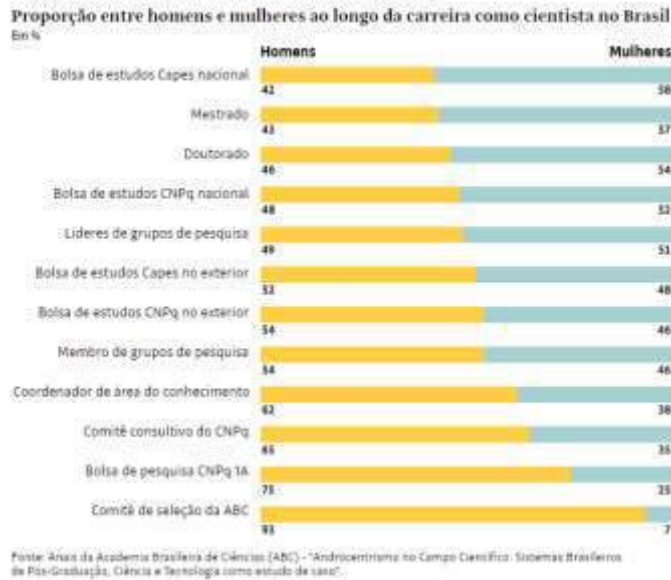


Fonte:

Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil- IPEA 2019 Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9310> Acesso em: 12/11/2023.

Dessa forma, as cientistas mulheres acabam sendo minoria ou quase nenhuma na ocupação de cargos importantes, como em comitês consultivos do CNPq, Bolsa de pesquisa CNPq e comitê de seleção ABC. Apenas recentemente uma mulher assumiu a liderança na Academia de Ciência Brasileira, o que representa uma grande conquista. Isso ocorre porque alcançar posições de destaque ou cargos altos para as mulheres cientistas exige que elas provem seu mérito em dobro em comparação com os homens, como destacou em entrevista à *Folha de São Paulo* a cientista Cristina Garcia, diretora de pesquisa avançada da L'Oréal América Latina. Em suas palavras: "Para uma mulher conquistar espaço no mundo científico, como em qualquer outro lugar, ela precisa provar muito mais o seu valor do que um homem^{iv}".

O lugar das cientistas no mercado de trabalho



A legislação brasileira e a mulheres

O papel das mulheres na sociedade brasileira foi e continua sendo influenciado pelas dinâmicas de poder presentes nas relações de gênero. Conforme destacado por Lâris Ramalho Cortês (2013), o Código Civil de 1916 refletiu discriminações significativas em relação às mulheres, tratando-as como seres inferiores, classificadas como “relativamente incapazes” e dependentes da proteção, orientação e aprovação masculina. Essa abordagem restritiva limitava as opções das mulheres ao ambiente doméstico, onde poderiam desempenhar papéis como donas de casa, esposas ou mães. Essa limitação não era apenas uma condição considerada “natural” ou “cultural”, mas também estava legitimada pelo poder jurídico das leis, como evidenciado pelo Código Civil de 1916, que permaneceu em vigor até a sua reforma em 2002.

A classificação de “relativamente incapaz” atribuída à mulher casada a colocava sob a guarda do homem, seu marido, conferindo-lhe o poder de autorizar ou vetar diversas ações, como trabalhar, abrir uma conta bancária ou comprar e vender propriedades, mesmo aquelas que pertenciam à mulher antes do casamento. Essa legislação representava, por muitos anos, uma forma de violência patrimonial contra as mulheres brasileiras.

É crucial ressaltar que o Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4.121/1962) trouxe uma mudança significativa ao retirar das mulheres a condição de relativamente incapazes para certos atos da vida civil. Além disso, essa lei também impactou o poder sobre os filhos, tornando-o menos suscetível à interferência do marido quando a mulher casava novamente. Outra legislação relevante foi a Lei 6.515/77, conhecida como Lei do Divórcio. No entanto, somente em 2010, a Emenda Constitucional n. 66 foi criada, eliminando todas as condicionalidades, incluindo a necessidade de separação judicial prévia, representando um avanço significativo no reconhecimento dos direitos das mulheres no contexto matrimonial.

Outra legislação que veio consagrar o princípio da igualdade entre homens e mulheres foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entrou em vigor em 1990. O ECA estabelece que o pátrio poder seja exercido ‘em igualdade de condições pelo pai e pela mãe’ e que o dever de sustento, guarda e educação dos filhos caiba a ambos (Cortês, 2013, p. 269).

A análise dessa breve amostra permite observar o papel vulnerável que a mulher desempenhou ao longo da história e as mudanças graduais que ocorreram para garantir que, nas relações conjugais e familiares, as mulheres adquirissem pelo menos alguns direitos mínimos. Embora a igualdade ainda não tenha sido completamente estabelecida, como evidenciado pelos dados apresentados sobre as responsabilidades domésticas e com os filhos, que impactam a vida pessoal e profissional das mulheres, fica claro que há ainda muito a ser conquistado.



O Decreto nº 3.048/99 representa um ponto interessante na legislação brasileira no que diz respeito às mulheres e ao trabalho doméstico não remunerado, uma vez que regula o direito das mulheres donas de casa a se aposentarem como seguradas facultativas do Instituto Nacional de Seguro Social.

Art. 11. É segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, na forma do artigo 199, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social.

1º Podem filiar-se facultativamente, entre outros:

I – A dona de casa;

A inclusão da dona de casa como segurada do INSS, mediante o pagamento de uma taxa para ter direito a benefícios como Auxílio-doença, Aposentadoria por invalidez, Aposentadoria por idade, Aposentadoria por tempo de contribuição, Salário-maternidade, Pensão por morte e Auxílio-reclusão, evidencia uma situação peculiar. Isso porque, ao optar por contribuir, a mulher que desempenha exclusivamente o trabalho doméstico não remunerado se vê na condição de financiar sua própria proteção social, mesmo não sendo remunerada por essa atividade. A lei não apenas deixa de reconhecer plenamente o valor desse trabalho, mas também coloca as mulheres em uma posição em que precisam arcar financeiramente para exercer uma função que, muitas vezes, não é devidamente valorizada.

A exposição histórica presente neste artigo evidencia o absurdo subjacente à introdução do trabalho doméstico, sustentado pelo discurso da “natureza feminina”. O impacto negativo desse trabalho, que persiste até os dias atuais, é claro nas lutas e reivindicações das mulheres para retornarem e se estabelecerem no mercado de trabalho, construindo carreiras significativas. No entanto, mesmo com essas conquistas, a sociedade continua a naturalizar e não reconhecer adequadamente essa atividade, que não apenas sobrecarrega as mulheres, mas também persiste em não proporcionar remuneração adequada. Essa dualidade reflete um desequilíbrio persistente nas estruturas sociais e econômicas que precisam ser enfrentadas para promover uma verdadeira igualdade de gênero.

Ao revisitar a trajetória histórica do trabalho doméstico e seu impacto na vida das mulheres, torna-se evidente a injustiça arraigada nessas estruturas. Desde a imposição do papel da mulher no lar até os avanços lentos das legislações, persiste uma realidade desequilibrada. Mesmo com conquistas como a inclusão previdenciária das donas de casa, há uma clara falta de reconhecimento e valorização desse trabalho essencial. A dualidade entre as responsabilidades domésticas e a busca por uma carreira profissional ainda sobrecarrega as mulheres, gerando desigualdade e impactos profundos em suas vidas.

É alarmante como o discurso da “natureza feminina” ainda permeia a compreensão social do trabalho doméstico, desconsiderando sua importância e submetendo as mulheres a uma carga desproporcional de responsabilidades não remuneradas. A luta por igualdade de gênero deve envolver não apenas a desconstrução desses estereótipos arraigados, mas também a implementação de políticas eficazes que reconheçam e valorizem devidamente o trabalho doméstico.

Mesmo com conquistas ao longo das últimas décadas, a invisibilização e desvalorização do trabalho doméstico persistem, refletindo-se na sobrecarga física e emocional que recai sobre as mulheres. A dupla ou tripla jornada, associada à responsabilidade doméstica, impacta negativamente a qualidade de vida, a carreira profissional e a participação em setores acadêmicos e científicos.

A legislação, por vezes, contraditoriamente, não apenas demorou a reconhecer os direitos das mulheres, mas também, como no caso do Decreto nº 3.048/99, impõe ônus financeiros sobre aquelas que desejam se aposentar como seguradas facultativas do INSS, revelando a persistência de desigualdades estruturais.

A busca por uma sociedade mais justa e equitativa exige não apenas a revisão de leis e políticas, mas também uma mudança cultural que reconheça o valor intrínseco do trabalho doméstico e seu impacto na vida das mulheres.

CONCLUSÕES

O cuidado, muitas vezes associado ao amor e à dedicação, revela-se como uma problemática multifacetada, onde a sobrecarga enfrentada pelas mulheres se torna visível, mas, ao mesmo tempo, permanece invisível em muitos setores da sociedade.



A sobrecarga no trabalho do cuidado, frequentemente invisível aos olhos daqueles que não o realizam, evidencia-se como um desafio premente. As mulheres, ao assumirem predominantemente esse papel, acabam por suportar um peso desproporcional em suas vidas, comprometendo não apenas seu bem-estar físico e mental, mas também suas oportunidades de participação plena em outras esferas da sociedade, como o mercado de trabalho e a educação.

O amor, embora seja o motor que impulsiona grande parte do trabalho do cuidado, não pode ser romantizado ao ponto de obscurecer as consequências adversas da sobrecarga. A romantização do cuidado pode contribuir para a perpetuação de normas de gênero que limitam as escolhas e oportunidades das mulheres, reforçando estereótipos prejudiciais.

Urge, portanto, a necessidade de uma conscientização mais ampla sobre a importância do trabalho do cuidado, bem como de políticas e práticas que reconheçam e valorizem adequadamente esse esforço. A equidade de gênero no âmbito do cuidado não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para o desenvolvimento sustentável e a promoção da igualdade em todas as esferas da vida.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLANCH, J. M. Trabajar y bienestar. In: BLANCH, J. M. (org.). *Teoría de las relaciones laborales*. Barcelona: FUOC, 2012.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CASTILLO, A. R. et al. Transtornos de ansiedade. Porto Alegre. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Rio de Janeiro, v.22, p.1-15. dezembro de 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/dz9nS7gtB9pZFY6rkh48CLt/> Acesso em: 12/11/2023.

CHERNISS, C. *Professional burnout in human service organizations*. Praeger, New York, 1980a.

CONCEIÇÃO, N.; BÁRBARA, J.; QUEIROZ, F. Dupla jornada de trabalho feminina: uma análise das influências na qualidade de vida da mulher. *Revista Imersão*, Bahia, v.3, n.3. setembro de 2021. Disponível em: <http://www.fcgb.com.br/revista> Acesso em: 12/11/2023.

CORTÊS, I. R. A trilha legislativa da mulher. In: Pinsky; C. B.; Pedro, J. M. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DIAS, A. V.; LIMA, F. de P.; REIS, L. F. Modelos de Organização do trabalho: por uma organização colaborativa. In: BRAATZ, D.; ROCHA, R.; GEMMA, S. *Engenharia do Trabalho: saúde, segurança ergonomia e projeto*. São Paulo: Ex. Libris Comunicação, 2021.

FRASER, N. Crisis of care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, T. *The Social Reproduction Theory. Remapping class, recentering oppression*. Londres, Pluto Press, 2017.

FEDERICI, S. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*; Tradução de Maria Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

_____. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: DP&A, 1999.

HEGEL, G. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.



HIRATA, H. *O Cuidado: teorias e práticas*. São Paulo, Boitempo, 2022.

LEITE, M. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. *Revista Contemporânea*. Rio de Janeiro, v.13, n.01, p. 11-32. janeiro de 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home> Acesso em: 09/11/2023.

LERNER, G. *A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cutrix, 2019.

LHUILIER, D. Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.17, n.1. p. 05-19. junho de 2014 Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19>. Acesso em: 07/11/2023.

LIMA, F. de P. A. Carga de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 1-9.

LOURENÇO, R.; RAMOS, S. I.; CRUZ, A. G. Implicações do trabalho por turnos na vida familiar de enfermeiros: vivências dos parceiros. *Psicologia: o portal dos psicólogos*, 2008. Disponível: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0417.pdf> . Acesso em: 12/11/2023.

PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R. *A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos*. Belo Horizonte, ANPEC, 2004.

PEREZ, L. Os desafios para o século XXI. In: GALEAZZI, I. M. S. *Mulher e Trabalho*. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA) v. 1, 2001.

PINSKY, C. B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental do trabalho*. São Paulo: Cortez; 1994.

SORJ, B. *Trabalho e responsabilidades familiares: Um estudo sobre o Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=129> Acesso em: 12/11/2023.

NOTAS

ⁱ Os dados se mostram como oficiais, pois de acordo com Leite (2023), antes desse momento não se falava em trabalho como ofício institucionalizado, mas como trabalho de exploração, o que foi feito, por exemplo, aos negros e negras com a escravidão.

ⁱⁱ A depressão é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o “Mal do Século”. No sentido patológico, há presença de tristeza, pessimismo, baixa autoestima, que aparecem com frequência e podem combinar-se entre si. A depressão provoca ainda ausência de prazer em coisas que antes faziam bem e grande oscilação de humor e pensamentos, que podem culminar em comportamentos e atos suicidas.

ⁱⁱⁱ Preocupação intensa, excessiva e persistente e medo de situações cotidianas. Podem ocorrer frequência cardíaca elevada, respiração rápida, sudorese e sensação de cansaço.

^{iv} <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/mulheres-sao-maioria-das-cientistas-no-brasil-mas-quase-nunca-chegam-ao-topo.shtml?origin=folha> acessado em 17/11/2023.



Entrevista com Moema Soares de Castro Barbosa

“Lá dentro tem o incômodo que é a mulher que está na frente, é a mulher que está tomando conta.”

BARBOSA, Moema Soares de Castro (Entrevistada)

professora associada II, aposentada da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado (DEA) em Energética - Université de Toulouse III (Paul Sabatier) e doutorado em Engenharia de Processos - Institut National Polytechnique de Toulouse. Tem experiência na área de Engenharia Elétrica, com ênfase em Eficiência energética, atuando principalmente nos seguintes temas: energia, conservação de energia, energia solar, energia elétrica e planejamento energético. Avaliadora do Basis (INEP) nos instrumentos de avaliação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de (bacharelado e licenciatura) na área de Engenharia Elétrica e avaliadora em Engenharia Elétrica para o Sistema Arcu-Sul.

GUEDES, RAQUEL DA SILVA (Entrevistadora)

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), doutoranda em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: raquel.silva.guedes@gmail.com

Entrevista concedida a equipe de pesquisadoras e pesquisadores do Laboratório de História e Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande

Moema Soares: Meu nome é Moema Soares de Castro Barbosa. Nasci no dia 29 de março do ano de 1954 e daqui há alguns dias vou fazer 62 anos, muito bem vividos. Nasci na cidade de Cajazeiras, no alto sertão da Paraíba.

Raquel Guedes: Nasceu em Cajazeiras e veio para Campina [Grande] quando?

Moema Soares: Logo depois. Porque meu pai trabalhava na SANBRA [Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro]. Era na época áurea do algodão e ele fazia classificação de algodão, então ele foi para Cajazeiras para treinar as equipes do sertão. E minha mãe estava grávida já, com 6 meses (...) não, eu nasci pouco tempo depois. Eu nasci, quando estava com 6 meses, eles voltaram para Campina Grande, então eu não tenho nenhuma casa, não tenho parente, não tenho raiz em Cajazeiras. Só nasci em Cajazeiras, minha vida toda vivi em Campina Grande.

Raquel Guedes: E quando chegou aqui, onde você estudou, Moema?

Moema Soares: Eu estudei primeiro (...) deixa eu ir voltando (...), primeiro no grupo escolar Anísio Teixeira, era uma escola pública ali [no bairro da] Palmeira, pertinho da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Depois, eu estudei na escola particular de Dona Jorieta, [no bairro da] Prata. Ela era a mãe de Jorgeson que é professor aqui de [Engenharia] agrícola, a sala dele é aqui de frente. Estudei um ano lá, depois eu fui para o Colégio Alfredo Dantas, estudei um ano no Alfredo Dantas, aí depois eu vim para a escolinha Santa Rita de Cássia que é vizinho a Igreja aqui [do bairro de] Bodocongó, era uma escola mantida pelo Redentoristas, aí pronto estudei o resto do primário lá, de lá fui para o PIO XI (...), fiz todo (...) na época era assim: Ginásio, fiz o Ginásio todo no PIO XI, aí o primeiro ano científico [como era chamado] naquela época [e hoje é] o Ensino Médio, porque naquela época tinha uma divisão: quem queria ir para engenharia era um tipo de direcionamento [escolar], quem queria medicina era outro. Eu já comecei a fazer para engenharia, aí fiz o primeiro ano no Colégio Estadual da Prata, e depois disso eu ganhei uma bolsa para o Redentorista. Então, o primeiro ano na Prata, segundo e o terceiro ano eu fiz no Redentorista, só que eu fazia o segundo ano e eu tinha que fazer as disciplinas técnicas do primeiro, porque eu não tinha feito o primeiro lá, fiz até o terceiro ano só, tinha a possibilidade de fazer o quarto para

poder ter o certificado técnico mas na época eu já tinha passado no vestibular, estava na universidade, não tinha interesse (...), não ia me adiantar fazer um ano a mais para ter um diploma técnico que eu não iria usar, porque estava fazendo engenharia. Então não fiz, fiquei só com certificado de auxiliar técnico (...), acho que é em telecomunicações, nem me lembro mais. Pronto, em 1973 entrei na universidade, já na minha época, minha turma já entrava no curso que queria, porque assim, até a turma anterior você entrava em engenharia, depois no segundo ano é que fazia escolhas, se ia fazer [Engenharia] Civil, se ia fazer [Engenharia] Elétrica, que na época acho que era só o que tinha: Civil e Elétrica. [Engenharia] Mecânica não sei se ainda tinha, porque depois Mecânica foi para [a cidade de] João Pessoa (...), eu não me lembro mais se ainda tinha mecânica na época, acho que era só Elétrica e Civil, mas eu já entrei na Engenharia Elétrica e terminei o curso [no ano de] 1977. Terminei um pouco antes da minha turma, porque eu e alguns outros colegas, a gente conseguiu fazer uns cursos de férias que tinha, a gente se metia em tudo. Tinha uns cursos que eram [no turno da] noite, a gente inventava de fazer, aí com isso a gente foi adiantando o curso e eu terminei em quatro anos e meio. Então, terminei na metade do ano de 1977, em julho (...) junho, eu acho. Interessante que no mesmo mês que eu coleei grau, meu pai colou grau, pois ele fez direito depois de certa idade e resolveu estudar e terminou junto no mesmo ano. Aí comecei o mestrado em [19]77 mesmo, comecei o mestrado, mas aí eu não cheguei a concluir o mestrado, eu não fiz a dissertação, porque entrei em [19]79 na universidade e fiquei só com o título de especialização. Então entrei como professora na universidade no dia 1 de abril d[no ano de] 1979. Sempre querendo sair para fazer mestrado, doutorado, tudo e meu marido mais devagar, só queria quando tudo tivesse organizado (...). Resultado: tive primeiro filho, tive segundo e foi ficando mais difícil. Mas quando foi em [19]88, a gente saiu para fazer mestrado. Na época, eu fiz só a monografia na França, não cheguei a fazer cursos, como eu tinha só especialização, então, eu fiz a monografia e entrei no doutorado. Terminei em [19]94, porque também voltei sem ter concluído (...) essa é uma longa história, minha orientadora morreu, depois de um ano de trabalho, a minha orientadora morreu e a gente vivia numa cidade que meu marido também fazia doutorado, para eu continuar o mesmo trabalho, eu tinha que ir para Grenoble que ficava a 500km de distância, não tinha a menor condição, com duas crianças pequenas. Meu filho mais novo tinha tido uma encefalite com dois anos, tinha ficado 12 dias em coma, com sequelas, então ele não andava direito, ele tinha dificuldade motora e em Toulouse tinha um centro de habilitação infantil fantástico, então eu não tinha como sair de Toulouse. Aí fiquei "zanzando" 3 meses procurando aonde ir, até que achei uma outra escola, uma escola de Engenharia Química (...) Instituto de Engenharia Química, que não tinha nada a ver, mas fiz meu doutorado lá. Bom, quando chegou no final do período eu não tinha concluído, aí pedi seis meses a CAPES [Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], mais seis meses para eu terminar de escrever, porque eu adiantei (...) eu fiz toda a parte prática (...) porque eu digo, escrever, você escreve em qualquer lugar, a CAPES negou os seis meses. Eu vim embora e bom, quando você chega aqui (...) meu marido ficou, sem bolsa, porque a CAPES também negou, no caso dele era diferente, era porque o orientador ficava sugando, não queria soltar. Um aluno, com bolsa, não tem custo nenhum para ele então queria artigo e artigo, aí meu marido ficou sem bolsa e eu voltei, com dois meninos pequenos, para dar aula, para montar casa (...) é claro que eu não escrevi a tese nesse primeiro ano, aí quando meu marido voltou, eu disse "*agora, tome conta de casa, de menino*" (...) que não é bem assim, a gente pensa que é, mas não é, porque assim: homem ajuda quando não atrapalha, mas não assume, você tem que estar dentro, não é isso? Tem que fazer aquilo (...) você tem que estar no controle, não tem para onde. Me desculpe o amigo ali [aponta para um membro do grupo], mas [Risos]. Existem exceções, eu conheço homens que dão conta de tudo, eu conheço, mas a grande maioria das vezes é assim, na casa você tem que cuidar de casa, tem que gerenciar. É casa, menino, marido, tem que gerenciar tudo e sua vida profissional então (...). Resultado: um ano depois eu não tinha terminado, eu só terminei com mais um ano, ou seja, eu passei dois anos aqui e aquela história, aquela pressão que todo mundo dizia "*E terminou?*", "*Não terminei não*", "*Ah, termina mais não*". Olhe, dá uma vontade de eu voar em cima e dizer "eu termino". Ao invés de você receber incentivo, a história é essa, "*termina mais não*". Está bom (...) eu digo "*eu termino*". Aí, com dois anos, eu estava com tudo pronto e pedi a CAPES recursos para ir, a CAPES disse que não dava, porque já tinha passado mais de um ano, aí soltei todos os cachorros que tinha guardado, porque eu digo, o que é que é mais importante, cumprir uma regra de vocês ou você ter uma tese? Porque eu não tenho recurso e eu não vou bancar minha ida para defender minha tese. Claro que eu ia, porque eu não ia perder a tese por conta disso, mas eu não ia dizer isso a eles. Eu digo eu não tenho dinheiro, eu não posso voltar, aí passei na cara deles o seguinte: na época que eu estava na França, os seis meses que eles me negaram, tinha um professor de Santa Catarina que não tinha tido problema nenhum e ele teve um ano prorrogado, eu com toda questão da morte da orientadora, que eu relatei tudo isso, eles tinham conhecimento de tudo, mas quando eu fui pedir a prorrogação, eu juntei cópias de tudo, para mostrar que eu tinha perdido um ano de trabalho e estava pedindo seis meses, eu digo, tem hora que as regras de vocês servem, outras horas não, aí citei o nome do colega. Na época, vocês deram um ano para ele que não tinha intercorrência nenhuma e me negaram seis meses, agora estão me negando de novo? Isso foi um santo remédio, me



deram três meses de bolsa, passagem de ida e volta, aí finalmente 20 de dezembro de 1994, eu defendi a minha tese. Não foi fácil não, mas faria tudo de novo. Pronto, a vida escolar foi toda [Risos].

Raquel Guedes: O que foi que te levou a fazer Engenharia na época?

Moema Soares: Olhe, minha vida inteira eu dizia que queria fazer Medicina. Eu e meu primo, a gente dizia que ia montar uma clínica junto e etc., e esse meu primo de fato fez Medicina. Agora, eu sempre gostei muito de Matemática, sempre gostei muito de Física, de Química e quando chegou na época do científico, que você tinha que optar, se era Medicina ou Engenharia, eu acho que por conta dessa história toda, que eu gostava muito de Matemática (...) eu sempre tive a cabeça racional, muito de engenheiro como a gente diz, aí eu decidi fazer já o científico de Engenharia, depois quando eu ganhei a bolsa do Redentorista, aí pronto, aí direcionou (...) porque assim, eu quero fazer Engenharia, mas não tinha muito definido, quando eu fui pro Redentorista, aí pronto, acabou.

Raquel Guedes: E a família, como enfrentou essa decisão?

Moema Soares: Nunca teve nenhum problema não. Lá em casa, papai nunca foi de pressionar de fazer isso, fazer aquilo (...). Em relação a isso, sempre foi muito aberto, tanto é que lá em casa nós somos quatro homens e duas mulheres, as duas mulheres são engenheiras. Eu fiz Engenharia Elétrica e depois minha irmã fez Engenharia Elétrica também. Aí, dos quatro homens, um é Engenheiro Mecânico, dois são médicos e o outro é Médico Veterinário, quer dizer, os homens na área de saúde e as mulheres das engenharias.

Raquel Guedes: E quando você entrou na Escola Politécnica da Paraíba, como era o ambiente? Tinha muita mulher na sala ou só você?

Moema Soares: Tinha! Por incrível que pareça, na minha turma tinham muitas mulheres. Evidentemente que era muito menor que a quantidade de homens, eu não sei se precisar não, mas quando a gente entrou, nós éramos (...) sei não, mas acho que tinha umas quinze mulheres. A minha turma era uma das que mais tinha mulheres.

Raquel Guedes: Alguma delas chegou a desistir do curso ou todas terminaram?

Moema Soares: Já no primeiro ano teve uma que casou, outra fez concurso no Banco do Brasil e também saiu, outra acho que foi para o INSS [Instituto Nacional do Serviço Social], também deixou e teve (...) acho que duas (...) Luiza e o nome da outra, não me lembro (...) foi na época que apareceu o curso de Processamento de Dados, era um curso de dois anos só, de curta duração (...) e assim, estava começando a chegar computadores, o pessoal ganhava bem, então acho que duas delas migraram para esse curso.

Raquel Guedes: E em relação a ser mulher no curso? Existiam piadas por se tratar de um ambiente dito culturalmente masculino?

Moema Soares: Olha, eu não ligo, não... A essa altura do campeonato, está meio difícil você pegar muita coisa da minha cabeça, mas assim, não lembro não, sempre foi um ambiente agradável, não tinha essa história de comparação (...) eu não sei o porquê, se as mulheres que se “aventuravam” em fazer engenharia, é porque elas eram boas, não era qualquer aluno que estava ali, então, as alunas sempre eram boas alunas. Evidentemente, tinham umas mais fracas e tal, mas assim, nunca tive nenhum problema, não. Não me lembro dessa história.



Raquel Guedes: Vocês eram tidas como diferentes. Tinham uma carreira diferente para aquela época. Como vocês se sentiam em relação a isso? Porque ontem eu entrevistei uma professora do curso de Computação e ela disse que por muitas vezes, no cargo de professora, se sentiu um pouco restringida por ser mulher.

Moema Soares: Eu me sentia poderosa [Risos]! Nós éramos poderosas! Não é porque você é jovem, em uma carreira promissora, onde a grande maioria era homem e tudo (...) a autoestima era lá em cima, eu achava ótimo.

Raquel Guedes: Nessa fase, você já conhecia seu marido?

Moema Soares: Eu conheci aqui, na universidade, mas também assim, eu sempre me meti em tudo, então, quando cheguei, a gente começou a participar do centro acadêmico, que na época era (...) acho que era Grêmio (...) nem me lembro mais o nome (...) como era o nome (...) Diretório. Era o Diretório Acadêmico, e estava fechado por conta da Ditadura Militar e tinha um movimento para reabrir. Como era uma época de perseguição dura e pesada, a vertente que a gente tomava era mais cultural, a gente não estava doido para querer abrir uma coisa e fazer logo um discurso político, então, era o que, promover debate, trazia violão, trazia cantores, fazia curso de cinema (...) então, a gente reabriu o diretório nesse molde assim, pegando mais a área cultural e ele, na época, era diretor cultural do Diretório Acadêmico, ele entrou dois anos antes de mim. Então, a gente começou a fazer parte e terminou namorando e até hoje a gente está engrampado [Risos].

Raquel Guedes: A relação de vocês era amigável ou ele tentava restringir de alguma forma sua atuação profissional?

Moema Soares: Restringir não, mas tem ciúmes, entende? Tem uma ciuqueira. Isso eu tenho certeza, absoluta. Ele não assume isso de jeito nenhum, mas assim, eu fui presidente da ADUFCG [Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande] e ele era professor também, hoje em dia ele é professor da universidade. Depois, fui chefe do departamento e ele era meu “subordinado” [Risos]. Sempre teve essa disputa, porque assim, eu sou uma pessoa muito proativa, não sou de esperar, meu temperamento é assim: eu vou, penso as coisas, quando delinear que é ali, eu vou e digo “é isso” e vou. Ele não, ele é de pensar, medir, refletir, analisar (...) um negócio que eu resolveria em 3 minutos, ele passa 3 meses para poder decidir, aí isso gera conflito vez por outra, claro. Porque eu quero me danar [aventurar, sair] (...), essa história do doutorado mesmo, antes de ter filho, eu estava querendo sair para o doutorado. Eu angustiada, queria porque queria sair e ele “*não, não*”, resultado, quando ele foi sair, o menino tinha quatro anos, a menina tinha seis. Vez por outra, tem uns “arranca rabos” [discussão], mas depois a gente se ajeita. Tem essa história, sempre teve. Como a gente trabalhou junto o tempo inteiro, junto no mesmo departamento, apesar que ele é de uma área e eu sou de outra, mas eu acho que tem esse ciúme, essa história de que “*não, você é mulher, então, eu que tinha que estar na frente*”, entende? Inclusive, a gente fez um tempo desse, por insistência dele, que eu não me incomodo, “*vamos fazer uma terapia de casais*”, eu digo “*vamos, oxente, não tem problema nenhum, eu faço qualquer coisa*”, porque ele fez duas cirurgias, ele tirou um tumor no cerebelo, com cinco anos voltou e fez de novo, então isso limitou muito. Ele tem problema de audição, problema de fala, equilíbrio não é muito bom. Então, restringiu muito o desempenho dele, aí isso agravou ainda mais a situação, porque assim, ele estava chegando no auge da carreira, ele terminou doutorado em [19]93, foi em [19]96, quer dizer, quando ele ia começar para valer, teve esse baque (...) aí sim, essa história, restringiu mais ainda. Desde que ele fez a cirurgia, tinha uma recomendação de que ele tinha que ter um acompanhamento psicológico, para ajudar toda questão da limitação que não é fácil, mas ele nunca assumiu e nunca quis, aí depois de muito batalhar, foi que ele aceitou a possibilidade de ir para um psicólogo, mas era para fazer uma terapia de casal. Eu disse: “*Vamos, não tem problema nenhum.*” E a gente foi, depois ele saiu, com raiva do psicólogo, dizendo que o psicólogo estava me elogiando e rebaixando ele. Porque o psicólogo um dia foi dizer as características de cada um, que minha característica era de liderança, então (...) aquilo ele ficou (...) e ele dizendo que “*você não, você é uma pessoa de equilíbrio, é quem segura a barra*” e ele dizia assim “*ela só faz o que faz, de sair e fazer as coisas, porque ela sabe que na retaguarda tem você, tem o apoio*”. Mas isso ele entendeu como uma diminuição. Aí, ele dizia que o psicólogo estava me enaltecendo e estava rebaixando a ele, desistiu. Para você ver que lá dentro tem o incômodo que é a mulher que está na frente, é a mulher que está tomando conta. E cada vez mais em casa é assim, porque ele tem muita limitação, eu não posso ficar esperando por ele, aí ele fica “*P da vida*” porque eu que resolvo as coisas, mas eu não posso, tem hora que você não pode ficar esperando pela criatura. As coisas andam, tem que andar. Não é fácil, não.



Raquel Guedes: Mas é uma formação cultural, a formação dele foi essa e eu estou achando, a partir dos relatos que já escutei, que embora ele tenha para ele essa restrição, ele aceita, porque há casos que os maridos fazem objeção acentuada.

Moema Soares: Com certeza! Teve uma época que eu era presidente da ADUFCG, por exemplo, a gente ia para a assembleia, aí chegava a hora (...) assembleia não tem hora para terminar, aí chegava a hora e tinha que pegar (...) nessa época só tinha, não isso já foi na segunda (...) é porque eu fui presidente em [19]80 e não tinha filho ainda. Em [19]84, eu fui secretária da ADUFCG em outra chapa e foi nessa época que a Maria [filha] era pequeninha, porque ela nasceu em [19]82, ela era pequeninha e tinha que pegar na creche, aí eu saía e pegava na creche, trazia e ficava com ela lá na assembleia, mas até hoje, ele fica vez por outra me buzinando com coisa (...) eu digo *“Marco, pelo amor de Deus, faz quarenta anos quase e tu ainda tá falando nisso?”* [Risos].

Raquel Guedes: E depois que terminou o doutorado, Moema, o que aconteceu?

Moema Soares: Então, depois que terminei o doutorado, eu voltei para cá [Campina Grande]. Você volta cheia de gás, querendo fazer tudo no mundo e esbarra na questão financeira, aí, vamos fazer projeto para poder pegar recurso, para poder trabalhar. Aí, mandava projeto para o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], aí o CNPq dizia: *“seu projeto tecnicamente foi aprovado, mas não tem recursos.”*, porque eu trabalhava com fontes alternativas de energia, que hoje está no auge, mas na época, ninguém valorizava. Então, outra vez mandei *“não foi aprovada, mas está na lista de espera”*. Sei que eu fiz dois projetos de CNPq e digo *“tchau, não faço mais nunca, nada!”*. Aí, consegui fazer um projeto pequeno para o BNB [Banco no Nordeste], consegui recurso, aí voltei para cá e fiquei no núcleo de energia. Então, comecei a dar aula, a fazer pequenos projetos, primeiro projeto que fiz foi de onze mil reais. Fiquei feliz da vida porque ganhei onze mil reais em 1995 ou [19]96, não sei (...) sei que foi para gente fazer (...) tinha tido um bum de biodigestores, acho que na década de [19]70, [19]80, por aí assim, e teve um programa que instalou vários biodigestores na Paraíba. Então, eu fiz uma proposta de fazer um diagnóstico de como estava esses biodigestores, então, tinha que visitar e identificar se estava funcionando, o que tinha acontecido (...). Bom, esse eu recebi onze mil reais, uma beleza. Aí depois, esse foi do BNB, depois, acho que foi da FAPESQ [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba], sei mais não (...) sei que eu fiz alguns pequenos projetos, dando aula e me metia em tudo que é conselho universitário. Sobre conselho, depois eu coordenei um projeto grande no âmbito da UFPB [Universidade Federal da Paraíba], que era de uso eficiente de energia na universidade, esse pegava todos os campi, depois, outro projeto grande que foi a construção do Laboratório de Metrologia, que é esse último bloco, que tem ali na Engenharia, esse vermelho e branco, aquilo ali foi eu que elaborei junto com o professor Freire, elaboramos o projeto e conseguimos quatro milhões de reais para montar o laboratório, o laboratório está montado e subutilizado.

Raquel Guedes: Nessa trajetória inteira, em algum momento você se sentiu restringida por ser mulher por parte dos profissionais da área, pelos seus colegas de trabalho ou até na sua vida familiar? Porque é muito difícil, maternidade, casa, trabalho, projeto, não é?

Moema Soares: Olha, eu sempre digo o seguinte: você vê o que quer. Então assim, eu acho que nunca dei importância para isso. Tanto é, você me pergunta isso, eu procuro na cabeça e não consigo lembrar, porque se houve, foi insignificante e eu passei por cima, entende? Eu sou feito um trator, quando quero as coisas, eu me dano e sai do meio, quem tiver no meio. Então, posso te garantir o seguinte: eu nunca deixei de fazer nada por ser mulher, por algum impedimento (...) e não lembro de fato que eu possa relatar que mostre, mas também eu sei que no âmbito da universidade é uma situação completamente diferente. Se você for conversar com alguém que trabalha no mercado, fora, eu tenho certeza de que a história é diferente. Na universidade não, primeiro porque o salário é o mesmo, você não tem diferença nenhuma, não tive nenhum problema para me candidatar a chefe de departamento, me candidatar a diretoria da ADUFCG ou participar dos órgãos do colegiado pelo fato de ser mulher, nunca. Então assim, não registro. Te juro, eu procuro (...) uma vez, eu acho que até consequência da primeira entrevista [que fizemos], eu fiquei *“meu Deus, como é que pode? não tem, não? Não é possível que não tenha. Porque todo mundo tem, as mulheres todas contam, por que eu não conto?”*. É uma coisa muito simples: eu não registrei! Pronto! Deve ter acontecido, mas para mim, estou me lixando, deixei para lá e tchau.



Raquel Guedes: É uma postura admirável, se não serve para você, não tem motivo para você guardar para a sua vida.

Moema Soares: Exatamente! Eu lembro assim, às vezes, logo quando eu cheguei na universidade, que eu comecei a dar aula, eu tinha vinte e três anos de idade. Então, primeiro eu chegava, os alunos pensavam que eu era aluna também [Risos]. Uma vez, eu cheguei em uma sala, que tinha uns alunos que estavam estudando, botavam a cadeira no meio e estavam estudando, e eu cheguei para dar aula e eu disse *“bom dia, bom dia (...) a gente vai (...) eu estou precisando dessa sala”*, aí, o menino olhou e disse *“e eu também”*, aí eu disse *“é, mas eu estou precisando para dar aula, eu sou professora”* *“eita, desculpe professora, desculpe”*. E assim, eu lembro que tinha assim, os professores mais antigos que eu sentia como um paternalismo, sabe? Como quem diz assim, *“não, deixa eu cuidar dela, porque ela é mulher”*, eu sentia nesse sentido. Às vezes, sabe? Como uma proteção para comigo, pelo fato de eu ser jovem e mulher, mas assim, isso foi depois de muito eu procurar [na memória], eu penso assim, como isso era agradável, eu guardei. [Risos].

Raquel Guedes: Por ter sido aluna daqui, acaba que se tem essa proteção.

Rafael Ribeiro: Como foi ter começado a trabalhar com pessoas que foram os seus professores? Como foi essa relação, além desse paternalismo?

Moema Soares: Olha, na época, era pouca gente, eram poucos alunos, a escola era pequena, você conhecia todo mundo. A relação professor com aluno era muito mais amigável, não tinha essa hierarquia, tanto é que a gente chamava Tejo, Rocha (...). A gente nem chamava professor Tejo, só os mais velhos que a gente chamava de *“Professor Deepe”* que era o indiano, o *“Professor Bill Brandt”*, que morreu recentemente, mas normalmente chamava todo mundo. Mesmo como aluno, a gente chamava pelo nome, porque também eram jovens professores, tinham muitos professores bem jovens, então não foi difícil não, entende? A gente sair, vamos dizer assim, do lado de aluno e daqui a pouco entrar como professor, não foi muito complicado, não. Agora, teve um grande embate dentro do departamento, um embate político, que era mais ou menos assim: os jovens contra os mais antigos, porque a gente estava saindo da ditadura naquela época, o negócio era democracia, todo mundo queria votar, todo mundo queria (...), o que você mais queria era isso, então teve um racha, uma briga de poder feroz dentro do departamento. Foi interessante, porque na época o chefe de departamento era o professor Faustin, um dos mais antigos. Teve uma época, não lembro mais que ano, mas que foi feito uma homenagem a ele na colação de grau e eu que fui escolhida para fazer a homenagem para ele. Aí tinha que evidentemente fazer um breve histórico da vida dele, então fui conversar com ele e ele tinha sido chefe de departamento por um curto período, aí lá fui eu *“Professor, por que o senhor saiu tão rápido da diretoria, da chefia do departamento?”* [Risos]. Ele respondeu: *“E não foi vocês que me botaram para fora?”* Eu não me lembrava (...) quer dizer, botaram para fora entre aspas, ele se sentiu pressionado e saiu. Justamente, era o grupo dos mais jovens que pressionou e ele terminou renunciando, aí foi feito eleição, etc., e eu não me lembrava disso. Eu fiquei (...) me enfiei lá embaixo, eu digo *“Foi mesmo, nem lembrava”*. Quem faz não lembra [Risos]. Aí isso foi interessante.

Raquel Guedes: E nas suas turmas, como é o percentual de mulheres?

Moema Soares: Poucas e com o passar do tempo, acho que foi piorando a situação. Eu não sei, eu não sei explicar esse fenômeno não, sabe? Mas ao invés de ir aumentando, foi diminuindo. Eu cheguei a ter uma turma onde só tinha uma aluna. Ela hoje, inclusive, mora na França. Ela foi fazer doutorado lá, terminou casando-se, depois voltou, queria ficar aqui, mas foi naquela época em que não tinha concurso, não tinha como (...) ela ainda ficou um tempo como professora visitante, mas como tinha casado com um francês, ela terminou voltando e hoje em dia vive na França há mais de 20 anos, acho. Então, essa turma só a tinha de mulher e sempre tinham poucas. Tinha período que eram duas, três, quatro (...) eu não sei o que acontece (...) assim, talvez, uma coisa que eu fico pensando, talvez na minha geração era aquela época que tinha, era um rescaldo da libertação sexual, que a mulher começou a ir para todos os lugares, se libertar, eu acho que assim (...) a engenharia era um símbolo, vamos dizer assim, um reduto machista, não é? Que era uma forma de invadir, de chegar lá, entende? Pode ser que tenha alguma coisa a ver com isso, então na minha turma tinha muita gente e depois nas outras turmas, como a da minha irmã também tinha muita mulher, mas depois foi caindo, caindo. Eu não sei hoje como é que está, porque também, já fazem oito anos que estou aposentada, mas nas últimas turmas tinham poucas mulheres.



Raquel Guedes: Nas outras turmas as quais conferimos, esse número é realmente pequeno, nunca passa os 10%. O mais assustador é que na pós [graduação], [o número de mulheres] é menor ainda.

Moema Soares: Olhe, se você quiser, pois não sei se vocês têm esses dados, em 1973, a minha turma. Dá uma olhada, eu me lembro que era muita menina, eu não me lembro quanto alunos eram (...) eram 40, 50. Eu tenho essa relação, porque a gente fez a festa de 30 anos. Não, na realidade, a festa de 30 anos de formados era com quem terminou, não foi com quem entrou, porque muita gente desistiu, outras se atrasam (...) tanto que na turma de 30 anos, a gente fez a do meio do ano e a do fim do ano, juntou as duas de quem terminou em [19]73. Tinha muita gente da minha turma, mas tinha muita gente da turma anterior que tinha ficado. Acho que quem entrou (...) acho que Bené que tem a relação.

Raquel Guedes: Seus filhos seguiram também a área de Engenharia?

Moema Soares: Não, um fez Biologia, a filha fez Relações Internacionais [Risos]. Ninguém! Agora, o neto, eu tenho certeza (...) eu não influencio, a gente nunca influenciou, mas eu tenho certeza de que ele vai ser engenheiro. Ele tem cabeça de engenheiro, menino, ele adora lego, ele pega esses legos que tem moto, tem carro e tem um motor mesmo, ele desmonta aquilo tudo, faz outra coisa. Ele fez em um dia desses, de uma moto, ele fez uma cadeira de roda que girava. Então, ele tem um senso incrível de noção. De noção, de movimento, de engenharia. Ele disse que quer ser piloto de avião, mas acho que ele vai ser engenheiro [Risos].

Raquel Guedes: Muda, daqui para lá, muda. Eu ia ser bailarina e olha eu aqui como Historiadora [Risos].

Moema Soares: E eu não queria ser médica [Risos]. Meu irmão que é Médico Veterinário, quando ele era pequeno, ele dizia que queria ser um boi. Ele queria ser um boi, depois quando ele entendeu que não podia ser um boi, ele queria ser um vaqueiro. Esse manteve a linha, terminou Veterinário. [Risos].

Raquel Guedes: Quando você se aposentou, como foi a vida? Não aguentou ficar em casa [interrompida].

Moema Soares: Na realidade, não parei nunca. Porque assim, eu me aposentei, eu deixei de dar aula. Eu digo assim, eu não me aposentei, eu deixei de dar aula. Que foi uma coisa maravilhosa, porque eu já não aguentava, eu já estava com vontade (...). Porque assim, apesar de ser engenheira, eu sempre li muito, eu sempre tive uma visão mais aberta, uma noção de política, do que acontece no mundo. Eu não sou engenheira, daqueles que só sabe engenharia, só sabe tecnologia. Menina, esses meninos não sabem escrever uma linha, pelo amor de Deus. Olhe, isso me dava uma angústia. E o pior, você não pode pegar um menino (...) eu dava disciplina já do profissional, como é que você vai fazer um menino escrever já nessa fase? Se você passou a vida inteira sem escrever, como é que você vai escrever? Então, resultado, deixei de dar aula, só. Mas eu já fazia essas avaliações pelo INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] e continuei fazendo, quando eu me aposentei. Sim, eu estava coordenando esse projeto de construção de laboratório. Eu continuei ajudando, porque como eu não podia mais coordenar, estava aposentada, foi nomeado um novo coordenador e “por acaso”, colocaram como coordenador, meu marido, porque sabiam que eu ia ajudar. Se bem que eu já tinha dito “*olha, quem assumir, eu vou passar as informações, vou estar aqui, porque eu conheço a história toda,*” não é? Então, acho que foi uns dois anos ainda, nessa lenga-lenga com esse laboratório. Aí fiz esses dois projetos que eu falei com a SUDENE [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste] e nunca parei. Não fiquei um mês sem fazer nada.

Raquel Guedes: Nem quer parar tão cedo?

Moema Soares: Às vezes eu tenho vontade de dizer assim “*não, deixa eu desligar aqui um tempinho*”. Eu desliguei um tempinho agora, porque minha filha passou no concurso para docente da Universidade Federal de Roraima e está morando lá, aí eu fui no meio de maio do ano passado levar o neto e fiquei quarenta e cinco dias lá, ajudando, até adaptar. E quando



foi agora no final do ano, a gente ficou quinze dias (...) ficou um mês, 15 de dezembro até 12 de janeiro. Pronto! Esse foi o período que eu desliguei, eu parei. Mas continuei, é claro em um ritmo diferente. Por exemplo, eu me dou o luxo de chegar aqui nove horas da manhã. Quando Carlos me chamou ano passado, em outubro, ele me chamou para assumir aqui e eu disse “Carlos, só tem uma condição: eu não quero horário fixo, não, eu dou conta do que precisar, mas eu não quero essa história de horário fixo, não”. Primeiro que eu tenho as avaliações, vez por outra eu tenho que viajar, depois, eu não queria ficar saindo nas carreiras, porque está na hora de chegar, não. Eu vou, caminho, volto, tomo meu banho, tomo café, para poder chegar. Pronto, me dou esse luxo.

Raquel Guedes: Depois de tanto tempo em sala de aula, merece mesmo. Na sua vida, qual foi o seu maior desafio?

Moema Soares: Foi fazer o doutorado.

Raquel Guedes: Foi o que deu mais trabalho [interrompida]

Moema Soares: Foi pesado! Eu já saí daqui com uma questão muito séria que era a do meu filho. Ele estava (...) ele já tinha recuperado, quando ele saiu do hospital depois desses 12 dias que ficou em coma, ele não falava, ele tinha dois anos, ele deixou de falar, de andar, nem a cabeça ele segurava. Era como se fosse um bebê. Então, a gente começou a pensar e todo mundo dizia o seguinte: não existe nenhum prognóstico, a gente não sabe o que ele pode recuperar. Agora, muito importante é o estímulo. Então, todo dia ele fazia fisioterapia. A fisioterapeuta ia lá para casa de manhã e de tarde eu fazia tudo o que ela fazia, tudo que ela fazia, eu repetia a tarde. Todo dia a gente o levava para a piscina, a pediatra dele tinha piscina em casa, eu saía da universidade, pegava ele e ia para casa dela. Ele gritava, as empregadas ficavam olhando, acho que elas diziam assim “Eita, que mãe desnaturada”, porque ele gritava. Então, com isso ele foi recuperando. Resultado, hoje em dia ele faz judô e é faixa preta. Ele fez o curso de Biologia, ele dirige. Agora assim, ele é mais lento, faz as coisas mais devagar. A motricidade fina ainda tem certo comprometimento, mas tem gente que nunca teve nada, nunca passou por nada e é devagar. Aí resultado, a gente foi para lá com o menino, ele estava com quatro anos, quer dizer faziam dois anos que tinha acontecido isso e ele tinha muita dificuldade motora, intelectual nenhuma, mas para fazer as coisas, era muito lento. Aí, você imagina, chegar num país, que não fala a língua e que não tem ninguém conhecido (...). E a menina, ele tinha quatro anos e a menina tinha seis, então eu tinha que gerenciar isso, a escola era bem perto de casa, tinha esse centro, eles mandavam um táxi, pegava o menino na escola, levava para o centro, lá ele fazia todas as atividades e depois o táxi trazia de volta para a escola. A cada três meses tinha uma reunião com o pessoal da escola, da família e o pessoal do centro para avaliar o que precisava estimular. Isso foi uma benção! Mas veja, isso é coisa que lhe desfoca, não tem essa história, todo mundo que sai para fazer doutorado, é para fazer doutorado. Comigo não, já comecei com essa dificuldade. Aí depois, meu marido ia para o laboratório e ficava até a hora que precisasse, 21 ou 22 horas da noite. Eu não! Às 17 horas, podia ter a coisa mais importante que tivesse, eu tinha que sair para pegar os meninos na escola e vir com eles para casa, para cuidar de comida, dar banho etc. Depois de um ano, a gente saiu de férias, quando volta, minha orientadora tinha sido assassinada por um colega de laboratório, ele era o técnico de informática do laboratório, morava com ela e tinha problemas psiquiátricos sérios. A gente não sabia! Sabe esse povo quieto, calado, que você diz assim: “*não mata uma mosca, não ofende uma mosca*”, era ele. Então, eles moravam juntos, ela era chefe do laboratório, e aí disse que ele teve uma crise. Eu não sabia, a gente saía para almoçar junto todo dia, a gente saía, as vezes atravessava ali a rua e ia tomar um cafezinho de frente, era um cara tranquilo. Muitas vezes eu fui almoçar na casa dela. Resultado: ele entrou em crise, ela tinha marcado uma consulta à tarde em um médico com ele, mas pela manhã, ele a matou. Aí, resultado: volto.

Raquel Guedes: Só um parêntese, eles moravam juntos e tinham alguma relação?

Moema Soares: É, eles viviam juntos como marido e mulher. Resultado: eu me vi sem chão. A escola não deu o menor apoio para a gente que era do laboratório dela, cada um que teve que se virar para procurar para onde ia. Nenhuma carta de recomendação eles não deram. Então, eu fiquei 3 meses (...) a sorte que assim, eu conhecia pessoas por intermédio dela, inclusive nesse laboratório que eu fiquei, eu fui procurar um professor que era amigo dela na escola que eu estava, era a escola de Agronomia. Lá não tinha restaurante, a gente almoçava todo dia no restaurante do Instituto de Engenharia Química, então eu conhecia esse professor de lá. Eu fui falar com ele, ele disse: “*olha, eu não posso ficar com você porque*



estou me aposentando daqui a dois anos, mas vou indicar você ao professor Michel Prevost, que é quem vai me substituir". Então, foi esse bendito que me orientou. Tive essa dificuldade que eu já relatei, que não deu tempo terminar e voltei para cá. Quando eu estava aqui, que eu comecei a escrever eu mandava para o orientador, escrevia um capítulo e Michael Fossi, não sei se vocês conhecem, lá da pós-graduação, ele é da pró-reitoria da pós-graduação, ele é professor daqui. Michael Fossi tinha sido orientando dele, aí eu escrevia e mandava para Michael, pedia para Michael corrigir e mandava para ele. E ele nenhuma resposta. Eu sei que mandei capítulo por capítulo, mandei todo e ele nunca me respondeu. Quando terminou, bom, não respondeu, então está tudo ok, não é? Aí mandei uma carta registrada dizendo que a CAPES concedeu a passagem e que estava indo para defender a tese. E fui, e ele nada de resposta. Fui, levei o registro da carta, quando cheguei lá, ele tomou um susto. "Você aqui? Veio fazer o que aqui?", "Vim defender a tese". "Hãn?". Pois é! "Mas, 99% que volta sem a tese, não retorna". Eu disse: não tem 1% que retorna? Então, pois eu faço parte desse 1%". "Mas como?". Eu disse "mandei capítulo por capítulo, o senhor não respondeu, achei que estava tudo ok, mandei dizer que estava vindo". "Não, eu não recebi essa carta!". "Pois está bom!". Aí eu estava com registro, fui ao protocolo e disse, eu quero ver quem que recebeu essa correspondência e estava lá o livro de protocolo, com a assinatura que eu não sabia de quem era. Eu digo "posso levar para a secretaria do laboratório para saber quem é?", "pode!". Levei, a secretária disse "essa assinatura é minha e se eu assinei, eu entreguei a ele, ele recebeu". Beleza, devolvi protocolo, voltei na sala dele, mostrei e disse "olhe, esse é o protocolo da correspondência que eu mandei, que Viviane respondeu, recebeu e ela disse que lhe entregou." Ele disse "a mim não", eu fiquei olhando a mesa, porque esses envelopes amarelos, aqueles grandes (...) o amarelo da gente é diferente do amarelo deles, entende? Aí eu fiquei olhando a mesa dele, procurando, procurando (...) aí eu vi uma pontinha amarela diferente, eu digo, é aquele. Eu disse: "posso puxar?". "Pode!", era ele, lacrado. O homem foi tão descarado que disse: "mas aqui dentro não tem nada", eu disse: "abra". Menina, olhe, ele não tinha onde se enfiar. Quando os franceses não têm o que dizer, dizem "estou desolado", eu disse "eu também" e fui embora. Resultado: ele pegou a minha tese, passou para esse professor que eu procurei no começo, que já estava aposentado, mas que continuava lá, dando colaboração. Então, foi o professor Bugarel que leu minha tese, que corrigiu e que finalmente (...). Tem muito mais detalhes nessa história. Quando eu estava para vir, para defender o doutorado, tinha que ter uma publicação a nível internacional, podia ser congresso, não precisava ser obrigatoriamente revista. Eu saí de lá no começo de outubro, no final de outubro tinha um congresso na Itália, ao qual eu tinha mandado um artigo e ele foi aceito. Eu deixei as transparências, porque naquela época eram transparências, tudo preparado, tudo pronto e eu entreguei para ele ir apresentar no congresso, quando eu estava aqui no Brasil, para minha sorte, eu digo, meu anjo da guarda é poderoso, eu publiquei um artigo. Teve um congresso internacional em Belém do Pará e eu mandei o artigo, foi aceito. Eu fui lá e apresentei [o artigo], e quando volto para defender a tese, que lá era um dossiê, que entregava para pedir a submissão [à banca examinadora]. [Eram exigências] você ter um manuscrito original e cópia dos artigos apresentados. Eu tinha, mas no Brasil. Então fui procurar o outro [artigo apresentado] da Itália, que eu já tinha procurado e não tinha achado. Também já tinha perguntado a ele e ele dizia que ia procurar. Fui à biblioteca, não tinha a internet para qualquer um meter a cara a fuçar e achar, não tinha isso, mas tinha uma busca que a secretária fazia. Primeiro, procurei em tudo que é canto, procurei e não achei. Então, fui falar com a secretária (...), a bibliotecária, expliquei para ela a situação que eu estava precisando, ela disse: "mas minha filha, não é melhor você procurar Prevost?". Prevost era o orientador, então eu caí no choro, estava numa tensão (...). "Calma, calma, o que foi?". Eu disse: "olhe, faz um mês que eu estou pedindo isso a ele, ele nunca me entregou". Ela procurou por título, por autor, por congresso, por onde você possa imaginar. Não existe! Aí eu fui para secretaria, era Viviane, faziam dois anos, não fazia tanto tempo assim. Quando eu saí, "você sabe se Prevost foi para esse congresso na Itália?". Ela disse "eu tenho certeza absoluta que ele não foi, porque ele não fez nenhuma viagem para o exterior, nesses dois anos". Ou seja, se eu não tivesse apresentado aquilo no congresso do Brasil, eu não tinha feito o doutorado. Ele é tão descarado, que depois que eu terminei, concluí, apresentei e tal, quando estava para ir embora, ele disse: "ah, assim, eu tenho um artigo aqui para te entregar". Eu fiquei olhando para a cara dele, ele me entregou o material que eu entreguei para ele apresentar. Eu não disse nada, só olhei para a cara dele assim como quem diz está pensando que eu sou imbecil? Disse nada, mas foi um desafio. E assim, eu tenho certeza, absoluta que eu só fiz o doutorado porque não sou de desistir de nada do que eu quero. Quando eu vou, saí da frente, não uso métodos escusos não, mas o que eu quero, eu vou atrás. Eu vou para tudo que é lado e consigo, se não, tinha deixado pela metade. Mas esse foi o grande desafio da minha vida, eu acho.

Raquel Guedes: Nessa vida, você acha que faltou alguma coisa para fazer?



Moema Soares: Faltar sempre falta, não é? [Risos]. Se você disser que não tem nada para fazer, está esperando para morrer [Risos]. Porque assim, tem coisas que foge da sua alçada, não é? Tem coisas que você espera que os outros façam, mas que não acontece, mas que independem de você. Você não pode mandar na vontade de ninguém, você não faz a parte do outro, isso você não pode fazer, não. Eu não diria que não faltou nada, eu acho que olhando para trás, olhando meu percurso, eu acho que (...) só não tem beleza, só não tem coisa boa, passei por muitas dificuldades, perigosas, difíceis com a doença do meu filho, com a doença do meu marido, pois foi muito grave, depois tive um câncer de tireoide, mas isso foi fichinha. Isso não foi nada em relação a todo o sofrimento que passei anteriormente com eles dois, mas não tenho nada do que reclamar. Agradeço a Deus, aos familiares, aos amigos e aos inimigos também, porque terminam impulsionando a gente. Hoje sou espírita e na época não era, durante muito tempo não tinha religião. Assim, tive uma formação católica, depois deixei para lá e eu me lembro muito do meu pai, meu pai dizia assim, hoje em dia eu o entendo, ele dizia assim: *“pelo amor de Deus, vá para um culto, vá para macumba, vá para igreja, mas vá para qualquer lugar, mas vá! Não deixe de ir”* (...). Ele querendo incentivar o quanto era importante a vida espiritual também. E eu, claro que metida com ciência e tudo mais, Deus era fichinha, mas levei uns puxões de orelha e hoje em dia eu digo: *“quem não acredita em Deus, é a maior burrice, porque quando você está em um buraco, você não tem saída, não tem o que fazer, então você diz, pronto, entrego na mão de Deus”*. Então, o que acontece, você transfere a responsabilidade para Deus, sua cabeça fica livre e você encontra a saída. Eu sempre digo que é uma burrice não acreditar em Deus. Assim, eu nunca deixei de acreditar, sempre acreditei, mas não seguia religiosamente nada. Depois, quando meu filho estava no hospital, ele teve uma parada cardíaca, que durou mais de cinco minutos, com dois anos de idade e o médico que atendeu ele tinha sido colega da gente de engenharia, ele fazia engenharia, deixou e foi fazer medicina. Hoje ele é cardiologista. Ele estava de plantão, foi ele que atendeu o meu filho e ele disse: *“olhe, eu fiz tudo o que tinha que fazer, ele recebeu massagem cardíaca, recebeu choque, recebeu adrenalina no coração e não reagiu”*. E segundo Fernando, para uma criança, é rápido, ou volta logo ou então acabou, não volta mais. Depois de cinco minutos, voltou e a partir daí, foi que ele ficou em coma. Fernando é espírita, e bom, na época eu sabia que ele era espírita, sei que eu não era e aí eu comecei. Meus pais também tinham livros de espíritas, mas nunca foram de participar, só com a doença do meu marido. A doença do meu filho foi em [19]86, dez anos depois meu marido teve (...). Eu não sei se foi depois da primeira ou depois da segunda cirurgia em 2001 que uma amiga perguntou se podia levar um pessoal espírita lá em casa, eu disse *“pode”* e eles foram lá em casa, conversaram, fizeram prece e convidaram para a gente participar. Aí pronto, a partir daí eu me integrei ao grupo e hoje sou dirigente desse centro espírita. A gente estava junto (...) fazia parte de outro centro, depois a gente fundou em 2002 esse centro espírita e agora em dezembro eu fui eleita presidente desse centro, agora a nossa luta é construir a sede. Então, estou em outra frente agora.

Raquel Guedes: Você pode dizer o nome?

Moema Soares: Núcleo de Estudo da Doutrina Espírita. A sigla é NEDE. Agora, a gente funciona ali no bairro do Catolé, onde foi um hospital de centro espírita. É pertinho do Luiza Motta [shopping da cidade]. Você chegar ali no Luiza Motta, não tem aquele posto em frente? Não tem uma padaria ali? Pronto, você entrando na lateral da padaria, lá na frente, no segundo quarteirão, tem um muro branco bem grande, que tem uns prédios novos lá, é ali que a gente está funcionando. Mas está funcionando emprestado, não é da gente não. A gente está construindo do outro lado do canal, de frente onde foi o sítio são João. Tem um prédio grande que tão fazendo ali, de frente tem um esqueleto ali, só as estruturas e coberta, vai ser ali, agora a gente está atrás de tijolo, cimento, ferro para fazer.

Raquel Guedes: E vão conseguir! Mas puxando um pouco mais para essa linha da pesquisa, trata-se de uma realidade em que as mulheres na Ciência e Tecnologia apresentam um percentual muito pequeno, devido a milhões de dificuldades. A gente tenta descobrir quais, como as coisas se deram, como foi a inserção das mulheres nessa área, mas sabemos que existe uma dificuldade. Então, por que você acha que existe essa dificuldade? Como você vê isso e o que acha que poderia mudar?

Moema Soares: Olhe, a primeira dificuldade que eu não restringiria só ao caso de Ciência e Tecnologia, mas é mais evidente aí, é a história de competitividade. Você tem que estar enfiado de corpo e alma nesse negócio, a gente ver aqui, tem professor que se enfia aqui, sábado, domingo, feriado, não tem férias, não tem nada. Qual a mulher que pode se dar ao luxo de fazer isso? Não tem como! A não ser que ela não case, não tenha marido. Então, por esse contexto que a gente



viveu, vive ainda, que eu não sei quando isso vai mudar, alguns séculos, talvez, que a mulher é quem gerencia a casa, o casamento, os filhos, os netos, porque eu tenho netos agora [Risos]. Então, ela não tem como se dedicar integralmente, então, evidentemente, você perde terreno. Enquanto o homem tem todo o tempo disponível para ele trabalhar e todas as facilidades para trabalhar com isso, ela não tem. Quando não tem em casa o marido que fique infernizando a vida, porque só trabalha entre homens, está arrodada de homem. O meu nunca fez restrição, mas veladamente eu percebo, mas ele não diz, ele não admite. A minha vida profissional inteira foi arrodada de homens. Aqui no departamento, apesar de ter várias professoras, mas lá só tinha Rosa Tânia que trabalhou comigo mais de perto (...). Pelo que vejo nas avaliações que faço, quando viajo (...), por duas vezes, desde 2002, eu faço avaliação de curso e só em duas vezes eu fiz avaliação com mulher. Então, quando não tem esse lado em casa, que o marido fica enchendo o saco, “*está arrodada de homem, só tem homem*” e fica freando. Então acho que isso pesa muito mais do que qualquer outra situação. Se for pensar no lado de (...) porque eu estou pensando assim, como eu vivi a vida inteira na academia, você pensa mais aqui, mas se você pensar no mercado de trabalho, fora, tem questão da licença maternidade que os caras não querem pagar, não querem dar. Como que a gente vai botar uma mulher aqui, se sabe que ela pode ficar 6 meses “sem trabalhar”, porque a história é essa, então, é muito melhor contratar um homem. Do mesmo jeito também, quando você chega em um ponto que está chefiando uma pesquisa etc. (...). Quer dizer, não tem para onde. Eu já vi várias situações, da mulher não cumprir a licença, eu fiz questão de cumprir. Essa não abri mão! Tive os filhos quando eu quis, amamenteei (...). Na época, o pessoal aconselhava amamentar seis meses, eu amamentei um ano, todo os dois. Engraçado, eu estava vendo um dia desses, aqueles protestos das mulheres pelo fato de amamentar em público e causar mal-estar. Eu tive a minha filha em [19]82 e o meu filho em [19]84, eu amamentava onde eu estivesse, no cinema, no restaurante, no bar, em praça. Quer mamar? Quero nem saber se chocava, problema de quem se chocou, estou nem aí. Amamentei! Agora, eu nunca vi nenhuma rejeição, não. Também, não sei se é porque eu não olhava, eu estava nem aí, podia falar mal de mim, reclamar, mas nunca dei bola.

Raquel Guedes: Só para encerrar, Moema. Moema se define como que mulher? “Eu sou uma mulher (...)” [Risos].

Moema Soares: Eu diria: batalhadora.

Raquel Guedes: Batalhadora e vencedora?

Moema Soares: E vencedora, graças a Deus [Chorando]! Não tem medo de assumir nenhuma dificuldade. E gosto de ser assim. [Risos].

Raquel Guedes: E sou feliz assim, isso que é o importante.

Moema Soares: Sou, sou (...). Eu estou assim, porque eu estou começando uma outra batalha agora e essa não vou dizer para as câmeras [Risos]. É motivo pessoal, eu não quero (...) [Interrompida]

Raquel Guedes: Tudo bem! Eu já ia encerrar. Gostaria de dizer mais alguma coisa?

Moema Soares: Agradecer, só. Espero que possa ter contribuído para o trabalho e continuo a disposição quando precisar.



ENTRE A CORDILHEIRA DO ATLAS E O MACIÇO DOS PIRINEUS: A ETNOGRAFIA COMO PRÁTICA E GÊNESE DO APARELHO CONCEITUAL DE PIERRE BOURDIEU.

ENTRE LA CORDILLERA DEL ATLAS Y EL MACIZO DE LOS PIRINEOS: LA ETNOGRAFÍA COMO PRÁCTICA Y GÉNESIS DEL APARATO CONCEPTUAL DE PIERRE BOURDIEU.

BETWEEN THE ATLAS MOUNTAINS AND THE PYRENEES MASSIF: ETHNOGRAPHY AS PRACTICE AND GENESIS OF PIERRE BOURDIEU'S CONCEPTUAL APPARATUS

SALES, JOSÉLIO DOS SANTOS

Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA - UFPB) e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba (2012). Concluiu a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
E-mail: zeliosales@gmail.com

SANTIAGO, MARINA PRADO

Mestra em Antropologia Social na linha de Território, Identidade e Meio Ambiente (PPGA/UFPB), Doutorado em andamento em Pós-graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.
E-mail: slowhostel18@gmail.com .

RESUMO

A transição de Pierre Bourdieu da Filosofia para as Ciências Sociais é marcada definitivamente pelos trabalhos realizados tanto na Argélia, durante a ocupação francesa, quanto no Béarn, sua terra natal, formando epistemologia e sua ação política. Ao compreendermos isso, percebemos que os conceitos que ele desenvolveu para interpretar o mundo social e as categorias analíticas que empregou não surgiram do vazio metafísico. O conjunto conceitual emerge do aprofundamento na análise de dados e na observação empírica que ele utilizou para compreender as estruturas econômicas e temporais, possibilitando a transformação social nos dois campos de estudo. Conceitos como *habitus*, condicionamentos sociais e culturais vividos pelas formações modernas e incorporados pelos agentes, atravessados por estas mesmas formações modernas, foram guiados pelas questões empíricas, justamente por estarem centrados nas questões sociais analisadas por ele. A pesquisa empírica permitiu que ele testasse hipóteses, comparasse as transformações em sua cidade natal e na Argélia, observasse a compreensão do tempo e o mundo econômico para validar sua teoria. Para isso, ele utilizou instrumentos metodológicos como fotografia em situações extremas, como uma guerra, para melhor analisar o drama vivido pelos argelinos. As fotografias ou disposições nelas incorporadas também serviram para compreender os corpos de seus conterrâneos. Desse modo, o aparelho conceitual empregado por Bourdieu, emerge de seu trabalho no campo.

PALAVRAS-CHAVE: : Argélia; Béarn; estruturas econômicas; estruturas temporais; *habitus*.

RESUMEN

La transición de Pierre Bourdieu de la Filosofía a las Ciencias Sociales está definitivamente marcada por los trabajos realizados tanto en Argelia, durante la ocupación francesa, como en Béarn, su tierra natal, dando forma a su epistemología y su acción política. Al comprender esto, nos damos cuenta de que los conceptos que desarrolló para interpretar el mundo social y las categorías analíticas que empleó no surgieron de un vacío metafísico. El conjunto conceptual surge del análisis profundo de datos y observación empírica que utilizó para comprender las estructuras económicas y temporales, posibilitando la transformación social en ambos campos de estudio. Conceptos como *habitus*, condicionamientos sociales y culturales experimentados por las formaciones modernas e incorporados por los agentes, atravesados por estas mismas formaciones modernas, fueron guiados por preguntas empíricas, precisamente porque se centraron en los problemas sociales analizados por él. La investigación empírica le permitió probar hipótesis, comparar las transformaciones en su ciudad natal y en Argelia, observar la comprensión del tiempo y del mundo económico para validar su teoría. Para lograr esto, utilizó herramientas metodológicas como la fotografía en situaciones extremas, como la guerra, para analizar mejor el drama vivido por los argelinos. Las fotografías o disposiciones incorporadas en ellas también sirvieron para comprender los cuerpos de sus compatriotas. De esta manera, el aparato conceptual empleado por Bourdieu emerge de su trabajo en el campo.

PALABRAS CLAVES: *Argelia; Béarn; estructuras económicas; estructuras temporales; habitus*.

ABSTRACT

A transition of Pierre Bourdieu from Philosophy to Social Sciences is definitively marked by the works carried out both in Algeria, during the French occupation, and in Béarn, his homeland, shaping his epistemology and political action. Understanding this, we realize that the concepts he developed to interpret the social world and the analytical categories he employed did not emerge from metaphysical void. The conceptual framework arises from a deep dive into the analysis of data and empirical observation that he used to understand economic and temporal structures, enabling social transformation in both fields of study. Concepts such as habitus, social and cultural conditioning experienced by modern formations and internalized by agents, intersected by these same modern formations, were guided by empirical questions, precisely because they were centered on the social issues he analyzed. Empirical research allowed him to test hypotheses, compare transformations in his hometown and in Algeria, observe the understanding of time and the economic world to validate his theory. To achieve this, he utilized methodological tools such as photography in extreme situations, like war, to better analyze the drama experienced by Algerians. The photographs or arrangements incorporated in them also served to understand the bodies of his compatriots. Thus, the conceptual apparatus employed by Bourdieu emerges from his fieldwork.

KEYWORDS: *Algeria; Béarn; economic structures; temporal structures; habitus.*



INTRODUÇÃO

A transição de Bourdieu da Filosofia aconteceu em um momento conturbado: a guerra de independência da Argélia. Ali não estava apenas um soldado, mas um intelectual atento, preocupado com método e categorias analíticas. No meio do conflito, ele testou hipóteses e formulou teorias a partir do observado e do medido pela lente da estatística. Podemos, assim, dizer que teve o privilégio de estar por dentro do Estado Francês e observar seu *modus operandi*, mas também de ver, ouvir e fotografar a vida dos camponeses que tinham suas vidas transformadas pela ocupação francesa, da campanha de deslocamento das populações, apropriações de suas terras e da imposição de uma nova racionalidade temporal e econômica. Desse modo, ele não apenas descreveu o que viu em textos, mas pôde recortar aquela realidade em quadros e instantâneos enquanto a história se desenvolvia. Além de observador atento, o pensador francês foi uma espécie de repórter fotográfico da guerra. As imagens permitiram a descrição do horror ao mostrar os espaços de bombardeio e as pessoas que estavam nesse fogo cruzado.

Destaca-se assim, na trajetória de transição e consolidação de Pierre Bourdieu no campo das Ciências Sociais o impacto das pesquisas empíricas coordenadas por ele e realizadas por volta de 1960, em resposta a uma solicitação do *Commisariat au Plan e da Caisse d'équipement pour le développement de l'Algérie*. Tais pesquisas associaram pesquisadores do Insee - *Institut national de la statistique et des études économiques*, responsável pela coleta, produção, análise e disseminação de informações sobre a economia e sociedade francesa - à equipe de investigações sociológicas e etnográficas coordenadas por Pierre Bourdieu (Garcia Júnior; Garcia-Parpet, 2022). A cooperação pluridisciplinar entre o trabalho estatístico e as competências das Ciências Sociais, além de permitir uma maior lucidez na pesquisa, ampliou as percepções diante das especificidades existentes nas relações sociais na Cabília, influenciando substancialmente as estratégias de coleta que se adaptavam constantemente às circunstâncias das realidades de pesquisa naquele contexto e da análise posterior dos resultados. Para além da questão técnica, metodologicamente o trabalho pluridisciplinar corroborou também na redução das barreiras estruturais entre disciplinas que muitas vezes competiam por um maior destaque na prática das Ciências Sociais.

A singularidade e originalidade das equipes formadas à época, nem sempre receberam o devido destaque, haja vista o contexto colonial-bélico no qual tais pesquisas aconteceram e que sem dúvidas impacta pela hostilidade das circunstâncias. No entanto, é de grande relevância, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de métodos e categorias analíticas, o papel desempenhado pela interseção de especialistas de diferentes áreas, integrados às equipes sob coordenação de Bourdieu. Essa integração proporcionou uma maior excelência nas análises dos dados coletados sobre os deslocamentos impostos às populações rurais, por exemplo.

Diante de dados estatísticos obtidos no recenseamento, que apontavam uma notável disparidade entre a taxa de atividade declarada no cenário urbano da Argélia e a baixa taxa de desemprego observada nas áreas montanhosas, onde a economia tradicional predominava, tornou-se evidente a importância da reconstituição dos modos de existência da economia camponesa tradicional na Cabília (Garcia Júnior; Garcia-Parpet, 2022), para conseguir amparar uma compreensão mais próxima dos reais desafios impostos àquelas populações. O impacto das contribuições geradas, quando as práticas de etnografia são associadas aos métodos estatísticos, sobretudo ao estudar sociedades em mutação, são enaltecidas por Pierre Bourdieu.

Em meio a um contexto adverso, estratégias eram elaboradas para viabilizar a pesquisa. Entre os diversos desafios enfrentados, a preocupação em buscar garantir seu deslocamento para com isso assegurar a continuidade da pesquisa, fez com que Bourdieu carregasse consigo uma autorização para cruzar as áreas de conflito. Além dessa espécie de salvo-conduto, portava uma câmera fotográfica, com a qual captou o horror da guerra, a vida cotidiana, tornando-se, dessa maneira, uma ferramenta importante para análise futura daquele momento. Ele contou ainda com colaboração de seus alunos da Faculdade de Letras de Argel, como Abdelmalek Sayad, que juntamente com os guias, abriram o campo e afastaram a desconfiança autóctone. A companhia dos alunos e dos guias contribuíram sobremaneira para que transitasse nas cidades e vilarejos fazendo entrevistas e que pudesse não apenas observar detalhes da vida cotidiana, como também fotografá-la. As observações e fotografias não se limitavam apenas aos campos aráveis e criações de animais, mas à arquitetura das casas, das vestimentas tradicionais, das relações matrimoniais e do parentesco mediante alianças e das práticas culturais.

De maneira ponderada, ao registrar a arquitetura e vestimenta da Cabília, Bourdieu manifestava seu intento de compreender de maneira mais abrangente a evolução temporal e as transformações pelas quais essa sociedade



específica estava atravessando. A documentação meticulosa desses elementos visuais não era um mero exercício estético, mas sim uma estratégia metodológica intrínseca à sua abordagem etnográfica.

Nesse sentido, o autor utilizava a arquitetura e a vestimenta como artefatos culturais que, por meio de sua análise, possibilitavam uma apreensão mais profunda das dinâmicas sociais, das mudanças simbólicas e das adaptações que caracterizavam a comunidade Cabília ao longo do tempo. A atenção cuidadosa aos detalhes arquitetônicos e aos padrões de vestuário revelava-se como uma via tangível para explorar as nuances das práticas cotidianas, das relações sociais e das estratégias de resistência adotadas pelos membros da sociedade estudada. Essa abordagem, centrada na observação visual, ampliava a compreensão sociológica de Bourdieu, permitindo-lhe capturar as complexidades do contexto sociocultural com um olhar atento às expressões visíveis das transformações em curso.

As observações e fotografias eram complementadas pelas entrevistas e conversas informais que tinha com os argelinos. Sobre as entrevistas conduzidas por seus alunos, a proximidade social e familiaridade desses com os interlocutores da pesquisa, rendiam-lhe devido à sua permutabilidade com o entrevistado, duas das condições essenciais para uma comunicação “não-violenta”, segundo Bourdieu (2021a): garantias contra a ameaça de ver as razões subjetivas, de suas escolhas vividas como livres, reduzidas a causas objetivas escritos nos resultados das análises. Por outro lado, nesse cenário, há também uma garantia de acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos relativos aos conteúdos e formas da comunicação. Este acordo se manifesta na emissão apropriada, embora sempre desafiadora de ser produzida consciente e intencionalmente, de sinais não verbais coordenados com os verbais, indicando quer como o enunciado deve ser interpretado, quer tal como foi interpretado pelo interlocutor (Bourdieu, 2021a).

Destarte as observações, entrevistas e fotografias foram importantes para que o pesquisador francês pudesse descrever a sociedade argelina de modo mais realista, dado que tanto as estatísticas serviram para mapear as macrotendências (circulação de moeda, a moradia e seus custos, renda), como a etnografia lhe permitiu a compreensão dos sentidos das ações dos agentes nessa grande estrutura (Klüger, 2021). Assim, o cuidado com os dados proporcionou que observasse os conflitos da gestão colonial e os impactos estruturais que causou na vida dos camponeses argelinos, obrigados a deixarem seus territórios, forçados a renunciarem aos antigos códigos de honra para viver sobre uma nova racionalização na qual a mercantilização das relações e o *métier* ocidental, compreendido aqui não apenas como um ofício tal qual uma vocação, mas uma profissão, ocupação ou área que compreende o trabalho de uma pessoa - eram impostos como modelo único.

Nesse sentido, o trabalho empírico possibilitou que Bourdieu testasse as teorias neoclássicas da economia e suas categorias analíticas, entendendo as estruturas temporais e econômicas argelinas a partir de uma análise criteriosa. Constatou que a teoria do *Homo-Economicus* não pode ser compreendida como universal (Garcia-Parpet, 2006) e muito menos exterior às realidades históricas e geograficamente situadas, pois a metodologia e os instrumentos metodológicos permitiram que pudesse, inclusive, testar o modelo em outras partes, como em sua terra natal.

Nesse âmbito, a comparação habilmente delineada pelo pesquisador entre agentes tão diversos como os argelinos, inicialmente percebidos como figuras distantes e alheias, e seus compatriotas, observados de maneira mais próxima e familiar, desempenhou uma função preponderante em seu desenvolvimento teórico. A imersão no campo propiciou ao pesquisador e teórico não apenas a oportunidade de observar, mas também de interagir diretamente com as dinâmicas sociais, adquirindo uma compreensão mais profunda das peculiaridades e complexidades inerentes às práticas culturais da Cabília.

Ao estabelecer conexões entre esses dois conjuntos de agentes sociais, Bourdieu foi capaz de transcender as barreiras aparentes de estranhamento inicial, enxergando além das diferenças superficiais e compreendendo as similaridades subjacentes. Essa abordagem comparativa e relacional, fundamentada na proximidade e distância percebidas, proporcionou a Bourdieu uma perspectiva única para a construção de seu aparato conceitual original. A análise comparativa entre o familiar e o estranho, entre o próximo e o distante, não apenas enriqueceu sua pesquisa, mas também desempenhou um papel instrumental na formulação de teorias sociológicas inovadoras, consolidando seu lugar como um dos pensadores mais influentes no campo das Ciências Sociais.

O presente trabalho não tem a intenção de abordar exaustivamente todas as contribuições de Bourdieu para a desmitificação da linguagem tecnocrática predominante e a importância das reconstruções das trajetórias individuais em sua formação acadêmica e econômica. Esta pesquisa seria de grande envergadura, requerendo a análise minuciosa das distintas fases da produção bourdieusiana, desde seus primeiros escritos quando ainda desempenhava o papel de filósofo até suas últimas contribuições. Ciente da complexidade inerente ao tema e da extensão temporal necessária para uma abordagem abrangente, compreendemos que seria inviável abarcar completamente o escopo desejado em um único artigo. Simultaneamente, reconhecemos nossas próprias limitações diante de uma tarefa tão abrangente. Nossa proposta é apresentar de forma sucinta alguns pontos considerados relevantes no amplo aparato conceitual do



autor, destacando como essa construção teórica e metodológica se manifestou e foi aprimorada na pesquisa empírica. Isso porque, segundo o próprio autor, “não há outra maneira de se apropriar completamente de seu próprio pensamento sobre o mundo social a não ser reconstituindo a gênese social dos conceitos, produtos históricos das lutas históricas que a amnésia da gênese eterniza e reifica” (Bourdieu, 2021b, p. 248).

Delineamos, assim, a trajetória de Pierre Bourdieu, sua incursão na Filosofia até sua transição para as Ciências Sociais, elucidando o contexto e a epistemologia que fundamentaram esse percurso. Posteriormente, destacamos a refinada evolução de seu aparelho conceitual ao realizar comparações entre sua terra natal e a Argélia. Na terceira seção, abordamos de que forma a fotografia assumiu relevância substantiva em seu trabalho de campo, desempenhando um papel crucial na apreensão e análise das dinâmicas sociais.

Ao finalizar, revisitamos a influência marcante de Bourdieu na construção e transposição de categorias analíticas originadas de distintos campos, amalgamando-as para a análise da estrutura social. Nesse processo, ressaltamos a ruptura com o paradigma estruturalista, conduzindo a uma abordagem mais centrada nas estratégias dos agentes sociais. Esta mudança paradigmática evidencia a contribuição inovadora de Bourdieu para a compreensão das complexidades sociais, marcando um deslocamento crítico em direção a uma perspectiva mais dinâmica e contextualizada na análise sociológica.

A TRANSIÇÃO DE BOURDIEU PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS E SUA COMPREENSÃO DO MUNDO SOCIAL.

Entender como Pierre Bourdieu fez a transição do campo filosófico para as Ciências Sociais é compreender sua tomada de posição política. O efeito do campo é exercido por meio do confronto com as tomadas de posição de todos ou uma parcela daqueles que estão nele. Usamos aqui o campo como o espaço autônomo de produção, construído de relações objetivas (Bourdieu, 2009). Essa transição ocorre a partir da experiência empírica que teve na Argélia, mesmo tendo como obstáculos certa desconfiança popular e ainda dos oficiais de alta patente que queriam converter todos à Argélia francesa (Bourdieu, 2005) a partir da língua e dos modos de ser francês. Podemos inferir que o embate cultural proporcionou um aprimoramento significativo do arcabouço conceitual, possibilitando a reflexão sobre categorias como o capital, e até mesmo o desenvolvimento delas a partir de sua perspectiva. Da mesma forma, a compreensão do campo, enquanto um espaço de relações objetivas, é enriquecida ao considerarmos a representação do campo de batalha e a concreta disputa pelo território físico, durante a qual franceses e argelinos se confrontaram na busca pela ocupação desse espaço territorial.

Da mesma forma, é possível elucidar como Bourdieu aprimorou sua compreensão acerca da relevância do conceito de capital, eminentemente presente em sua obra. Essa apreensão abarca não apenas o capital cultural, mas também os aspectos do capital social e econômico. A sua refinada análise revela como cada faceta dessas formas de capital pode ser estrategicamente reconvertida no âmbito da disputa do campo e na tomada de posição dentro desse mesmo campo. Este aprimoramento se mostra particularmente evidente ao examinarmos a escala ocupada por indivíduos no contexto sociocultural. O refinamento conceitual de Bourdieu, permeado pela perspectiva de luta e competição no campo social, reflete uma abordagem mais intrincada e contextualizada na análise das relações e hierarquias presentes no tecido social. Para Bourdieu (2021b) o capital refere-se aos recursos acumulados que conferem poder e influência dentro de uma sociedade. Além disso, o acesso e controle desses capitais influenciam a posição de um indivíduo ou grupo em um "campo social", o espaço onde ocorrem as interações sociais e as lutas pelo poder. O conceito de capital é fundamental para entender as dinâmicas de poder, desigualdade e reprodução social. Ele mostra como a distribuição desigual desses capitais contribui para a estratificação social e a manutenção de privilégios, pois observou isso *in loco*.

Contudo, é imperativo esclarecer que a compreensão de Bourdieu sobre a Argélia e sua cultura não emergiu de uma entidade mística ou de uma especulação metafísica pessoal. Sua compreensão não foi resultante de uma revelação súbita, tampouco de uma análise meramente teórica em seu gabinete. Ele teve acesso a uma boa biblioteca e a informantes-chaves. Já em campo, não queria manter o olhar distanciando dos estruturalistas e por estar ligado ao corpo militar, aprendeu a navegar nos dois mundos, tanto o interno, quanto o externo e observar os horrores da guerra a partir do prisma argelino não-francês. Segundo o próprio autor, o papel do pensador consiste em estudar a problemática intelectual característica de uma época, buscando a reflexividade.

Bourdieu, entretanto, chama nossa atenção para o fato de que não se deve presumir que, apenas por meio da reflexividade, o sociólogo consiga exercer controle total sobre os efeitos, sempre tão complexos e variados, da relação de pesquisa. Isso se deve ao fato de que os participantes da pesquisa também podem intervir, de forma consciente ou



inconsciente, buscando impor sua própria definição da situação em benefício próprio (Bourdieu, 2021a). Nesse tipo de troca ou relação, um dos riscos é a imagem que desejam criar e promover sobre si próprio, tornando-se essa uma dimensão relevante a ser considerada. Assim, entendemos que a partir do exercício da reflexividade e dos trabalhos de seus predecessores (Bourdieu, 2015), justifica-se a escolha de Bourdieu por sua pesquisa na cordilheira do Atlas, uma vez que pesquisar a sociedade argelina era mais uma conduta cívica que política. Sua tomada de decisão política veio com o estudo de campo. Sua virada de chave, tanto epistemológica quanto política acontece no campo, ao observar o que estava acontecendo na Argélia ocupada.

É importante que se diga que a ideia original de Bourdieu era estudar o tempo, mas numa perspectiva filosófica. Ele foi influenciado pela revista *L'Homme*, fundada por Lévis-Strauss, mas na França daquele momento a Sociologia era ainda uma “ciência menor” e os filósofos não tinham apreço pela nova área, e muito menos para seu objeto de análise: o mundo social. Este estava ausente do mundo intelectual obcecado pela política, já que o prestígio intelectual vinha de um distanciamento temporal dos fenômenos e não de olhar o fato enquanto acontece e quais seriam os desdobramentos daqueles fenômenos. Para ele, a transição teve relação com sua trajetória escolar e social. Sua estadia em campo, marcava uma ruptura decisiva com sua experiência escolar, de modo que fora levado a uma visão bastante crítica da Sociologia e dos sociólogos, como se a visão do filósofo se visse reforçada pela visão do etnólogo, e ainda mais, talvez, uma representação bastante desencantada, ou realista (Bourdieu, 2005, p. 68).

Convivendo com os argelinos percebeu que a modernização implicou mudanças psicológicas, pois exigia dos indivíduos um sistema adaptativo. A ocupação argelina levou ao que chamou de “choque de cultura”: uma população inteira suspensa entre dois mundos (Bourdieu, 2021a). Um mundo que está sendo destruído e o novo que não se impõe como realidade. O mundo tradicional no qual os argelinos foram socializados estava, literalmente, sendo destruído, e o mundo que estava sendo construído não foi planejado para que eles se encaixassem. Dessa forma, material e culturalmente, a população ficou em um estado de suspensão. Nesse ínterim, havia uma crise que causou uma violenta transformação social, destruindo o campesinato e mercantilizando as relações sociais. Os laços de solidariedade e resolução de problemas, fundamentados em relações de parentesco ou compadrio, passaram a ser mercantilizados sem proporcionar aos argelinos cargos e salários dignos para remunerar os serviços e bens que obtinham no “antigo regime” e dois conceitos foram importantes para essa compreensão: o *habitus* e o capital, o primeiro como disposição adquirida e o segundo como recurso acumulados, sejam eles simbólicos, econômicos, culturais e sociais.

O que é interessante é que mesmos que analisasse as questões econômicas e o papel do indivíduo na estrutura, “ao abordar sobretudo a questão do agente, P. Bourdieu vai opor-se radicalmente à concepção da teoria neoclássica” (Garcia-Parpet, 2006, p. 334), demonstrando que as disposições mais elementares das necessidades humanas não são exógenas. Elas têm uma relação com uma economia situada e estes sítios têm um papel fundamental na história social e na trajetória dos indivíduos. Uma vez que o *Homo-Economicus* não serve para explicar a estrutura social, como também é preciso pensá-lo com um indivíduo recomposto e situado em um determinado espaço e tempo. Sua identidade não é realizada por si, mas na relação como o outro, pois nos territórios existem outras economias, relacionadas à experiência do tempo e ancoradas em realidades concretas, regidas por convenções territoriais e alimentadas pelo potencial criativo desses agentes (Bourdieu, 2021a).

Quando o Estado Francês ocupa a Argélia, expulsa os camponeses de suas terras, impelindo-os para as cidades, sem estrutura adequada para recebê-los, separando-os de seus vizinhos e parentes, e privando-os dos meios de vida. Nesse processo, destrói uma sociedade que se organizava dessa forma por centenas de anos, sem proporcionar garantias de sobrevivência ou permitir uma economia situada e sustentável. A economia situada enfatiza a região e a cultura dos sujeitos que nela vivem. Bourdieu busca compreender a mudança que está acontecendo na Argélia levando em conta o tempo e a economia. Desta feita, seu trabalho se torna original entre outros pontos de análise por ter uma “abordagem pluridisciplinar singular e uma experiência híbrida do mundo social, cuja história social precisaria ser feita — uma história que abarcasse, ao mesmo tempo, um itinerário biográfico, o estado do campo das Ciências Sociais na época em que foram realizados” (Garcia-Parpet, 2006, p 334), tanto em relação ao contexto político da Argélia quanto da França dos anos 1960. Por isso mesmo, os conceitos de *habitus*, capital e campo levam em conta o itinerário biográfico e o território no qual o agente está inserido.

Os horrores que observou na dominação no sistema imperial francês fez com que saísse da “anódina filosofia” para as Ciências Sociais, arriscando, inclusive seu prestígio intelectual e político da França da década de 1960. E sua conversão aconteceu no campo, onde usou a experiência empírica como um laboratório vivo no qual descobriu as especificidades locais numa relação com um mundo, mas sem estar preso à explicação universal. Ele pensou tanto com as correntes filosóficas que teve influência da Escola Normal Superior, mas também contra elas, pois, após a transição, continuou usando a Filosofia para compreender os fenômenos, estando alicerçado na epistemologia histórica de Gaston Bachleard (Wacquant, 2006).



Sua passagem pela filosofia foi crucial para conceber as categorias e submetê-las a uma análise rigorosa, tanto do ponto de vista teórico quanto da análise empírica. Nesse contexto, navegava habilmente entre esses dois campos, utilizando um para testar o outro e, assim, experimentar a eficácia das categorias desenvolvidas. As observações do mundo empírico tinham o potencial de gerar novos conceitos ou categorias, enquanto, simultaneamente, ele podia vivenciar no mundo empírico teorias derivadas de pesquisas realizadas por outros investigadores. No campo, ainda tinha a capacidade de refutar teorias que ainda não haviam sido testadas, chegando a resultados significativos ao comparar campos de estudos diversos.

Na cordilheira do Atlas, a etnografia se tornou um campo de experiências. E foi justamente essa imersão empírica, assessorado por dados estatísticos, observações, fotografias e entrevistas que permitiu compreender quais forças estavam dilacerando a estrutura social e mental dos argelinos, instrumentos que lhe permitiram compreender as transformações em sua aldeia natal. Podemos, assim, dizer que a grande inovação bourdieusiana foram guiadas por questões práticas de sua pesquisa de campo e não de um quebra-cabeças escolástico, já que trabalhou a partir de objetos empíricos concretos. Por isso mesmo, a importância de conceitos como *habitus*, uma disposição geral e permanente no tocante ao mundo e aos outros, pois “o *habitus* é a categoria mediadora, transcendendo a fronteira entre o objetivo e o subjetivo, que permitiu a Bourdieu captar e descrever o agitado mundo duplo da Argélia colonial em desagregação” (WACQUANT, 2006, p. 17). E graças a essa categoria analítica percebeu a lógica da honra, do parentesco e da solidariedade do grupo. E quando ele compara a honra, o parentesco e a solidariedade em sua terra natal percebe que tem uma relação interessante que pode ser entendida a partir do *habitus*. Há disposições que são adquiridas para se “navegar” bem em uma sociedade. Por outro, captou a pressão dos interesses individuais, relações mercantis e ganhos materiais, “[...] porque o sistema das disposições está ligado à situação econômica e social pela mediação das potencialidades objetivas que essa situação define e que definem essa situação: mensuráveis estatisticamente, a título de regularidades independentes das vontades individuais” (Bourdieu, 2021a, p. 159), uma vez que as disposições são incorporadas nas relações com os outros.

Uma pessoa que não internalizou, por exemplo, as normas de utilizar talheres como garfo e faca, será identificada como alguém que não pertence a um determinado contexto social. Suas interações com outros indivíduos podem ser classificadas em uma hierarquia, uma vez que é percebido que o indivíduo em questão não possui o conhecimento apropriado sobre as convenções de comportamento à mesa. Mesmo que seja hábil em alguma atividade específica, como artesanato ou construção, cujas habilidades demandam destreza, é possível que seja atribuída a essa pessoa a ausência de “coordenação motora”. O mesmo princípio pode ser aplicado àqueles que não adquiriram as convenções do uso da língua vernácula, incluindo suas regras e nuances tanto de prosódia quanto de regência. Esse cenário também se estende aos indivíduos que enfrentam desafios ao lidar com a disciplina relacionada a horários, administração do tempo livre e etiqueta social em um ambiente corporativo. Essas dificuldades podem resultar na percepção de que a pessoa é “grosseira” ou apresenta maneiras rudes, o que, por sua vez, pode ser associado a uma suposta falta de inteligência ou disposição para o trabalho.

Conforme afirma Bourdieu (2021a), as disposições estão intrinsecamente ligadas à situação econômica e social. Indivíduos socializados em uma cultura específica enfrentarão dificuldades ao tentar incorporar disposições de outra cultura, como evidenciado na Argélia, onde os argelinos encontraram obstáculos para se adaptarem às novas funções econômicas introduzidas pela modernidade francesa que ocupou o território. De maneira análoga, Bourdieu (2006) percebeu que os homens de sua terra natal tinham seus corpos treinados para o trabalho árduo no campo, mas não para a leveza da dança nem para as poses sutis e encenadas dos modelos de revista de moda (Bourdieu; Bourdieu, 2006). Não dominar essas disposições pode colocá-los na categoria de “brega”, “cafona” ou “antiquados”, e isso pode inclusive criar obstáculos para que eles arranjem matrimônio, uma vez que a dança era o primeiro momento de conversa com uma pretendente (Bourdieu, 2021b). Por outro lado, aqueles que tinham essa disposição tinham mais chances de conseguir uma parceira.

No sistema de trocas matrimoniais analisado por Pierre Bourdieu, é notável como, ao observar o baile em sua vila natal, o autor percebe a presença de um fenômeno social relevante. A partir dessa observação concreta e sensível, Bourdieu fundamenta toda a sua análise sobre o aumento do celibato e a abrupta mudança imposta ao mercado de bens simbólicos do antigo regime matrimonial, que antes se baseava nas negociações entre famílias e agora estabelece outras métricas que resulta na desvalorização das virtudes camponesas.

O patrimônio fundiário já não é mais o fator determinante para garantir um casamento bem-sucedido, como se acreditava anteriormente. Agora, o autor destaca a influência de um modelo de mercado de bens simbólicos unificados em escala nacional, no qual a posição social e o estilo de vida que remete ao espaço urbano estão correlacionados às chances de casamento. Surge, assim, um sistema regido pela lógica da competição individual, contrastando com o



sistema de trocas matrimoniais do passado, onde o valor da propriedade e as normas que presidiam a negociação de um cônjuge eram aplicáveis à toda a comunidade.

Esses valores conflitantes permeiam a sociedade analisada por Bourdieu, visto que os valores rurais de outrora perdem sua relevância diante do mundo urbano. No âmbito microsocial, observa-se o processo de dominação da cidade sobre o campo, indicado por Marx como uma característica crucial do capitalismo (Bourdieu, 2021b). O baile, nas observações de Bourdieu, é a concretude, a expressão visível desse novo sistema, refletindo nas atitudes, principalmente dos homens rurais, a desvalorização de sua condição camponesa, evidenciada por sua postura desajeitada e rígida, por não ter adquiridos disposições ditas como “urbanas” e “modernas”.

Tão logo ele aplicou o conceito de *habitus* às relações sociais na Argélia, percebeu que as modificações da estrutura temporal e econômica produziram uma aceleração da história, pela violência física e simbólica impetrada pela dominação francesa. A dominação estava liquidando o modelo endógeno de ser e estar no mundo e de suas próprias resistências, pois o “choque de civilizações” impactava na estrutura social e nas subjetividades. O padrão imposto por Paris implicava um confronto entre dois sistemas sociais muito distintos e nas relações assimétricas tanto do campo material quanto simbólico. Não havia um processo de aculturação, uma vez que o sistema colonial se funda numa correlação de forças na qual um grupo dominante mantém o outro sob seu jugo. E essa dominação passa pelo capital simbólico, “um capital com base cognitiva apoiado sobre o conhecimento e reconhecimento” (Bourdieu, 2011, p. 150) da cultura e do modo de viver do outro.

Quando os soldados franceses chegaram à Argélia, eles impuseram “carreiras” para as quais os argelinos não estavam preparados. Como a maioria deles não teve acesso à educação formal, restava-lhes apenas ocupar subempregos ou se dedicar ao comércio de produtos de pouco valor. Os cargos de alto escalão na burocracia eram ocupados por franceses ou argelinos que haviam incorporado as disposições da metrópole, incluindo o modo de vestir, a língua francesa e a disciplina burocrática necessária para essas funções, ou seja, treinado o corpo e a mente para um novo “programa” moderno do aparato do Estado e do mercado.

O poder central francês, através de sua burocracia e de suas forças militares, impõe modos culturais de se portar no mundo, de modo que quem não os acompanha é ridicularizado. Como bearnês, Bourdieu sabia o que é ser ridicularizado por uma camada superior ou que assim se reconhece. Os camponeses argelinos eram ridicularizados devido ao seu modo de organização, sua religião e sua falta de capacitação para os postos de trabalho mais importantes da sociedade capitalista. Por terem sido assentados forçadamente, moravam nos piores lugares, pois por falta de capacitação, tinham os piores salários e não podiam se revoltar, embora a revolta gerada pela necessidade “pode suscitar um descontentamento e uma revolta que não supõem necessariamente o escopo claro e racional da finalidade da revolta [...] e que podem se traduzir tanto pela passividade resignada quanto por explosões elementares e desprovidas de finalidade explícita” (Bourdieu, 2021a, p. 160-1).

O sistema de disposição está ligado, obviamente à situação econômica e social que são mediadas por potencialidades objetivas. Para os argelinos com poucos recursos materiais, restavam pequenos comércios, por não exigirem qualificação profissional nem as proteções burocráticas. Já para os que nem recursos dispunham, restavam ser cozinheiros ou vendedores ambulantes, vendendo coisas insignificantes do ponto de vista econômico e apenas tendo os recursos materiais abaixo do necessário para sua reprodução enquanto força de trabalho. Às mulheres, menos escolarizadas ainda, restavam os trabalhos domésticos nas casas dos que podiam pagar por essa força de trabalho. Todo o tempo era consumido no trabalho para sua própria sobrevivência. Como adquirir as disposições para ocupar os importantes cargos? Que tempo restava para o estudo ou para a aquisição de novas profissões? Se antes havia o tempo de trabalho no campo, também existia o tempo livre, especialmente fora dos períodos de plantio. No mundo moderno e assalariado, o trabalho era contínuo.

Desse modo, para os que não tem qualificação, não havia privilégios. Poucos são os que tinham estabilidade no trabalho e vivem a angústia diária de perder o emprego, pois dependiam de uma rede de solidariedade familiar para ocuparem um posto de trabalho. Com as relações sociais mercantilizadas, as hierarquias são quebradas e os jovens, que compreendem as relações impessoais mais rapidamente, assumiam parte das despesas, causando uma crise na hierarquia familiar e uma certa “desonra” patriarcal, que agora não mais tem a autoridade total sob os filhos, como dependem da vontade e dos recursos que esses trazem para dentro e casa. Se a autoridade era mantida porque os pais trabalhavam, agora eram os filhos os responsáveis pelo sustento familiar. Assim, eram eles que se sentiam importantes, como o esteio da casa. Aos pais restava a vergonha de não ter um trabalho com o qual trazer a comida para casa. Os chefes de família passavam a se sentir inúteis, uma espécie de peso morto a depender dos filhos ou da mulher para sustentar a família. Isso carrega uma pressão simbólica muito forte. A nova ordem cria uma fissura na cultura patriarcal e na tradição argelina.



Bourdieu (2021a) percebe que até mesmo a noção de trabalho e utilidade familiar entra em choque, pois só é considerado trabalhador aquele que gera renda, posto que os serviços domésticos e os que não geram dividendos imediatos deixam de ter importância social, uma vez que se o futuro depende do presente e não se pode fazer escolhas, nem de emprego e nem de empregado, como se pode mudar a estrutura social? Por isso, há uma submissão e estagnação futura de possibilidades de transformação política, visto que “o cálculo econômico se encarna progressivamente na conduta, à medida que a melhoria das condições materiais o permite” (Bourdieu, 2021a, p. 105). A liberdade é expandida quando se pode participar da vida social e, inclusive, poder escolher os governantes, melhorar a educação e qualidade de vida.

Nesse sentido, ser livre é possibilitar que os agentes sociais façam escolhas e transformem suas próprias vidas. Ser livre implica a liberdade não apenas do corpo, mas das questões subjetivas e de poder participar ativamente da vida política e social. Coisa que os camponeses não podiam. Assim, eles se sentiam presos a uma nova ordem, subcidadãos e sem perspectivas de futuro. Sentiam como se uma grande tragédia fatalista tivesse descido sobre eles, uma vez que o presente era horrível e não havia perspectiva de futuro. De certa forma, é como se o tempo tivesse deixado de existir, visto que o futuro não lhes pertencia, e que também não tinham presente. Agora, está ainda pior, pois eles têm que obedecer às regras ditadas por um governo que não reconhecem como legítimo, muito menos representante de sua cultura. Há um “choque de civilizações” que precisa ser superado. E Bourdieu só percebeu esse choque quando mergulhou com mais profundidade ao campo e começa, de fato, testar sua teoria, os conceitos de *habitus*, campo e capital.

A etnografia trans-mediterrânea e a validação da teoria e do aparelho conceitual

O “choque de civilizações” foi importante para entender a sociedade argelina e o que estava acontecendo em sua aldeia. No Béarn, como na Argélia, Bourdieu usa histórias de vida, estatística e etnografia para compreender os desdobramentos do comportamento e da consciência a partir da mudança na estrutura social. Se na cordilheira do Atlas foi a mercantilização das relações e destruição da estrutura camponesa que mudou a percepção da estrutura temporal e econômica, nos Pirineus foi a generalização da instrução, o êxodo feminino, sua abertura aos costumes e os modos de vida urbanos que ampliam a ruptura do tecido social, subvertendo os padrões de honra nas relações de gênero (Bourdieu, 2013). Não se podia mais pensar em estruturas universais que servissem para tudo e para todos. Fazia-se necessário levar em conta a história de vida dos indivíduos, as estatísticas apresentadas oficialmente, mas sobretudo era importante olhar para o mundo empírico para compreender o que estava acontecendo na sociedade argelina. Por isso mesmo, era necessário observar a estrutura social a partir das biografias dos indivíduos e das disposições incorporadas ou não por eles. No artigo publicado como *post scriptum* no livro “O baile dos celibatários”, Pierre Bourdieu (2021b, p. 246) diz: “se existe uma verdade, é que a verdade do mundo social é objeto de lutas: porque o mundo social é, em parte, representação e vontade; porque a representação que os grupos fazem de si mesmos e dos outros grupos contribui em grande medida para fazer o que são os grupos e o que eles fazem”.

Na África e na Europa, o estudo empírico foi o guia de seu aparelho conceitual. Olhando por essa lente, Bourdieu não pode mais ser visto como o teórico da reprodução, mas como um etnógrafo que esteve no campo, testou metodologias e ferramentas para explicar os fenômenos (Wacquant, 2006). Para isso, fez etnografia gêmea de uma mesma empresa teórica e o conceito de *habitus* é inovador justamente por isso. Ele liga estudos de juventude na Cabília com reexames de suas teorias e métodos no Béarn, sua terra natal. As etnografias que Bourdieu realizou tanto na África quanto na Europa desempenharam um papel fundamental em estimular e fundamentar seus estudos mais abstratos. Foi por meio dessas pesquisas de campo que emergiram as categorias e conceitos que norteiam sua vasta obra (Bourdieu, 2005).

Tanto na Argélia quanto no Béarn, Bourdieu percebeu a coexistência de distintos padrões de temporalidade que influenciavam os agentes de maneiras diversas, levando-os a reagir de maneiras distintas diante das mudanças temporais e dos costumes por elas modificados. Nessas experiências, tanto na região magrebina quanto no maciço dos Pirineus, ficou evidente que elementos como hierarquia, modos de ser, viver, existir no mundo e vestir impactaram os magrebins e os habitantes dos Pirineus, respectivamente. Na região pirenaica, o matrimônio também entrou em crise devido a uma temporalidade moderna, na qual os sujeitos não conseguiram acompanhar e incorporar as novas disposições de forma tão rápida. As análises de Pierre Bourdieu sobre o casamento endogâmico berbere e o celibato no campesinato francês permitiram-lhe criticar o formalismo jurista e a perspectiva “genealógica” do parentesco. Nessas pesquisas, afasta-se da noção de regras para conceber o parentesco como uma prática dinâmica (Bourdieu, 2013). Observa-se, tanto lá quanto cá, uma mudança estrutural e divergências nas possibilidades objetivas e nas



esperanças subjetivas (Wacquant, 2006), originadas pelas transformações sociais, que contribuem para o esgarçamento do tecido social e das trocas matrimoniais estabelecidas.

Na visão de Bourdieu (2013), o casamento assume uma dimensão política, visando preservar não apenas a residência (terra), mas também a honra. Por outro lado, cada união implica riscos, sendo o fator do dote, por exemplo, digno de destaque, uma vez que há a possibilidade de sua devolução. O pensador francês destaca a necessidade de avaliar cada casamento específico, considerando as circunstâncias individuais, em vez de abordar a troca matrimonial de forma abstrata. A natureza política do casamento leva-o a empregar a metáfora do jogo: cada casamento é equiparável a uma jogada em um jogo de cartas, representando o resultado de estratégias aplicadas, influenciando e sendo influenciado por casamentos anteriores. Portanto, cada união possui sua própria temporalidade. “Com efeito, o chefe de família sempre tem a liberdade de jogar com as 'regras' (começando pelas do Código Civil) para favorecer, mais ou menos secretamente, um ou outro de seus filhos, com dons em dinheiro líquido ou vendas fictícias” (Bourdieu, 2013, p. 249). Ora, para participar do jogo, é necessário possuir disposições para entender a regra do jogo e perceber, mantendo-se na metáfora do jogo, quando o parceiro de mesa não está “blefando”. Em uma relação de parentesco intermediada pelo casamento, não se pode quebrar a banca, uma vez que seu parceiro de jogo acaba tornando-se também seu parente, e não é apropriado ter dívidas com nossos parentes, muito menos contrair inimizades em uma banca de jogo.

Podemos inferir que a metáfora do jogo foi importante para o conceito de *illusio*, isto é, “estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a jogar [...] dar importância a um jogo social, perceber o que se passa nele [...] participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos (Bourdieu, 2011, p. 139). Para se fazer casamentos é preciso dominar as regras do jogo, e o autor continua na mesma página dizendo que a *illusio* é a “relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade” (Bourdieu, 2011, p. 139). Sem o interesse entre os dois chefes de família não há casamento, como sem interesse não se joga uma partida de cartas. Por isso mesmo que não se aceita apenas observadores em uma mesa de jogo. Só está na mesa quem tem interesse e quem pode jogar

Um outro ponto importante que Bourdieu procura entender para compreender o tempo e as mudanças sociais são as vestimentas e o gosto relacionado a elas. Desse modo, não só os gostos, mas também as roupas variam, acompanhando a moda de Paris ou a grandes centros. Além disso, Bourdieu investiga como as mulheres passaram a perceber o corpo camponês e seu deslocamento no mundo, comparando-os com os de outros rapazes urbanos. Elas observam que os cidadãos apresentavam *performances* diferentes dos camponeses, com seus movimentos pesados. Já os rapazes urbanos demonstravam leveza e desenvoltura. Os urbanos ou que adquiram disposições urbanas, aprenderam novas regras do jogo do corpo e usam-nos não apenas para o trabalho, mas para o lazer. Estes sabiam não apenas se mover nos bailes dos solteiros, como dominavam os ritmos novos e se portavam com elegâncias (Bourdieu, 2006). O modo como “os de fora” via os camponeses do Béarn contribuiu para a internalização da imagem desvalorizada que faziam dele partir dos padrões urbanos, uma vez que eles aceitam essa caricatura e naturalizam-na. Se os habitantes de Paris ou de grandes centros eram percebidos como modernos e leves, aqueles eram “atrasados” e “pesados” representavam o oposto.

Desse modo, percebemos que o tempo e a estrutura social, observados empiricamente, são transportados para o domínio conceitual de Pierre Bourdieu. A mera presença da “modernidade” nos corpos individuais, por meio de disposições, evidencia que os indivíduos estão transformando até mesmo as relações sociais tradicionais, assumindo responsabilidades que costumavam ser atribuídas à família. No entanto, isso não quer dizer que eles estão rompendo com ideia de campo. Eles podem até “querer inverter as relações de força” no campo, mas não são indiferentes. Uma vez que “querer fazer a revolução em um campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, a saber, que ele é importante, que o que está em jogo aí é tão importante a ponto de se desejar aí fazer a revolução” (Bourdieu, 2011, p. 140).

Em suma, se na sociedade antiga o casamento era um assunto de família, na nova sociedade era uma iniciativa individual. Para ser um bom partido, não era necessário apenas ter terra e bens, mas ter treinado o corpo, adquirido disposições modernas que apresentasse seu corpo na sociedade. E uma das funções desse corpo era saber dançar não as danças antigas, mas os passos da moda, o que é mais moderno, que não se “parou no tempo” ou aquilo que é tendência de moda. Nesse sentido, mais uma vez o “choque de civilizações” do sudoeste francês pode ser explicado pelo *habitus*. Os costumes antigos dão lugar a uma técnica corporal urbana, com desenvoltura e passos rápidos aos quais o corpo do camponês não acompanhou com a mesma velocidade.

É como se o camponês e seu corpo não fizessem parte do mesmo indivíduo, pois tinham vontade de “deslizar” pelo salão, mas o corpo não permitia, já que “de fato, embarçado em relação a seu corpo, ele fica desconfortável e sem jeito em todas as situações que demandam extroversão e nas quais seu corpo é posto em cena” (Bourdieu, 2006, p. 87).



E aprende, assim, que seu corpo é rude, está em outro tempo, um comportamento psicológico e subjetivo que não acompanha. Logo, não pertence àquele tempo moderno e rápido. Toma-se, assim, consciência do que é que é rústico e não “descolado”, como aqueles jovens urbanos, como roupas, acessórios e penteados diferentes, parecendo até que saíram de uma nave espacial e eles de uma carroça. E por não incorporarem essas novas disposições não vão mais aos bailes, vão perdendo a autoestima e definhando.

Dessa maneira, o velho modelo entra em ruínas sem que migrem para o novo, pois a transição passa por seus corpos e pela sua consciência. É como se os jovens não percebessem que o tempo está passando e que, inadvertidamente, “perderam o bonde da história”. Ao não acompanhar a evolução da modernidade, deixam de participar dos bailes e, eventualmente, perdem o interesse no jogo social, uma vez que não dominam as complexas regras que o regem. Essa falta de sintonia com os tempos contemporâneos não apenas os afasta das dinâmicas sociais mais recentes, mas limita seu engajamento em atividades e eventos que refletem as mudanças culturais e sociais em curso. E foi fazendo essas observações que Bourdieu chegou ao seu aparelho conceitual e à formulação de conceitos, que para muitos surgiram inopinadamente.

Assim, é importante entender a etnografia cruzada feita ao mesmo tempo na Argélia e no Béarn, pois etnografias *insiders* são importantes para “reconhecer a inserção social e a subjetividade dividida do pesquisador sem, para tal, reduzir a Etnografia ao ato de contar histórias. (Wacquant, 2006, p. 13). Bourdieu, assim sendo, pode ser considerado o pioneiro da etnografia multissituada, mas sua concepção e prática são muito diferentes da contemporânea, pois ele “pratica uma etnografia multissituada, solidamente fundamentada no trabalho de campo nos dois locais, e alimentada pela transferência metódica de esquemas conceituais e resultados empíricos de um para o outro” (Wacquant, 2006, p. 21). Ao compreender a sociedade cabila e sua própria região, Bourdieu percebe as tensões entre o universo rural e o urbano na própria França, mundos muito distintos embora no mesmo país.

As pesquisas realizadas no Béarn desempenharam um papel crucial no entendimento de como as mudanças sociais exercem um impacto profundo nos indivíduos. Foi nesse momento que o pesquisador percebeu a necessidade de exercer um controle mais refinado sobre seu instrumento de pesquisa, conduzindo investigações simultâneas em ambos os territórios. Na sua região natal, a análise se estendeu ao estudo do conhecimento tácito dos habitantes, revelando que, de maneira semelhante ao pesquisador, eles também possuíam métodos e instrumentos específicos.

Essa abordagem permitiu uma compreensão mais aprofundada de que o próprio método de investigação constituía um dispositivo experimental em termos de vigilância epistemológica. Nesse sentido, a análise não se limitava à simples aplicação do método, mas incluía uma reflexão sobre o próprio método utilizado. Dessa forma, a importância de conduzir pesquisas em ambos os locais se tornou evidente, mantendo um equilíbrio delicado entre a narrativa histórica, evitando a deriva para um estilo literário, e a firme aderência à teoria, sem ceder à tentação de criar uma obra poética.

Conforme ressaltado por Wacquant (2006), o pensador originário do Béarn empenhou-se em atingir e elucidar sua etnografia trans-mediterrânea por meio de uma objetivação participante, conectando a cordilheira do Atlas ao Maciço dos Pireneus. Notavelmente, essa interligação não apenas preservou, como também fortaleceu os alicerces epistemológicos e o método subjacente ao seu trabalho de campo. Na dinâmica da objetivação participante delineada, não se limita meramente à experiência vivida pelo sujeito do conhecimento, mas abrange as possibilidades de experiência almejadas para concretizar a objetivação da relação subjetiva com o próprio objeto. Essa abordagem não apenas reforça a conectividade entre as regiões geográficas mencionadas, mas também enriquece a compreensão da intrincada interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, elevando assim a profundidade e a abrangência do trabalho etnográfico empreendido.

Ao estreitar a proximidade entre os dois locais de estudo, o pesquisador aprimora os métodos e fundamentos de pesquisa, submetendo seu instrumento à experimentação para avaliar sua capacidade de explicar o modelo teórico proposto. Dessa maneira, esse enfoque “proporciona ao leitor uma janela excepcional para a fruição do seu modo de pensar: uma oportunidade para registrar a emergência e os efeitos da utilização de seu aparelho conceitual específico” (Wacquant, 2006, p. 23).

A realização de uma análise minuciosa das relações de parentesco, gênero e classe na sociedade francesa, conforme proposto por Bourdieu (2013), ele conduz uma revisitação construtiva. Nesse processo, retorna ao campo previamente estudado para observar se sua teoria mantém sua validade ao longo do tempo e se os instrumentos utilizados continuam pertinentes. Essa revisitação transcende o âmbito teórico, estendendo-se à prática, reexaminando não apenas a teoria inicialmente proposta, mas também os métodos e abordagens empregados na pesquisa original. Essa abordagem reflexiva não apenas aprimora o entendimento dos fenômenos sociais em questão, mas também realça a importância da revisão constante, reafirmando o compromisso com a integridade e relevância das teorias e métodos



utilizados em investigações científicas. Essa prática contínua de reavaliação contribui para a robustez e durabilidade das contribuições científicas, promovendo um diálogo constante entre a teoria e a prática na pesquisa social.

A fotografia enquanto instrumento de análise das situações extremas

Como já foi dito anteriormente, as estatísticas, observações participantes e objetivação participante foram importantes para a compreensão dos fenômenos sociais e aqui as fotografias tiveram um papel primordial como ferramentas metodológicas para captar o tempo e os horrores da guerra argelina. Ao mesmo tempo em que a partir delas e das poses performadas pôde compreender as disposições e as incorporações performáticas nas fotos de família e nas performances dos registros rurais e festividades públicas e privadas do sudoeste francês.

Para Wacquant (2006), Bourdieu era um fotógrafo ávido, registrando não apenas as grandes cidades e sua população desalojada para assentamentos forçados, mas também a área rural e as zonas de ocupação francesa e os campos ocupados pela guerrilha. Tinha interesse não apenas pela técnica, mas sobretudo pela estética e isso fica muito claro, quando se busca compreender o que a estética transmite para o observador mediante as performances registradas e a simbologia que elas têm para o fotógrafo (Bourdieu; Bourdieu, 2006). Cada pose constrói uma narrativa que um olhar atento como o dele é capaz de traduzir e usar esse instrumento narrativo para inferir teorias e conceitos, confirmá-los ou refutá-los.

A capacidade de Pierre Bourdieu observar paisagens e pessoas durante suas investigações foi crucial, e a fotografia desempenhou um papel central nesse contexto. Em um campo de batalha, onde observações detalhadas poderiam suscitar suspeitas das autoridades francesas, dada sua associação com o serviço à pátria, assim como dos rebeldes, que o viam, no mínimo, como suspeito, a utilização da fotografia permitiu a Bourdieu contornar essas barreiras. Evitando constrangimentos decorrentes de um olhar minucioso sobre indivíduos com vidas dilaceradas pela guerra, Bourdieu capturava instantâneos, observando as reações dos fotografados enquanto eram capturados por suas lentes. No ambiente do escritório, livre de pressões e suspeitas por parte de guias e informantes, ele podia examinar essas fotos com maior cuidado, extrair inferências para suas hipóteses e confirmar análises. Assim, as fotografias se tornaram um aliado essencial na investigação do pensador francês.

Como etnógrafo perspicaz, Bourdieu não se restringiu a meramente fotografar pessoas, capturando intencionalmente momentos significativos em registros etnográficos; ele também produziu imagens para elas. Ao realizar a devolução das imagens capturadas, ele reconhecia seu direito sobre as fotografias (autoria), mas salientava que os sujeitos de direito das fotos eram as próprias pessoas retratadas. Através desse processo, ele não apenas evidenciava sua preocupação e compreensão pela situação dos indivíduos, mas também estabelecia um vínculo de confiança.

Ao revelar os filmes e retornar para presentear os sujeitos registrados, Bourdieu implementava uma estratégia que ia além da documentação visual; era a sua maneira de fortalecer as relações de confiança e de navegar nos territórios ocupados. Nesse intercâmbio sensível, Bourdieu produziu mais de 1.200 imagens da Argélia, não apenas registrando visualmente a vida cotidiana, mas também documentando as práticas e costumes do povo (Wacquant, 2006).

Assim, essa abordagem transcende o papel tradicional do etnógrafo como observador distante, transformando-se em um agente envolvido e sensível às nuances da comunidade estudada. A prática de devolução das imagens não apenas enriqueceu seu trabalho etnográfico, mas também destacou a importância do respeito, empatia e diálogo na construção de uma abordagem etnográfica ética e profundamente conectada à realidade dos participantes da pesquisa.

Para muitas pessoas, esses retratos representaram as primeiras imagens que tiveram de si mesmas, permitindo-as se reconhecerem como indivíduos em meio ao caos, descobrindo a própria identidade. Além disso, as fotografias possibilitavam que guardassem uma recordação daquele período caótico, para, em tempos de paz, construir narrativas sobre os horrores da guerra. Podemos afirmar que, inadvertidamente, Bourdieu contribuiu para que as próprias pessoas pudessem relatar suas trajetórias como testemunhas oculares da história, evidenciando, por meio das fotos, sua participação na batalha e os sofrimentos enfrentados durante aquela guerra. Simultaneamente, os revolucionários também podiam usar essas imagens para construir suas narrativas como defensores de seus territórios, comprovando, por meio das fotografias, sua presença no campo de batalha em defesa do território e da cultura de seu povo.

Os registros fotográficos não significavam apenas um *hobby*, com uma “coleta de borboletas” para o pesquisador em campo, adotando anedotas e ilustrações para sua aventura. Para Bourdieu as fotos tinham três funções primordiais.



Elas eram uma forma muito eficiente de coleta e armazenamento de dados num território perigoso tanto para o pesquisador quanto para as pessoas registradas, levando em consideração a tensão que havia devido à guerra e às táticas de resistências dos guerrilheiros. Em consequência da tensão e risco, não podia permanecer por muito tempo para realizar observações mais detalhadas muito menos fazer entrevistas para clarear alguns pontos nebulosos. Então, a fotografia contribuía muito para a compreensão.

Um aspecto adicional que merece destaque no contexto das fotografias é o papel fundamental que desempenham como um recurso valioso para a intensificação da perspectiva sociológica, possibilitando uma análise mais aprofundada das disparidades que incidiam sobre os atores sociais na dinâmica assimétrica da ocupação, bem como das estratégias de resistência empregadas. Desta maneira, as fotografias constituíam uma ferramenta que permitia uma observação detalhada da adoção de vestimentas ocidentais pela população, considerando que Bourdieu havia registrado anteriormente trajes típicos magrebins.

Além de oferecerem uma visão aprofundada do comércio local, as imagens não apenas evidenciavam os produtos transacionados, mas também proporcionavam uma reveladora exposição das intrincadas movimentações dos camponeses envolvidos nas complexidades do comércio informal. Desse modo, as fotografias transcendiam a função meramente visual, emergindo como uma fonte excepcionalmente rica e multifacetada de informações. Nesse contexto, as imagens não apenas desempenhavam o papel de registros visuais, mas eram instrumentos cruciais que permitiam a Bourdieu não apenas documentar as transformações sociais, mas, sobretudo, compreender as nuances do cotidiano. Elas proporcionavam uma entrada valiosa para as práticas comerciais, revelando as dinâmicas intrínsecas que caracterizavam o funcionamento do comércio local e, por extensão, a vida da comunidade estudada.

Ao incorporar essas imagens como uma extensão de sua abordagem etnográfica, Bourdieu enriquecia não apenas o aspecto visual de sua pesquisa sociológica, mas também adentrava as camadas mais profundas do cotidiano, capturando as dinâmicas de resistência da comunidade. Dessa forma, as fotografias transcendiam seu papel inicial de documentação, tornando-se uma ferramenta analítica fundamental que possibilitava ao pesquisador uma compreensão mais holística e empática das realidades sociais em jogo durante o período estudado.

A utilização estratégica das imagens ilustra de maneira eficaz como a abordagem etnográfica de Bourdieu transcende a mera documentação visual. Nesse contexto, as fotografias não são meramente registros visuais, mas são integradas como instrumentos analíticos e reflexivos. Essa incorporação enriquece substancialmente o escopo da pesquisa sociológica, proporcionando uma abordagem mais abrangente e dinâmica para a compreensão das complexidades sociais presentes durante o período de ocupação. A interseção entre a teoria bourdieusiana e a análise visual propicia uma perspectiva aprimorada, permitindo desvelar nuances e dinâmicas sociais que, de outra forma, poderiam passar despercebidas. Essa sinergia entre a abordagem etnográfica e o poder interpretativo das imagens contribui para uma investigação mais profunda e contextualizada das interações sociais, acrescentando valor substancial ao panorama sociológico delineado pela pesquisa.

Além disso, os registros fotográficos eram uma espécie de proteção que ancorava e facilitava o trabalho emocional para dar prosseguimento nas circunstâncias tão adversas num conflito armado que perpassava a todos (Wacquant, 2006). Ajudou, desse modo, o etnógrafo a lidar com as fortes emoções do campo, proporcionando, em certa medida, uma postura de distanciamento e objetividade, mas de contínua proximidade com os observados, possibilitando compreender suas perdas materiais e seu desenraizamento. Ele utilizava a fotografia como modo de observar os impactos de uma realidade esmagadora. E a fotografia era um bom instrumento de captar os aspectos da realidade: visíveis e invisíveis, do mesmo modo que serviram para compreender os camponeses do Béarn com base em suas fotografias, performando os valores, pois o que é fotografado “não são propriamente indivíduos na sua particularidade singular, mas sim papéis sociais” (Bourdieu; Bourdieu, 2016, p. 34). A fotografia não serve apenas para registrar um ato individual mais o *ethos* de um grupo e que papel representa enquanto posa para o fotógrafo. Aquela pose é mais que um gestual, é uma incorporação de uma disposição aprendida na relação com o outro.

Esse olhar treinado do pesquisador para analisar o incorporado e objetivado foi importante não apenas para compreender o distante (Argélia), mas o familiar (Béarn), a dor e o desenraizamento dos argelinos, bem como a falta de perspectiva de conseguir um bom casamento do celibatário do Maciço dos Pirineus, de compreender a imagem de quem perdeu seus bens e seu gado na Cordilheira do Atlas, como a solidão e constrangimento de quem, mesmo com terra e com gado, não consegue uma companheira por não ter um corpo treinado nos movimentos modernos e poses atuais, por não ter incorporado a nova partitura muscular da modernidade, sendo visto como um corpo pesado (Bourdieu, 2006).

Corpos esses que carregam em si as antigas disposições, uma vez que o *habitus* de classe é “a estrutura unificadora do conjunto de disposições que supõe a referência prática ao futuro objetivo quer trate da resignação ou da vontade contra



a ordem atual” (Bourdieu, 2021a, p. 159). As composições e enquadramento fotográficos contribuíram para perceber isso e de uma forma como o *habitus* serve para compreender o “choque de civilizações” e o papel simbólico que o corpo tem na performance que os camponeses bearneses e argelinos desempenham na sociedade desencantada, com estruturas temporais e uma economia distintas das que haviam incorporado.

Nos horizontes das cordilheiras do Atlas e no maciço dos Pirineus, Bourdieu faz uso da fotografia, expandindo seus usos e conceitos. Sobre a prática do instantâneo fotográfico e do álbum de família, o autor afirma que tal prática, desde o seu início, diz respeito a um processo de autoconhecimento e a representação pessoal. As imagens fotográficas, especialmente aquelas que encontramos ilustrando os álbuns de família, muitas vezes seguem convenções rígidas que perpetuam mitos e ideologias familiares dominantes, como estabilidade e felicidade (Paula; Marques, 2010), que dificilmente passam por uma crítica mais apurada. Antigamente, na era analógica, as fotografias pessoais tinham a função principal de preservar a memória autobiográfica, sendo armazenadas em álbuns, caixa de sapatos, como um arquivo pessoal do registro do tempo.

Na esteira de Pierre Bourdieu, podemos entender a prática da fotografia como parte das práticas sociais que compõem a formação de identidades coletivas. Logo, a construção dos álbuns fotográficos exerce a “função normalizadora”, comparada pelo autor à função também exercida por uma lápide tumular, em uma espécie de “ritual de integração”, onde a característica distintiva das fotos de família não se dá pela qualidade pictórica, mas sim pela função que a rede de relacionamentos sociais a qual está associada, determina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Bourdieu não apenas se destaca por sua habilidade em articular estatística e o mundo empírico, mas também pela capacidade singular de estenografar grupos camponeses. Dentro desses grupos, as disposições eram meticulosamente construídas conforme modelos herdados e um *ethos* compartilhado, evidenciado nas dinâmicas de trabalho e convivência diária.

Em ambas as pesquisas, tanto na Argélia quanto no Béarn, Bourdieu demonstrou notável sensibilidade ao perceber as profundas transformações pelas quais os sujeitos estavam atravessando. Essas mudanças transcendiam não apenas a posse da terra e as práticas agrícolas, mas penetravam em uma reviravolta social. Os desejos, modos de ser e de se relacionar com o mundo já não eram sustentados exclusivamente pelo *ethos* camponês. Agora, comportamentos eram mediados por disposições sociais e econômicas, desafiando a forma como percebiam a vida e o próprio corpo. Novas relações eram mediadas por questões econômicas, hierarquizando, utilizando e apresentando esses corpos publicamente, influenciados pela moda, pelo consumo e pelas limitações impostas.

Ser camponês no Béarn e na Argélia implicava lógicas distintas diante de um mundo em constante transformação, com uma compreensão única da passagem do tempo e das estruturas econômicas, diferentes das gerações anteriores. Essa mudança na estrutura da classe não apenas impactava as relações de parentesco e hierarquia familiar, mas também introduzia uma nova perspectiva de pensamento temporal e voltada para o futuro. Para Bourdieu, o futuro só era possível mediante cálculos, economias e investimentos no tempo que se avizinhava, mesmo diante de salários baixos e instabilidade no trabalho.

A relevância do trabalho de Bourdieu ganha destaque ao revelar que, na lógica da racionalização, as trajetórias de vida de sujeitos historicamente situados estão intricadamente envolvidas. Ele destaca que a adoção da moeda como mediadora nas relações sociais contribuiu para uma sociedade desigual, questionando a teoria *Homo-Economicus* diante das discrepâncias nos modos de vida dos argelinos.

Sua abordagem minuciosa detalha os modos de incorporação das categorias econômicas, examinando variações dissonantes em função da posição dos agentes na escala social. A oposição ao modelo neoclássico da economia é evidente ao enfatizar que as disposições econômicas fundamentais não são exógenas. Bourdieu destaca as condições sócio-históricas do comportamento econômico racional, colocando o *habitus* no epicentro da discussão. Sua pesquisa de campo revela especificidades que desconstróem a ideia de universalidade na pré-lógica, ressaltando a transição para uma lógica prática realizada pelos agentes em uma economia socialmente situada em um campo simbólico. Essa descoberta foi o catalisador para sua ruptura com o paradigma estruturalista, adotando uma perspectiva centrada na estratégia.



Concluimos, portanto, que o legado de Bourdieu transcende os limites da teoria sociológica ao proporcionar uma compreensão mais profunda das interseções complexas entre estruturas sociais, ação individual e mudanças históricas. Sua abordagem multifacetada não apenas contribui para o entendimento dos fenômenos sociais, mas também desafia paradigmas estabelecidos, enriquecendo o campo da sociologia com uma visão mais dinâmica e contextualizada.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. 2ª revisão aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2021a.

_____. **O baile dos celibatários**: crise da sociedade camponesa no Béarn. São Paulo: Editora Unifesp, 2021b.

_____. Retour sur l'expérience algérienne. In: Maxime QUIJOUX. **Bourdieu et le travail**. Presses universitaires de Rennes Année d'édition: 2015, p. 91-95

_____. A terra e as estratégias matrimoniais. In: _____. **O senso prático**. 3ª ed. RJ: Vozes, 2013.p. 244-265.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. ed. 11. Campinas, SP: Papirus, 2011.

_____. **Poder Simbólico**. ed. 12. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política** Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.

_____. **Esboço de uma autoanálise**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006.

GARCIA JÚNIOR, Âfranio R.; GARCIA-PARPET, Marie-France. Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 30 n. 2, p. 1-31, jul. a dez. de 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st02 Acesso em: 10 jan. 2024.

GARCIA-PARPET, Marie-France. A Gênese Social do Homo-Economicus: A Argélia e a Sociologia da Economia em Pierre Bourdieu. **Mana** 12(2): 333-357, 2006.

PAULA, Silas de; MARQUES, Kadma. A imagem fotográfica como objeto da sociologia da arte. **Revista de Ciências Sociais**, v. 41 n. 1 (2010). Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/472> Acesso em: 18 jan. 2024.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 26, p. 13-29, jun. 2006.



AS INFLUÊNCIAS HEGELIANAS NO PENSAMENTO ORIENTALISTA DO IMPERADOR D. PEDRO II E O CONDE ARTHUR DE GOBINEAU.

LAS INFLUENCIAS HEGELIANAS EM EL PENSAMIENTO ORIENTALISTA DEL EMPERADOR D. PEDRO II Y DEL CONDE ARTURO DE GOBINEAU

HEGELIAN INFLUENCES ON THE ORIENTALIST THOUGHT OF EMPEROR D. PEDRO II AND COUNT ARTHUR DE GOBINEAU

ARRUDA, BARBARA. RIBEIRO

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba, Brasil. Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

E-mail: barbararibeiroarruda@gmail.com

AGUIAR, JOSÉ OTÁVIO

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor adjunta III do curso de História / UFCG;

Professora efetiva do PPGH/UFCG

E-mail: j.otavio.a@hotmail.com; Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0489-3670>

RESUMO

Entender as concepções de *Zeitgeist* e a organização das sociedades e os parâmetros estabelecidos por Hegel entre o Oriente e o Ocidente se afigura fundamental para compreender a mentalidade orientalista e imperialista do século XIX. O trabalho apresentado aqui é fruto de uma abordagem da minha dissertação de mestrado, onde não foi possível explorar mais sobre o tema, e tem como proposta principal analisar a influência desse hegelianismo predominante nos intelectuais oitocentistas e suas reverberações no que diz respeito ao Oriente, através do imperador Pedro II e o Conde de Gobineau. Através de análises e reflexões bibliográficas dos autores, propomos um debate sobre o contexto histórico e social no qual estavam envolvidos, relacionando também com autores que trabalharam previamente com o tema, e dessa forma, a análise das fontes em si, ou seja, os relatos de viagem do imperador ao Oriente Médio em 1871 e 1876 e as obras de Gobineau sobre o Oriente e o Islã (1853-1869). Através de debates sobre seus contextos históricos, sociais e religiosos, discutiremos o conceito hegeliano de História e de Oriente e suas reverberações nas obras de Pedro II e Gobineau, bem como tecer críticas a essas noções reducionistas do Oriente e da teleologia histórica.

PALAVRAS-CHAVE: : Oriente; Hegel; *Zeitgeist*; Pedro II; Joseph-Arthur Gobineau.

RESUMEN

Comprender las concepciones del *Zeitgeist* y la organización de las sociedades y los parámetros establecidos por Hegel entre Oriente y Occidente parece fundamental para comprender la mentalidad orientalista e imperialista del siglo XIX. El trabajo que aquí se presenta es resultado de una aproximación a mi tesis de maestría, donde no fue posible profundizar más sobre el tema, y su principal propuesta es analizar la influencia de este hegelianismo predominante en los intelectuales del siglo XIX y sus repercusiones respecto al Este, a través del Emperador Pedro II y el Conde de Gobineau. A través de análisis bibliográficos y reflexiones de los autores, proponemos un debate sobre el contexto histórico y social en el que estuvieron involucrados, relacionándose también con autores que trabajaron anteriormente en el tema, y de esta manera, el análisis de las propias fuentes, es decir, los informes del viaje del emperador a Oriente Medio en 1871 y 1876 y las obras de Gobineau sobre Oriente y el Islam (1853-1869). A través de debates sobre sus contextos históricos, sociales y religiosos, discutiremos el concepto hegeliano de Historia y Oriente y sus reverberaciones en las obras de Pedro II y Gobineau, así como criticaremos estas nociones reducionistas de Oriente y la teleología histórica.

PALABRAS CLAVES: Este; Hegel; espíritu de época; Pedro II; Joseph-Arthur Gobineau

ABSTRACT

Understanding the *Zeitgeist* conceptions and the organization of societies and the parameters established by Hegel between East and West are fundamental to understanding the orientalist and imperialist mentality of the 19th century. The work presented here is the result of an approach to my master's thesis, where it was not possible to explore further on the subject, and its main proposal is to analyze the influence of this predominant Hegelianism in nineteenth-century intellectuals and its reverberations with regard to the East, through of Emperor Pedro II and the Count of Gobineau. Through analysis and bibliographical reflections of the authors, we propose a debate about the historical and social context in which they were involved, also relating to authors who previously worked with the theme, and thus, the analysis of the sources themselves, that is, the reports of the emperor's journey to the Middle East in 1871 and 1876 and Gobineau's works on the Orient and Islam (1853-1869). Through debates on their historical, social and religious contexts, we will discuss the Hegelian concept of History and the Orient and its reverberations in the works of Pedro II and Gobineau, as well as criticize these reductionist notions of the Orient and historical teleology

KEYWORDS: Orient; Hegel; *Zeitgeist*; Pedro II; Joseph-Arthur Gobineau.



INTRODUÇÃO

O artigo aqui presente é uma expansão de uma ligação proposta derivada de uma analogia entre os conceitos hegelianos e os diários de viagem de Pedro II e do Conde Joseph-Arthur de Gobineau. Investiga-se a influência forte desse pensamento como inspiradora dos intelectuais do século XIX.

A vida de ambos, Pedro II e Gobineau, foi marcada pela busca de um reconhecimento intelectual e orientalista. Em meio ao contexto político-social da Primeira Revolução Industrial, e os movimentos independentistas das Américas, a Europa se viu sem matéria-prima a ser explorada, mão de obra barata e, ainda, sem mercado consumidor. Sendo assim, voltam novamente os olhos à Ásia e África em busca dos mesmos. Esse novo olhar sob o Velho Mundo deveria ser legitimado de alguma outra forma que não fosse a bélica. Para que a população, tanto europeia quanto asiática, permitissem as atrocidades ocorridas no Oriente do século XIX, era necessário que se fizesse uma justificativa.

Napoleão Bonaparte, portanto, ao chegar ao Egito em XXX, com seus *savants*, trouxe o que seria a literatura de viagem ao Oriente, buscando “descobri-lo”. Isso gerou o movimento orientalista, onde inúmeros autores se debruçaram sobre os estudos do Oriente, de suas línguas e culturas, tendo ou não pisado em terras do leste. A partir daí, os estereótipos foram criados, e o movimento se tornou tamanho, que ser intelectual implicaria em também ser orientalista.

Nesse ínterim, Pedro II, até então o imperador do Brasil, o órfão da nação, tendo crescido rodeado de livros e educação rigorosa, sempre foi muito afeito aos estudos, e, em minha dissertação intitulada “D. Pedro II e o Conde de Gobineau (1869-1876): análise dos relatos de viagem e as faces do orientalismo no século XIX”, procurei mostrar a sua busca incessante por uma autoafirmação enquanto um rei sábio e erudito.

Pedro II se debruçou sobre os estudos do hebraico, árabe e tantas outras línguas, consumia muito das produções francesas da época, o que, cabe salientar, a França era, neste momento, o país mais orientalista do momento. Portanto, obviamente, Pedro II tentou se reafirmar enquanto erudito também como orientalista. A sua busca pelas línguas semíticas, sua egiptomania, e suas viagens ao Oriente Médio em 1871 e 1876, não foram puramente turísticas. Pedro II foi o primeiro governante das Américas a pisar em solo Oriental. E surtindo certo efeito, até hoje o imperador é lembrado como o rei erudito.

Já o Conde de Gobineau buscou “desvencilhar-se das desonras e vergonhas familiares, e encontrar indícios de nobreza para autoafirmação (...)” (ARRUDA, 2023, p.103). Filho de Garcy, que possuía uma reputação duvidosa de golpes e amantes, legou a Gobineau uma “vida de condenações e extradições” (GAHYVA, 2012, p.61). Portanto, ao longo de sua vida, e de suas frustrações, o Conde resolveu buscar a todo custo traços da aristocracia em sua árvore genealógica. Não somente, também desejava reconhecimento de seus pares enquanto intelectual erudito, algo que não logrou sucesso, exceto postumamente.

Para alcançar esse mérito, em suas missões diplomáticas, em especiais na Grécia, Constantinopla e Pérsia, Gobineau utilizou o mesmo parâmetro hegeliano de comparação entre o Oriente e o Ocidente para justificar a inferioridade das raças. Foi a partir desse método comparativo que Gobineau escreve sua obra mais famosa, o “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1855), que serviu à ele o título do pai das teorias raciais do século XX, que chegariam ao seu ápice no nazismo alemão.

Tendo isso em vista, a dissertação propõe uma conexão entre a amizade construída entre Pedro II e Gobineau durante sua estadia enquanto diplomata no Brasil em 1864, e como a francofilia do imperador e a mentalidade racista e orientalista do francês se alimentaram mutuamente. Não obstante, enquanto dois homens inseridos em seus respectivos contextos socio-culturais, Hegel é aqui abordado pela importância e relevância de suas obras no século XIX que, sem dúvidas, também impactaram no imaginário do Oriente e na visão de História teleológica dos supracitados autores.

Apesar de Pedro II se apresentar mais ameno e aberto às culturas orientais, é inegável a sua resistência à maneira de vivência desses povos. Pedro II nos apresenta em seus relatos de viagem uma visão romântica de um Oriente grandioso na Antiguidade, um Oriente bíblico, cheio de estereótipos de luxúria, exotismo, misticismo etc.

Enquanto Gobineau manteve sua parcela também romântica do Oriente Antigo, em especial, da Pérsia e suas raízes arianas e indo-europeias, foi mais ríspido em utilizar o Oriente islamizado para diminuí-lo e menosprezá-lo. Observemos agora alguns conceitos introdutórios hegelianos sobre a filosofia da História, e como ela se apresenta em ambos.



1. *Zeitgeist* e o determinismo geográfico em Hegel: um panorama geral

No conceito de *Zeitgeist* hegeliano, o filósofo explica os diferentes “espíritos de época” que perpassam a História como ela é, aos olhos de Friedrich Hegel (1770-1831). Para ele, numa noção teleológica, as sociedades, a partir de suas contradições, irão se contrapor e gerar uma síntese que, teleologicamente, chegará a um ápice ideal de sociedade.

Em cada período histórico há um espírito de época, um *Zeitgeist*. Entretanto, uma das maneiras que Hegel encontra de embasar sua teoria é a contradição entre Ocidente e Oriente, bem como o fluxo histórico que seguiria do Oriente para o Ocidente. Ou seja, tendo a humanidade e as grandes civilizações começado no Oriente na Antiguidade, ao longo dos séculos, essas civilizações tornaram seu rumo para o Ocidente, em especial, a Europa. E, em sua contemporaneidade, estariam em decadência, necessitando voltarem-se aos moldes europeus mais “evoluídos”.

Dessa forma, a comparação com o Oriente e o determinismo geográfico se fazem bastante presentes no argumento hegeliano. Para ele, as sociedades e suas organizações dividem-se entre os estágios da infância, adolescência e adulto. Estágios estes que, para ele, naturalmente ocorrem e devem ser perpassados por todas as sociedades. Na infância, as sociedades, basicamente, seguem a vontade arbitrária do mestre. Na adolescência, segue-se a estética arbitrária desse mestre, e, já na fase adulta, o que irá ser servido será o Estado e as leis.

Nesse ínterim, para Hegel, entra em jogo a necessidade da universalidade política do bem-estar comum. Na infância e adolescência, ao seguirem-se a arbitrariedade do líder, não há essa noção de forma maturada. Na infância, Hegel dirá que esta possui uma liberdade racional na política, porém, é voltada para si e não para a universalidadeⁱ do bem comum. Para ele, a universalidade deve ser superior à individualidade, mas os indivíduos permanecem em seus direitos. Na adolescência, ainda seguindo a arbitrariedade, entretanto mais a estética desta, há uma ética unida à subjetividade do indivíduo, entretanto, julga Hegel, de forma hipócrita, onde só refletiam e não aplicavam em prática sua teoria, sendo, portanto, apenas estética (HEGEL, 2001, p.203). Na fase adulta, à qual o Estado e as leis são o ideal a serem seguidos e obedecidos, há a universalidade e a síntese entre a fase da infância e da adolescência. Para Hegel, o Império Romano foi o exemplo da fase adulta na Antiguidade, enquanto o Oriente, tribal e nômade, representaria a infância, e a Grécia, a adolescência:

Mas no estado oriental, ainda não está harmonizado ou unificado, e ainda aguarda satisfação. Consequentemente, este esplêndido edifício com seu poder unificado, do qual nada pode escapar e dentro do qual nada pode alcançar uma existência independente, é acoplado com uma arbitrariedade desenfreada. Por um lado, sua terrível arbitrariedade implacável está presente no próprio edifício político, no aspecto mundano do poder substancial; e, por outro lado, também segue sua carreira insalubre e inquieta fora dela. Em termos de Ideia, ela não tem lugar no edifício político; mas inevitavelmente se apresenta, por toda a sua inconsistência, como um fator estranho fora da unidade substancial. Conseqüentemente, descobrimos que as estruturas políticas de substancialidade oriental são acompanhadas por hordas selvagens que descem da orla das terras altas para introduzir os estados pacíficos. Eles os devastam e os destroem, arrasando tudo no chão, embora posteriormente se amalgamem com eles e abandonem sua selvageria; mas como são inerentemente intratáveis, eles invariavelmente se dispersam, não deixando nenhum resultado duradouro para trás. (HEGEL, 2001, p.201-202)

Nessa passagem Hegel nos deixa claro a inevitabilidade do Oriente de ser selvagem. Para ele, não adianta ser glorioso se não trabalha sua subjetividade do espírito e é governado por selvagens provenientes dos planaltos. Admite que reconhece que o Oriente possui Estados, mas que seu comportamento político ainda se dá de forma infantil, ou seja, a fase do “engatinhamento” do conceito de evolução teleológica hegeliana. Hegel fecha o Oriente numa caixa imutavelmente selvagem, que serviria apenas de transição para os novos moldes que julga ideias para uma sociedade. Mesmo grandiosas civilizações como a Persa e a Egípcia, para Hegel, foram apenas símbolos promissores do que acredita ser o movimento natural do Oriente para o Ocidente: “E assim como a Pérsia é a transição externa, também o Egito é a transição interna para a vida livre da Grécia. No Egito, encontramos aquela contradição de princípios que é missão do Ocidente resolver” (HEGEL, 2001, p.201). Dessa forma, o Ocidente se apresenta em Hegel como a “tese” e o Oriente como a “antítese” à gerar uma “síntese”, que viria a ser o Império Romano e seus Estados herdeiros da Idade Média à Contemporânea.



Para justificar seus argumentos, Hegel também buscará no determinismo geográfico a razão para a imutabilidade e a essência do fluxo evolutivo do Oriente para o Ocidente. Dirá que o espírito da História pode mudar dependendo de uma série de fatores externos:

Os vários espíritos nacionais estão separados no tempo e no espaço; e a este respeito, a influência do contexto natural, a relação entre o espiritual e o natural (ou seja, o temperamento nacional, etc.) se faz sentir. Visto contra a universalidade do todo ético e sua própria individualidade ativa, esse relacionamento é puramente externo. Mas como o terreno sobre o qual o espírito se move, não deixa de ser uma base essencial e necessária (HEGEL, 2001, p. 152)

Essas planícies sem água são principalmente a morada dos nômades, como dos naions mongóis e árabes no Velho Mundo. Os nômades são em si de temperamento brando, mas seu princípio é instável e volátil. (...) Planaltos como estes podem ser encontrados na Ásia Central, lar dos mongóis (...); as estepes deste tipo se estendem para o norte a partir do Mar Cáspio e atravessam em direção ao Mar Negro. Outras regiões semelhantes que merecem menção são os desertos da Arábia, os da Berbéria no norte da África, (...). A principal peculiaridade dos habitantes dessas regiões serranas, que são regadas apenas por razin ocasional ou pelo transbordamento de um rio (...), é seu modo de vida patriarcal, pois estão divididos em unidades familiares separadas. O solo em que vivem é completamente infértil ou fértil apenas por curtos períodos; conseqüentemente, sua riqueza não está em suas terras, das quais obtêm apenas uma colheita escassa, mas nos animais que os acompanham em suas andanças. (...) Eles levam uma vida despreocupada e não armazenam provisões para o inverno, de modo que metade de seus rebanhos deve perecer com frequência. Não existe nenhum sistema legal entre os povos das terras altas, e sua vida é, portanto, marcada pelos extremos da hospitalidade e da pilhagem – esta última ocorrendo com mais frequência se eles estiverem cercados por países civilizados, como no caso dos Arbs, que são auxiliados em seus ataques por seus cavalos, que são um meio de sustento e instrumentos de guerra. (...) O próximo nível abaixo das terras altas é o dos estreitos vales montanhosos. Estas são habitadas por pacíficas nações montanhosas – povos pastoris que também praticam a agricultura, como a suíça. Tais nações também se encontram na Ásia, mas no seu conjunto têm menor importância. (HEGEL, 2001, p.158)

Nesta passagem, podemos perceber como Hegel busca justificar o “primitivismo” dos nômades baseado em suas condições geográficas. Para ele, a migração incessante das tribos é causa para seu patriarcalismo forte e pouca falta de senso e tempo para elaborar uma subjetividade e universalidade, pois, para o autor, a propriedade privada é essencial para elevar uma nação. Hegel acredita também que os povos provenientes dos planaltos, como os asiáticos (árabes e mongóis), não possuem um “sistema legal” e isto resultaria em excessiva bravura e agressividade. Portanto, tendem a guerrear e invadir as nações civilizadas, trazendo apenas “destruição e devastação” (HEGEL, 2001, p.158), perpetuando o estereótipo asiático da brutalidade.

Segundo Hegel, os nômades no norte da África e do Oriente Médio jamais atingiriam o nível de civilização, já que para seu conceito geográfico determinista, os países civilizados são necessariamente compostos por rios. A água é um elemento unificador que facilita a agricultura, o sedentarismo, e, portanto, a capacidade de desenvolvimento à civilização da sociedade.

Tendo em vista o panorama geral do conceito de *Zeitgeist* e como ele se modula através do também determinismo geográfico e da teleologia hegeliana, não buscamos aqui diminuir a obra e os conceitos de Hegel que, claramente, deixaram legados e contribuições infindas para as ciências humanas, mas, apresentar uma versão de Hegel que se baseia e utiliza da Ásia como objeto comparativo para sustentar sua noção de civilização ideal, contrapondo o Oriente e o Ocidente como opostos, quando na verdade, sabemos que a construção e trocas culturais e políticas do mundo na História foram feitas de forma mútua. Não obstante, a elevação da Europa enquanto civilização ideal e dos asiáticos enquanto sociedades sem lei é bastante equivocada e eurocêntrica. Entretanto, entender que Hegel foi um homem de seu tempo, ambientado no imperialismo europeu sob a Ásia, nos dá margem para compreender o porquê fez tais analogias. Hegel, apesar de suas inúmeras contribuições para a ciência, também foi veículo de disseminação de orientalismos europeus, e, por sua forte influência no pensamento europeu e, conseqüentemente, mundial (que percebemos até a atualidade), acaba impactando e reforçando os estereótipos da época, inclusive para seus seguidores, como o próprio Karl Marx, mas, que neste artigo, buscamos explorar em D. Pedro II e Joseph Arthur de Gobineau.



2. A influência do pensamento hegeliano nas escritas de Pedro II e o Conde de Gobineau

Não há dúvida! Estamos no Oriente
onde ninguém tem pressa.
(Dom Pedro II, 13 de dezembro de 1876)

Como proposto em minha dissertação, que viria a dar nesse artigo um fruto, para compreendermos a citação acima de Pedro II, devemos compreender qual o imaginário dominante da época no tocante à História. Como já observado, Hegel influenciou de maneira massiva o pensamento filosófico e dos estudos sociais da época ao escrever “A Filosofia da História” em 1837. Tendo isso em vista, a visão teleológica em Hegel perpassará tanto o pensamento de Pedro II como o do Conde de Gobineau, onde ambos, acreditavam no movimento civilizatório vindo do Oriente para o Ocidente.

Pedro II buscou, em seus diários de viagem ao Oriente Médio, tanto um turismo religioso como diplomático/político, mas também um resgate do Oriente romântico, ou seja, o grandioso Oriente dos antigos grandes impérios e conquistadores. Essa imagem romântica de um Oriente grandioso apenas em sua Antiguidade é perpetuada por influências tais quais a da filosofia da História hegeliana, onde o Oriente Antigo viria a ser o antro da infância das civilizações futuras, dando o pano de fundo para que o movimento civilizatório (dito superior) da Europa viesse a ocorrer pós-Império Romano:

A história ainda é predominantemente a-histórica, pois é apenas uma repetição do mesmo processo majestoso de declínio. As inovações com que coragem, força e magnanimidade substituem o esplendor do passado passam pelo mesmo ciclo de declínio e queda. (HEGEL, 2001, p.199)

Para Hegel, a dialética entre as sociedades e o fluxo histórico ocorrido entre elas geraria o que seria o ápice da civilização: a Europa. E, nesse momento onde o imperialismo e orientalismo britânico, francês e germânico estavam em grande efervescência, nada como comparar o Oriente como antítese ao Ocidente para contrapor as mentalidades e impulsionar a dialética, síntese e o motor da História.

Portanto, quando Pedro II fala que o Oriente é um lugar onde não se há pressa, ele exprime o pensamento da época acerca do Oriente: está estagnado, não se preocupa com éticas, leis, política etc.

Portanto, percebemos em Pedro II essa noção hegeliana de tempo, sendo o tempo para Hegel um fluxo perecível, e a dialética onde encontramos o *Zeitgeist* das sociedades, o Oriente será a contraposição dessa mentalidade, (...). Assim, o *Zeitgeist* do Oriente, bem como tudo que o Oriente propõe é visto como a oposição do Ocidente, o Oriente seria, nessa lógica, a dialética vigente: a tese seria o Ocidente, a antítese o Oriente, e a síntese, a supressão do Oriente frente a civilização europeia. O tempo no Oriente, portanto, não é o mesmo do Ocidente, e porquanto, não há nele pressa. (ARRUDA, 2023, p.114)

Não obstante, a ideia do médio-oriental enquanto homem bárbaro, agressivo, que pudemos ressaltar em Hegel no tópico anterior, se manifesta também nas observações de Pedro II:

No meio notei fustes de colunas de uma antiga igreja copta. Nessas galerias há também cenas de batalha. Vêem-se mãos decepadas de prisioneiro cuja virilidade também foi mutilada, exatamente como sucedeu nestes últimos tempos na Abissínia com os egípcios aprisionados. Nas Cartas escritas do Egito de Champollion, encontra-se a descrição - que verifiquei in loco - de um desses quadros em que se pinta a saída do rei para adorar Hórus (PEDRO II, 21 de dezembro de 1876)

Percebemos aqui uma evocação da agressividade, das guerras e da barbaridade oriental desde a Antiguidade, onde Pedro II faz um link com o que vê na atualidade. Claramente, para ele, o Oriente permanece sendo um local de antigas



grandes conquistas, de guerras e brutalidade, e que permanece, estático, imóvel. Concomitante com o ideal hegeliano do Oriente incivilizado.

De mesma maneira, quando Hegel, através do determinismo geográfico e de suas observações da História do Oriente argumenta que os nômades não possuem leis e, por isso, perpetuam o patriarcado, é possível que percebamos isso refletido, também, nas ideias do ex-imperador do Brasil.

Às 10 ½ estava à margem dele em Tell-Hum. O chão está cheio de troços de colunas; pedaços de entablamento com baixos-relevos, alguns de desenho curioso e um capitel coríntio. Os beduínos, que aí acampam, serviram-se de outros rastros para suas casas, que parecem de bichos. (...) e depois só tinha vontade de correr com esses beduínos para fora desse sítio. (PEDRO II, 21 de novembro de 1876)

A resistência em perceber os nômades é visível em ambos, Hegel e Pedro II. Para eles, as sociedades tribais são em si a desorganização e a forma primitiva de vida que se distancia do ideal civilizatório. Portanto, apesar de nos apresentar um Oriente fabuloso e majestoso, este Oriente só existirá na Antiguidade. O Oriente, para ambos, ainda se apresenta como um contexto de incivilização e brutalidade que em nada se assemelha ao padrão europeu idealizado.

No caso do Conde de Gobineau, as semelhanças com o pensamento hegeliano parecem estreitarem-se ainda mais. Quando diz:

Restos de velhas potências, eles perseveram riquezas, honras, influência local, muito mais do que se poderia acreditar, porque se exageravam fortemente os instintos opressores e principalmente espoliadores dos muçulmanos (J. A. Gobineau em *Les religions et les philosophies dans l'Asie centrale*, 1866)

Percebamos aqui o teor primitivista do médio-oriental pelo francês, de acordo com as ideias hegelianas. Para Gobineau, que viveu na Pérsia durante boa parte de sua vida em missão diplomata, o início do fim daquela sociedade, ou seja, sua decadência, se dá no momento do contato semita na região. Enquanto os persas ainda eram “puros” em seu conceito de indo-europeu, o autor tece-lhes variados elogios. Entretanto, a entrada do islamismo e inevitável com os povos semitas, contaminaram aquela sociedade.

As semelhanças com o pensamento hegeliano são inegáveis. Enquanto Hegel nos mostra por meio do determinismo geográfico e de uma visão teleológica do *Zeitgeist* que os nômades, tribais e os povos de ambientes quentes e desérticos não podem desenvolver uma universalidade, ou seja, leis e civilização, e que, portanto, permanecem no patriarcalismo e nomadismo, e como consequência, a violência e agressividade inata desse estilo de organização social, Gobineau perpassa a mesma lógica, utilizando os povos semitas como fatores da decadência, chegando a negá-los enquanto humanos, de uma Pérsia outrora esplendorosa.

O islamismo, mistura mal disfarçada de religiões anteriores, é, por sua estrutura, muito disposto a se submeter e até mesmo a servir às disposições naturais (...). É portanto, perfeitamente adequado à mente dos orientais e a qualquer tipo de inteligência que se aproxime dela. (GOBINEAU, 1866, p.23)

Também acerca da religião, que ambos acreditam ser o cristianismo a ideal, dirá Hegel:

Tal é a natureza do mundo maometano, no qual o mundo oriental atinge sua mais alta transfiguração e sua mais alta percepção do Uno. Sua origem é reconhecidamente posterior à do cristianismo; mas levou muitos séculos para o cristianismo alcançar importância mundial, um processo que foi finalmente completado por Carlos Magno. O maometismo, entretanto, devido à natureza abstrata de seu princípio, pôde tornar-se um império mundial em um curto espaço de tempo; mas é um sistema mais primitivo que o do cristianismo. (HEGEL, 2001, 206)



Sobre o estereótipo do Islã e dos muçulmanos, Edward Said (1978), autor palestino, nos dirá que a história das conquistas expansionistas islâmicas e o embate com o Mundo Cristão medieval e moderno, serviram de pano de fundo para justificar as investidas imperialistas da Europa contemporânea sob a Ásia. A utilização de estereótipos, afim de inferiorizar o Outro, foram mecanismos eficazes para o discurso da missão civilizatória do Ocidente sobre o Oriente. Dirá Said que:

(...) mente árabe, depravada, antissemita até o mais íntimo do seu ser, desequilibrada e violenta, podia produzir apenas retórica, e pouca coisa mais. Um mito apoia e produz o outro. Eles reagem um ao outro e tendem a simetrias e padrões do tipo que só os árabes, como orientais, podem produzir, mas que como ser humano nenhum árabe pode realmente sustentar. (SAID, 2007, p.409)

Não só no tocante ao Oriente Médio e Islã, mas Hegel e Gobineau pareciam também concordar com a inferioridade do Novo Mundo, a América. Hegel dirá, ainda a partir do determinismo geográfico, que:

O mundo está dividido no Velho e no Novo (...) Mas a diferença entre eles não é meramente externa, pois os dois são de fato essencialmente distintos: seu caráter totalmente peculiar em ambos os aspectos físicos e políticos. (...) No entanto, o arquipélago entre a América do Sul e a Ásia apresenta uma imaturidade física até em relação à sua origem; (...) A oeste desta região fica outra longa cordilheira que atravessa o México e o Istmo do Panamá; sob o nome de Andes ou Cordilheiras, corta todo o lado ocidental da América do Sul. (...) A leste das montanhas, os vastos rios Orinoco e Amazonas correm para leste; formaram amplos vales, que não são, no entanto, um cenário adequado para a civilização, pois na verdade não são mais do que vastas estepes. (...) A América sempre se mostrou fisicamente e espiritualmente impotente, e o faz até hoje. (HEGEL, 2001, p.162-163)

Claramente, por ser uma nova e recente descoberta, para Hegel, não só as Américas são desprovidas do seu conceito de universalidade, como nem seria possível o obter devido à sua geografia.

Tendo isso em mente, voltemos à Arthur de Gobineau, o qual foi forçado a vir para o Brasil em missão diplomática, mesmo contra sua forte resistência. A aversão de Gobineau era tanta, que ao chegar aqui, fez algumas notas sobre o Brasil, o clima, as paisagens, mas, principalmente, sobre o povo. Para Gobineau, um dos primeiros a dar o pontapé inicial para as teorias raciais que viriam a assolar e aterrorizar o mundo no século XX, a mistura entre as etnias afrodescendentes, indígenas e europeias, era uma catástrofe. Para ele, tão somente a mistura étnica marcara a decadência e o desaparecimento total do Brasil, quiza das Américas, em curto período de tempo, já que cria que a pureza racial seria imprescindível para o progresso de uma nação civilizada.

Dirá Gobineau sobre o Brasil que: “todo esse povinho miúdo, escuro, ri à solta colocando à mostra os dentes reluzentemente brancos, entre o vermelho-escuro dos lábios que se destacam sobre a pele negra. É uma algazarra e um vozerio característico de uma escola em rebuliço”ⁱⁱ. Ou, quando diz: “(...) e é por isso que as mais deslumbrantes cenas do novo mundo jamais poderiam se igualar aos mais modestos aspectos do antigo” (RAEDERS apud GOBINEAU, 1988, p.43).

O Conde de Gobineau, embebido dos ideais imperialistas, mas também do determinismo darwiniano, em muito se assemelha a visão hegeliana de civilização ideal. Gobineau buscou através da comparação entre Oriente e Ocidente, utilizando o Oriente como objeto, justificar a superioridade da raça ariana frente às outras, e como apenas a pureza das raças alcançariam um estado civilizatório satisfatório. Da mesma forma, Hegel enaltece as sociedades europeias, utilizando o Oriente como parâmetro comparativo para demonstrar a superioridade europeia frente ao leste.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em mente a importância das produções hegelianas que dominaram o pensamento dos intelectuais do século XIX, tal qual o próprio Karl Marx, pudemos perceber em dois ditos eruditos, Pedro II e Joseph-Arthur Gobineau essa mesma influência.

Colocando, de maneira justa, todos os autores nos seus devidos contextos históricos e sociais, notamos os reflexos do orientalismo em suas obras. Hegel, como europeu e alemão, apesar das suas contribuições que são até hoje essenciais e lembradas dia-a-dia na Academia, também se utilizou do Oriente – e não, mas também do Novo Mundo – como parâmetro para revalidar a Europa como epicentro da ciência, da razão e da civilização.

É inegável que o hegelianismo foi predominante nos intelectuais oitocentistas, e dessa forma, também como frutos de seus contextos, Pedro II e Gobineau, cada um à sua maneira, refletiram essa visão teleológica de uma civilização ideal que paira na Europa, e de um Oriente que serviu como ponta-pé inicial na Antiguidade, mas que agora estará em ruínas.

Ao criar conceitos, ser um escritor, um filósofo, um historiador etc. Não podemos escapar das nossas subjetividades, muito menos das consequências e das interpretações de outrém sobre nossa obra. Hegel, como homem do seu tempo, reverbera o orientalismo vigente em suas obras, e conseqüentemente, também o levou às mãos de homens como Gobineau, que criou livros e ensaios sobre a desigualdade das raças humanas, enaltecendo um arianismo e uma teoria sangünea de pureza que tiveram impactos inimagináveis e catastróficos na posteridade. Esse artigo nos serve para refletir um pouco mais acerca de como a mentalidade e o *Zeitgeist* – aqui, nos utilizando do próprio conceito hegeliano – de uma época podem impactar tanto positiva quanto negativamente, sem que tenhamos noção ou controle de no que se reverberará.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Bárbara R. D. Pedro II e o Conde de Gobineau (1869-1876): análise dos relatos de viagem e as faces do orientalismo do século XIX – Campina Grande, 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

GAHYVA, H. da C. O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ.

GOBINEAU, J. A. Histoire des Perses. Paris: H. Plon, 1869.

GOBINEAU, J. A. Les religions et les philosophies dans l'Asie centrale. Paris, 1866.

RAEDERS, G. O Conde de Gobineau no Brasil: com documentos inéditos. Trad. De Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOBINEAU, J. A. Essai sur l'inégalité des races humaines. Paris: Pierre Balford, 1853-1855.

HEGEL, G. W. F. The Philosophy of History. With Prefaces by Charles Hegel and the Translator, J. Sibree, M.A.

HEGEL, G. W. F. O contexto natural ou o fundamento geográfico da história universal. In: Hegel, G. W. F. A Razão na História: Introdução à Filosofia da História Universal. Lisboa: Edições 70. 1995.

SAID, E. W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NOTAS

ⁱ A universalidade em Hegel seria politicamente um Estado onde haja a superioridade desta frente à individualidade. Entretanto, resguardando-se a individualidade dos seres e seus direitos assegurados frente às leis

ⁱⁱ GOBINEAU, carta do Rio de Janeiro em de março de . In: Raeders, op. Cit., p.40

